UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

GABRIEL PIETRO SIRACUSA

Marx e o Colonialismo

Versão corrigida

São Paulo

2018

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

GABRIEL PIETRO SIRACUSA

Marx e o Colonialismo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Jean François Germain Tible

Versão Corrigida

São Paulo

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S619m Siracusa, Gabriel Pietro
Marx e o Colonialismo / Gabriel Pietro Siracusa ;
orientador Jean François Germain Tible. - São Paulo,
2018.
202 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Ciência Política. Área de
concentração: Ciência Política.

1. Colonialismo. 2. Orientalismo. 3. Teoria
Política. 4. Marx. 5. Anti-colonialismo. I. Tible,
Jean François Germain, orient. II. Título.

SIRACUSA, Gabriel Pietro. **Marx e o colonialismo**. 202 p. Dissertação (Mestrado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof(a). Dr(a).: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof(a). Dr(a).: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof(a). Dr(a).: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

AGRADECIMENTOS

Este trabalho, como qualquer outra produção intelectual, é fruto de um esforço coletivo. Seria impossível citar nominalmente todos e todas que mereceriam sinceros agradecimentos.

Começo agradecendo aos funcionários e funcionárias da Universidade de São Paulo, que fazem a universidade no seu dia a dia. Aliás, agradeço aos trabalhadores e às trabalhadoras que sustentam a universidade e o país.

Ao Jean, orientador, professor e amigo, por confiar no meu trabalho e pela parceria incrível desses últimos anos.

Aos meus pais, Celso e Marizia, e ao meu irmão, Giovanni, por me apoiarem sempre, pelo carinho, pelas trocas intelectuais, pelos cinemas e jantares, sem vocês essa dissertação não teria sido possível.

Aos meus avôs e avós e às famílias Siracusa e Oliveira. Com vocês eu passei os melhores anos de minha vida.

Aos amigos e amigas que fizeram dos últimos anos – terríveis para o país – mais suportáveis. Àqueles do Mendel, em especial ao Allan, Eric, Pedro, Igor. Aos amigos de RI, com os quais compartilhei a incrível experiência da universidade, em especial aos queridos e queridas da t9. Aos amigos do DCP e da FFLCH, que me acolheram muito bem no novo espaço, em especial Phillipe, Caetano, Julia, Gui, Nico e Welma do Apoio Mútuo, que fizeram comentários importantes ao trabalho e ao Leo com quem dialoguei bastante a respeito de minhas ideias. Ao Raul, à Bey, ao Gabs, ao Fi, à Mari, à Carol, ao Antônio, ao Renan e a todos e todas que estão sempre por perto de alguma forma.

À Isa, pela leitura cuidadora e atenta, pelos conselhos incríveis para que eu pudesse aprimorar o trabalho.

À Dani, pela parceria nos momentos bons e ruins. Já se vão alguns anos de trocas e aprendizados, nos quais eu mais aprendi do que ensinei. Seu apoio durante todo o desenvolvimento da pesquisa e mesmo antes, quando eu não sabia que queria trilhar este caminho, foi essencial. Você segue sendo um exemplo para mim em todos os sentidos. Obrigado por tudo.

Àqueles e àqueles que conheci nas idas e vindas da militância política: sustentamos o sonho de uma sociedade mais justa para todos e todas e não podemos jamais abrir mão disso.

Aos Professores e Professoras que me auxiliaram nesta jornada. Em especial ao Bernardo e ao André, que me acolheram muito bem em seu grupo de pesquisa. À Natália, que participou do meu exame de qualificação. Ao Rúion, que me abriu as portas da academia. À Eunice e à Dani, pelo aprendizado no PAE. Aos professores do Mendel, em especial ao Marcos. Se não fosse aquele livrinho vermelho que você me emprestou às escondidas, talvez eu não teria feito as escolhas que fiz.

Aos membros da banca,

À CAPES, pelo apoio financeiro.

RESUMO

SIRACUSA, Gabriel Pietro. **Marx e o Colonialismo**. 2018. 202 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Teria sido Marx um pensador inescapavelmente eurocêntrico? Como Marx pensou o colonialismo? Qual sua análise a respeito de formações sociais ditas periferias? Esta dissertação pretende propor algumas respostas para estas questões. Para isso, acompanhamos as idas e vindas do autor em textos sobre a colonização britânica na Índia, na China e Irlanda. Como ponto de partida de nossa análise, seguimos o princípio metodológico de observar como as lutas sociais impactaram o filósofo alemão. Mostramos que seu pensamento político está intimamente ligado a seu contexto histórico. Marx é interpelado pelas lutas dos povos periféricos e responde a elas. Sua reflexão se constitui, assim, em um “pensamento-luta”. Com efeito, a alcunha também serve para descrever outra face do filósofo: seu profundo engajamento com essas mesmas lutas. Se Marx se deixou contaminar por elas foi porque ele se encontrava envolvido, seja diretamente – no caso da Irlanda –, seja indiretamente – no caso de Índia e China, se solidarizando com a luta do povo oprimido. Nessa chave, observar o percurso da análise do filósofo a respeito do colonialismo implica um olhar duplo: por um lado, teremos de percorrer suas inflexões teóricas que se manifestam em suas análises conjunturais; por outro, é preciso observar sua mudança de postura para com os povos “outros” – todos aqueles com os quais Marx não se identifica a princípio, sejam indianos e chineses (“orientais”), russos (eslavos) ou irlandeses (celtas). Espera-se, com isso, evidenciar algumas mudanças na visão do autor, que irá, progressivamente, se “des-europeizar”, assumindo uma concepção de história multilinear e estabelecendo uma crítica contumaz do colonialismo. Destacamos no decorrer da pesquisa alguns momentos-chave dessas mudanças: 1857-1858 para a Índia e a China, 1867 para a Irlanda e os textos do fim da vida, sobre a Comuna Russa. Estes, considerados uma espécie de culminação desta nova visão de Marx sobre a história, são analisados em nossa conclusão, de modo a marcar a perspectiva marxiana final. Por fim, procuramos defender, a partir desta nova posição encontrada, a possibilidade de um diálogo mais profundo entre a obra de Marx e o chamado pós-colonialismo. Dado que a posição de Marx com relação ao colonialismo e ao capitalismo irá se modificar no decorrer de sua vida, movendo-se em um sentido mais crítico, indagamos se não haveria a possibilidade profícua de, por meio de um diálogo com a perspectiva marxiana, reconectar a teoria pós-colonial à crítica do capitalismo contemporâneo.

Palavras-chave: Karl Marx. Colonialismo. Pós-Colonialismo. Eurocentrismo. Teoria da História.

ABSTRACT

SIRACUSA, Gabriel Pietro. Marx and colonialism. 2018. 202 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Had Marx been an inescapably Eurocentric thinker? How did Marx think colonialism? What is his analysis about so-called peripheral social formations? This dissertation intends to propose some answers to these questions. Thus, we follow the comings and goings of the author in texts on British colonization in India, China and Ireland. As a starting point for our analysis, we follow the methodological principle of observing how social struggles affected the German philosopher. We show that there is a connection between his political thinking and the historical context. When challenged by the struggles of the peripheral peoples, Marx responded to them and thence reelaborated his theories. His reflection thus constitutes a "thought-struggle". In fact, the label also serves to describe another face of the philosopher: his deep commitment to these same struggles. If Marx allowed himself to be contaminated by them, it was because he was involved, either directly - in the case of Ireland - or indirectly - in the case of India and China, in solidarity with the struggle of the oppressed people. For this reason, to observe the course of the philosopher's analysis of colonialism implies a double look: on the one hand, we will have to go through his theoretical inflections that show themselves in his conjuncture analyzes. On the other hand, it is necessary to observe the change of attitude towards the "other" peoples - all those with whom Marx does not identify at first, whether Indian or Chinese ("oriental"), Russian (Slavic) or Irish (Celtic). It is hoped, therefore, to point out some changes in the author's vision, which will progressively "de-Europeanize", assuming a multilinear conception of history and establishing a contumacious critique of colonialism. In the course of our research, we highlight some key moments of these changes: 1857-1858 for India and China, 1867 for Ireland and the texts of the end of his life, on the Russian Commune. These specifically are considered a kind of culmination of this new vision on history, and therefore are analyzed in our conclusion, in order to mark the final Marxian perspective. Finally, we try to defend, from this new perspective, the possibility of a more fruitful dialogue between Marx's work and the so-called post-colonialism. Since Marx's position on colonialism and capitalism will change over the course of his life, moving in a more critical sense, we ask whether there would be no fruitful possibility of, through a dialogue with the Marxian perspective, reconnecting postcolonial theory with the critique of contemporary capitalism.

Keywords: Karl Marx. Colonialism. Post-colonialism. Eurocentrism. Theory of History.

SUMÁRIO

SUMÁRIO

Apresentação	13
Introdução	17
Perspectiva metodológica: o pensamento-luta marxiano	17
Marx e as Teorias das Relações Internacionais: do <i>mainstream</i> ao pós-colonialismo	20
Leituras pós-coloniais da obra de Marx	27
As relações internacionais na obra de Marx	37
Objetivos	41
1. A Teoria da História de Marx: A ideologia alemã e o manifesto Comunista	43
1.1. A Ideologia Alemã: 1845-1846	43
1.2. O Manifesto Comunista: 1848	61
1.3. Os acontecimentos políticos de 1848	68
2. Uma análise dos textos sobre Índia e China dos anos 1850	75
2.1. Textos sobre a Índia de 1853	75
2.1.1. 1ª parte	75
2.1.2. O Eurocentrismo das fontes	86
2.1.3. Textos sobre a Índia de 1853: 2ª parte	91
2.2. Textos sobre a China de 1853	97
2.3. Passagem de 1853 para 1857: mudança política	100
2.4. Textos sobre a Índia de 1857	102
2.5. Textos sobre a China de 1857	111
2.6. Breve conclusão	119
3. Marx e a Irlanda	120
3.1. Textos sobre a Irlanda dos anos 1840 e 1850	120
3.2. Textos sobre a Irlanda durante a década de 1860 e a virada em 1867	134
3.3. Textos sobre a Irlanda após as insurreições de 1867	141
3.4. a mudança de posição: A Irlanda como alavanca da revolução	153
3.5. A Controvérsia com Bakunin	156
3.6. Breve conclusão: Irlanda e a revolução europeia	160
4. Considerações finais	165
5. Referências	190

“The Revolution is dead! – Long live the Revolution!”

(Karl Marx, MECW, v. 10, p. 70)

“ Peace to my brethren I shall not proclaim;
War be my first word, battle be my last.

[...]

Come then, White Man, if your desire it be,
And you shall get the homage that’s your due.
From every bed of reeds, from every tree,
Seminole arrows wait to ambush you!”

(Friedrich Engels, MECW, v. 2, p. 409)

APRESENTAÇÃO

A motivação para esta dissertação nasce, sobretudo, de uma decepção. Me explico: ao ingressar na Universidade, ansiava por entrar em contato com a obra do pensador alemão Karl Marx. Esperava que ela me ajudasse a compreender melhor o mundo – e também a mudá-lo. No entanto, houve, por assim dizer, um desencontro. Dentre as matérias obrigatórias do curso de Relações Internacionais, apenas uma trazia algum texto de Marx em sua bibliografia. Em geral, o autor aparecia nas aulas de forma simplista e caricatural; como alguém que teria sido importante em algum momento, mas já estivesse ultrapassado. Suas teses eram reduzidas a quatro ou cinco frases de senso comum ou a algumas palavras que, sem contexto, não diziam nada: materialismo histórico, dialética, luta de classes, infra-estrutura/super-estrutura; determinação econômica, etc. Diante deste quadro, busquei complementar esta lacuna formativa com disciplinas optativas. O resultado, porém, foi outra decepção. Com algumas exceções primorosas, que abriram espaço para um “outro Marx” e desenvolveram em mim a vontade de seguir a carreira acadêmica, a maior parte dessas disciplinas chegou a um resultado similar. O estudo seguiu limitado a alguns textos recorrentes, que funcionavam apenas para embasar a tese preferida do professor ou da professora. Neste período, conheci pouco sobre Marx em si e muito sobre o que diziam a seu respeito. A riqueza de seu texto aparecia naquelas aulas reduzida a algumas fórmulas pouco convincentes. Me coloquei o desafio de conhecer outros Marx possíveis, outras leituras e outras ênfases. É esta a motivação primeira da pesquisa.

Como forma de iniciar nossa dissertação, na introdução, procuramos percorrer livremente – isto é, sem a pretensão de esgotar a bibliografia a respeito – as intersecções entre Marx e as teorias de Relações Internacionais. Na primeira parte, visamos expor como o autor figura no chamado *mainstream* disciplinar: uma presença ausente, quase caricatural, Marx não é considerado um interlocutor válido para estes autores. Na segunda parte, após notarmos certa abertura do campo em tempos recentes, procuramos entender como alguns autores do pós-colonialismo leem Marx. Na terceira e última parte da introdução, estabelecemos o campo textual ao qual iremos nos dedicar durante a pesquisa: textos predominantemente políticos, escritos para jornais da época e com o objetivo de apreender os principais acontecimentos da conjuntura. Estas observações ajudarão a esclarecer nosso recorte temático e servirão para justificar a filiação deste trabalho à área de relações internacionais – muito embora pretendamos ir além dela.

No primeiro capítulo, procuramos esboçar uma compreensão do pano de fundo histórico-intelectual que embasa as análises marxianas a respeito da Índia e da China, em

especial a perspectiva sobre a história que Marx elabora no momento imediatamente anterior, entre 1845 e 1848. Este primeiro momento prepara o leitor para a análise que se segue, na qual procuramos percorrer os escritos de Marx sobre a Índia e a China.

Esta se dá no segundo capítulo, onde dividimos os textos em dois momentos: o primeiro gira em torno do fatídico ano de 1853. Muito lembrado por críticos do pensador alemão, os textos dessa época expõem ao leitor uma perspectiva teleológica, determinista e eurocêntrica da história. O eixo central da argumentação marxiana reside na apreensão do papel duplo que o colonialismo britânico tem a cumprir na Índia e na China: um destrutivo e o outro regenerativo. Após isto, passamos para a análise dos textos do segundo momento, que gravitam entre 1857 e 1858 – embora se estendam para além desses anos. Nestes escritos, a preocupação do filósofo se desloca para entender a resistência do colonizado. Não há mais a preocupação em identificar possíveis elementos positivos do colonialismo, e o tom crítico a este se acentua firmemente.

No terceiro capítulo, analisamos os textos de Marx sobre a Irlanda – nossa análise se dedicou aos escritos em que Marx pensa a luta pela libertação nacional. Neste capítulo tentamos verificar as mudanças da análise marxiana com o passar dos anos, percorrendo escritos de diversos períodos históricos e ressaltando como o próprio Marx reconhece a mudança em sua perspectiva: em um primeiro momento, a independência da Irlanda só poderia ser alcançada pela luta de classes na Inglaterra – o proletariado do país central com a missão de libertar o povo oprimido; em um segundo momento, a emancipação do trabalhador inglês encontra-se condicionada à independência irlandesa. A luta nacional na Irlanda, associada a uma perspectiva revolucionária, seria o ponto de partida para a libertação dos trabalhadores. “A alavanca deve ser aplicada à Irlanda”.

Por fim, nas considerações finais, procuramos retomar em linhas gerais os argumentos utilizados no decorrer de dissertação – tentando evitar que o texto fique redundante, mas, ao mesmo tempo, procurando enfatizar os principais achados da pesquisa. Ainda, visamos elaborar algumas hipóteses para um diálogo frutífero entre Marx e o pós-colonialismo. Ao nosso ver, são duas as linhas de força que marcam a elaboração marxiana nos textos estudados e que deveriam ser levadas em conta por teóricos do pós-colonialismo que queiram adotar um ponto de vista crítico a respeito do atual momento do capitalismo: (i) a busca pelo empírico, isto é, pelas condições materiais reais em dado momento histórico. E (ii), a atenção para as lutas do período; nelas é que o filósofo irá identificar as possíveis tendências emancipatórias presentes na própria realidade, além de tentar influir nos rumos destas. Marx se coloca, assim,

como um agente político atuante, como um componente nas lutas que estão sendo travadas ao seu redor. Seus escritos são ao mesmo tempo análises e armas de combate.

INTRODUÇÃO

PERSPECTIVA METODOLÓGICA: O PENSAMENTO-LUTA MARXIANO

Dois anos antes de morrer, Marx recebeu a visita de um jornalista, que passou alguns dias com ele. Um dos trechos da conversa, relatada pelo cientista político August Nimtz, é memorável:

[D]urante um momento de silêncio, eu interpelei o revolucionário e filósofo com estas fatídicas palavras: “o que é?”. E pareceu, por um momento, que sua mente estivesse invertida, enquanto olhava o mar rugindo à frente e a multidão inquieta sobre a praia. “O que é?”, eu havia perguntado, ao que ele respondeu, num tom profundo e solente: “Luta!”¹. (NIMTZ, 2000, p. 1)

A passagem é emblemática, pois exprime a qualidade que melhor resume a obra e a vida de Marx: sua disposição para levar adiante uma luta. A característica aparece novamente em suas respostas ao Questionário Proust: “Sua ideia de felicidade: *lutar*. Sua idéia de tristeza: *se submeter*” (NIMTZ, 2000, p. 2). É preciso manter essa imagem em mente. Marx foi, antes de tudo, um revolucionário², alguém comprometido com a luta social e com a mudança das condições de vida dos oprimidos. Este é, de certa forma, o princípio metodológico que orientou sua produção intelectual: enxergar as lutas e responder a elas para que as mesmas alcancem o maior potencial emancipatório possível. Marx sempre alimentou uma confiança muito grande na habilidade do oprimido de se libertar de seu opressor. A todo instante, lendo sobre sua vida e sobre sua obra, nota-se um desejo incessante de estabelecer um programa de libertação, um conjunto de ideias que transformasse o mundo a seu redor e que fosse o mais amplo possível – que em última instância abarcasse toda humanidade. Em Marx – assim como em Engels –, a luta está presente em sua prática e em sua teoria, e um estudo sobre sua obra que deixe de lado este elemento não estará sendo fiel ao espírito com que Marx escreveu suas principais obras.

Nesse sentido, o vínculo pensamento-luta cumpre um papel duplo em nosso trabalho: é a partir dele que nos aproximamos da obra de Marx e é ele que consideramos a principal contribuição do autor à reflexão pós-colonial – aliás, o lugar central que o sujeito subalterno ocupa no conjunto de intervenções que se acostumou denominar pós-colonial havia sido antecipado em quase um século pela obra de Marx. É importante anotar – e nossa dissertação caminha nesse sentido – que o conceito de proletariado marxiano, antes de ser apenas

¹ As obras em língua estrangeira citadas neste trabalho foram traduzidas por mim, a menos que indicado o contrário.

² Como Engels afirmou no funeral de seu parceiro: “Marx foi, antes de mais nada, um revolucionário [...]. A luta era sua matéria-prima” (ENGELS, 1883).

descritivo-sociológico, é também filosófico-ontológico. Isto fica claro quando Marx analisa as lutas na Índia, na China e na Irlanda, lugares onde não havia um proletariado industrial bem estabelecido. Apesar disso – e no caso irlandês isto fica mais flagrante –, Marx não considera tais lutas irrelevantes; pelo contrário: aposta nelas, argumenta contra a imprensa da época que as combatia, as critica quando considera necessário – embora sempre visando seu fortalecimento. Com relação à luta do povo irlandês, Marx chegou a considerá-la central para a revolução internacional. Uma luta nacional, de um povo colonizado e periférico.

Além disso, se aproximar de Marx com as lentes da luta social nos permite observar com mais acuidade seu pensamento em movimento. Suas ambivalências, oscilações, indecisões. Suas avaliações a respeito das lutas não são sempre unívocas. Na verdade, o processo de elaboração conceitual marxiana é uma estrada cheia de desvios, bifurcações, idas e vindas, e não um caminho retilíneo único. O que permanece uma constante em seu trabalho é a busca pelo conteúdo emancipatório mais radical das lutas do seu presente histórico.

Friedrich Engels enfatiza, no prefácio de 1888 ao *Manifesto Comunista*, o envelhecimento e a historicidade do pensamento de Marx e do seu. Nessa direção, Jacques Derrida considera a herança de Marx como uma tarefa e não como algo dado:

que outro pensador jamais alertou seu leitor nesse sentido tão explícito? [...] quem jamais clamou pela transformação por vir de suas próprias teses? [...] E acolheu antecipadamente, além de toda programação possível, a imprevisibilidade de novos saberes, de novas técnicas, de novas conjunturas políticas? (1994 [1993], p. 29)

Desse modo, é evidente que os textos de Marx trazem, necessariamente, marcas de seu tempo – tanto no conteúdo, quanto na forma – de modo que devemos tomar o cuidado de não fazer uma interpretação apologética, nem anacrônica, da evolução da teoria social marxiana; isto é, de não tornar Marx um “herói positivo”: alguém sempre seguro do que queria e a todo momento marchando decidido para a frente” (FREDERICO, 1995, p. 10). Perante um itinerário tão intenso e conturbado como o percorrido por Marx durante sua vida, tentaremos acompanhar, no decorrer de nosso trabalho, alguns dos impasses e ambiguidades apresentados pelo autor.

O eixo condutor de nossa exposição estará, portanto, nas complexas relações de Marx com as lutas de seu período histórico³ (TIBLE, 2013, p. 15-18). Nelas, passa o *fio vermelho*

³ Aricó (2009 [1980], p. 185) observa que “a forma teórica revolucionária do marxismo é o resultado de sua conexão com o movimento revolucionário real; [...] é a ‘expressão’ (com tudo de inexato que tem esta palavra) teórica do próprio proceso de constituição do movimento revolucionário real”. Recentemente, Tible vem

responsável pela costura de ideias díspares, por vezes contraditórias, que Marx irá retirar de seu contexto de origem, retrabalhá-las e repensá-las inúmeras vezes, em um processo permeado por guinadas e reorientações (FREDERICO, 1995, p. 10). Ao enfrentar as questões de sua época diretamente, Marx se modifica e modifica os seus próximos. De fato, a segunda metade do século XIX – e, na verdade, todo o século XX e nosso ainda jovem século XXI – foi profundamente marcada pelas ideias de Marx. Ao mesmo tempo, tais ideias foram conformadas no contato do autor com os grandes combates de seu tempo. Considerar Marx desse ponto de vista é a melhor forma de contribuir para a realização do marxismo hoje, se o considerarmos, como Derrida, uma tarefa em aberto⁴. Assim, nosso trabalho se localiza em uma tradição de interpretação específica da obra de Marx, que visa ressaltar a importância das lutas para seu pensamento

Seria um equívoco separar, abstratamente, a teoria e a prática marxianas, se observarmos que elas sempre andaram juntas. Como observam os biógrafos de Marx Boris Nicolaievsky e Otto Maenchen-Helfen, “separar teoria e prática era completamente estranho à natureza de Marx. Como, então, poderíamos compreender sua vida, exceto como uma unidade entre pensamento e ação”? (NICOLAIEVSKY; MAENCHEN-HELFEN, 1936, p. vi). Inclusive, os momentos mais marcantes de sua trajetória coincidem com certas lutas. A formação intelectual, em sua juventude, foi marcada por um contexto de lutas contra o absolutismo prussiano⁵ (BLUMENBERG, 2000; GABRIEL, 2013; MCLELLAN, 2006; NICOLAIEVSKY; MAENCHEN-HELFEN, 1936)⁶.

Alguns exemplos dessa inter-relação podem ser encontrados em: seu primeiro texto sobre uma questão material (TIBLE, 2012, p. 59), em que se coloca prontamente ao lado dos camponeses pobres que coletavam madeira (MECW, 1, p. 224-64). Quando entra em contato com o movimento operário revolucionário na França (FREDERICO, 1995, p. 12). O levante

contribuindo para desenvolver esta perspectiva em inúmeros trabalhos. Cf. Tible, 2012, p. 17-8; 2013, p. 17, 59; 2014, p. 218; 2017, p. 36.

⁴ Na mesma obra, o filósofo francês afirma que “Na releitura do manifesto e de algumas outras grandes obras de Marx, disse, a mim mesmo, que conhecia poucos textos na tradição filosófica, talvez nenhum outro, cuja lição parecesse mais urgente nos dias de hoje [...]. Nenhum texto da tradição parece tão lúcido quanto à mundialização em andamento na política, quanto à irredutibilidade do técnico e do midiático na ótica do pensamento mais pensante [...]. e poucos textos foram tão luminosos no que concerne ao direito, ao direito internacional e ao nacionalismo ” (1994 [1993], p. 29)

⁵ Os biógrafos de Marx consultados são unânimes ao afirmar que tais fatos causaram grande impacto em Marx: “[...] Não pode haver dúvidas a respeito do interesse com o qual ele [Marx] seguiu estes acontecimentos, os quais preocupavam de perto seus professores, colegas e a ele mesmo” (NICOLAIEVSKY; MAENCHEN-HELFEN, 1936, p. 13).

⁶ Como resultado, em um ensaio sobre a escolha da profissão, o juveníssimo Marx ressalta a importância de trabalhar pelo bem comum: “o principal objetivo que deve nos orientar na escolha da profissão é o bem-estar da humanidade e nosso aperfeiçoamento. [...] a natureza da pessoa humana é constituída de tal forma que ela só pode alcançar sua própria perfeição trabalhando pelo bem do outro” (MECW, 1, p. 7).

dos trabalhadores na região da Silésia (GABRIEL, 2013, p. 95; LÖWY, 2002, p. 134). As lutas da primavera dos povos de 1848, a comuna de Paris, de 1871, os embates dos camponeses russos, no fim de sua vida (TIBLE, 2012, p. 17). A lista poderia prosseguir indefinidamente. Para nossa dissertação, são marcantes três grandes momentos de combate: a Revolta dos Cípiaios, na Índia; a Segunda Guerra do Ópio, na China e a luta dos Fenianos, na Irlanda.

Trabalhar Marx nessa perspectiva nos permite ressaltar seu compromisso político com a luta anticolonial. Veremos que as inflexões na análise de situações coloniais se dão na medida em que nosso autor se deixa afetar por essas lutas diversas, protagonizadas pelos próprios sujeitos coloniais. Assim como não inventou o proletariado, Marx não aparece com uma perspectiva anticolonial conformada desde o início, elaborada teoricamente com base em princípios transcendentais. Pelo contrário, o contexto intelectual em que opera é marcado pela convicção eurocêntrica e evolucionista de que a Europa ocidental consistiria no auge da evolução da humanidade até então e é deste contexto que Marx irá partir. Ter em mente que “a teoria marxista da luta de classes é, ela mesma, luta de classes” (ARICÓ, 2009 [1980], p. 185) e que o pensamento marxiano é “apenas um modo de fazer teórico do que o movimento histórico real da classe proletária leva a cabo na prática” (ARICÓ, 2009 [1980], p. 185–6) é então central para o ponto de vista que defenderemos neste trabalho, tanto no que se refere à compreensão de seu pensamento, quanto de sua principal contribuição para o pós-colonialismo.

MARX E AS TEORIAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: DO *MAINSTREAM* AO PÓS-COLONIALISMO

O campo de estudo das relações internacionais se institucionalizou no entre-guerras⁷ e permaneceu, durante a maior parte do século XX, restrito a um pequeno grupo de pesquisadores, em sua maioria provenientes dos departamentos de Ciência Política de universidades dos Estados Unidos, o que marcou a supremacia estadunidense na área, ao menos até a década de 1980 (HOFFMAN, 1977)⁸. Neste contexto, a presença de Marx era diminuta, apesar de relativamente constante. Ninguém podia deixar de mencioná-lo, mas o

⁷ O nascimento institucional da disciplina de Relações Internacionais ocorreu em 1919, em Aberystwyth, no Reino Unido. Carr (2001 [1939], p. 4) explica tal institucionalização – que ele chama de “nascimento de uma nova ciência” – como uma decorrência da agitação popular contra os tratados secretos, que seria “o primeiro sintoma da demanda pela popularização da política internacional”. Em sua visão, portanto, “a ciência da política internacional [...] surgiu em resposta a uma demanda popular”.

⁸ De acordo com Hirst (1992, p. 64), há uma “estreita conexão entre os paradigmas dominantes na disciplina RI e a posição hegemônica da nação norte-americana”. Curiosamente, seu texto adota uma dialética peculiar e, logo à frente, afirma que a lentidão no desenvolvimento da disciplina no Brasil deveu-se à insistência, equivocada em seu ponto de vista, em enxergar as RIs como “um campo do conhecimento associado ao projeto de poder hegemônico” (ibid., p. 64).

fazia apenas superficialmente, para logo refutá-lo com base em caricaturas construídas e reproduzidas acriticamente. A seguir, analisaremos como foi a recepção de Marx no *mainstream* da disciplina de Relações Internacionais – (neo)realismo e (neo)liberalismo – e nos principais nomes da Escola Inglesa (Hedley Bull) e do Construtivismo (Alexander Wendt).

Em sua tese de doutorado, Kenneth Waltz afirma que “Marx e os marxistas representam o mais pleno desenvolvimento da segunda imagem” (WALTZ, 2004 [1959], p. 157) – isto é, aquela que reduz “o comportamento exterior em geral” à “estrutura interna dos Estados” (WALTZ, 2004 [1959], p. 156). No que consiste, para Waltz, o ponto de vista marxista? Segundo ele, “as partes componentes da análise marxista são tão bem conhecidas que basta apresentá-las de maneira resumida” (WALTZ, 2004 [1959], p. 157), da onde decorre uma clara vulgarização: “Os Estados capitalistas provocam a guerra, e o socialismo é sinônimo de paz. [...] Mas um mundo de Estados seria um mundo de paz? Essa pergunta nunca pode ser respondida a partir das obras de Marx e de Engels [...]” (WALTZ, 2004 [1959], p. 159). Waltz se limita a um texto da dupla – o *Manifesto Comunista* – e chega à conclusão de que... não se pode concluir nada. Segundo ele, o ponto mais importante da teoria marxista está no fato dela “subordinar o problema da guerra e da paz ao triunfo do proletariado mundial revolucionário, ponto no qual os homens não vivem mais em Estados, mas estão unidos em uma livre associação não política” (WALTZ, 2004 [1959], p. 159). Antes desse momento – do “sucesso mundial” da revolução proletária –, Marx e Engels não teriam nada a contribuir às Relações Internacionais – que se reduzem a questões de guerra e paz. Dai em diante, Waltz abandona Marx e passa a tratar da reflexão de marxistas posteriores, em especial da atuação política da Segunda e da Terceira Internacionais (WALTZ, 2004 [1959], p. 160-195).

Hans Morgenthau 11 anos antes já ia na mesma toada, afirmando que “para Marx e seus partidários, o capitalismo está na raiz da discórdia e da guerra internacional”, de modo que, para eles, “o socialismo internacional acabará com a luta pelo poder no cenário internacional e trará a paz permanente” (MORGENTHAU, 2003 [1948], p. 61). Trata-se, segundo ele, de um “modo bitolado de pensar” (MORGENTHAU, 2003 [1948], p. 78), que ignora a distinção ontológica entre o nacional e o internacional. O “fundamento para todo pensamento marxista”, diz Morgenthau, encontra-se na convicção “de que todos os problemas políticos constituem o reflexo de forças econômicas” (MORGENTHAU, 2003 [1948], p. 103). Vale notar que Morgenthau não faz referência a nenhuma obra de Marx em sua bibliografia.

As referências a Marx rareiam em “Theory of International Politics”, de 1979, obra mais famosa de Waltz, normalmente referida como marco fundador do neorealismo, ou realismo defensivo. Nela, Waltz se ocupa rapidamente das teorias do imperialismo –

reducionistas segundo ele –, e se refere a Marx em pouquíssimas situações. Uma delas, curiosamente, é um dos temas centrais de nosso trabalho. Argumentando contra aqueles que consideravam que as “relações imperialistas entre os ricos e os pobres é a explicação principal para o bem-estar de poucos e o sofrimento de muitos”, Waltz afirma que “Marx [...] parece mais próximo da verdade, ao acreditar que se uma intervenção dos países capitalistas mais dinâmicos, o mundo não-coidental teria permanecido em sua condição atrasada para sempre” (WALTZ, 2010 [1979], p. 33). Trata-se de uma interpretação, embora enviesada e parcial, recorrente da obra de Marx.

John Mearsheimer (2001, p. 191) menciona Marx uma única vez, para destacar que a atuação internacional da União Soviética não seguia os princípios marxianos. No caso da chamada Escola Inglesa, em seu clássico “A Sociedade Anárquica” Hedley Bull menciona Marx em poucas passagens, sem desenvolver em nenhuma delas nem uma crítica direta, nem uma interpretação de seu pensamento. Quanto aos liberais, Keohane afirma em seu “After Hegemony” que ele leva os conceitos marxianos a sério (KEOHANE, 2005 [1984], p. 12), mas confunde marxiano e marxista, já que aborda, apenas, textos de teóricos posteriores a Marx – a única obra de Marx em sua bibliografia é o “18 Brumário...”. Embora o faça com relativo cuidado – ao menos em comparação com os (neo)realistas –, Keohane recusa as categorias marxistas, visto que “as explicações marxianas das ‘leis do capitalismo’ não estão suficientemente bem estabelecidas [...]. ainda que existam contradições fundamentais no capitalismo, [...] a existência e a natureza destas contradições me parecem demasiado obscuras para justificar incorporá-las em meu quadro analítico” (KEOHANE, 2005 [1984], p. 44). Em seu livro “Power and Interdependence”, escrito em coautoria com Joseph Nye, há outra recusa em abordar o pensamento marxiano. Os autores afirmam no prefácio que “nós não somos nem simpáticos o bastante com a perspectiva marxista, nem sabemos o suficiente de suas sutilezas, para desenvolver um modelo marxista próprio” (KEOHANE; NYE, 2012 [1977], p. xviii). A única obra de Marx em sua bibliografia é o “Manifesto Comunista”. Em seu famoso artigo “Anarchy is what states make of it”, Wendt (1992) não cita Marx uma vez sequer – em seu livro de 1999, “Social Theory of International Politics”, Wendt se refere aos “marxistas”, mas nenhuma menção ao pensamento de Marx diretamente (WENDT, 1999). A lista poderia continuar, mas creio que o ponto a respeito do relativo esquecimento de Marx por parte das Relações Internacionais já está claro.

Até aqui, vimos como Marx foi tratado pelo *mainstream* da disciplina. No entanto, diversas leituras a respeito da história da disciplina veem enfatizando sua abertura em tempos recentes. Como coloca Cruz,

Até algum tempo atrás, no conjunto das ciências sociais, a área das relações internacionais constituía um campo relativamente fechado, pouco permeável, no qual se encontravam em permanente confronto representantes distintos de duas grandes tradições. Nas duas últimas décadas, porém, esse quadro vem sendo profundamente alterado. A tensão original continua existindo, mas os termos do debate na área não são mais ditados por ela. (CRUZ, 2004, p. 15)

Esta recente pluralidade de perspectivas possibilita uma redefinição do campo de estudos das Relações Internacionais, aumentando o espaço de diálogo com outras disciplinas das ciências sociais e introduzindo novos temas de pesquisa (CRUZ, 2004; HALLIDAY, 2007 [1994]). Neste contexto, o pós-colonialismo aparece como uma corrente crítica com grande potencial para contribuir com a necessária reconfiguração da disciplina das Relações Internacionais, em especial nos seguintes campos: na revisão da historiografia a respeito das relações internacionais, na subversão de conceitos centrais à disciplina, como poder e Estado e, por fim, promovendo uma espécie de giro epistemológico, ao problematizar a geopolítica do conhecimento.

De uma perspectiva mais ampla, a principal contribuição das teorias pós-coloniais às ciências sociais em geral foi ter constatado o profundo vínculo entre o surgimento dos Estados nacionais na Europa e a consolidação do colonialismo europeu no além-mar; do vínculo, enfim, entre modernidade e colonialismo (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 83)⁹. A negação persistente deste vínculo, em contrapartida, significou a limitação de boa parte das ciências sociais – em especial, nas teorias de Relações Internacionais (ACHARYA; BUZAN, 2010) e nas chamadas teorias da Modernização (COSTA, 2006, p. 3). Segundo Castro-Gómez (2005, p. 83 – *itálicos no original*), “impregnadas desde suas origens por um imaginário eurocêntrico, as ciências sociais projetaram a ideia de uma Europa ascética e autogerada”, na qual a transição da tradição à modernidade teria se dado de modo natural, ou autônomo, resultado da “ação [de] *qualidades inerentes* às sociedades ocidentais [...] e não da interação colonial da Europa com a América, a Ásia e a África a partir de 1492”.

Ou então, como lembrou, o filósofo italiano Sandro Mezzadra (2008, p. 17 – *itálicos no original*), o pós-colonialismo oferece uma contribuição decisiva para “a renovação de nosso modo de enxergar a modernidade em seu conjunto”, propondo uma “história *global* da modernidade”, que deve ser lida “a partir de uma pluralidade de lugares e experiências, no

⁹ Nas palavras de Costa (2006, p. 7), “a releitura pós-colonial da história moderna busca reinserir, reinscrever o colonizado na modernidade, não como o outro do ocidente, sinônimo do atraso, do tradicional, da falta, mas como parte constitutiva essencial daquilo que foi construído, discursivamente, como moderno”.

cruzamento entre uma multiplicidade de olhares que desestabiliza e descentra toda narração ‘eurocêntrica’”. Nesse sentido, questiona-se qualquer interpretação que relegue à expansão colonial um lugar “periférico”, afirmando, pelo contrário, sua “função *constitutiva* na experiência global da modernidade” (ibid., p. 17 – grifos no original). Um dos exemplos de tal contribuição é a obra de Enrique Dussel “1492. El encubrimiento del outro. Hacia el origen del mito de la modernidade”. Resultado de uma série de conferências realizadas pelo autor em outubro de 1992 para o *Wolfgang Goethe Universitat de Frankfurt*, o livro constitui-se num esforço de pensar a “outra face” da modernidade: a experiência latino-americana. Embora a modernidade tenha um *conceito* emancipador, por trás deste reside um aspecto mítico de justificação da violência colonial. Para isso, o filósofo argentino irá enfatizar que a conquista da América, além de um “descobrimento”, foi também um encobrimento: o *Outro* latino-americano foi negado em sua distinção¹⁰, sendo então

forçado, subsumido, alienado a incorporar-se à Totalidade dominadora como coisa, como instrumento, como oprimido, como “encomendado”, como “assalariado” (nas futuras fazendas) ou como escravo africano (nos engenhos de açúcar ou outros produtos tropicais). (DUSSEL, 1992, p. 41)

Neste sentido, Dussel enfatiza o aspecto militar e violento da conquista, além de ressaltar as “diversas formar da *nova dominação* que a Modernidade iniciava na Periferia mundial” (DUSSEL, 1992, p. 41 – grifos no original). O “Eu” europeu colocava-se numa posição de superioridade divina frente ao “Outro” primitivo, local; é aqui que a modernidade irá elaborar seu mito principal: o da justiça da “violência civilizadora”, isto é, a violência como necessária para instauração da civilização, do cristianismo¹¹, etc. Outro autor que segue o mesmo caminho, embora de uma perspectiva algo distinta, é Walter Mignolo e seu “The Darker side of the Renaissance” (1995). Por meio de uma análise culturalista, Mignolo irá pensar o papel da linguagem na colonização do chamado Novo mundo, indo da literatura à cartografia, passando pela semiótica, pela história e pela historiografia. Sua tese principal é que o humanismo renascentista foi um fenômeno mundial (e não apenas europeu), uma vez que se desenvolveu no interior do sistema-mundo capitalista, surgido no século XVI. Este é o cenário global no qual o pensamento humanista irá se desenvolver e ele não pode ser corretamente

¹⁰ Em sua *Filosofia da Libertação*, o autor distingue entre o “diferente” como interno à totalidade e o “distinto” como real alteridade. Cf. Dussel, 1992, p. 41

¹¹ Hoje em dia – em tempos de “futuras ‘modernizaciones’” (DUSSEL, 1992, p. 74) –, a violência se justifica como meio para levar a democracia, o livre mercado, etc., de modo que, de certa forma, a própria estrutura argumentativa justificativa da violência para com o Outro permanece, em certo sentido, atual (ibid., p. 74).

apreendido se não considerarmos o que o sociólogo peruano Anibal Quijano denominou “heterogeneidade estrutural”: o fato de o moderno e o colonial serem fenômenos simultâneos no tempo e espaço¹².

Ademais, as contribuições pós-coloniais no campo da historiografia, por exemplo, questionam fortemente uma perspectiva linear e progressiva do tempo histórico, como se todos os povos e nações do mundo estivessem destinados a repetir a trajetória evolutiva europeia. Um exemplo importante desta crítica é a obra de Chakrabarty e sua crítica do “historicismo” moderno (2000, p. 6 e ss.). Ao expor os vínculos entre as perspectivas unilineares e evolucionistas que tomam a Europa como centro e modelo único para os outros povos e as empresas coloniais e seus sistemas concretos de dominação, a crítica pós-colonial possibilita um verdadeiro “*deslocamento* da história moderna que se mostra muito mais radical e interessante do que qualquer crítica ‘culturalista’ simples do ‘eurocentrismo’” (MEZZADRA, 2008, p.19 – grifos no original).

Em vez de adotar a narrativa linear – presente tanto nas perspectivas apologéticas do colonialismo, isto é, aquelas que buscam na empresa colonial uma certa missão civilizatória, quanto nas perspectivas críticas tradicionais que enfatizam a violência colonial, segundo as quais o sistema-mundo moderno vai se formando a partir da expansão unilateral do centro às periferias –, a crítica pós-colonial (ou, ao menos, a parte dela que mais nos interessa aqui), considera as colônias como *laboratórios da modernidade*, afirmando uma espécie de movimento simultâneo e contrário, que vai das colônias às metrópoles. Mostrando, assim, o caráter constitutivamente híbrido do sistema colonial (MEZZADRA, 2008, p. 19)¹³. Neste sentido, é possível enxergar verdadeiras “antecipações coloniais na história dos dispositivos econômicos, sociais e políticos que desempenharam um papel essencial na definição da modernidade” (MEZZADRA, 2008, p. 20)¹⁴.

Ou seja, não se trata apenas de enfatizar a importância dos vínculos entre colonialismo, modernidade e capitalismo, mas também de observar como as lógicas de controle colonial vão

¹² Além disso, alguns desses autores – como Mignolo (2002) e Castro-Gómez (2006) estenderão o argumento para o momento atual, considerando a pós-colonialidade como a “outra face” ou o “lado obscuro” da pós-modernidade.

¹³ Importante observar que o conceito de hibridismo não possui, aqui, um caráter apologético, como em alguns estudos.

¹⁴ Como exemplos dessas antecipações, podemos considerar a origem colonial do sistema de fábrica moderno – em especial nos complexos sistemas de plantation instalados nas “Índias ocidentais” entre os séculos XVI e XVII, além da função essencial desempenhada pela escravidão e outras formas de trabalho não-livre no desenvolvimento do trabalho assalariado na Europa (MEZZADRA, 2008, p. 20).

se adaptando e se reconfigurando a novas condições históricas. É nesse sentido, também, que devemos considerar o nosso momento como “pós-colonial”¹⁵. Segundo a leitura de Mezzadra,

O tempo pós-colonial é aquele no qual a experiência colonial parece estar, de forma simultânea, relegada ao passado e, precisamente devido às modalidades nas quais se produz esta ‘superação’, instalada no centro da experiência social contemporânea – com toda a carga de dominação, mas também com toda a capacidade de insubordinação que distingue esta experiência. A reclusão, que é a verdadeira chave ‘epistêmica’ do projeto de exploração colonial do Ocidente e da resistência a ele, já não organiza uma cartografia capaz de distinguir inequivocamente a metrópole das colônias, dado que estas explodem e se recompõem continuamente em escala global. O que sugere a categoria do pós-colonial é que a unidade do mundo, o objetivo de tantos projetos ‘cosmopolitas’, acabou por se realizar sob formas ambivalentes. (MEZZADRA, 2008, p. 263 – grifos no original)

Estas fronteiras já estão borradas, por exemplo, na consideração que Aimé Césaire faz, em 1955, do fascismo como uma manifestação, na própria Europa, da lógica de controle e de exclusão do colonialismo. Assim, o grande tabu do fascismo foi ter aplicado a sujeitos europeus a violência que, até então, só havia sido concebível no mundo colonial¹⁶. Ou seja – e para seguir o raciocínio também desenvolvido por Du Bois em *The Modern World and Africa* – a partir do momento em que os *dispositivos* de controle e dominação¹⁷ pensados para e na experiência colonial se trasladam para os espaços metropolitanos nos encontramos, em alguma medida, em uma época pós-colonial (MEZZADRA, 2008, p. 265). É precisamente neste deslocamento que está a hibridização da nossa condição pós-colonial.

Ao pôr em evidência o laço que o conecta com o anti-colonialismo, o pensamento pós-colonial pode prover uma genealogia crítica do presente das mais interessantes e completas. Pode, com outras palavras

¹⁵ E não como um momento de fechamento, em que o colonialismo e seus efeitos tivesse, enfim, terminado e o mundo estivesse reconciliado numa globalização justa.

¹⁶ Mais recentemente, Appiah recoloca a questão em termos um pouco distintos: “a lição que os africanos aprenderam dos nazistas [...] não foi o perigo do racismo, mas a falsidade da oposição entre uma ‘modernidade’ europeia e humana e a ‘barbárie’ do mundo não-branco. Nós sabíamos, antes, que o colonialismo europeu poderia devastar vidas africanas com uma facilidade descuidada (*careless ease*); agora, sabemos que as pessoas brancas podem usar as armas assassinas da modernidade entre si” (APPIAH, 1992, p. 6). Em *Origens do Totalitarismo*, Hannah Arendt avança argumento similar. Cf. Arendt, 1958 [1951], p. 185-267. Cf. também a abordagem trazida por Mbembe, 2003, p. 21-5.

¹⁷ Por exemplo: a verificação da identidade pela impressão digital, a metralhadora, a guerra total praticada pelos europeus nas campanhas coloniais, os campos de concentração, etc. (MEZZADRA, 2008, p. 265). Costa (2006, p. 8) acrescenta, ainda, os projetos de reestruturação urbana experimentados primeiro no norte da África e depois aplicados na França.

Descrever criticamente a contínua reaparição, em nosso presente, de fragmentos das lógicas e dos dispositivos de exploração e domínio que caracterizam o projeto colonial moderno do Ocidente, reconhecendo, ao mesmo tempo, que estes dispositivos se constituem dentro de novas constelações políticas, profundamente instáveis e em contínua evolução. (MEZZADRA, 2008, p. 19)

Neste ponto, é importante fazer uma ressalva. Estamos discorrendo, aqui, a respeito da contribuição de um determinado conjunto de trabalhos associado aos estudos pós-coloniais, mas que não esgota, nem determina, o campo por inteiro. É bom manter isso em mente, dado que, a seguir, quando analisarmos a forma como alguns pensadores pós-coloniais leram Marx, tentaremos focar naqueles autores e autoras que ganharam mais reconhecimento no mundo universitário anglo-saxão. Nesse sentido, pode nos ser útil a diferenciação que Krishna faz entre o pós-colonialismo como uma “perspectiva ampla sobre a história global”, uma perspectiva que enfatiza que “os desenvolvimentos dos últimos cinco séculos são inexplicáveis sem uma história do colonialismo, da conquista e do controle” (KRISHNA, 2009, p. 4). De outro lado, haveria a teoria pós-colonial que pode adotar – mas não necessariamente o faz – uma perspectiva pós-colonial: trata-se de um “conjunto de autores e escritos mais limitado, que remete ao fim dos anos 1970 e que compartilha da perspectiva pós-colonial em inúmeros aspectos, mas também se distancia dela em tantos outros” (KRISHNA, 2009, p. 4)¹⁸.

LEITURAS PÓS-COLONIAIS DA OBRA DE MARX

Em 1988, o professor da Universidade de Sussex John Maclean publicou artigo intitulado “Marxism and International Relations: A Strange Case of Mutual Neglect”, no qual argumenta sobre o sucesso da disciplina de Relações Internacionais em remover o pensamento de Marx como uma possível contribuição para seus debates (MACLEAN, 1988, p. 295). De fato, Maclean foi extremamente preciso em sua avaliação¹⁹. Contudo, gostaríamos de argumentar que, mesmo com a recente abertura disciplinar, a situação não mudou muito. Afora alguns grupos de pesquisa – em geral, relegados à periferia, ou à periferia do centro, sem acesso a recursos e com pouco espaço para divulgação de suas pesquisas –, uma parcela importante

¹⁸ Curiosamente, Krishna liga a perspectiva pós-colonial diretamente a Marx. Cf. Krishna, 2009, p. 4-5; 7-30.

¹⁹ O próprio Maclean afirma, no mesmo artigo, que “minha posição inicial é uma de complete concordância com a proposição de que existe uma relative escassez de escritos marxistas que estejam diretamente e especificamente focados em Relações Internacionais” (MACLEAN, 1988, p. 296). Levantaremos, na próxima seção, algumas hipóteses de leitura da obra de Marx que sejam orientadas por questões internacionais.

das novas abordagens segue negligenciando a obra de Marx. Tentaremos abordar, agora, um outro estranho caso de negligência mútua: entre o marxismo e o pós-colonialismo.

Conforme mencionamos logo acima, em nossa breve ressalva, ao expor os ganhos trazidos pelo pós-colonialismo para as teorias de relações internacionais, enfatizamos as contribuições com as quais temos mais concordância teórica – autores que dialogam com a obra de Marx²⁰. Nesse sentido, visto por uma ótica que o vincula ao *anti-colonialismo*, o pós-colonialismo torna-se um campo em íntima relação intelectual com a obra de Marx, podendo elaborar críticas contundentes do capitalismo contemporâneo a partir desse diálogo. Contudo, os desenvolvimentos mais recentes da teoria pós-colonial têm se afastado desse caminho. É este, por exemplo, o diagnóstico de Bartolovich (2002, p.1):

Tem havido, de fato, pouco diálogo direto, sério, entre teóricos pós-coloniais e marxistas. A negligência (*neglect*)²¹ (ou mesmo ignorância) a respeito do marxismo nos estudos pós-coloniais foi, por vezes, contrabalançada pela desqualificação do campo inteiro dos estudos pós-coloniais por escritores marxistas²².

O autor aponta que o momento histórico do fim da URSS – quando o mundo assistiu ao “enterro mundial do socialismo” para lembrar Galeano (1990) – levou a um *boom* do campo pós-colonial e a uma debandada no campo do marxismo na academia em geral e em especial na metropolitana. Inúmeras revistas acadêmicas dedicadas aos estudos pós-coloniais surgiram: *Public Culture*, *Postcolonial Studies*, *Diaspora*, *Third Text* e *Interventions*, enquanto outras dedicaram números especiais ou dossiês à “teoria pós-colonial” ou à “condição pós-colonial” (BARTOLOVICH, 2002, p.2). Além dos próprios autores que construíram o campo, houve uma produção imensa de textos que o tomaram como seu objeto: Young (1990), Boehmer (1995), Childs e Williams (1997), Gandhi (1998), Loomba (1998), Moore-Gilbert (1997) e Quayson (2000), para ficar apenas com aqueles da última década do século XX.

Os estudos pós-coloniais que se conformaram enquanto *mainstream* a partir de então – isto é, aqueles que galgaram melhor aceitação no mundo universitário anglo-saxão – foram progressivamente se afastando de Marx e do marxismo. Segundo Hall, “os discursos do ‘pós-’ emergiram e foram (frequentemente de maneira silenciosa) articulados contra os efeitos práticos, políticos, históricos e teóricos do colapso de um certo tipo de marxismo economicista,

²⁰ Assim, deixaremos de lado nesta seção, as obras de autores como Dussel, Mezzadra, Spivak, Chakrabarty, etc.; pensadores que se localizam nos estudos pós-coloniais e se dedicam à obra de Marx.

²¹ Não à toa, a mesma palavra usada por Maclean reaparece aqui.

²² Não iremos tratar, aqui, por limitações de espaço e de tempo, da postura de escritores marxistas para com os estudos pós-coloniais.

teleológico e, no fim, reducionista” (HALL, 1996a, p. 258). Estes teóricos passaram a considerar este tipo específico de marxismo como único marxismo possível. Em seu lugar não foram propostos “modos alternativos de pensar sobre as relações econômicas e seus efeitos, [...] mas, pelo contrário, houve uma massiva, gigantesca e eloquente negação” (HALL, 1996a, p. 258). Como resultado, tem-se que a maior parte dos intelectuais deste pós-colonialismo *mainstream* deixou de fazer uma crítica efetiva do capitalismo, se afastando de questões concernentes à economia política e adotando, por vezes, abordagens idealistas e anti-históricas: “as duas metades do debate atual sobre a modernidade tardia – o pós-colonial e as análises dos novos desenvolvimentos do capitalismo global – se desenvolveram em relativo isolamento uma da outra” (HALL, 1996a, p. 257-58).

É este o diagnóstico de pensadores como Arif Dirlik, para quem “uma consideração da relação entre pós-colonialismo e capitalismo global” está “ausente dos escritos dos intelectuais pós-coloniais” (DIRLIK, 1994, p. 352), e Ella Shohat, que afirma que o pós-colonialismo passa a ser caracterizado por sua “vertiginosa multiplicidade de posicionamentos”, suas “colocações a-históricas e universalizantes” e suas “implicações despolitizantes” (SHOHAT, 1992, p. 99). De certa forma, o pós-colonialismo, afastado de Marx, recai em certa ambiguidade teórica e política, não se engajando numa análise crítica dos desdobramentos contemporâneos do capitalismo²³. Esse isolamento recíproco leva a perdas teóricas dos dois lados²⁴. Por isso, consideramos urgente restabelecer um diálogo produtivo entre ambos; pensar, enfim, a possibilidade de um marxismo pós-colonial, ou de um pós-colonialismo marxista.

Como tentaremos mostrar neste trabalho, trata-se de um equívoco considerar este “marxismo economicista, teleológico e, enfim, reducionista” (HALL, 1996a, p. 258) como único existente. Percorremos a seguir as obras de alguns teóricos do pós-colonialismo para observar como tal imagem de Marx é elaborada. Ela se baseia, a nosso ver, em dois pontos principais: (i) a denúncia de certo eurocentrismo inescapável em sua obra e, com ele, a

²³ Este diagnóstico é feito dentro do próprio campo, o que mostra que ele está aberto a uma mudança que venha de dentro: “os desequilíbrios neo-coloniais na ordem mundial contemporânea [...] não foram tratados com tanto empenho pelos críticos pós-coloniais, que lidam muito mais com as sombras do passado colonial do que com as dificuldades do presente pós-colonial. Se os estudos pós-coloniais pretendem sobreviver de algum modo significativo, eles terão de lidar de forma mais profunda com o mundo contemporâneo e com as circunstâncias locais nas quais as instituições e ideias coloniais têm sido moldadas em práticas culturais e sócio-econômicas distintas, que definem nossa ‘globalidade’ contemporânea” (LOOMBA, 1998, p. 256-7). Cf. também a perspectiva de Krishna (2009).

²⁴ Por limitações inerentes a uma pesquisa de mestrado, não abordaremos a fundo as perdas teóricas que tal afastamento acarreta para o marxismo. Basta dizer que grande parte das críticas dirigidas a ele por pensadores do pós-colonialismo são válidas e deveriam ser acatadas e refletidas (embora, como comentaremos mais à frente, constitui um erro analítico – uma negação indeterminada – recusar *in toto* a obra de Marx e os marxismos em geral com base nesses questionamentos).

justificativa do colonialismo como missão civilizadora e, em último caso, progressista – ou seja, uma reprodução de uma narrativa corrente no período a respeito da colonização e da modernidade; (ii) o questionamento de uma suposta abordagem reducionista e economicista, que não daria a atenção devida a questões políticas ou nacionais.

Vejamos, então, como ocorre este desencontro entre o pós-colonialismo e Marx. Bartolovich (2002, p. 11) argumenta que “a crítica padrão dirigida ao marxismo pelos estudos pós-coloniais se baseia na acusação de que aquele seria eurocêntrico”. Pode-se dizer que tal perspectiva ganha força em especial após a publicação de “Orientalismo”, pelo crítico literário palestino Edward Said. Considerado por muitos como a obra fundadora do pós-colonialismo (ELÍBIO JR; DE ALMEIDA; LIMA et al., 2013, p. 445; MEZZADRA, 2008, p. 15), o livro traz uma leitura bastante unilateral da obra de Marx²⁵.

Said afirma que o orientalismo significa “diversas coisas, todas elas, [...], interdependentes” (SAID, 2001 [1978], p. 14). De uma maneira geral, seu argumento gira em torno da concepção do orientalismo como um “sistema de conhecimento sobre o Oriente, uma tela aceitável para filtrar o Oriente para a consciência ocidental” (ibid., p. 18). Trata-se, então, de uma “constelação de ideias” (ibid., p. 18), uma elaboração discursiva que visa a apreender, desde um ponto de vista europeu-ocidental²⁶ o Oriente, possibilitando, assim, sua dominação – e sendo sustentado, materialmente, por ela²⁷. Esta elaboração discursiva, afirma Said, possui coerência interna e representa determinada configuração de poder da relação entre o Ocidente e o Oriente, operando como um instrumento de conhecimento que embasa o imperialismo político.

Há, ainda, outra especificação a respeito do orientalismo, um pouco diferente da anterior, na qual este é visto como um “estilo de pensamento baseado em uma distinção ontológica e epistemológica entre ‘o Oriente’ e [...] ‘o Ocidente’” (ibid., p. 14). Nesta

²⁵ Segundo Jani (2002, p. 96), “a crítica da Said é parte da trajetória – que já tem 20 anos - de afastamento que os estudos pós-coloniais têm percorrido da metodologia e política marxistas”. É preciso considerar, todavia, que, embora normalmente os comentadores aludem às referências pós-estruturalistas de Said (COSTA, 2006, p. 3), assim como os *Subaltern Studies*, o palestino deve muito à obra do marxista italiano Antonio Gramsci. Além disso, muitas das inspirações de Said em sua crítica do orientalismo (tais como Williams, Althusser, Rodinson e Abdel-Malek) possuíam em Marx uma referência metodológica importantíssima. Sobre isso, ver Achcar, 2013, p. 38 e Ahmad, 1992, p. 200.

²⁶ Tendo em vista o maior envolvimento franco-britânico no Oriente, a partir do início do século XIX e até a ascendência americana após a Segunda Guerra, Said trata o orientalismo, prioritariamente, como uma empresa cultural francesa e britânica, num primeiro momento, e, posteriormente, estadunidense. É da proximidade com o Oriente por parte das três potências imperialistas – em momentos distintos, conforme mencionado acima – que surge o “grande corpo de textos” que o palestino chama de orientalistas (SAID, 2001 [1978], p. 16).

²⁷ Said lembra que “o cientista, o erudito, o missionário, o negociante ou o soldado estavam no Oriente, ou pensavam nele, porque *podiam estar lá*, ou podiam pensar sobre ele” (SAID, 2001 [1978], p. 19 – grifos no original). Ou seja, a relação de poder desigual possibilita o orientalismo, o qual, por sua vez, contribui para sustentar tal relação.

perspectiva, o orientalismo funcionaria como uma forma de estruturar o pensamento a partir de oposições binárias entre o Ocidente e o Oriente: neste caso, inclui-se qualquer autor que tenha aceitado a “distinção básica entre Oriente e Ocidente como o ponto de partida para elaboradas teorias, épicos, romances, descrições sociais e relatos políticos a respeito do Oriente, dos seus povos, costumes, ‘mente’, destino e assim por diante” (ibid., p. 14). É precisamente neste sentido mais geral de orientalismo que Said irá localizar Marx pela primeira vez: “*este* orientalismo pode acomodar Ésquilo, digamos, e Victor Hugo, Dante e Karl Marx” (ibid., p. 15 – grifo no original).

Mais à frente, Said retoma a citação d’*O dezoito brumário de Luís Bonaparte*, já utilizada como epígrafe da obra, para afirmar que o orientalismo é movido pela exterioridade da representação, segundo a qual “se o Oriente pudesse representar a si mesmo, ele o faria; visto que não pode, a representação cumpre a tarefa para o Ocidente [...]” (ibid., p. 33), que terá a autoridade para dizer o que o Oriente – e o oriental – foi, é e deverá ser²⁸. Assim, o que está em jogo para o palestino não é a fidelidade da representação, mas “os estilos, figuras de linguagem, os cenários, mecanismos narrativos, as circunstâncias históricas e sociais [...]” (ibid., p. 32) – em suma, trata-se de um imperialismo mascarado de erudição, por meio do qual o Ocidente autoriza-se a si próprio a emissão de juízos peremptórios a respeito do Oriente, por meio dos quais é possível conhecê-lo e dominá-lo.

Posteriormente, Said irá localizar, nos escritos de 1853 sobre a Índia, a manifestação orientalista mais concreta de Marx, mais próxima do primeiro sentido – como um discurso de dominação, historicamente constituído, que embasa o imperialismo político. Por estar limitado, conceitualmente, a todo um conjunto de fontes idealistas, românticas e eurocêtricas (SAID, 2001 [1978], p. 161-4; DEL ROIO, 2008, p. 18-9; LINDNER, 2010, p. 6-8) – isto é, pela *episteme* de sua época, Marx reproduz um discurso que, ao fim e ao cabo, justifica a política colonizadora britânica. De acordo com o ponto de vista saidiano, os dois tipos de orientalismo seriam apenas dois momentos de uma mesma construção linguístico-discursiva, voltada para a dominação do Oriente pelo Ocidente²⁹.

²⁸ Neste sentido, o orientalismo consiste num projeto do Ocidente que toma o Oriente como outro constitutivo de si, como oposto complementar que, na prática, diz mais sobre o próprio Ocidente do que sobre o Oriente. Não se trata, assim, de um diálogo, mas de uma investigação: por meio da rede conceitual e discursiva orientalista, o Oriente pode ser perscrutado e tornado inteligível ao Ocidente, o qual mantém sua posição de superioridade que o autoriza a emitir discursos a respeito do outro.

²⁹ Para sermos mais exato, teríamos de distinguir três “tipos” de orientalismo na obra de Said (em sua obra, os três aparecem intimamente conectados): o ramo acadêmico, cujos vínculos políticos e interesses materiais Said visa iluminar (cf. nota 7 acima). O orientalismo como estilo de pensamento baseado numa distinção de ser (ontológica) e de modo de pensar (epistemológica) entre o Oriente e o Ocidente que estaria presente no orientalismo acadêmico,

O palestino, então, avança em seu argumento: apesar de certo tom denunciatório e de alguma empatia com o sofrimento indiano, Marx explicita, nestes artigos de 1853³⁰, “a ideia de que, mesmo destruindo a Ásia, a Inglaterra estava tornando possível uma verdadeira revolução social” (ibid., p. 161). Ou seja, faz-se presente aí a noção da “necessidade histórica dessas transformações” impostas pela Inglaterra à Índia. A análise econômica de Marx sobrepõe sua perspectiva humanista, recaindo num orientalismo banal. Por conceber a humanidade em termos coletivos genéricos e abstratos, Marx não é exceção ao discurso orientalista. Segundo Said, para Marx “o Oriente coletivo era mais fácil de usar para ilustrar uma teoria que as identidades humanas existenciais” (ibid., p. 163). Contudo, adverte o palestino, Marx fora capaz de experimentar certa solidariedade, de demonstrar alguma alteridade para com os indianos:

é como se a mente individual [de Marx] pudesse encontrar uma individualidade pré-coletiva, pré-oficial, na Ásia – encontrá-la e ceder às pressões que ela exerce sobre as emoções, as sensações, sentidos – apenas para renunciar a ela quando confrontada com um censor mais formidável no próprio vocabulário que se via obrigada a empregar. O que esse censor fazia era deter, e então expulsar, a solidariedade [...]. A experiência era desalojada por uma definição de dicionário: podemos quase ver isso acontecendo nos ensaios indianos de Marx, onde o que acaba acontecendo é que alguma coisa o obriga a correr de volta a Goethe, para então ficar aí, em seu protetor Oriente orientalizado. (ibid., p. 163-4).

Ou seja, o discurso orientalista estava tão bem estruturado, era um corpo de escrita tão consolidado, que nem mesmo Marx – sua “mente individual” – poderia evitá-lo ou contorná-lo. O argumento saidiano parece ganhar força quando se refere a Marx, pois demonstra que mesmo a possível identificação humana com o Oriente, por um autor crítico do capitalismo como Marx, se perde em generalizações orientalistas. Qualquer declaração feita sobre o Oriente seria controlada pelo orientalismo – caracterizado como “censor” ou “polícia lexicográfica”

mas não se limitaria a ele. A isto estamos denominando orientalismo *epistêmico* e a este tipo Marx teria ficado relativamente limitado em grande parte dos textos aqui estudados, apesar de marcantes variações nos diferentes momentos de sua obra. E, finalmente, o orientalismo como instituição organizada para “negociar” o Oriente, isto é, para permitir sua dominação, a que denominamos orientalismo *supremacista*. O argumento que iremos desenvolver é que especialmente neste âmbito se deu a maior mudança de perspectiva em Marx, passando de uma postura crítica, mas legitimadora, para uma crítica aguda, sem concessões, nem qualificativos.

³⁰ Said se refere a dois artigos do mesmo ano: “British rule in India” e “Future Results of British rule in India”.

(ibid., p. 164) –, o que dissolveria mesmo a menor possibilidade de empatia em uma necessidade de redenção pelo Ocidente (ibid., p. 165; 212)³¹.

Em *Culture and Imperialism*, Said volta a carga contra a Marx – porém em menor intensidade. Anota que “mesmo Karl Marx sucumbiu a pensamentos sobre a imutabilidade da vila asiática, da agricultura ou do despotismo” (1993, p. 151). Ou então, mais à frente, afirma que “mesmo pensadores dissidentes como Marx e Engels foram capazes de pronunciamentos tais quais aqueles feitos pelos porta-vozes dos governos francês e britânico [...]” (SAID, 1993, p. 168), procurando associá-los à política imperialista dos governos da época.

Gyan Prakash, embora reconheça que o marxismo sirva como “um poderoso desafio ao colonialismo”, nota que ele opera “com narrativas-mestras (*master-narratives*) que têm na Europa seu centro” (PRAKASH, 1992, p. 8). Mais especificamente, os ataques marxistas ao colonialismo seriam estruturados por uma “narrativa universalista do modo de produção” (PRAKASH, 1992, p. 8). Seu ponto é que existe uma “heterogeneidade irreduzível” entre a metrópole e a colônia, a qual não é corretamente apreendida pela perspectiva universalista marxiana. Prakash ressalta que reconhecer o eurocentrismo de Marx não implica abandonar o marxismo como um todo. No entanto, “estudantes da história (*history*) Indiana, que conhecem muito bem a ‘eurocentricidade’ (*Eurocentricity*) da memorável formulação de Marx a respeito do colonialismo britânico – segundo qual a conquista britânica teria inserido a Índia n’a História (*to History*) –, não podem, agora, considerar a estória (*story*) do modo-de-produção como um universal normativo” (PRAKASH, 1992, p. 14). A leitura que Prakash tem de Marx,

³¹ Como veremos, o argumento de Said é sólido, porém se concentra em um único conjunto textual: os escritos de Marx sobre a Índia de 1853. Veremos que, diferentemente dos eruditos orientalistas analisados por Said, Marx se solidarizou ativamente com as situações chinesa e indiana, criticando com dureza a postura britânica. Progressivamente, ele adotará uma postura mais crítica do colonialismo britânico, procurando apreender o lado “oriental” dos acontecimentos. Embora estivesse limitado pelo horizonte epistêmico da época, pelas fontes eurocêntricas – relatos de viajantes, documentos oficiais do colonizador britânico, etc. –, Marx não se furtou de modificar sua visão, ao ter contato com a luta por libertação do colonizado. Se, para Said, “nenhuma produção de conhecimento nas ciências humanas pode jamais ignorar ou negar o envolvimento de seu autor como sujeito humano em suas próprias circunstâncias” (ibid., p. 23), não se deve ignorar que Marx atua, incessantemente, em diversos artigos, contra o colonialismo britânico, assumindo decididamente uma postura pró-colonizado. Para o palestino, “não pode haver negação das circunstâncias mais importantes da realidade dele [isto é, do europeu que escreve sobre o Oriente]” (ibid., p. 23) e a realidade de Marx o impelia concretamente para a crítica do colonialismo. Se o orientalismo é “como um estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente” (ibid., p. 23), pode-se afirmar que Marx, apesar de não escapar de seu emaranhado lexicográfico, atua firmemente contra a pretensão de domínio do Ocidente sobre o Oriente, em especial quando abandona sua concepção unilateral e teleológica da história. Neste sentido, é preciso ir com e contra Said. Não se trata de negar seu argumento central, mas de especificar que Marx não se encaixa em seu esquema. A pretensão de dar força a sua posição acaba sendo contraproducente, pois Marx não carrega a “consciência geopolítica”, nem a “série de interesses”, muito menos está em intercâmbio com o poder política de sua época, mas exatamente contra ele. Ao definir Marx como autor orientalista, Said acaba reforçando a geografia imaginativa que visa a combates: reproduz com isso uma visão essencialista do Ocidente, postulando uma linha contínua da Antiguidade grega aos EUA do século XX e tomando como destino certa incapacidade do pensador europeu de produzir um conhecimento anti-orientalista. Esta é, inclusive, a crítica de autores como Al-Azm (1981) e Ahmad (1992).

como a da maior parte dos estudantes da história indiana, é aquela mediada por Said, que coloca ênfase nos textos sobre a Índia de 1853. Além disso, é curioso – e pouco claro – que Prakash entenda o pensamento marxiano como uma “estória do modo-de-produção” (*mode-of-production story*) ou uma “narrativa universalista sobre os modos de produção” (*universalist mode-of-production narrative*); e mais, uma que deva funcionar como um “universal normativo” (*normative universal*). Assim, “a encenação da narrativa do modo-de-produção como História (*History*)” – ou seja, o pensamento de Marx – “deveria ser vista como análoga ao imperialismo territorial do século dezenove” (PRAKASH, 1992, p. 14).

Homi Bhabha, em seu *Location of Culture*, faz duas referências diretas a Marx. Na primeira, menciona que o argumento – que tem como pano de fundo “ideologias moralistas e normativas de aperfeiçoamento reconhecidas como Missão Civilizatórias ou o Ônus do Homem Branco” (BHABHA, 1998 [1994], p. 127) – de que o “aparato de poder colonial” possui “sistemas e ciências de governo modernos, formas ‘ocidentais’ progressistas de organização social e econômica que fornecem a justificativa manifesta para o projeto do colonialismo” (BHABHA, 1998 [1994], p. 127) atraiu Marx. Sua referência é, sem dúvida, a leitura saidiana dos textos de Marx sobre a Índia de 1853, à qual fizemos referência acima.

A segunda, se refere à apreciação que Marx faz dos “povos errantes que não serão contidos dentro do *Heim* da cultura nacional e seu discurso uníssono [...]” (BHABHA, 1998 [1994], p. 231). Segundo Bhabha, Marx os vê como “o exército reserva de trabalho migrante que, ao falar a estrangeiridade da língua, cliva a voz patriótica da unissonância [...]” (BHABHA, 1998 [1994], p. 231). Veremos em detalhes como Marx aborda esta questão ao tratar dos trabalhadores pobres irlandeses na Inglaterra. Afora essas duas referências, não há mais nada, a não ser a recorrente referência a uma entidade abstrata que seria “o esquema dialético hegeliano-marxista” (BHABHA, 1998 [1994], p. 328); ou “uma dialética hegeliano-marxista” (BHABHA, 1998 [1994], p. 71); ou a “totalidade expressiva hegeliano-marxista” (BHABHA, 1998 [1994], p. 60), sem nunca especificar exatamente o que entende por esses termos e por essa associação.

Achille Mbembe em *On the Postcolony* critica a persistência de alguns intelectuais em uma tradição marxista ultrapassada, que opera como se “as condições de existência econômicas e materiais encontrassem uma expressão e um reflexo automáticos na consciência do sujeito” (MBEMBE, 2001, p. 5). Não trata diretamente da obra de Marx em nenhum momento. Já em *Necropolitics*, sustenta que existe em Marx uma lógica da história que aponta para certo determinismo, de modo que “a abolição da produção de mercadorias e o sonho do acesso direto e não mediado ao ‘real’ fazem desses processos [...] quase *necessariamente* processos

violentos” (MBEMBE, 2003, p. 20 – grifos no original). Além disso, afirma o camaronês, na obra de Marx existe um “telos pré-determinado da história”, que possui como “obstáculo principal” (*chief obstacle*) a pluralidade humana. Ou seja, “a superação das divisões de classe, o desaparecimento do Estado, o florescimento de um desejo verdadeiramente geral pressupõem [...] a erradicação da condição humana básica da pluralidade” (*the eradication of the basic human condition of plurality*) (MBEMBE, 2003, p. 20). No que conclui, ligando a perspectiva marxiana à Hegel:

Em outras palavras, o sujeito da modernidade marxiana é, fundamentalmente, um sujeito que deve provar sua soberania por meio da encenação de uma luta até à morte. Assim como em Hegel, a narrativa de domínio e emancipação aqui está claramente ligada à uma narrativa de verdade e morte (*a narrative of truth and death*). Terror e assassinato tornam-se meios de realizar o já conhecido telos da história. (MBEMBE, 2003, p. 20)³²

Liv Sovik, em sua apresentação para o livro de Stuart Hall, *Da Diáspora*, afirma que Hall discordava do “eurocentrismo implícito no modelo de transformação capitalista de Marx”, porque, segundo ela, este “ignora o fato de que as potências metropolitanas impuseram o capitalismo nas colônias, ele não evoluiu rumo às colônias de forma orgânica [...]” (SOVIK, 2003, p. 16). O debate de Hall com Marx pode ser conhecido em maior profundidade em dois artigos, ambos presentes na coletânea supracitada: “Estudos Culturais e seu legado teórico” e “O Problema da ideologia: o marxismo sem garantias”. Não pretendemos nos estender muito no segundo, pois trata de temas e textos que não são nosso objeto na dissertação. Basta lembrar a crítica que Hall faz a Marx, denunciando seu “rígido determinismo estrutural, seu duplo reducionismo – econômico e de classe [...]” (HALL, 2003, p. 271), crítica esta que irá ecoar uma visão recorrente a respeito de Marx dentro do pós-colonialismo. Haveria, segundo ele, um “impulso reducionista e economicista implícito em algumas das formulações originais de Marx” (HALL, 2003, p. 271), todavia Hall não especifique exatamente em quais formulações este impulso está presente³³ e em quais ele não está.

³² Embora não discutamos os textos teóricos de Marx, tentaremos problematizar esta leitura de Mbembe, sugerindo que, nos textos estudados na dissertação, é possível encontrar um outro Marx. Nos escritos trabalhados não há uma “narrativa de domínio e emancipação”, mas análises de situações reais, onde a “luta até a morte” é concreta – basta lembrar os mortos pelo ópio na China ou pela grande fome na Irlanda. Além disso, as constantes revisões e mudanças pelas quais passa o autor no trajeto aqui estudado mostram que sua visão não era, ao fim e ao cabo, tão determinista e teleológica como quer Mbembe.

³³ É preciso pontuar que o objetivo do texto de Hall é oferecer uma releitura de determinadas passagens de Marx, visando a garantir a “abertura relativa” que é “necessária ao próprio marxismo enquanto teoria” (HALL, 2003, p. 292). A construção de um “marxismo sem garantias finais” ou o estabelecimento do “horizonte aberto da teoria marxista” (HALL, 2003, p. 292) são esforços de sua elaboração. Consideramos, porém, que, em seu texto, Hall

Mais interessante para nosso propósito é o “Estudos culturais e seu legado teórico”, em que Hall propõe uma “tentativa de transmitir a minha impressão de certos momentos nos estudos culturais” (HALL, 2003, p. 200). Segundo ele, o “primeiro traço” a desconstruir é a “ideia de que os estudos culturais britânicos se definem por terem se tornado, a certa altura, uma prática crítica marxista” (HALL, 2003, p. 202). Isto, porque “sempre considerou o marxismo como problema, dificuldade, perigo, e não como solução” (HALL, 2003, p. 202). Explica-se: Hall se insere nos estudos culturais por meio da primeira Nova Esquerda britânica, grupo que emergiu no fatídico ano de 1956, quando houve a “desintegração de um certo tipo de marxismo” (HALL, 2003, p. 203). Gostaríamos de chamar a atenção, neste ponto, para a recorrência de duas posturas nos trabalhos que estamos elencando: por um lado, reduz-se Marx a determinado conjunto textual específico; ou, de outro, afirma-se que se trata de um determinado momento da obra do autor – ou, no caso mais amplo do marxismo, de um “certo tipo de” –, mas silencia completamente a respeito dos outros momentos de Marx, ou dos “outros tipos de”³⁴ marxismo.

Para o pensador, existe em Marx e no marxismo “grandes evasões” e “silêncios retumbantes”; a “sempre pertinente questão das grandes insuficiências, teóricas e políticas, [...] as coisas de que Marx não falava nem parecia compreender”. Assim, os problemas daquele determinado tipo de marxismo,

os elementos que aprisionavam o marxismo como forma de pensamento, como atividade de prática crítica, encontravam-se, já e desde sempre, presentes [na obra do próprio Marx] – a ortodoxia, o caráter doutrinário, o determinismo, o reducionismo, a imutável lei da história, o seu estatuto como metanarrativa. (HALL, 2003, p. 203)

De certa forma, o encontro com Marx deveria ser compreendido para Hall como “o envolvimento com um problema”, problema este que não se encontra, agora está claro, em determinadas leituras, nem em determinados momentos da obra de Marx, mas em um reducionismo “intrínseco ao marxismo”, a um modelo ao qual “ambos os marxismos, o sofisticado e o vulgar” estavam presos (HALL, 2003, p. 203-4). Em particular, Hall sentia-se desconfortável com “uma ainda incompleta contestação do profundo eurocentrismo da teoria marxista” (HALL, 2003, p. 203-4) – a oscilação entre o questionamento à obra do próprio Marx (o pensamento marxiano) e àquela de seus continuadores (as teorias marxistas) é uma

acaba reproduzindo alguns estereótipos a respeito da obra de Marx, como os que expusemos no corpo da dissertação.

³⁴ A bem da verdade, Hall procura desenvolver, ele próprio, este outro tipo de marxismo.

constante, mas, no caso, vemos que ele está se referindo ao próprio Marx. Com relação a este último ponto, Hall faz uma especificação:

Não se trata apenas do local de nascença de Marx, nem dos temas de que falava, mas antes do modelo situado no âmago das partes mais desenvolvidas da teoria marxista, que sugeriam a evolução orgânica do capitalismo a partir das suas próprias transformações. Mas eu era oriundo de uma sociedade onde o profundo tegumento da sociedade, economia e cultura capitalistas tinha sido imposto pela conquista e pela colonização. Esta não é uma crítica vulgar, mas sim teórica. Não responsabilizo Marx por ter nascido onde nasceu; apenas questiono a teoria destinada a apoiar o modelo em torno do qual se encontra articulada: o seu Eurocentrismo. (HALL, 2003, p. 204)

Identificamos, assim, certa unilateralidade na apreensão do autor, enfatizando determinados aspectos de sua obra como únicos. É importante lembrar que esta visão reducionista da obra de Marx, própria de um marxismo determinista e unilateral, tem seus críticos dentro do próprio marxismo (BARTOLOVICH, 2002, p. 3). Além disso, desde os primeiros e as primeiras marxistas, a tradição trabalha “com as mesmas questões e preocupações – tais como imperialismo, nacionalismo, racismo, subalternidade e assim por diante – que se tornaram centrais para os estudos pós-coloniais [...]” (BARTOLOVICH, 2002, p. 3); o próprio Marx trata dessas questões, como veremos no decorrer da dissertação. Diante deste cenário, consideramos urgente retomar um diálogo entre Marx e o pós-colonialismo, expondo uma leitura que não se limite a tais estereótipos. Nesse sentido, no decorrer deste trabalho tentaremos pensar como estes dois pontos levantados pelos estudos pós-coloniais aparecem nos textos selecionados – aqueles dedicados a analisar as situações coloniais na Índia, na China e na Irlanda.

AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NA OBRA DE MARX

Antes de entrar diretamente no texto marxiano, gostaríamos de refletir brevemente acerca da possibilidade mesma de reabilitar Marx como um pensador que refletiu sobre as questões internacionais de seu tempo e, nesse sentido, como um autor que teria algo a contribuir com a disciplina. Haveria duas formas de analisar a questão. Uma delas seria observar a contribuição **indireta** de Marx para o campo. De certa forma, esta contribuição constitui um consenso silencioso tanto entre marxistas em geral, quanto para estudiosos de outras filiações teóricas, como sendo a única existente.

No Brasil, por exemplo, Nogueira e Messari (2005, p. 105) afirmam no início de seu capítulo dedicado ao marxismo que “Marx não fez uma contribuição significativa para uma teoria das relações internacionais”. Já Vigevani et al (2011, p. 111) iniciam seu artigo afirmando que Marx “não teria produzido uma análise de relações internacionais consistente”. Segundo esta leitura, pode-se encontrar, no campo das Relações Internacionais, diversas contribuições que partem do instrumental teórico formulado por Marx, mas não uma que venha diretamente de seus escritos. De acordo com Vigevani et al (2011), quase toda a literatura que apresenta ou discute a disciplina de Relações Internacionais dedica algum espaço às contribuições marxistas, ainda que apenas de forma protocolar. Nesse sentido, os principais manuais, tanto do Brasil (MESSARI; NOGUEIRA, 2005; SARFATI, 2005), quanto do exterior (BURCHILL; LINKLATER, 2005; SMITH et al, 1996; LINKLATER, 2001b; VIOTTI; KAUPPI, 2012; WEBER, 2005), trazem ao menos um capítulo a respeito do marxismo, ou de alguma corrente nele inspirada³⁵. O mesmo pode ser dito sobre as grades da maioria dos cursos dessa disciplina no Brasil e no mundo, bem como em obras de referência acerca do estudo das relações internacionais, tanto nacionais como internacionais (BAYLIS et al, 2008; BULL, 1977; FONSECA JR, 1998; RUSSETT et al, 2003; WALTZ, 2004)³⁶. Marx constitui, assim, uma espécie de “presença-ausente” em nosso campo de estudos, conforme examinamos na primeira seção.

Mais recentemente, podemos distinguir quatro linhas principais de produção teórica relevante no campo das Relações Internacionais que lançam mão – ou, ao menos, se reivindicam enquanto tal – de um conceitual marxista: a teoria crítica e os chamados “neogramscianos” (COX, 1986; GILL, 2005; RAMOS, 2013); a teoria da dependência (CARDOSO; FALLETTO, 1973; MARINI, 2000); o sistema-mundo (BRAUDEL, 1984. WALLERSTEIN, 1976; 1980; 1989; 2004; 2011); e a trilogia de Negri e Hardt – *Império* (2001), *Multidão* (2005) e *Commonwealth* (2009). Tais contribuições partem de fundamentos distintos dos que são utilizados pelo *mainstream* da disciplina – (neo)realismo

³⁵ Não vem ao caso, dentro do escopo deste trabalho, debater a respeito da pertinência do rótulo de marxista. Para nós, importa mais notar que há contribuições disciplinares que são vistas enquanto tais pelo *mainstream*, ainda que, pode-se argumentar, no sentido de criar espantalhos que possam ser mais facilmente “vencidos” no debate teórico, pois isto indica que ainda se considera a perspectiva marxista como relevante.

³⁶ Não é nosso objetivo aqui discutir a respeito da pertinência de determinados rótulos – no caso, o pertencimento ou não ao campo do “marxismo”, isto é, se tal ou qual autor de fato é ou não marxista. Conforme afirmado na nota acima, buscamos exemplos reconhecidos de autores que se reivindicam ou que são identificados por seus pares como devedores, em alguma medida, da obra de Marx. Não temos a pretensão de levantar exaustivamente **toda** a intersecção entre autores que se inspiram em Marx e tratam de assuntos de âmbito mundial, mas apenas lembrar a **existência** de tal intersecção, por vezes renegada por acadêmicos das Relações Internacionais.

(MEARSHEIMER, 2001; WALTZ, 1970) e (neo)liberalismo (KEOHANE, 1984; NYE, 2004) –, considerando as relações internacionais de forma ampla, inseridas nas relações sociais gerais.

Deve-se notar, ainda, que as primeiras tentativas de aplicar o pensamento de Marx às relações internacionais deram-se antes mesmo do início “oficial” da disciplina. Já no final do século XIX e início do XX, autores como Kautsky (1887), Bernstein (1896-1897), Bauer (1907) e Luxemburg (1909) trataram da relação entre os Estados europeus, com incursões a respeito das questões nacional e colonial. Durante a primeira guerra, Lênin (1917) publicou uma obra que veio a adquirir grande notoriedade nos anos seguintes, “O imperialismo: fase superior do capitalismo”. Além de Lênin, Bukharin (1915) e Luxemburg (1925) aprofundaram-se na análise da economia política internacional. Alguns importantes economistas influenciados por Marx, como Hobson (1902) e Hilferding (1910), também forneceram seminais contribuições para se pensar as relações internacionais naquele período.³⁷

No entanto, para além da contribuição **indireta** de Marx para as Relações Internacionais, alguns autores argumentam haver, na própria obra do filósofo, uma reflexão específica a respeito de temas internacionais, localizada prioritariamente em sua produção jornalística. Levantamento feito por Ferreira (1999, p. 75-82) indicou que, por seu volume, a série de escritos no *New York Daily Tribune* constitui-se na maior obra produzida e publicada em vida por Marx. Deste total, a parcela dedicada ao exame de temas internacionais corresponde a cerca de um terço da produção total e versou sobre temas como “Diplomacia e Política Internacional”, “Economia e Comércio Internacional” e “Guerras e Conflitos entre Estados Nacionais”, o que contradiz as reiteradas afirmações a respeito da ausência, em Marx, de textos a respeito das relações internacionais. Se considerarmos as publicações de Marx em outros jornais – como nos britânicos *People’s Paper* e *Free Press*, e nos alemães *Die Presse* e *Neue Ordnung Zeitung* –, que digam respeito à análise de fenômenos internacionais, esse volume seria ainda maior³⁸.

³⁷ O marxismo possui desenvolvimento relativamente independente em relação às Relações Internacionais, de modo que elencamos apenas as principais obras abrangendo o período que vai do fim do século XIX aos anos 30. Após isso, diversos pensadores de filiação marxista continuaram analisando as relações internacionais ou temas conexos, o que deixaria nossa lista ainda maior. Neste campo, destacaríamos a contribuição de trotskistas e da Teoria Marxista da Dependência.

³⁸ Uma observação importante a ser feita neste momento diz respeito à difícil identificação da contribuição de um autor que escreveu numa época em que a disciplina ainda não estava formalmente estabelecida. Poder-se-ia argumentar, inclusive, que a reivindicação marxiana da perspectiva da totalidade colocaria um óbice às tentativas de encaixá-lo em determinada disciplina. Neste sentido, ressaltamos que não buscamos uma colocação anacrônica de Marx dentro do cânone das Relações Internacionais, mas, pelo contrário, gostaríamos de, em certa medida, problematizar tal perspectiva canônica rígida e afirmar que o pensamento de Marx pode, inclusive, contribuir para repensar a distinção ontológica entre nacional/internacional. Ainda, cumpre lembrar que, além de incursões no que hoje seria chamado “geopolítica”, isto é, de refletir sobre questões diplomáticas, relações interestatais,

Em especial a partir das revoluções democráticas de 1848, Marx passou a dar uma atenção maior ao papel da diplomacia e da política externa. Os meios diplomáticos eram então utilizados pelas forças reacionárias para coordenar a reação a um movimento revolucionário que abarcava inúmeros países europeus (MECW, 12, p. xxiv) e Marx se dedica a criticar a política internacional das grandes “potências”, bem como o arranjo político estabelecido pelo Congresso de Viena, em 1815. Em 1849, Marx sugere que, após a derrota dos trabalhadores revolucionários, o sistema internacional europeu retornou à sua “dupla escravidão, a escravidão *Anglo-Russa*”, na qual o mercado internacional seria dominado pela Inglaterra e as relações políticas seriam arbitradas pela Rússia. Após a guerra da Criméia (1853-1856), em 1856, Marx irá redigir um conjunto textual bastante farto a respeito do que considerou o “espírito russo” da diplomacia inglesa, nomeado “Revelações da História Diplomática do Século XVIII”³⁹.

Ademais, na mensagem inaugural à Associação Internacional dos Trabalhadores – a I Internacional –, Marx destacou que uma das tarefas mais importantes do proletariado revolucionário era compreender os segredos da política internacional, em especial as articulações diplomáticas entre as diversas classes dominantes nacionais, a fim de assegurar um sistema internacional estável e imutável. É neste contexto que Marx irá se referir às forças revolucionárias como a sexta potência, em contraposição aos cinco Estados que dominavam a política internacional europeia daquele momento (MECW, 12, p. 557).

Mesmo antes de 1848, porém, Marx se mostrava atento à dimensão internacional dos fenômenos. Pelo menos desde 1843, em sua *Contribuição à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, nosso autor está ciente da importância de levar em conta a situação para além dos limites estritamente nacionais. Segundo o politólogo indiano Sudipta Kaviraj, já neste momento Marx estava convencido que “uma delimitação do problema político como puramente alemão seria equivocada: fronteiras dos estados raramente coincidem com as fronteiras dos processos históricos” (KAVIRAJ, 1983, p. 29), o que indica uma concepção eminentemente internacionalista. O que ocorria na Alemanha, Marx conclui, fazia parte de um contexto mais amplo, tanto em termos econômicos, quanto políticos. O Congresso de Viena e o estabelecimento da Santa Aliança colocavam a revolução como uma questão de segurança

conflitos armados, etc., Marx não permanece nesta posição estanque e irá pensar o “mundial” (e não o “internacional”, no caso) para além do Estado-nação, incluindo em sua análise atores como classes sociais, partidos políticos, empresas, etc.

³⁹ Um estudo de grande fôlego a respeito desse material, que poderíamos incluir como parte desse esforço recente de analisar a contribuição marxiana direta para a disciplina das Relações Internacionais, foi o elaborado por Rizzo (2015). Outros estudos nacionais recentes que merecem destaque são o trabalho de Ferreira (1999), de Bianchi (2010), de Tible (2013) e o de Nakamura (2015), todos os quais se dedicam, mesmo que parcialmente, a examinar textos de Marx dedicados às Relações Internacionais.

européia, de modo que a luta por uma revolução alemã teria de ser travada em termos mais amplos – contra uma reação que era europeia (KAVIRAJ, 1983, p. 30). Neste sentido, as transformações econômicas pelas quais passava a Alemanha faziam parte, também, de um processo estruturado – e mais amplo – de mudança a nível europeu. Um processo que adquiria feições particulares em determinados países, mas respondia a uma estrutura histórica maior, de transição capitalista.

Nosso trabalho, portanto, visa a contribuir com a análise desta ainda relativamente pouco explorada produção direta de Marx a respeito dos fenômenos internacionais de seu tempo, tomando como ponto de partida sua reflexão sobre situações coloniais⁴⁰. Nesse sentido, entende-se que uma chave de leitura do pensamento de Marx que tenha como fio condutor o colonialismo e que seja orientada pelas lutas anticoloniais pode ser profícua para enxergar o autor sob outro ponto de vista, além de contribuir para uma perspectiva das Relações Internacionais distinta da prevalecente na academia do século XX (VIGEVANI et al, 2011). A reflexão que fizemos até aqui indica que há uma produção de Marx voltada para as relações internacionais que merece atenção, mas que ainda foi pouco explorada de forma sistemática, em especial no Brasil. Ao mesmo tempo, consideramos que o atual momento da disciplina, de se abrir para contribuições distintas, é profícuo para a análise que pretendemos fazer aqui.

OBJETIVOS

Haveria diversas formas para descrever os objetivos deste trabalho. Uma delas seria dizer que, reconhecendo certas inflexões na obra de Marx, trata-se de analisar uma em específico: as modificações, a partir de posições eurocêntricas, em direção a uma crescente abertura ao “Outro”. Em outras palavras, a partir da análise da trajetória intelectual de nosso autor, buscaremos descobrir um outro Marx, distinto daquele normalmente associado ao paradigma produtivista, entusiasta da técnica enquanto propulsora do progresso e base da emancipação. Neste campo, surge um Marx múltiplo: (i) “romântico” (LÖWY, 2015), que escapa das leituras ortodoxas posteriores e busca inspiração nas formações sociais pré-capitalistas para criticar a desumanidade do capitalismo e para pensar um futuro comunista; (ii)

⁴⁰ A relevância da pesquisa, ademais, justifica-se, para além da exploração de um conjunto de textos pouco estudados, pela importância teórica recente de perspectivas pós-coloniais (ou de-coloniais), as quais questionam com vigor o eurocentrismo ou a colonialidade das ciências sociais. Cf. Quijano, 2005 e Wallerstein et al, 1996. Neste sentido, um olhar para Marx à luz das questões levantadas por tal bibliografia pós-colonial pode ser instigante para uma perspectiva renovada das Relações Internacionais.

“selvagem” (TIBLE, 2013), interessado pelo “comunismo primitivo” e por organizações sociais outras, tal como a Confederação dos Iroqueses e a comuna rural russa; (iii) “libertário” (ABENSOUR, 1997), que apresenta um fio condutor anti-estatista que atravessa sua obra, desde a crítica à filosofia do direito de Hegel, em 1843, até os escritos sobre a Comuna de Paris, de 1871.

Diante disto, consideramos necessário adotar uma perspectiva histórico-crítica: que percorra a produção textual do autor no decorrer dos anos, procurando compreender os limites, as possibilidades e as mudanças de sua reflexão. Teremos como pano de fundo dois conjuntos textuais bem definidos – os textos sobre Índia e China e os escritos sobre a Irlanda – e um problema bem delimitado: a questão colonial. Ao fim deste percurso, esperamos que surja a visão de um quarto Marx, agora “anti-colonial”, ou “pós-colonial”. Isto é, de um Marx que, consciente dos profundos vínculos que unem o capitalismo e o colonialismo, adota uma postura firmemente anticolonialista e favorável à libertação dos povos oprimidos pela potência colonial e capitalista estrangeira – no caso, a Inglaterra. Um Marx capaz de articular múltiplas dimensões da realidade – nacionalismo, classe, raça; ou, política, economia, cultura, etc. – sem hierarquizá-las a priori. Ainda que as ambivalências de sua reflexão teórica possam apontar para caminhos distintos – ainda mais quando levados em conta o contexto intelectual do século XIX e determinado período da produção marxiana –, gostaríamos de argumentar, com este trabalho, que há um compromisso político anticolonial claro em Marx, presente virtualmente em toda sua obra, mas que irá se fortalecer conforme o autor apreenda melhor o significado da colonização para os povos colonizados.

1. A TEORIA DA HISTÓRIA DE MARX: A IDEOLOGIA ALEMÃ E O MANIFESTO COMUNISTA

Neste primeiro capítulo, analisaremos dois textos de Marx – *A Ideologia Alemã* e o *Manifesto Comunista* – procurando examinar qual concepção da história o autor possui nesse período. Acreditamos que esta concepção irá embasar as primeiras análises de Marx a respeito da Índia e da China em 1853, sendo, portanto, importante iniciar nosso trabalho entendendo os limites e as potencialidades de tal perspectiva.

1.1. A IDEOLOGIA ALEMÃ: 1845-1846

De acordo com David Mclellan, se a *Sagrada Família* havia sido proposta para cumprir este papel, Marx ainda não havia desenvolvido, completamente, sua concepção de história, o que apenas viria a ocorrer com *A Ideologia Alemã* (MCLELLAN, 2006, p. 128). Neste escrito, de fato, Marx⁴¹ elabora pela primeira vez uma “visão materialista do mundo”⁴², isto é, a ideia de que a lógica interna que articula determinada sociedade reside nas condições materiais de produção dessa sociedade. O filósofo estabelece que o “primeiro pressuposto de toda a existência humana e [...] de toda história, a saber, o pressuposto do que os homens têm de estar em condições de viver para poder ‘fazer história’. Mas, para viver, precisa-se antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais” (MARX; ENGELS, 2007 [1845-1846], p. 32–3).

À diferença dos jovens hegelianos, que insistiam na preponderância da ideia⁴³, para Marx “só é possível conquistar a libertação real no mundo real e pelo emprego de meios reais”, de modo que, “para o comunista, trata-se de revolucionar o mundo, de enfrentar e de transformar praticamente o estado de coisas por ele encontrado” (MARX; ENGELS, 2007

⁴¹ Mantemos nosso texto no singular, nos referindo apenas a Marx, por uma questão de fluidez textual, embora seja um escrito conjunto. Nas referências estará indicado quando o texto for conjunto e quando for apenas de Marx.

⁴² Rubens Enderle, tradutor da obra para o português, observa que n’*A Ideologia Alemã* inexistia a expressão “concepção materialista da história” e utiliza, em seu lugar, “visão materialista do mundo”. Cf. (MARX; ENGELS, 2007, p. 17).

⁴³ Bruno Bauer, por exemplo, afirma em seu escrito “Anti-crítica” que “a Crítica é ‘única força da história’” (MARX; ENGELS, 2007 [1845-1846], p. 25)

[1845-1846], p. 29–30)⁴⁴. Ainda, Marx retoma a questão do “atraso alemão”, isto é, do descompasso entre as ideias e a realidade alemãs. Para ele, na Alemanha ocorre um “desenvolvimento histórico trivial”, de modo que “esses desenvolvimentos intelectuais” – ou seja, a filosofia alemã – “servem naturalmente como um substituto para a falta de desenvolvimento histórico [...]” (MARX; ENGELS, 2007 [1845-1846], p. 30)⁴⁵. Além disso, a formulação de *A Ideologia Alemã* leva Marx a periodizar as formações sociais⁴⁶, conforme uma sucessão histórica de modos de produção (ALMEIDA, 2003, p. 1). Marx vai então das formas mais simples de propriedade e de divisão de trabalho às mais complexas: “as diferentes

⁴⁴ A esta altura, Marx retoma sua crítica a Feuerbach, afirmando que “a ‘concepção’ feuerbachiana do mundo sensível limita-se, por um lado, à mera contemplação deste último e, por outro lado, à mera sensação; ele diz ‘o homem’ em vez de os ‘homens históricos reais’. ‘O homem’ é, na realidade, ‘o alemão’” (MARX; ENGELS, 2007 [1845-1846], p. 30). Resta saber se os “homens históricos reais” marxianos não são os “homens históricos reais”... europeus. Isto é: qual conteúdo irá preencher a categoria “homens históricos reais” quando Marx se ocupa de outras formações sociais? Como veremos à frente, nos textos de 1853 sobre a Índia e sobre a China, ao não encontrar os “homens históricos reais” europeus, Marx abre mão, de certo modo, de seu próprio método materialista e irá enquadrar os povos distintos com alcunhas genéricas: asiáticos, orientais, bárbaros, etc. Isto irá se modificar nos textos de 1857 e posteriores, em que nosso autor irá procurar enxergar, de fato, os “homens históricos reais” daquelas formações sociais outras.

⁴⁵ Gostaríamos de insistir por um momento no tom da crítica de Marx aos filósofos alemães, porque ela ilumina algumas questões importantes no que diz respeito à determinação social – e, portanto, espacial e temporal – da produção intelectual. Estes, diz Marx, se esquecem da história real, dos “temas verdadeiramente históricos”, para fazer “a história das representações”; se esquecem de “todas as outras nações, todos os acontecimentos reais” e fazem da Alemanha – “a feira de livros de Leipzig” – seu “*teatrum mundi*”; não reconhecem como “históricos os atos de outros povos”, pois “vivem na Alemanha, com a Alemanha e para a Alemanha” (MARX; ENGELS, 2007 [1845-1846], p. 45–6). Tais pensadores não pensam, assim, qual a “conexão entre a filosofia alemã e a realidade alemã”, entre seu pensamento e “seu próprio meio material” (MARX; ENGELS, 2007 [1845-1846], p. 84). Seria interessante pensar sobre como a crítica que Marx endereça aos jovens hegelianos pode ser estendida para grande parte do pensamento político e social europeu dos séculos XVIII e XIX: alarga-se a Europa à dimensão do mundo e, a partir daí, elaboram-se categorias e conceitos que se pretendem “histórico-universais”. Marx também explica esse processo, pois, segundo ele, “toda nova classe que toma o lugar de outra que dominava anteriormente é obrigada, para atingir seus fins, a apresentar seu interesse como o interesse comum de todos os membros da sociedade, quer dizer, expresso de forma ideal: é obrigada a dar às suas ideias a forma da universalidade, a apresentá-las como as únicas racionais, universalmente válidas” (MARX; ENGELS, 2007 [1845-1846], p. 48).

⁴⁶ Em diversas passagens no decorrer da obra o tom evolucionista aparece: por exemplo, “[...] e meros acasos, tais como irrupções de povos bárbaros, até mesmo guerras habituais, são o bastante para fazer com que um país com forças produtivas e necessidades desenvolvidas seja forçado a *recomeçar tudo novamente a partir do início*” (MARX; ENGELS, 2007 [1845-1846], p. 55 - grifos nossos); ou em “[...] o mundo sensível que o [filósofo] rodeia não é uma coisa dada imediatamente por toda a eternidade e sempre igual a si mesma, mas o produto da indústria e do estado de coisas da sociedade, e isso precisamente no sentido de que é um produto histórico, o resultado da atividade de toda uma série de gerações, que, cada uma delas sobre os ombros da precedente, desenvolveram sua indústria e seu comércio e modificaram sua ordem social de acordo com as necessidades alteradas” (MARX; ENGELS, 2007 [1845-1846], p. 30). É preciso reconhecer que o esforço historicista – que acaba adquirindo tons evolucionistas – visa combater noções naturalizantes e essencialistas predominantes no pensamento social europeu do período. Almeida (2003, p. 2) relaciona a concepção evolucionista em *A Ideologia Alemã* à nascente antropologia evolucionista na segunda metade do século XIX.

fases de desenvolvimento da divisão do trabalho significam outras tantas formas diferentes da propriedade [...]” (MARX; ENGELS, 2007 [1845-1846], p. 89)⁴⁷.

O primeiro estágio abordado por Marx é o da propriedade tribal, no qual a produção é limitada às necessidades imediatas e a divisão do trabalho é elementar, se limitando a uma “maior extensão da divisão natural do trabalho que já existia na família”⁴⁸. Aqui, a estrutura social corresponde, também, à familiar e a subsistência é garantida por atividades primárias – como, por exemplo: caça, pesca, e, eventualmente, pela agricultura (MARX; ENGELS, 2007 [1845-1846], p. 90). O segundo, na Antiguidade, é marcado pela propriedade estatal e pela distinção entre trabalho industrial e agrícola e entre o campo e a cidade. Aqui, além da propriedade comunal, se desenvolve a propriedade privada móvel e, posteriormente, imóvel, contudo ainda em uma “forma anômala e subordinada à propriedade comunal” (MARX; ENGELS, 2007 [1845-1846], p. 90). Na sequência, a terceira etapa histórica da propriedade é a feudal, que, à distinção da anterior, calcada no pequeno território da cidade, se baseou no campo. A evolução não é exatamente linear, ou ascendente, em vista de que “os últimos séculos do Império Romano em declínio e sua conquista pelos bárbaros destruíram uma enorme quantidade de forças produtivas; a agricultura havia diminuído e a indústria decaía [...]” (MARX; ENGELS, 2007 [1845-1846], p. 90-1) – a Idade Média aparece como um interregno que interdita um crescimento teleológico apontando para o capitalismo. A propriedade, por sua vez, desenvolveu-se “sob a influência da organização militar germânica”, baseando-se – tal qual as anteriores – numa comunidade na qual os “pequenos camponeses servos da gleba [...] formam a classe imediatamente produtora” – à diferença da estatal e da tribal, nas quais este papel era desempenhado pelos escravos (MARX; ENGELS, 2007 [1845-1846], p. 91). Curiosamente, no que se refere à sua “estrutura hierárquica da posse da terra”, esta forma de propriedade é associada por Marx à propriedade estatal antiga, no sentido de que ambas as estruturas são uma “associação oposta à classe produtora dominada; apenas a forma de associação e a relação com os produtores diretos eram diferentes, porque as condições de produção haviam mudado” (MARX; ENGELS, 2007 [1845-1846], p. 91).

⁴⁷ Ou então: “[...] divisão do trabalho e propriedade privada são expressões idênticas – numa é dito com relação à própria atividade aquilo que, noutra, é dito com relação ao produto da atividade” (MARX; ENGELS, 2007 [1845-1846], p. 37). Mais à frente: “A divisão do trabalho [...] como uma das forças principais da história que se deu até aqui” (MARX; ENGELS, 2007 [1845-1846], p. 47).

⁴⁸ Segundo Marx, “[...] os chefes patriarcais da tribo, abaixo deles os membros da tribo e, por fim, os escravos” (MARX; ENGELS, 2007 [1845-1846], p. 90).

Enquanto no campo havia a estrutura feudal da posse da terra, nas cidades desenvolvia-se a “propriedade corporativa, a organização feudal dos ofícios” (MARX; ENGELS, 2007 [1845-1846], p. 91), que resultou, ao fim e ao cabo, nas corporações. Portanto, conclui Marx, “a propriedade principal era constituída, durante a época feudal, de um lado, pela propriedade da terra e pelo trabalho servil a ela acorrentado e, do outro, pelo trabalho próprio com pequeno capital [...]” (MARX; ENGELS, 2007 [1845-1846], p. 91). A quarta formação – o capitalismo – surge da evolução do feudalismo. Trata-se de uma nova fase do desenvolvimento histórico, em que predominam as relações e conflitos entre capitalistas e trabalhadores (TIBBLE, 2013, p. 31–2, 2014, p. 199-200). Ao mesmo tempo, as sequências dos modos de produção e as contradições do último modo – o capitalista – apontam para a passagem iminente ao comunismo, isto é, do reino da necessidade ao reino da liberdade, em que as contradições estão enfim resolvidas e onde a atividade não define unilateralmente o sujeito⁴⁹ (MARX; ENGELS, 2007 [1845-1846], p. 38), uma vez que a grande indústria produziu uma “massa de forças produtivas para a qual a propriedade privada tornou-se um empecilho, tanto quanto o fora a corporação para a manufatura e o pequeno empreendimento rural para o artesanato que progredia” (MARX; ENGELS, 2007 [1845-1846], p. 60). Não se trata, no entanto, de um ponto final pré-concebido, ou um “*Ideal* para o qual a realidade deverá se direcionar”, mas um “movimento *real* que supera o estado de coisas atual. As condições desse movimento [...] resultam dos pressupostos atualmente existentes” (MARX; ENGELS, 2007 [1845-1846], p. 38). Quer dizer, dos pressupostos que a realidade efetiva europeia – que era o objeto de análise marxiano daquele momento – apresentava. Nesse sentido, a forma como Marx apresenta a possibilidade de superação da “alienação [*Entfremdung*]” capitalista e a possibilidade de passagem à “etapa comunista” se liga diretamente ao argumento etapista e é justamente esta perspectiva que irá sustentar os escritos de 1853 sobre a Índia e sobre a China, que veremos na seção seguinte⁵⁰:

[...] só pode ser superada [...] sob dois pressupostos práticos. Para que ela se torne um poder “insuportável”, quer dizer, um poder contra o qual se faz uma revolução, é preciso que ela tenha produzido a massa da humanidade como

⁴⁹ Marx se refere a esta definição unilateral, característica do modo de produção capitalista, nos seguintes termos: “esse fixar-se da atividade social, essa consolidação de nosso próprio produto num poder objetivo situado acima de nós, que foge ao nosso controle, que contraria nossas expectativas e aniquila nossas conjecturas [...]” (MARX; ENGELS, 2007 [1845-1846], p. 38). Uma situação, enfim, de alienação.

⁵⁰ Grosso modo, é a ideia de que há uma necessidade lógica de se desenvolver o capitalismo em todo o mundo – o capitalismo como etapa necessária do desenvolvimento mundial –, antes de se alcançar o comunismo e que, portanto, o desenvolvimento capitalista nos “países dominados” deve ser visto, em última instância, como algo **positivo e progressista**.

absolutamente “sem propriedade” e, ao mesmo tempo, em contradição com um mundo de riqueza e de cultura existente, condições que pressupõem um **grande aumento da força produtiva**, um **alto grau de seu desenvolvimento** – e, por outro lado, esse desenvolvimento das forças produtivas (no qual já está contida, ao mesmo tempo, a existência empírica humana, dada não no plano local, mas no plano *histórico-mundial*) é um **pressuposto prático**, absolutamente necessário, pois sem ele apenas se generaliza a escassez e, portanto, com a *carestia*, as lutas pelos gêneros necessários recomeçariam e toda a velha imundice acabaria por se restabelecer; além disso, apenas com esse **desenvolvimento universal das forças produtivas é posto um intercâmbio universal dos homens** e, com isso, é produzido simultaneamente em todos os povos o fenômeno da massa “sem propriedade” (concorrência universal), tornando cada um deles dependente das revoluções do outro; e, finalmente, indivíduos empiricamente universais, *histórico-mundiais*, são postos no lugar dos indivíduos locais. Sem isso, 1) o comunismo poderia existir apenas como fenômeno local; 2) as próprias *forças* do intercâmbio não teriam podido se desenvolver como forças *universais* e, portanto, como forças insuportáveis; elas teriam permanecido como “circunstâncias” doméstico-supersticiosas; e 3) toda ampliação do intercâmbio superaria o comunismo local. O comunismo, empiricamente, é apenas possível como ação “repentina” e simultânea dos **povos dominantes**, o que pressupõe o **desenvolvimento universal da força produtiva e o intercâmbio mundial associado a esse desenvolvimento**. (MARX; ENGELS, 2007 [1845-1846], p. 38–9 - grifos nossos em negrito; grifos no original em itálico)

Essa tendência marxiana em subsumir múltiplas histórias à história universal europeia encontra-se presente também em sua descrição da transformação da história em história mundial. Na verdade, nota-se certo idealismo latente em afirmações como a “divisão do trabalho surgida de forma natural entre as diferentes nações” (MARX; ENGELS, 2007 [1845-1846], p. 40); ou sobre a destruição do “isolamento primitivo” das nacionalidades (MARX; ENGELS, 2007 [1845-1846], p. 40); ou ainda como “[a grande indústria] criou pela primeira vez a história mundial, ao tornar toda *nação civilizada* e cada indivíduo dentro dela dependentes do mundo inteiro para a satisfação de suas necessidades, e suprimiu o caráter *exclusivista e natural* das nações singulares” (MARX; ENGELS, 2007 [1845-1846], p. 60 - grifos nossos). É de se reconhecer, porém, o esforço marxiano de não enveredar por uma descrição idealista da história mundial como resultado de um ato “abstrato da ‘autoconsciência’, do espírito mundial ou de outro fantasma metafísico qualquer”, mas como

o resultado de uma “ação plenamente material, empiricamente verificável, uma ação da qual cada indivíduo fornece a prova, na medida em que anda e para, come, bebe e se veste” (MARX; ENGELS, 2007 [1845-1846], p. 40). Contudo, essa formação do mercado mundial, ainda que apreendida de uma perspectiva materialista⁵¹, é vista como positiva por Marx, pois aproxima a história-mundial da etapa comunista. Quer dizer, a caracterização não é plenamente positiva: “com a expansão da atividade numa atividade histórico-mundial”, os “indivíduos singulares [...] tornaram-se cada vez mais submetidos a um poder que lhes é estranho”, poder este que se revela enquanto mercado mundial (MARX; ENGELS, 2007 [1845-1846], p. 40). Trata-se, por conseguinte, de uma etapa passageira e é “empiricamente fundamentado” que esse poder será dissolvido – e cada indivíduo será libertado –, por obra da revolução comunista. É neste esquema que se encontra a visada marxiana para com as relações internacionais e para com a história em *A Ideologia Alemã* e é com base nele que se darão as primeiras análises de Marx a respeito da colonização britânica na Índia e na China.

Segundo o politólogo indiano Sudipta Kaviraj (1983, p. 30), a única tentativa anterior de uma periodização séria da história fora feita por Hegel. Não é por acaso que, embora seja considerada por muitos⁵² uma obra de ruptura com uma perspectiva de juventude – mais ligada ao humanismo e ao idealismo hegeliano –, outros comentadores ressaltam as semelhanças entre a perspectiva da história desenvolvida em *A Ideologia Alemã* e aquela presente nas obras de Hegel. Contra as historiografias individualistas dos pensadores iluministas, ambos viram a história como organizada em períodos – ou formas sociais – nos quais a experiência histórica giraria em torno de princípios organizativos. Estes princípios, porém, eram bastante distintos na perspectiva de cada autor. Segundo Kaviraj (1983, p. 30) a filosofia da história de Hegel estabelece uma sequência de formas que diz respeito *apenas*⁵³ à história europeia, enquanto sociedades não-europeias – Pérsia, China, Índia, etc. – eram tratadas como não fazendo, propriamente, parte da história – ou seja, situadas fora da história, ou sem história. O indiano afirma, porém, que a relação destas civilizações com a sequência estabelecida para a Europa não estaria muito clara na elaboração hegeliana. Grosso modo, na teoria da história hegeliana podemos observar dois movimentos: no primeiro, o espírito do mundo, na figura de um espírito de povo determinado, perde sua unidade, se cinde e se duplica, se exteriorizando no mundo –

⁵¹ Que ainda carrega contornos idealistas, como vimos.

⁵² A partir da tese desenvolvida por Althusser.

⁵³ Kaviraj (1983, p. 44), reconhece que há certa polêmica em torno de qual seria a relação lógica entre formas europeias e não-europeias, no esquema hegeliano. No entanto, afirma que na periodização hegeliana apenas as sequências europeias foram objeto de um tratamento histórico estrito senso, enquanto o tratamento dispensado às sociedades não-europeias possuiria certo tom essencialista.

por um lado, a consciência pura; de outro, a consciência objetivada, alienada. Num segundo momento, temos a passagem da consciência em si à consciência para si, na qual o real retoma sua unidade perdida. Conforma-se, assim, uma unidade superior. Este é o caminho da razão no mundo: alienação, reconhecimento da cisão, seguida por sua superação e pelo restabelecimento de sua unidade. O sujeito da história hegeliano é o espírito do mundo, ou, mais especificamente, suas figuras concretas, o espírito de cada povo, mediante os quais o espírito do mundo realiza seus atos (*Filosofia do Direito*, §345-7; *Enciclopédia* §548-52). Neste sentido, temos na história hegeliana uma atividade que é transcendente ao seu próprio autor, o que, de certa forma, pré-determina o resultado a ser alcançado. Nas palavras de Lukács, “a história pode então ser compreendida como uma etapa, e o caminho que percorre como uma ‘astúcia da razão’”. Ademais, “a relação não esclarecida entre o espírito absoluto e a história”, afirma o húngaro, “obriga Hegel a admitir [...] *um fim da história* que surge em sua própria época e em seu sistema da filosofia, como conclusão e verdade de todos os seus predecessores” (LUKÁCS, 2012 [1923], p. 303–8). Assim, a despeito dos desenvolvimentos mais distintos, a história termina na Monarquia prussiana de Frederico Guilherme III.

À diferença de Hegel, Marx buscou enfatizar que o princípio que rege a história da humanidade não é outro, senão o próprio homem. Enquanto a filosofia hegeliana da história provia uma explicação *especulativa* do processo histórico, Marx procurou elaborar um programa de pesquisa *empírico* (KAVIRAJ, 1983, p. 30 – grifos do autor). Tratava-se, então, de combater a ideia de que o homem seria mero intérprete de um drama maior – o Espírito, Deus, o Monarca, etc. – propondo, em contraposição, que a explicação para as mudanças econômicas, políticas, sociais, etc. residia na própria ação humana e nas circunstâncias materiais que circundavam tal ação (GABRIEL, 2013, p. 136). Tais circunstâncias diziam respeito, na argumentação marxiana, ao processo de produção e reprodução da vida material. Em *A Ideologia Alemã*, o modo de produção da vida material aparece cindido pela contradição entre as forças produtivas – o conteúdo do modo de produção – e as relações sociais de produção – ou as formas da propriedade, a forma do modo de produção⁵⁴. A explicação para a

⁵⁴ “De acordo com nossa concepção, portanto, todas as colisões na história têm sua origem na contradição entre as forças produtivas e a forma de intercâmbio” (MARX; ENGELS, 2007 [1845-1846], p. 61); ou, mais à frente, “essas diferentes condições, que apareceram primeiro como condições da auto-atividade e, mais tarde, como entraves a ela, formam ao longo de todo o desenvolvimento histórico uma sequência concatenada de formas de intercâmbio, cujo encadeamento consiste em que, no lugar da forma anterior de intercâmbio, que se tornou um entrave, é colocada uma nova forma, que corresponde às forças produtivas mais desenvolvidas e, com isso, ao avançado modo de auto-atividade dos indivíduos; uma forma que, *à son tour*, torna-se novamente um entrave e é, então, substituída por outra. Dado que essas condições, em cada fase, correspondem ao desenvolvimento simultâneo das forças produtivas, sua história é, ao mesmo tempo a história das forças produtivas em

sucessão de estágios exposta anteriormente está no avanço dialético da contradição entre forças produtivas e relações de produção, baseada no conflito pela apropriação do excedente. As forças produtivas – em especial, o desenvolvimento técnico – se desenvolvem a tal ponto que fazem explodir o envoltório das relações de produção, propiciando a formação de novas relações sociais⁵⁵. O interesse primordial de Marx, aqui, é combater a perspectiva de que o modo de produção capitalista estaria baseado em leis naturais⁵⁶. Na verdade, como qualquer outro modo de produção, este teria surgido do conflito, da luta de classes do modo de produção anterior, no caso, o feudal (CHAUÍ, 2007, p. 9–11; TIBLE, 2014b, p. 199–201)⁵⁷.

No entanto, pode-se argumentar que a perspectiva que Marx elabora neste momento e que – veremos – será o quadro teórico que embasará as primeiras reflexões a respeito de Índia e China⁵⁸ – acaba por reduzir as singularidades de múltiplos povos a uma teoria geral da história. Ainda que repila tentativas arrogantes de se fazer uma história total, ou seja, de se explicar a história de toda a humanidade via um esquema filosófico universal, em *A Ideologia Alemã* Marx parece reproduzir, ao menos em parte, essa perspectiva (TIBLE, 2013, p. 32,

desenvolvimento e que foram recebidas por cada nova geração e, desse modo, é a história do desenvolvimento das forças dos próprios indivíduos” (MARX; ENGELS, 2007 [1845-1846], p. 68).

⁵⁵ Escreve Marx: “No desenvolvimento das forças produtivas advém uma fase em que surgem forças produtivas e meios de intercâmbio que, no marco das relações existentes, causam somente malefícios e não são mais forças de produção, mas forças de destruição [...]” (MARX; ENGELS, 2007 [1845-1846], p. 41).

⁵⁶ Em artigo escrito anos depois, Marx afirmará que o segredo da economia política consiste “simplesmente em transformar relações sociais transitórias, pertencentes a uma determinada época histórica e correspondendo a dado estado da produção material, em leis eternas, gerais, imutáveis – leis naturais, como eles as chamam” (MECW, 12, p. 247).

⁵⁷ Assim como o isolamento dos proletários, produzido pela grande indústria, só pode ser superado “após longas lutas” (MARX; ENGELS, 2007 [1845-1846], p. 62).

⁵⁸ O politólogo indiano Sudipta Kaviraj traça uma linha que liga a reflexão marxiana sobre a história, presente na *Ideologia Alemã*, às observações que o alemão faz da sociedade indiana (KAVIRAJ, 1983, p. 30). Aliás, em determinada passagem Marx chega a abordar este ponto explicitamente, quando está tratando do nível de desenvolvimento histórico das forças produtivas de determinado povo. Marx afirma, primeiramente, que “mesmo no interior de uma nação, os indivíduos têm também desenvolvimentos diferentes” e com isso explica o rápido desenvolvimento estadunidense: “em países que, tal como a América do Norte, partem desde o início de um período histórico já avançado, esse desenvolvimento ocorre muito rapidamente” (MARX; ENGELS, 2007 [1845-1846], p. 69). Ou seja, os indivíduos “que lá se instalaram movidos pelas formas de intercâmbio dos velhos países, que já não correspondiam às suas necessidades”, são o único pressuposto para o desenvolvimento nacional, de modo que “eles começam, portanto, com os indivíduos mais avançados dos velhos países e, por isso, com a forma de intercâmbio mais desenvolvida correspondente a esses indivíduos, antes mesmo que essa forma de intercâmbio tenha podido impor-se nos países velhos” (MARX; ENGELS, 2007 [1845-1846], p. 69). Este é o caso, afirma Marx, de todas as colônias “quando não são simples bases militares ou centros comerciais”, ou seja, colônias de povoamento. Ainda, nosso autor afirma que “uma situação semelhante ocorre em caso de conquista” – talvez ele não tivesse em mente nenhum dos casos que serão analisados neste trabalho, mas não deixa de ser sugestiva a semelhança dessa perspectiva àquela exposta em 1853, conforme analisaremos a seguir – “quando ao país conquistado é *transplantada já pronta a forma de intercâmbio desenvolvida noutro solo*; enquanto em sua pátria essa forma ainda estava repleta de interesses e relações de épocas anteriores, aqui ela *pode e deve implantar-se totalmente e sem obstáculos*, nem que seja para assegurar um poder estável aos conquistadores” (MARX; ENGELS, 2007 [1845-1846], p. 69 - grifos nossos).

2014b, p. 200–1). Ainda assim, é preciso pontuar que não se trata de um *evolucionismo stricto sensu*, tendo em vista que, ao invés de procurar discorrer a respeito de cada período histórico, Marx apenas elabora modalidades organizativas, desprovidas de farto conteúdo histórico – como se ainda tivessem de ser enriquecidas por pesquisas futuras (KAVIRAJ, 1983, p. 30; LINERA, 2009, p. 237). Seguindo esta perspectiva, o que distingue a perspectiva de Marx da de Hegel não é apenas uma visão distinta da história – uma idealista, a outra materialista –, mas que a filosofia da história hegeliana não apenas indicava períodos históricos a serem analisados, mas trazia, ela própria uma explicação. Embora Marx defenda uma perspectiva empírica, as limitações cognoscitivas daquele momento o impelem a operar com abstrações, com termos gerais e genéricos. As formas sociais sucessivas registradas por Marx contêm apenas algumas indicações gerais a respeito de suas estruturas e tendências de desenvolvimento, sem a especificação de conteúdos concretos. Segundo Kaviraj, são mais perguntas a serem respondidas, do que respostas que estão sendo dadas (KAVIRAJ, 1983, p. 30). Nesse sentido, pode-se dizer que a primeira tentativa de as responder será um claro fracasso – com os textos de 1853 –, mas que levará a reelaborações teóricas e novas tentativas de respostas concretas que irão conformando, paulatinamente, uma nova perspectiva teórica marxiana, conforme veremos no decorrer do trabalho.

Ademais, é também em *A Ideologia Alemã* que Marx irá considerar, pela primeira vez com maior fôlego, um contexto mais amplo do que o estritamente nacional⁵⁹. Naquele momento, a Europa passava por um período de grandes transformações. Colheitas ruins, doenças, o acelerado processo de industrialização e de expulsão dos camponeses de sua terra, inúmeros fatores convergiam no agravamento das condições sociais. Em 1845, mais de 100 mil pessoas deixaram a Europa rumo aos Estados Unidos; outros milhares deixaram o campo rumo aos centros urbanos, onde o abismo entre ricos e pobres ficava cada vez mais vasto (GABRIEL, 2013, p. 119-22). Por outro lado, as inovações nos transportes e nos meios de comunicação, que ajudaram na expansão do comércio, também colaboravam na disseminação de ideias de mudança. A literatura, antes restrita ao âmbito nacional, ia progressivamente se

⁵⁹ Afirma, em diversas passagens, a relação entre nações e povos. Por exemplo, “as relações entre as diferentes nações dependem do ponto até onde cada uma delas tenha desenvolvido suas forças produtivas, a divisão do trabalho e o intercâmbio interno. Esse princípio é, em geral, reconhecido. Mas não apenas a relação de uma nação com outras, como também toda a estrutura interna dessa mesma nação dependem do nível de desenvolvimento de sua produção e de seu intercâmbio interno e externo” (MARX; ENGELS, 2007 [1845-1846], p. 89). Ou seja, a estrutura interna da nação depende, dentre outras coisas, de seu intercâmbio externo; do mesmo modo, as relações entre as diferentes nações dependem de desenvolvimentos internos. Trata-se de uma relação de codeterminação entre os níveis interno e externo. Vale destacar, ainda, a diferença da visão de Marx daquela exposta em Ricardo, que irá enfatizar uma noção ahistórica de vantagens comparativas.

tornando europeia; jornais eram entregues mais rapidamente de uma capital a outra e mesmo o fluxo migratório de estudiosos e revolucionários contribuía para a disseminação do sentimento de revolta. Segundo Gabriel (2013, p. 121) “era possível detectar no tom das conversas uma mudança perceptível das preocupações nacionais para as internacionais”. Esta mudança também chega a Marx. Seria, então, a primeira vez em que nosso autor escreve trazendo uma perspectiva internacional mais explícita, ligando diretamente o surgimento do capitalismo ao colonialismo e à exploração europeia do mundo. Daí que surgem afirmações descrevendo a invasão da América e a descoberta da rota marítima às Índias Orientais como um “enorme impulso” à manufatura e ao “movimento da produção”, decorrentes da “expansão do comércio” (MARX; ENGELS, 2007 [1845-1846], p. 57), mas não só:

Os novos produtos importados desses lugares, especialmente as grandes quantidades de ouro e prata que entraram em circulação, alteraram totalmente a posição das classes umas em relação às outras e aplicaram um duro golpe na propriedade feudal da terra e nos trabalhadores, enquanto as expedições de aventureiros, *a colonização e sobretudo a expansão dos mercados até a formação de um mercado mundial* – expansão que, então, se tornara possível e realizava-se cada vez mais, dia após dia – despertaram uma *nova fase do desenvolvimento histórico* [...]. (MARX; ENGELS, 2007 [1845-1846], p. 57 - grifos nossos)

O segundo período teve início na metade do século XVII e durou quase até o fim do século XVIII. O comércio e a navegação haviam se expandido mais rapidamente do que a manufatura, que desempenhava um papel secundário; as *colônias começavam a se tornar fortes consumidoras*, as diversas nações dividiam-se, por meio de longas lutas, no mercado mundial que se abria. Esse período começa com as leis sobre a navegação e com os *monopólios coloniais*. A concorrência das nações entre si era interdita, na medida do possível, mediante tarifas, proibições e tratados; e, em última instância, a luta da concorrência era travada e decidida por meio das guerras (sobretudo as guerras marítimas). *A nação mais poderosa nos mares, a Inglaterra, mantinha sua supremacia no comércio e na manufatura*. Vê-se já aqui a concentração num só país. A manufatura era continuamente protegida por barreiras alfandegárias no mercado interno, pelos *monopólios no mercado colonial* e, na medida do possível, por tarifas diferenciais no exterior. [...] A nação predominante no comércio marítimo e como *poder colonial* assegurou para si, naturalmente, a

maior extensão quantitativa e qualitativa da manufatura. (MARX; ENGELS, 2007 [1845-1846], p. 58 - grifos nossos)

Não há dúvidas de que a grande indústria não alcança o mesmo nível de desenvolvimento (em todos os países e nem)⁶⁰ em todas as localidades de um mesmo país. [...] *os países nos quais está desenvolvida uma grande indústria atuam sobre os países plus ou moins não industrializados, na medida em que estes são impulsionados pelo comércio mundial à luta universal da concorrência*”. (MARX; ENGELS, 2007 [1845-1846], p. 61 - grifos nossos)

Sua perspectiva em geral assume nesse escrito um tom internacional – talvez para se diferenciar do excessivo provincianismo da intelectualidade alemã com a qual visava romper – trazendo considerações como: “[...] O proletariado [...] só pode existir *histórico-mundialmente*” (MARX; ENGELS, 2007 [1845-1846], p. 39 - grifos no original); “[...] se, portanto, desconsiderarmos os indivíduos e as *condições mundiais* que constituem o fundamento dessas ideias, [...]” (MARX; ENGELS, 2007 [1845-1846], p. 48 - grifos nossos); “[...] somente quando o intercâmbio torna-se *intercâmbio mundial* [...]” (MARX; ENGELS, 2007 [1845-1846], p. 55 - grifos nossos); “A grande indústria, em geral, criou *por toda parte* as mesmas relações entre as classes da sociedade e suprimiu por meio disso a *particularidade das diversas nacionalidades*” (MARX; ENGELS, 2007 [1845-1846], p. 60-61 - grifos nossos); etc.

Marx e Engels trabalharam em *A Ideologia Alemã* durante praticamente um ano – do final de setembro de 1845 até agosto de 1846 (GABRIEL, 2013, p. 137). No fim, a obra alcançou mais de 500 páginas, divididas em dois volumes, que foram oferecidos, sem sucesso, a oito editores (GABRIEL, 2013, p. 137). Enfim, foi abandonada, conforme relatou Marx, à “crítica roedora dos ratos, com bastante convicção já que havíamos atingido nosso propósito principal – o autoesclarecimento” (MECW, 5, p. xiii). Paralelamente à redação da obra, Marx organizou – junto de Engels e Philippe Gigot – um Comitê de Correspondência Comunista, no início de 1846, cujo objetivo principal era “colocar os socialistas alemães em contato com os socialistas franceses e ingleses; manter os estrangeiros constantemente informados dos movimentos socialistas que ocorriam na Alemanha e informar os alemães sobre o progresso do socialismo na França e na Inglaterra” (MECW, 38, p. 39). Em outras palavras, romper as barreiras nacionais: “será um passo dado pelo movimento social em seus meios de comunicação escritos para se libertar das barreiras na *nacionalidade*” (MECW, 38, p. 39 –

⁶⁰ Em parênteses, pois havia sido suprimido do manuscrito. Optamos por incluir aqui, pois nos ajuda a compreender a ideia da passagem.

grifos no original). O próprio Marx havia dado um passo nesse sentido ao renunciar, em dezembro do ano anterior, à cidadania prussiana, tornando-se um apátrida.

Esta foi a primeira organização internacional que o filósofo tentou formar, ou seja, o início de suas atividades políticas a nível internacional (GABRIEL, 2013, p. 138). Para Marx, a revolução era, naquele momento, iminente. A revolta dos camponeses poloneses na Galícia de fevereiro foi para ele um sinal claro do que estava por vir. O levante havia se espalhado para a Cracóvia e o fim da servidão fora declarado. Embora tenha sido derrotado alguns dias depois – e para Marx isto ocorreu devido à ausência de uma organização bem definida –, a movimentação polonesa mostrava o estado de ânimos da Europa pré-1848, reverberando em todas as principais capitais (GABRIEL, 2013, p. 142). A perspectiva em certa medida otimista esboçada em *A Ideologia Alemã* não era sem fundamento e a iminência do comunismo, tal como lá aparece, é um reflexo do momento político extremamente agitado em que Marx se encontrava (GABRIEL, 2013, p. 141).

No plano teórico, após *A Ideologia Alemã*, onde “sistematicamente demolira todos os teóricos que estudara”, Marx irá se dedicar a responder à *Filosofia da Miséria*, de Proudhon, “o último dos grandes homens ainda de pé” (GABRIEL, 2013, p. 146). Após receber o livro, em dezembro de 1846, Marx enviou uma carta a Pavel Annenkov comentando suas primeiras impressões, onde afirma “para ser franco, devo admitir que achei o livro, de uma maneira geral, pobre, talvez muito pobre” (MECW, 38, p. 95). Segundo Marx, Proudhon se equivoca tanto do ponto de vista econômico quanto filosófico: “Sr. Proudhon não fornece uma falsa crítica da economia política, porque sua filosofia é absurda – ele produz uma filosofia absurda, porque não compreendeu as condições sociais presentes em seu contexto (*engrènement*) [...]” (MECW, 38, p. 95). Para o alemão, o principal problema está no fato de Proudhon recorrer a um “hegelianismo débil”, apelando a categorias demasiado abstratas – Deus, a razão universal, a razão impessoal da humanidade –, que servem como “causas místicas, isto é, frases em que falta o senso comum” (MECW, 38, p. 96). Inclusive, tal expediente demonstra, para Marx, que Proudhon foi incapaz de compreender o desenvolvimento histórico da humanidade, cuja chave de entendimento não estaria em tais categorias, mas na análise de seu desenvolvimento econômico (MECW, 38, p. 96). Marx reafirma então o argumento exposto em *A Ideologia Alemã*:

O que é a sociedade, independente de sua forma? O produto da interação das pessoas umas com as outras. As pessoas são livres para escolher esta ou aquela forma de sociedade? De forma alguma. Se assumirmos um dado estágio de

desenvolvimento das faculdades produtivas da humanidade, teremos uma forma correspondente de comércio e consumo. Se assumirmos um dado estágio de desenvolvimento na produção, no comércio ou no consumo, teremos uma forma correspondente de constituição social, uma organização correspondente, seja da família, das propriedades ou das classes – em uma palavra, uma sociedade civil correspondente. Se assumirmos esta ou aquela sociedade civil, teremos este ou aquele sistema político, o qual não é nada mais que a expressão oficial da sociedade civil. (MECW, 38, p. 96)

Adentrando no terreno empírico para sustentar sua exposição, Marx se limita à história que lhe é mais familiar: a passagem da Idade Média ao capitalismo.

O privilégio, a instituição das guildas e das corporações, o sistema regulatório da Idade Média, são todos exemplos de relações sociais que correspondiam às forças produtivas adquiridas e às condições sociais pré-existentes, a partir das quais aquelas instituições emergiram. Protegidos por um sistema corporativo e regulatório, o capital se acumulou, o comércio marítimo se expandiu, colônias foram encontradas – e o ser humano teria perdido os frutos de tudo isto, se ele desejasse preservar as formas sob cuja proteção estes mesmos frutos amadureceram. (MECW, 38, p. 97)

Nesta passagem, Marx enfatiza os ganhos advindos do surgimento do capitalismo – os “frutos da civilização” (*fruits of civilisation*), conforme colocou um pouco antes –, incluindo entre eles o descobrimento das colônias, o que nos antecipa as opiniões que ele irá exprimir no *Manifesto* e nos textos de 1853 sobre a Índia e sobre a China. No entanto, Marx trata dessas questões na carta a Annenkov de maneira apenas lateral; seu principal objetivo é afirmar o caráter transitório do capitalismo: “[...] as formas econômicas nas quais produzimos, consumimos e trocamos são transitórias e históricas” (MECW, 38, p. 97). Para ele, Proudhon foi incapaz de apreender “o curso real da história”, o que o fez recorrer às abstrações acima mencionadas. Em vez de tratar de acontecimentos históricos reais, a história de que fala Proudhon “acontece no plano nebuloso da imaginação e paira acima do tempo e espaço. Em outras palavras, trata-se de lixo hegeliano, não é história, não é história profana (*it is not profane history*) — história da humanidade —, mas história sagrada (*sacred history*) — história das ideias” (MECW, 38, p. 97). Ou seja, a perspectiva de história esposada então por Proudhon recorre ao princípio “místico” da filosofia hegeliana da história, na qual os homens são usados pela Ideia em seu desenvolvimento. Neste aspecto, Marx ressalta a incompreensão de Proudhon em questões econômicas, como por exemplo, a divisão do trabalho. Ao permanecer no campo

das abstrações, Proudhon não se refere ao mercado mundial, o que para Marx é um equívoco, pois a expansão da Europa pelo mundo – tanto em direção à América, quanto ao Extremo Oriente – modificou profundamente as formas de divisão de trabalho no território europeu (MECW, 38, p. 98). Para Marx, as relações entre as nações e a organização interna destas é determinada por dada divisão do trabalho⁶¹.

Ainda, comentando as passagens de Proudhon sobre a maquinaria, Marx ressalta os desenvolvimentos distintos observados entre a Inglaterra, a Europa Continental e os EUA (MECW, 38, p. 99). Para Marx, a principal dificuldade de Proudhon é sua falta de conhecimento histórico concreto, o que o faz recorrer às abstrações:

[...] principalmente por não conhecer história, Proudhon falha em observar que, ao desenvolver suas faculdades produtivas, isto é, ao viver, o homem desenvolve certas inter-relações cuja natureza necessariamente se modifica, com o crescimento daquelas faculdades produtivas. Ele falha em ver que as *categorias econômicas* não são mais que *abstrações* daquelas relações reais e que são verdadeiras, apenas na medida em que aquelas relações continuem a existir. Assim, ele incorre no erro dos economistas burgueses, que consideram as categorias econômicas como leis universais e não como leis históricas – específicas para um dado desenvolvimento histórico, para um desenvolvimento específico das forças produtivas. Em vez de considerar as categorias político-econômicas como abstrações das relações sociais atuais – que são transitórias e históricas – o sr. Proudhon, por meio de uma inversão mística, vê nas relações reais apenas a encarnação daquelas abstrações. (MECW, 38, p. 100 – grifos no original)

Marx ainda se dedica a analisar o tratamento dado por Proudhon ao antagonismo entre liberdade e escravidão. Nestas passagens, Marx se refere à condição do proletariado europeu como uma “escravidão indireta” e diz que irá tratar, ali, da “escravidão direta, a escravidão dos negros no Suriname, no Brasil e na região sul da América do Norte” (MECW, 38, p. 101). Tratando da escravidão, Marx a relaciona diretamente ao surgimento do capitalismo e da dita “civilização”:

⁶¹ Vale a pena observar, seguindo o argumento desenvolvido por Kaviraj para um contexto distinto, que os comentários de Marx a respeito dos contatos entre os povos europeus e os povos “outros” visam aqui a explicar a realidade europeia – de Marx – e não a desses povos outros, o que Marx apenas começará a fazer em meados dos anos 1850, mas que será uma questão mais decisiva apenas em seus desenvolvimentos teóricos posteriores – em especial na questão da Comuna rural russa e na organização política dos Iroqueses.

A escravidão direta é tanto o eixo sobre o qual gira nosso industrialismo atual como são as máquinas, o crédito, etc. Sem escravidão não haveria algodão, sem algodão não haveria indústria moderna. É a escravidão que deu valor às colônias, são as colônias que criaram o comércio mundial e o comércio mundial é a condição necessária para a indústria de máquinas de grande escala. Conseqüentemente, antes do comércio de escravos, as colônias enviaram muito poucos produtos para o Velho Mundo, e não mudaram significativamente o rosto do mundo. [...] Sem escravidão, a América do Norte, a nação mais progressista, seria transformada em um país patriarcal. Apenas tire a América do Norte do mapa e você obterá anarquia, a desintegração completa do comércio e da civilização moderna. Mas acabar com a escravidão seria apagar a América do mapa. [...] Tudo o que as nações modernas conseguiram é disfarçar a escravidão em casa e importá-la abertamente para o Novo Mundo. (MECW, 38, p. 101-2)

Tais reflexões serviram de base para a redação de *A Miséria da Filosofia*, primeiro livro escrito sozinho por Marx, no qual ele utilizará a perspectiva de Proudhon como ponto de partida para detalhar sua própria teoria (GABRIEL, 2013, p. 146). Neste livro, conclui que

Dia após dia, torna-se mais claro que as relações de produção em que a burguesia se move não têm um caráter simples e uniforme, mas um caráter duplo; que nas próprias relações em que a riqueza é produzida, a pobreza também é produzida; que nas próprias relações em que há um desenvolvimento das forças produtivas, há também uma força que produz a repressão; que essas relações produzem *riqueza burguesa*, i. e., a riqueza da classe burguesa, apenas aniquilando continuamente a riqueza dos membros individuais desta classe e produzindo um proletariado sempre crescente. (MECW, 6, p. 176 - grifos no original)

A partir de então, o pensador considerou que o terreno intelectual estava limpo e que seria possível avançar na sistematização de seu próprio pensamento. Além disso, a conjuntura política agitada exigia uma resposta de Marx, que afirmou então a necessidade de “se tornar parte do processo revolucionário histórico” e decidiu se juntar à Liga dos Justos⁶², a convite de

⁶² A Liga dos Justos tem sua origem em 1833, quando alguns exilados alemães, como Karl Schapper e Theodore Schuster, fundaram uma sociedade secreta chamada Sociedade dos Exilados. Esta permaneceu unida por pouco tempo: sob a influência de Blanqui, Schuster rompe com a Sociedade e, com outros, forma uma organização própria, a Liga dos Justos, que iria participar do levante blanquista de 1839, em Paris, após o qual a Liga passou a funcionar como uma federação secreta que congregava diversas seções locais – estas funcionando abertamente. Após a entrada de Marx, Engels e outros em 1847, a Liga assume o nome de Liga dos Comunistas, passando de uma sociedade secreta a uma “sociedade operária comunista” (COGGIOLA, 2005, p. 10–1; LASKI, 2005 [1961], p. 174–6).

Joseph Moll, em fevereiro de 1847 (GABRIEL, 2013, p. 147-8). A Liga, cuja sede estivera localizada até então em Paris, se mudou no outono de 1846 para Londres, a fim de evitar o assédio da polícia francesa. Já no início de 1846, Marx abordara os membros da Liga para que estes se juntassem a seu comitê de correspondentes, tentando convencê-los a abandonar sua visada utópica e vaga a respeito da sociedade futura ideal e se concentrar em compreender as bases materiais postas para a luta revolucionária de seu presente (GABRIEL, 2013, p. 148). O contexto histórico, de certa forma, dava razão a Marx: a safra ruim de alimentos de 1845 continuou nos dois anos seguintes, o que fez com que o preço dos artigos básicos dobrasse entre 1845 e 1847 (STEARNS, 1848, p. 33). A alta dos preços dos alimentos fez disparar, também, a fome nas cidades (MECW, 10, p. 495). A situação era explosiva: revoltas por comida, greves de operários e barricadas não tardaram em surgir (HOBSBAWM, *Age of Capital*, p. 43-4). Em carta de março de 1847, Engels relata que a situação política em Paris estava ficando tensa: “A polícia aqui está com um humor péssimo agora. Parece que, por bem ou por mal, eles estão determinados a explorar a escassez de alimentos para provocar uma revolta ou uma conspiração em massa. [...] a polícia está sendo bestial no momento” (MECW, 38, p.114-5; 587). Na própria Bélgica, o clima relativamente liberal havia mudado: o governo prussiano comunicara as autoridades belgas de que os refugiados prussianos estavam envolvidos em atividades políticas. Em abril, Carl Vogler foi preso e Marx relata em carta a Herwegh de agosto de 1847 que estava sendo vigiado (MECW, 38, p. 120; 588).

O chamado de Marx para a Liga se voltar ao que se passava ao seu entorno foi, então, ouvido (GABRIEL, 2013, p. 148). A Liga dos Justos foi a primeira organização proletária da qual Marx aceitou participar. Em junho de 1847, os membros se reuniram em Londres para um primeiro congresso, que iria discutir a reorganização do grupo, após a entrada dos novos membros. Algumas mudanças importantes ocorreram neste encontro, a começar pelo nome, de Liga dos Justos para Liga dos Comunistas; do mesmo modo, o lema antigo – o reconfortante e vago “todos os homens são irmãos” – passou para o hoje famoso e mais direto “trabalhadores de todos os países, uni-vos!” (MECW, 6, p. 585; MECW, 38, p. 587-8)⁶³. Além disso, Hess, Engels e Schapper redigiram um rascunho do “Credo Comunista”, um documento em forma de perguntas e respostas que explicava o programa do novo grupo (MECW, 6, p. 96-103; 341-57). Outro resultado do encontro foi a elaboração de uma circular para ser distribuída aos membros que não estiveram presentes no encontro. Nela, podemos ler que:

⁶³ No que fica claro o tom, a seu modo, *internacionalista* da perspectiva marxiana. Se a reação era internacional, a ação revolucionária também teria de ser.

Nós representamos uma causa maravilhosa, grandiosa. Proclamamos a maior revolução já proclamada no mundo, uma revolução que, por sua minuciosidade e riqueza de conseqüências, não tem igual na história mundial. Não sabemos até onde nos serão concedidos os frutos desta revolução. Mas isto sabemos: que esta revolução se aproxima com todas as suas forças; podemos vê-lo em toda a parte, na França, na Alemanha, na Inglaterra, na América, como as massas irritadas do proletariado estão em movimento e exigem sua libertação dos grilhões do comando do dinheiro, dos grilhões da burguesia, [...]. Verificamos que a classe burguesa está cada vez mais rica e que as classes médias estão cada vez mais arruinadas e, assim, *o próprio desenvolvimento histórico aponta para uma grande revolução* que um dia explodirá, através da angústia do povo e da irresponsabilidade dos ricos. (MECW, 6, p. 600 - grifos nossos)

Em Bruxelas, Marx havia praticamente assumido o controle do *Deutsche-Brüsseler-Zeitung*, além de ter fundado, com Engels, um Sindicato dos Trabalhadores Alemão, para atrair trabalhadores e trabalhadoras para a luta revolucionária. Além disso, fora nomeado vice-presidente da Associação Democrática Internacional – uma pequena organização de profissionais de diversos países (GABRIEL, 2013, p. 154). No fim de 1847, o filósofo parte a Londres para o segundo congresso da Liga. No dia anterior ao Congresso, fez uma fala em evento de homenagem às vítimas da repressão estatal à revolta polonesa de 1830. Nesta comunicação, Marx toca em diversos pontos relevantes para nós, como, por exemplo, aborda a situação internacional de seu tempo de uma perspectiva distinta daquela normalmente utilizada nas teorias clássicas das Relações Internacionais:

A unificação e fraternidade entre as nações é uma frase nos lábios de todos os partidos de hoje, especialmente nos dos livre-cambistas burgueses. De fato, uma certa fraternidade existe *entre as classes burguesas de todas as nações*. É a *fraternidade dos opressores contra os oprimidos*, dos *exploradores contra os explorados*. Assim como, apesar da concorrência e dos conflitos existentes entre os membros da burguesia, a classe burguesa de um país está unida por laços fraternos contra o proletariado desse país, também os burgueses de todos os países, apesar dos conflitos mútuos e da concorrência no mercado mundial, *estão unidos por laços fraternos contra o proletariado de todos os países*. Para que os povos possam realmente se unir, eles devem ter interesses comuns. E para que seus interesses se tornem comuns, *as relações de propriedade existentes devem ser eliminadas*, pois essas relações envolvem a *exploração de*

*algumas nações por outras: a abolição das relações de propriedade existentes é preocupação apenas da classe trabalhadora. Apenas ela tem os meios para fazer isso. A vitória do proletariado sobre a burguesia é, ao mesmo tempo, a vitória sobre os conflitos nacionais e industriais que atualmente abrangem os povos de vários países uns contra os outros em hostilidade e inimizade. E assim a vitória do proletariado sobre a burguesia é ao mesmo tempo sinal de libertação para todas as nações oprimidas. (MECW, 6, p. 388-9 - grifos nossos)*⁶⁴

Por outro lado, vemos ressoar a visão de história elaborada em *A Ideologia Alemã* e depois utilizada para tratar da Índia, como veremos na próxima seção:

De todos os países, a Inglaterra é aquela em que a contradição entre o proletariado e a burguesia está mais desenvolvida. A vitória dos proletários ingleses sobre a burguesia inglesa é, portanto, decisiva para a vitória de todos os oprimidos sobre seus opressores. Por isso, a Polônia deve ser liberada não na Polônia, mas na Inglaterra. (MECW, 6, p. 389 - grifos nossos)

No dia seguinte, o congresso da Liga teve início e durou cerca de 10 dias (GABRIEL, 2013, p. 158). Marx tentava imprimir um tom concreto à atuação da Liga, afastando-a de ideias utópicas e buscando transformá-la num instrumento relevante para os operários e operárias. Ao final do congresso, foram estipulados os requisitos para filiação e a estrutura organizacional do grupo. Seu objetivo foi revisto: anteriormente, tratava-se de uma sugestão pouco concreta (“A emancipação da humanidade através da difusão da teoria da propriedade comum e sua introdução prática do modo mais rápido o possível”); agora, era uma formulação que refletia o pensamento marxiano daquele momento (“A derrubada da burguesia, o poder do proletariado, a abolição da velha sociedade burguesa que se baseia no antagonismo de classes e a fundação de uma nova sociedade sem classes e sem propriedade privada”) (MECW, 6, p. 633-8).

Neste mesmo encontro, foi solicitado a Marx e Engels que redigissem um programa para o grupo. Engels já havia escrito, em carta a Marx, antes de irem a Londres, que pensava ser melhor “abandonar a forma de catequismo (*catechetical form*)” (MECW, 38, p. 149) e sugeriu que a nova versão se chamasse *Manifesto Comunista*⁶⁵. Em janeiro de 1848, Marx ficara responsável por terminar a redação do *Manifesto*. Havia, já, três versões – duas de Engels

⁶⁴ Notamos também que o sujeito revolucionário desse período é exclusivamente o proletariado.

⁶⁵ Possivelmente, tratava-se de uma homenagem ao *Manifesto dos Iguais*, de Babeuf, que era visto por ambos como uma espécie de precursor (LASKI, 2005 [1961], p. 187). Segundo o historiador Osvaldo Coggiola, “o comunismo dessa época originara-se de uma dissidência de extrema esquerda do jacobinismo francês, representado por Gracchus Babeuf e Filippo Buonarroti” (COGGIOLA, 2005, p. 10).

e uma de Hess –, mas Marx iniciou uma quarta, se utilizando do último esboço de Engels como base (GABRIEL, 2013, p. 163). É sintomática desse momento sua visão a respeito do livre-comércio, que irá impactar a elaboração do texto. Em fala à Associação Democrática Internacional, feita no mesmo janeiro de 1848 da redação do *Manifesto*, Marx afirmou que, apesar de o livre comércio significar “a liberdade do capital de esmagar o trabalhador”, era necessário defendê-lo, pois, com ele, a indústria floresceria, o que aceleraria a transformação social inevitável: a divisão do mundo em duas classes sociais distintas e antagônicas (MECW, 6, p. 463; 465; 695-6; MECW, 26, p. 523-4). Ao acelerar a implementação do modo de produção capitalista pelo mundo, se estaria, também, impulsionando suas contradições e aproximando-o de seu fim. Em vez de combater um sistema de comércio que – ele sabia – prejudicaria o trabalhador, Marx o defendia como um componente que poderia acelerar a revolução social⁶⁶. O livre comércio criaria então as condições para que um número suficiente de pessoas – a vasta maioria da população – chegasse à conclusão de que seria necessário modificar o atual sistema de produção. Marx compreendia então que sem a maioria da população, qualquer revolução fracassaria. Parte desse argumento será retomada, ainda que sob formas um pouco distintas, no *Manifesto* (GABRIEL, 2013, p. 164).

1.2. O MANIFESTO COMUNISTA: 1848

Para compreender a perspectiva teórica elaborada por Marx no *Manifesto Comunista*, precisamos ter em mente as posições adotadas até então pelo autor em suas polêmicas teóricas e políticas, uma vez que, neste texto, Marx irá condensar inúmeras ideias já elaboradas anteriormente. Conforme lembra Engels, em prefácio à edição inglesa de 1888, “[...] fomos elaborando essa ideia [...]. O meu livro *A Situação da Classe Operária na Inglaterra* revela até onde fui nessa direção. Mas, quando reencontrei Marx [...] na primavera de 1845, ele já a elaborara completamente [...]” (MARX; ENGELS, 2005 [1888], p. 78). E quais ideias são essas⁶⁷? Seguindo a análise do devir histórico exposta em *A Ideologia Alemã*, segundo a qual

⁶⁶ Numa perspectiva muito semelhante àquela que, embora condenando os crimes ingleses na Índia, irá saudar a colonização como uma forma de fazer avançar a história naquele país.

⁶⁷ Engels irá resumí-las em dois prefácios escritos após a morte de Marx de maneira bem satisfatória, do nosso ponto de vista: em 1883: “A ideia fundamental que percorre todo o *Manifesto* é a de que, em cada época histórica, a produção econômica e a estrutura social que dela necessariamente decorre, constituem a base da história política e intelectual dessa época; que consequentemente (desde a dissolução do regime primitivo da propriedade comum da terra) toda a História tem sido a história da luta de classes, da luta entre explorados e exploradores, entre as classes dominadas e as dominantes nos vários estágios da evolução social; [...]” (MARX; ENGELS, 2005 [1883], p. 74); em 1888: “[...] a proposição fundamental pertence a Marx. Essa proposição é a de que, em cada época histórica, a produção econômica, o sistema de trocas e a estrutura social que dela necessariamente decorre,

a história é apreendida como uma sequência histórica de modos de produção que avança a partir do conflito – ou melhor, da contradição entre as forças produtivas, o conteúdo do modo de produção, e as relações de produção, sua forma –, Marx irá abrir o *Manifesto* com a famosa frase: “a história de todas as sociedades até agora tem sido a história das lutas de classe”⁶⁸ (MARX; ENGELS, 2005 [1848], p. 40). A sociedade burguesa, porém, se diferencia das demais por simplificar este conflito ao máximo: “a sociedade divide-se cada vez mais em dois campos opostos, em duas grandes classes em confronto direto: a burguesia e o proletariado” (MARX; ENGELS, 2005 [1848], p. 40–1). Esta sociedade burguesa abstrata, é óbvio, trata-se da sociedade europeia, que é a base, naquele momento, para a reflexão marxiana⁶⁹.

Entretanto, Marx enfatiza o escopo planetário do capitalismo, tal como já feito no escrito anterior⁷⁰, e os elos entre a ascensão da burguesia e o colonialismo. Com a “descoberta da América” e “a circunavegação da África”, acelera-se a destruição da sociedade feudal anterior, já em decomposição (MARX; ENGELS, 2005 [1848], p. 41). “Os mercados das Índias Orientais e da China, a colonização da América, o comércio colonial [...]” tudo contribui para a superação do feudalismo na Europa. No entanto, as formações sociais outras aparecem aqui apenas na medida em que contribuíram para o desenvolvimento do capitalismo na Europa – o que não é pouca coisa para a época⁷¹. O autor prossegue afirmando que a colonização prepara a criação do mercado mundial e este se impõe às demais formas sociais. Trata-se de uma primeira tentativa, por parte de Marx, de apreender uma situação concreta⁷², pautada pela

constituem a base e a explicação da história política e intelectual dessa época (repete então as mesmas frases do prefácio de 83) [...]” (MARX; ENGELS, 2005 [1888], p. 77).

⁶⁸ E irá prosseguir: “Homem livre e escravo, patricio e plebeu, senhor feudal e servo, mestre de corporação e companheiro, em resumo, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido uma guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em conflito” (MARX; ENGELS, 2005 [1848], p. 40). Nesta passagem, ficam claras a perspectiva evolucionista e a tentativa de transbordar a história europeia ao âmbito mundial. Em nota à edição inglesa de 1888, Engels irá relativizar tais afirmações, dizendo se tratar apenas da história escrita e fazendo referência a organizações sociais baseadas na propriedade comum da terra, nas quais inexistiriam divisões em classes (MARX; ENGELS, 2005 [1888], p. 77).

⁶⁹ O cientista político inglês Harold Laski explica que a base histórica de Marx, no momento de redação do *Manifesto*, era “bastante ampla”: “já lera muito sobre a história alemã; fizera um estudo profundo do século XVIII na França, sobretudo das consequências de 1789; [...] iniciara estudos notáveis de história e teoria econômica inglesa” (LASKI, 2005 [1961], p. 172).

⁷⁰ Cf. acima seção a respeito de *A Ideologia Alemã*.

⁷¹ Ainda hoje, aliás, insiste-se em diminuir a importância do colonialismo no surgimento do capitalismo europeu, numa espécie de “versão autocontida do Ocidente” (SPIVAK, 2010 [1985], p. 76). Spivak, aliás, refere a esse empreendimento como “a repressão do momento ‘imperialista’ na maior parte dos debates sobre a transição do feudalismo ao capitalismo [...]” (SPIVAK, 2010 [1985], p. 87).

⁷² Engels explica, em carta a Marx de novembro de 1847, que seria preciso modificar a forma do *Manifesto* – antes num esquema de “Confissão de fé” –, pois “uma certa quantidade de história tem de ser narrada nele” (MECW, 38, p. 149). O socialista italiano Antonio Labriola afirma que “o caráter decisivo deste escrito consiste inteiramente na nova concepção histórica que o fundamenta e que ele mesmo em parte explica e desenvolve [...]”

concepção etapista da história⁷³. Durante a primeira parte do escrito – “Burgueses e proletários” – Marx se ocupa em descrever o papel que a burguesia teve na constituição da sociedade europeia em que ele se encontrava: este papel seria então descrito como progressista, pois ela “não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso todas as relações sociais” (MARX; ENGELS, 2005 [1848], p. 43). Porém, a burguesia não se ocupa apenas de destruir “as relações feudais, patriarcais e idílicas” (MARX; ENGELS, 2005 [1848], p. 42), pois, “impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo terrestre. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte” (MARX; ENGELS, 2005 [1848], p. 43). Segundo esta perspectiva, o desenvolvimento de relações capitalistas de produção se espalharia pelo mundo, necessariamente, pela atuação da burguesia.

Assim, a ação burguesa “arrasta para a torrente da civilização todas as nações, até mesmo as mais bárbaras”, afirma, graças aos revolucionários progressos na produção e comunicação (MARX; ENGELS, 2005 [1848], p. 44). A expansão da Europa pelo mundo é narrada em tons épicos: de modo que “os preços baratos de suas mercadorias são a artilharia pesada com a qual ela derruba todas as muralhas da China e obriga à capitulação os bárbaros mais tenazmente hostis aos estrangeiros” (MARX; ENGELS, 2005 [1848], p. 44). A burguesia, dessa forma, “cria um mundo à sua imagem e semelhança”, obrigando todas as nações a

(LABRIOLA, 2005 [1895], p. 91 - grifo nosso). Ou seja, no *Manifesto* temos exposta uma concepção histórica, mas, também, uma explicação histórica que é fundamentada nesta mesma concepção.

⁷³ A perspectiva elaborada dois anos antes faz-se presente com força no *Manifesto* em diversas passagens, como por exemplo em: “A organização feudal da indústria, em que esta era circunscrita a corporações fechadas, já não satisfazia as necessidades que cresciam com a abertura de novos mercados. A manufatura a substituiu. A pequena burguesia industrial suplantou os mestres das corporações; a divisão do trabalho entre as diferentes corporações desapareceu diante da divisão do trabalho dentro da própria oficina. Todavia, os mercados ampliavam-se cada vez mais, a procura por mercadorias continuava a aumentar. A própria manufatura tornou-se insuficiente; então, o vapor e a maquinaria revolucionaram a produção industrial. A grande indústria moderna suplantou a manufatura; a média burguesia manufatureira cedeu lugar aos milionários da indústria, aos chefes de verdadeiros exércitos industriais, aos burgueses modernos. A grande indústria criou o mercado mundial, preparado pela descoberta da América. O mercado mundial acelerou enormemente o desenvolvimento do comércio, da navegação, dos meios de comunicação. Este desenvolvimento reagiu por sua vez sobre a expansão da indústria; e à medida que a indústria, o comércio, a navegação, as vias férreas se desenvolviam, crescia a burguesia, multiplicando seus capitais e colocando num segundo plano todas as classes legadas pela Idade Média. Vemos, pois, que a própria burguesia moderna é o produto de um longo processo de desenvolvimento, de uma série de transformações no modo de produção e de circulação. Cada etapa da evolução percorrida pela burguesia foi acompanhada de um progresso político correspondente. [...]” (MARX; ENGELS, 2005 [1848], p. 41); ou então, mais explicitamente ainda: “[...] os meios de produção e de troca, sobre cuja base se ergue a burguesia, foram gerados no seio da sociedade feudal. Numa certa etapa do desenvolvimento desses meios de produção e de troca, as condições em que a sociedade feudal produzia e trocava – [...] em suma, o regime feudal de propriedade – deixaram de corresponder às forças produtivas em pleno desenvolvimento. Tolhiam a produção em lugar de impulsioná-la. Transformaram-se em outros tantos grilhões que era preciso despedaçar; e foram despedaçados” (MARX; ENGELS, 2005 [1848], p. 44-5).

adotarem “a chamada civilização, isto é, a tornarem-se burguesas” elas próprias (MARX; ENGELS, 2005 [1848], p. 44). Marx põe em ação nesta passagem uma dicotomia eurocêntrica que coloca em lados opostos a burguesia europeia e o resto do mundo. De um lado, está “o campo”, “o embrutecimento da vida rural”, “os países bárbaros e semibárbaros”, “os povos camponeses”, “o Oriente”; do outro, “a cidade”, “grandes centros urbanos”, “países civilizados”, “povos burgueses”, “o Ocidente” (MARX; ENGELS, 2005 [1848], p. 44)⁷⁴. Marx explica, lançando mão da perspectiva elaborada em *A Ideologia Alemã*, que, “numa certa etapa do desenvolvimento desses [da sociedade feudal] meios de produção e de troca, as condições em que a sociedade feudal produzia e trocava [...] deixaram de corresponder às forças produtivas em pleno desenvolvimento. [...] Transformaram-se em outros tantos grilhões que era preciso despedaçar; e foram despedaçados” (MARX; ENGELS, 2005 [1848], p. 44). Nesta perspectiva, porém, a exploração dos povos outros – América, Índias orientais, China, citados por Marx – aparece como necessária para a superação desses grilhões. Ao mesmo tempo em que critica explicitamente o desenvolvimento do capitalismo, por este depender da exploração de nações e povos distintos, Marx também acaba justificando essa exploração, na medida em que este desenvolvimento é necessário, na sequência imaginada pelo autor, para se chegar ao comunismo. É neste contexto que o desenvolvimento do capitalismo na Índia e na China, malgrado seus efeitos negativos para a população, será visto como um aspecto necessário do desenvolvimento histórico⁷⁵.

Em outras palavras, há nesta descrição histórica certo tom otimista para com a expansão burguesa pelo mundo, porque, se a história evolui em etapas, o resto do mundo teria de repetir o processo europeu, avançar para o capitalismo, o qual conteria, em potência, o comunismo. A exploração colonial traz consigo o desenvolvimento de certo “elemento revolucionário”

⁷⁴ Marx já havia posto tais oposições em *A Ideologia Alemã*: “A oposição entre cidade e campo começa com a passagem da barbárie à civilização, do tribalismo ao Estado, da localidade à nação, e mantém-se por toda a história da civilização até os dias atuais” (MARX; ENGELS, 2007 [1845-1846], p. 52).

⁷⁵ Labriola expôs com perfeição essa interpretação ao afirmar que “A conquista da Terra pelo comunismo não é para amanhã. Mas quanto mais se alargam os confins do mundo burguês, mais povos dele farão parte, abandonando e superando as formas inferiores de produção, e assim mais precisas e seguras tornar-se-ão as esperanças do comunismo [...]” (LABRIOLA, 2005 [1895], p. 134). Jean Jaurès, por sua vez, responde à questão “como se realizará o socialismo?” afirmando que será “pelo próprio crescimento do proletariado [...]” (JAURÈS, 2005 [1948], p. 139). Engels, no prefácio à edição italiana de 1893, afirmou que “com o impulso dado em todos os países à grande indústria, o regime burguês tem criado por toda a parte, nos últimos 45 anos, um proletariado numeroso, concentrado e forte. Criou assim, segundo a expressão do *Manifesto*, os seus próprios coveiros” (MARX; ENGELS, 2005 [1893], p. 82). Esses são apenas alguns exemplos de como a concepção de história desenvolvida no *Manifesto*, que associa a conquista do comunismo a um determinado desenvolvimento histórico europeu, a ser replicado no resto do mundo - desenvolvimento da burguesia, da indústria, do proletariado, etc. -, marcou diversas vertentes do pensamento socialista dali em diante.

(MARX; ENGELS, 2005 [1848], p. 41) e a burguesia desempenha um papel “eminentemente revolucionário” (MARX; ENGELS, 2005 [1848], p. 42)⁷⁶. Marx supunha que a generalização do capitalismo pelo globo terrestre aceleraria a queda deste modo de produção, pois intensificaria suas contradições imanentes (KATZ, 2016, p. 1–4; MARX; ENGELS, 2005 [1848], p. 45–6; TIBLE, 2014, p. 199–200). Todavia, como ressalta Katz (2016, p. 1),

Ao contrário de seus contemporâneos, o pensador alemão combinou essa análise com fortes denúncias. Ele enfatizou a destruição das formas econômicas arcaicas e, ao mesmo tempo, questionou as atrocidades do colonialismo. Realçou a função modernizadora do capital e se opôs aos massacres perpetrados pelos invasores. [...] Esta tensão entre ponderações e rejeições era compatível com uma expectativa de vitórias rápidas do socialismo [...]

Esta expectativa estava baseada, por um lado, na intensa atuação do movimento operário europeu daquele período. Conforme afirmamos anteriormente e veremos a seguir em maiores detalhes, a Europa estava prestes a entrar em erupção, com o início das revoltas democráticas de 1848. Por outro lado, porém, esta confiança excessiva na vitória iminente do proletariado estava calcada na perspectiva histórica que Marx então defendia. De acordo com essa perspectiva, o momento em que escrevia seria semelhante àquele da dissolução da ordem feudal: “assistimos hoje a um processo semelhante” (MARX; ENGELS, 2005 [1848], p. 45). Isto, porque a “sociedade burguesa moderna [...] assemelha-se ao feiticeiro que já não pode controlar os poderes infernais que invocou” (MARX; ENGELS, 2005 [1848], p. 45). A sociedade burguesa possuiria, segundo Marx, “civilização em excesso, meios de subsistência em excesso, indústria em excesso, comércio em excesso” e, por isso, sofreria constantes crises de superprodução (MARX; ENGELS, 2005 [1848], p. 45). Reproduzindo o esquema da *Ideologia*, nosso autor então afirma que

as forças produtivas [...] não mais favorecem o desenvolvimento das relações burguesas de propriedade; pelo contrário, tornaram-se poderosas demais para estas condições, passam a ser tolhidas por elas; e assim que se libertam desses entraves, lançam na desordem a sociedade inteira e ameaçam a existência da propriedade burguesa. (MARX; ENGELS, 2005 [1848], p. 45)

Além disso, a burguesia também produz o sujeito político que irá lhe derrubar: “os operários modernos, os *proletários*” (MARX; ENGELS, 2005 [1848], p. 46). Entretanto, o

⁷⁶ Para James Petras, a “concepção de globalização capitalista de Marx e Engels está mais afinada com a ideologia contemporânea de livre mercado do que com algum entendimento histórico materialista” (PETRAS, 2005 [1997], p. 244).

desenvolvimento do proletariado enquanto sujeito político organizado e consciente de si, capaz de levar à cabo a revolução, depende do desenvolvimento da indústria: com ele, “o proletariado não apenas se multiplica; comprime-se em massas cada vez maiores, sua força cresce e ele adquire maior consciência dela” (MARX; ENGELS, 2005 [1848], p. 47)⁷⁷. Transpor esta perspectiva para a análise de outras sociedades, sem as mediações necessárias, levará Marx a considerar o desenvolvimento capitalista como positivo para elas – é o caso da análise que Marx faz da colonização britânica na Índia em 1853, conforme veremos.

A avaliação que o pensador faz das camadas médias revela de forma crua sua visão da história, uma vez que estas seriam “reacionárias, pois pretendem fazer girar para trás a roda da História” – ou seja, a História aparece como um desenvolvimento linear que pode ser “girado para trás” ou impulsionado para frente, o que seria a tarefa histórica do proletariado⁷⁸. Este representaria o “movimento autônomo da imensa maioria em proveito da imensa maioria” (MARX; ENGELS, 2005 [1848], p. 50)⁷⁹. No *Manifesto*, a humanidade aparece como um todo

⁷⁷ Em *A Ideologia Alemã*: “[...] enquanto a burguesia de cada nação conserva ainda interesses nacionais à parte, a grande indústria criou uma classe que tem em todas as nações o mesmo interesse e na qual toda nacionalidade já está destruída; uma classe que, de fato, está livre de todo o mundo antigo e, ao mesmo tempo, com ele se defronta. A grande indústria torna insuportável para o trabalhador não apenas a relação com o capitalista, mas sim o próprio trabalho” (MARX; ENGELS, 2007 [1845-1846], p. 61).

⁷⁸ Esta perspectiva reaparece explicitamente em outras passagens: quando menciona as medidas a serem implementadas, após a conquista da democracia pelo proletariado, Marx afirma que elas dizem respeito aos “países mais avançados” (MARX; ENGELS, 2005 [1848], p. 58); ao criticar o socialismo feudal, Marx afirma que este é impotente em “compreender a marcha da História moderna [...]” (MARX; ENGELS, 2005 [1848], p. 60); ao discorrer sobre o socialismo pequeno-burguês, faz menção à “marcha progressiva da grande indústria” (MARX; ENGELS, 2005 [1848], p. 61); etc. Um exemplo de como essa perspectiva foi reelaborada posteriormente temos em Labriola (2005 [1895], p. 91 - grifos nossos) que afirma que é sobre a luta entre a burguesia capitalista e o proletariado de que o *Manifesto* trata e é “desta luta que [...] encontra a gênese, determina o ritmo de evolução e prevê o efeito final”.

⁷⁹ No que se refere à atuação política do proletariado, Marx faz importantes observações sobre a perspectiva internacional. Ele afirma, por exemplo, que os comunistas devem fazer “prevalecer os interesses comuns do proletariado, independentemente da nacionalidade”, isto é, devem “representar [...] em toda parte, os interesses do movimento em seu conjunto” (MARX; ENGELS, 2005 [1848], p. 51). Mais à frente, retoma este ponto em outros termos, afirmando que “os operários não têm pátria. [...] como [...] o proletariado tem por objetivo conquistar o poder político e elevar-se a classe dirigente da nação, tornar-se ele próprio nação, ele é, nessa medida, nacional, mas de modo nenhum no sentido burguês da palavra” (MARX; ENGELS, 2005 [1848], p. 56). Nisso contribui, também, o desenvolvimento da burguesia, a liberdade de comércio e o mercado mundial, pois, com eles, “os isolamentos e os antagonismos nacionais entre os povos desaparecem” (MARX; ENGELS, 2005 [1848], p. 56). Marx então prossegue defendendo que “a ação comum do proletariado, *pelo menos nos países civilizados*, é uma das primeiras condições para sua emancipação”, pois “à medida que for suprimida a exploração do homem pelo homem será suprimida a exploração de uma nação por outra. Quando os antagonismos de classes, no interior das nações, tiverem desaparecido, desaparecerá a hostilidade entre as próprias nações” (MARX; ENGELS, 2005, p. 56). Nesta passagem fica claro o que antes permanecia apenas subentendido: Marx trata aqui apenas dos “países civilizados”, isto é, da Europa Ocidental e, porventura, dos EUA. De certa forma, o problema internacional tem uma resolução por um lado nacional – pois apenas cessará a hostilidade entre as nações quando cessar, no interior delas, os antagonismos de classe – e, por outro, internacional, pois esse antagonismo só cessará com a atuação comum do proletariado. No entanto, essa atuação só pode se dar nos países onde há proletariado, onde este constitui a ampla maioria: nos “países civilizados”! Tendo em vista que tais formulações estão por trás das avaliações políticas que Marx faz a respeito do colonialismo britânico na Índia, ao menos na primeira metade da década seguinte, não é de se espantar, nestas avaliações, exacerbado tom eurocêntrico.

indivisível no tempo e na história – representada pela história europeia –, e, apesar de denunciar a exploração da ordem burguesa, a generalização do modo de produção capitalista é vista por Marx como mais uma etapa da evolução histórica, isto é, como um progresso histórico. A sociedade capitalista apresentaria uma simplificação dos antagonismos de classe, que correspondem agora a um conflito único entre as duas classes fundamentais: burguesia e proletariado. Neste sentido e seguindo a concepção evolucionista e etapista da história elaborada anteriormente, o processo de destruição das relações sociais de produção pelo desenvolvimento das forças produtivas teria de ser observado agora no sistema capitalista e este processo é anunciado por Marx no *Manifesto* – “a burguesia produz, sobretudo, seus próprios coveiros. Seu declínio e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis” (MARX; ENGELS, 2005, p. 51). Em outras palavras, o fio que tece a história é o desenvolvimento das forças produtivas, desenvolvimento que é contraditório com as relações sociais de produção, o que leva o fio a se romper (CHAUÍ, 2007, p. 9–11).

Vale observar, ainda, que o próprio Marx dá pistas sobre como combater uma interpretação mecânica, linear e evolucionista da história, que desconsidere as diferentes condições materiais das diferentes regiões mundiais, quer dizer, as distintas formações sociais. Marx trata desta questão – ainda que lateralmente – quando discorre sobre o “socialismo alemão ou o ‘verdadeiro socialismo’”, no que pode ser considerado o rompimento final com a esquerda hegeliana (LASKI, 2005, p. 195). Neste contexto, será retomado um tema recorrente em seu processo de elaboração intelectual: a consciência do chamado “atraso alemão”. Marx inicia essa sessão lembrando que a literatura socialista e comunista francesa foi introduzida na Alemanha quando a burguesia alemã apenas iniciava sua luta contra o antigo sistema feudal (MARX; ENGELS, 2005 [1848], p. 62). Assim, “filósofos, semifilósofos e impostores alemães lançaram-se avidamente sobre essa literatura, mas esqueceram-se de que, com a importação da literatura francesa na Alemanha, não eram importadas ao mesmo tempo as condições de vida da França” (MARX; ENGELS, 2005 [1848], p. 62). Tratava-se, então, de um caso clássico de “ideias fora do lugar”, para fazer referência a uma expressão consagrada no debate a respeito do pensamento político brasileiro⁸⁰.

Nosso autor observa que “nas condições alemãs, a literatura francesa perdeu toda a significação prática imediata e tomou um caráter puramente literário. [...] como especulação

⁸⁰ Gostaríamos de chamar atenção ao fato de que Marx critica esse descompasso entre as ideias e as condições materiais fazendo referência apenas ao caso europeu – em 1853, por exemplo, ele não se pergunta, se, ao transpor mecanicamente as ideias elaboradas no *Manifesto* e na *Ideologia* para o caso indiano, ele não estaria incorrendo neste mesmo equívoco. Isto irá mudar explicitamente, conforme veremos a seguir, nas análises empreendidas em 1857.

ociosa [...]” (MARX; ENGELS, 2005 [1848], p. 62). Isto se deve ao fato de os literatos alemães terem se limitado a colocar o pensamento francês em “harmonia com a sua velha consciência filosófica”; eles a traduziram sem levar em conta sua condição material própria, e, pior, “sem abandonar seu próprio ponto de vista filosófico” (MARX; ENGELS, 2005 [1848], p. 62). Desse modo, ao invés de partirem das ideias francesas para, num processo de mediação que levasse em conta as condições de vida da Alemanha, elaborar uma reflexão que desse conta de sua própria realidade, os intelectuais alemães se limitaram a introduzir “suas insanidades filosóficas no original francês”, levando a “crítica francesa das funções do dinheiro” a aparecer como “alienação da essência humana”; a “crítica francesa do Estado burguês”, em “superação do domínio da universalidade abstrata”, etc. (MARX; ENGELS, 2005 [1848], p. 62-3).

A crítica do socialismo alemão manteve, no entanto, como pano de fundo a teoria da história que visamos a criticar. Tendo em vista que o socialismo alemão, ao transpor mecanicamente as ideias revolucionárias francesas para uma situação em que elas não poderiam se aplicar diretamente, estaria atrasando a marcha do desenvolvimento necessário da história. Assim, o “‘verdadeiro’ socialismo se tornou uma arma nas mãos dos governos contra a burguesia alemã”, num momento em que a tarefa dos comunistas seria lutar junto com a burguesia, pois, na Alemanha, ela ainda agiria revolucionariamente “contra a monarquia absoluta, a propriedade rural feudal e a pequena burguesia” (MARX; ENGELS, 2005 [1848], p. 69). Segundo Marx, “o socialismo alemão esqueceu [...] que a crítica francesa, da qual era o eco monótono, pressupunha a sociedade burguesa moderna com as condições materiais de existência que lhe correspondem e uma constituição política adequada – precisamente as coisas que, na Alemanha, estava ainda por conquistar” (MARX; ENGELS, 2005 [1848], p. 63). Poder-se-ia dizer, assim, que Marx atirou no que viu e acertou no que não viu e que, portanto, ele já tinha consciência, ainda que por vias tortas, do problema teórico de se aplicar mecanicamente esquemas, conceitos, ideias, etc., a situações para as quais eles não foram pensados originalmente.

1.3. OS ACONTECIMENTOS POLÍTICOS DE 1848

O texto final do *Manifesto*, contendo 23 páginas, foi enviado a Londres por Marx no fim de janeiro e 800 exemplares foram impressos ao final do mês seguinte. Este documento teve uma fortuna crítica das mais impressionantes⁸¹. Foi traduzido para mais de 200 línguas

⁸¹ De acordo com Engels (2005 [1888], p. 77), “a história do *Manifesto* reflete, em grande parte, a história do movimento operário moderno; atualmente é, sem dúvida, a obra de maior circulação, a mais internacional de toda a literatura socialista, o programa comum adotado por milhões de trabalhadores, da Sibéria à Califórnia”.

(GABRIEL, 2013, p. 169) e permanece, até hoje, uma referência incontornável, tanto para historiadores do período, quanto para lutadores e lutadoras sociais. O cartista inglês George Julian Harney o considerou “o document mais revolucionário já dado ao mundo” (MECW, 39, p. 60). Todavia, no momento em que veio a público, a Europa já se encontrava em plena ebulição⁸²; inclusive, a perspectiva marxiana de que a revolução seria não apenas inevitável, mas também iminente, precisa ser compreendida dentro deste contexto. Em fevereiro de 1848, o rei Luís Filipe I abdicou do trono e fugiu para o exílio, o que fez da França uma República novamente. Porém, este era apenas o auge do surto de revoltas, que havia tido início em setembro de 1847: na Suíça, a aprovação de uma constituição liberal desencadeou um conflito interno, o qual foi vencido, 26 dias depois, pelos liberais, que lograram unificar a região (GABRIEL, 2013, p. 170). A revolta suíça foi então seguida por outra em Palermo, na Sicília: no início de janeiro de 1848, a escassez de alimentos levou a população a avançar contra o rei Fernando II. Em duas semanas, estabeleceram um governo provisório. Ao final de janeiro, o rei já não controlava mais nenhum território, da Sicília a Apúlia (GABRIEL, 2013, p. 171).

Aos acontecimentos na Itália e na Suíça, se seguiram sucessivas lutas contra a monarquia e em defesa da república em diversas regiões europeias. Na Áustria, uma revolta de estudantes precipitou a queda de Metternich – que como Luís Filipe I acabou fugindo disfarçado para a Inglaterra – e levou à elaboração de uma constituição austríaca. Revoltas contra o domínio austríaco eclodiram em Praga, Veneza, Budapeste e Milão (GABRIEL, 2013, p. 186). A Confederação Alemã – e não apenas o império austríaco – vivia dias agitados, com revoltas em quase todas as províncias – na maior parte dos casos, motivadas pela fome (GABRIEL, 2013, p. 185). A Prússia – a província mais populosa, com cerca de 16 milhões de habitantes –, vinha em crise desde o ano anterior, quando dezenas de milhares de pessoas morreram de fome (GABRIEL, 2013, p. 185). Após a revolta na França e a queda do chanceler Metternich, as revoltas em Berlim assumiram um tom mais coordenado. De acordo com Mary Gabriel, “a luta pela liberdade em Berlim foi muito mais mortífera do que em qualquer outro lugar da Europa naquela ocasião”; ao final, os revoltosos tomaram a cidade. Frederico

⁸² O historiador inglês Eric Hobsbawm afirma que “[...] tomando-se a Europa ocidental e central como um todo, a catástrofe de 1846-1848 foi universal e o estado de ânimo das massas, sempre dependente do nível de vida, era tenso e apaixonado. Assim, pois, um cataclismo econômico europeu coincidiu com a visível corrosão dos antigos regimes. Um camponês que se insurgia na Galícia, a eleição de um papa ‘liberal’ no mesmo ano; uma guerra civil entre radicais e católicos na Suíça no final de 1847, vencida pelos radicais; uma das perenes insurreições autônomas da Sicília, em Palermo, no início de 1848, foram não só uma indicação prévia do que estava para acontecer, mas se constituíam em verdadeiras comoções prévias do grande tufão. [...] Raras vezes a revolução foi prevista com tamanha certeza, embora não fosse prevista em relação aos países certos ou às datas certas. Todo um continente esperava, já agora pronto a espalhar a notícia da revolução através do telégrafo elétrico” (HOBSBAWM, 2012 [1977], p. 481).

Guilherme IV, ciente de que havia sido derrotado, anuncia uma anistia geral aos presos políticos – o que permitirá a volta de Marx à Alemanha, no ano seguinte –, assim como a elaboração de uma Constituição (GABRIEL, 2013, p. 188-9). Mesmo que a monarquia se mantivesse de pé, não seria mais um domínio absolutista, que já durava séculos (GABRIEL, 2013, p. 189).

Neste contexto, os emigrados alemães em Paris divergiam sobre a melhor tática a se adotar, diante dos acontecimentos em Berlim. Herwegh defendia a formação de uma “Legião Alemã”, que avançasse pelo sul da Alemanha e lutasse pelo estabelecimento de um governo republicano na região. Marx e Engels discordavam desta proposta, pois a consideravam irrealista: a legião logo seria derrotada e serviria, ao fim e ao cabo, apenas para fortalecer os conservadores, que a utilizariam para alimentar os receios do invasor francês – ainda frescos na região (GABRIEL, 2013, p. 190). Karl então elaborou sua própria tática de ação, que seria baseada na propaganda revolucionária. Com esse intuito, partiu para a Alemanha, com seu grupo mais próximo, para ajudar a organizar o movimento revolucionário: “Engels foi para [...] Wuppertal, Lupus foi para Breslau, Schapper, para Wiesbaden, Born para Berlim. Marx foi para Colônia” (GABRIEL, 2013, p. 191). À diferença dos combatentes de Herwegh – que, aliás, foram derrotados em sua primeira batalha (GABRIEL, 2013, p. 191) –, o grupo de Marx partiu munido do *Manifesto Comunista* e de um bilhete manuscrito por Marx e Engels intitulado “Demands of the Communist Party in Germany”, o qual refletia em grande medida o programa esboçado no *Manifesto* (MECW, 7, p. 3-7; 601-2).

Em Colônia, 3 colegas de Marx – Moses Hess, Georg Weerth e Heinrich Bürgers – estavam trabalhando para a formação de um novo jornal, que sucederia àquele no qual Marx havia trabalhado 5 anos antes – *Rheinische Zeitung*. O novo jornal seria intitulado *Neue Rheinische Zeitung* e a proposta entusiasmou Marx, que via no jornalismo uma poderosa arma de propaganda (GABRIEL, 2013, p. 193). Além disso, já havia na região uma organização de trabalhadores que contava com cerca de 8 mil membros. Tratava-se de acúmulo organizativo dos levantes de março (GABRIEL, 2013, p. 193). Ao travar contato com o grupo, Marx imediatamente entrou em choque com seu líder, Andreas Gottschalk, portador de uma retórica revolucionária explosiva e entusiasta da ideia de se armar milícias populares. Marx defendia uma abordagem mais pragmática. Munido das concepções históricas do *Manifesto* e da *Ideologia*, defendia que o desenvolvimento histórico era lento e que seria preciso, antes de uma revolução proletária, haver um período histórico de domínio da burguesia, o qual seria propício para aumentar em número o proletariado e lhe fazer avançar a consciência de que constituía

uma classe distinta das demais⁸³. Neste sentido, a defesa imediata teria de ser pela democracia e não pelo comunismo (GABRIEL, 2013, p. 194). Na perspectiva etapista de Marx daquele momento, valeria mais a pena garantir a eleição de candidatos democratas, que sustentassem os avanços conquistados no momento anterior, do que, como afirmara Engels posteriormente, refletindo sobre este período, “pregar o comunismo em um pequeno jornal provincial (*in a little provincial sheet*) e encontrar um pequeno secto, em vez de um grande partido de ação” (MECW, 26, p. 122).

O *Neue Rheinische Zeitung* ganhou, então, o subtítulo “Organ der Demokratie” (MECW, 7, p. 15). Marx havia sigo escolhido editor do jornal e formara uma equipe com membros da Liga Comunista de Bruxelas e Paris (GABRIEL, 2013, p. 195). Seu primeiro objetivo era estimular a consciência democrática alemã. No entanto, o momento já não estava mais a seu favor. Se de fevereiro a junho a “Primavera dos Povos” se desenrolou num crescente, dali em diante houve mais recuos que avanços. As desconfianças e os antagonismos de classe pululavam:

As classes médias viam as revoltas como vitórias suas, mas temiam as consequências se às classes baixas, que haviam fornecido os músculos para a luta, fosse negada uma fatia do espólio. A nobreza temia a perda do poder político e dos privilégios econômicos sob governos das classes médias que promoviam o direito ao voto. E os camponeses no interior temiam que as classes médias os taxassem para arrecadar fundos a fim de pacificar as massas famintas prontas para a revolta nas cidades. (GABRIEL, 2013, p. 196)

A burguesia temia que as classes baixas avançassem com a revolução para além do limite demarcado – repúblicas liberais ou monarquias constitucionais – e buscava restaurar a ordem o mais rápido possível. De acordo com um historiador do período, “a burguesia, [...], descobriu, quando confrontada com a ameaça à propriedade, que preferia a ordem à chance de implementar seu programa máximo. [...] a burguesia deixou de ser uma força revolucionária” (HOBBSAWM, 1996, p. 33). Concomitante ao desenrolar dos acontecimentos, o *Neue Rheinische Zeitung* procurava intervir, ao mesmo tempo em que tentava dar uma explicação coerente ao que acontecia – e às decepções políticas que se avizinhavam tanto na França, quanto na Alemanha (GABRIEL, 2013, p. 199-201). Rapidamente, a tiragem do jornal subiu

⁸³ Marx havia escrito no *Manifesto* que “É sobretudo para a Alemanha que se volta a atenção dos comunistas, porque a Alemanha se encontra às vésperas de uma revolução burguesa e porque realizará essa revolução nas condições mais avançadas da civilização europeia e com um proletariado infinitamente mais desenvolvido que o da Inglaterra no século XVII e o da França no século XVIII; e porque a revolução burguesa alemã só poderá ser, portanto, o prelúdio imediato de uma revolução proletária” (MARX; ENGELS, 2005 [1848], p. 69).

para 5 mil assinantes, tornando-se um dos mais lidos em todo o Bund (NICOLAIEVSKY; MAENCHEN-HELFEN, 1936, p. 168).

Graças à rede de contatos que havia estabelecido com revolucionários franceses, Marx pôde relatar os acontecimentos de junho com uma velocidade surpreendente para o que era de praxe na época. Se as notícias de fevereiro haviam levado dias para chegar a Berlim, as de junho precisaram de algumas horas apenas (GABRIEL, 2013, p. 206). Tratavam-se das “Jornadas de Junho”, quando as tropas de Cavaignac⁸⁴ reprimiram a revolta popular que voltara a adquirir força, após decreto governamental que cortava verbas de um programa de empregos (GABRIEL, 2013, p. 204)⁸⁵. A 26 de junho, Marx relatou da seguinte forma os acontecimentos:

Paris banhada em sangue; a insurreição transformando-se na maior revolução que já aconteceu, em uma revolução do proletariado contra a burguesia. [...] a vitória do povo é mais certa do que nunca. A burguesia francesa se atreveu a fazer o que os reis franceses nunca ousaram - ele mesmo lançou o dado. (MECW, 7, p. 128)

Ainda que seu otimismo fosse justificado, Marx subestimava a força da burguesia francesa. A derrota dos trabalhadores em junho foi o sinal que faltava para a contrarrevolução ganhar força, não apenas em Paris, mas em toda Europa. Diante desse cenário, Marx optou por dissolver a Liga Comunista, a fim de concentrar-se apenas no *Neue Rheinische Zeitung*. Para ele, o que o momento pedia não era uma sociedade secreta, mas um órgão de propaganda de grande alcance, que pudesse fazer resistência ao avanço das forças conservadoras. Na Alemanha, a reação fez suas primeiras vítimas em julho, quando Gottschalk e Fritze Anneke foram presos (GABRIEL, 2013, p. 208). A 06 de julho, Marx foi interrogado a respeito das atividades jornalísticas; no dia 10, onze tipógrafos do jornal foram chamados a depor. No mês seguinte, Karl Schapper foi expulso da Prússia. Após novos conflitos em Colônia e em Frankfurt, o *Neue Rheinische Zeitung* publicou um chamado às armas aos insurgentes, ao qual foi respondido pelas autoridades de Colônia com a prisão de dois membros da equipe do jornal. Em todas essas disputas, Marx e seu grupo mais próximo permaneceram, sempre, acompanhando os acontecimentos e procurando intervir, quando possível, a favor dos trabalhadores. Seu contato direto com as lutas desse período renovou suas esperanças no potencial revolucionário do proletariado europeu.

⁸⁴ Louis Eugène Cavaignac, ministro da Guerra e ex-governador-geral na Argélia.

⁸⁵ Engels irá retratar este acontecimento como “a derrota da insurreição parisiense de junho de 1848 – a primeira grande batalha entre o proletariado e a burguesia [...]” (MARX; ENGELS, 2005 [1848], p. 75).

À derrota de junho se seguiram massacres na Prússia e na Áustria. Para Marx, estes acontecimentos eram “massacres sem propósito” e representavam “o canibalismo da contra-revolução” (MECW, 9, p. 453). No entanto, a pressão diante de Marx e do jornal aumentava. Em fevereiro de 1849, Marx foi convocado diversas vezes para depor em juízo, por conta de acusações de expedir libelos contra a polícia e incentivar a rebelião popular, sendo sempre libertado por júris que acabavam convencidos por sua argumentação (GABRIEL, 2013, p. 221-2). Mesmo assim, o filósofo continua se posicionando firmemente contra o governo prussiano, incentivando uma campanha anti-impostos, a fim de minar o poderio estatal. Em meados de novembro de 1848, Marx havia escrito a Engels que “quaisquer que sejam as circunstâncias, devemos manter nossa posição e não abrir mão de nossa posição política” (MECW, 38, p. 179). Ele manteve sua posição enquanto foi possível, mesmo sofrendo de graves problemas financeiros e de intensa perseguição política. Boris Nicolaievski e Otto Maenchen-Helfen, biógrafos de Marx, identificam este momento como aquele em que Marx se alinha definitivamente com o proletariado, formalmente rompendo com os burgueses democratas que haviam sido seus sócios. Daquele momento em diante, Marx não procurará mais nenhuma aproximação política com a burguesia (GABRIEL, 2013, p. 224; NICOLAIEVSKY; MAENCHEN-HELFEN, 1936, p. 194). No entanto, embora tenha abandonado a perspectiva teórica de que a burguesia europeia teria um papel progressista a cumprir *na Europa*, no que se refere a outros lugares essa posição permaneceria ainda por alguns anos, como veremos na seção seguinte.

Em maio de 1849 foi emitida a ordem para Marx deixar a Prússia. Sua atuação junto ao *Neue Rheinische Zeitung* havia despertado o ódio das autoridades prussianas. No dia 19, o último número do jornal foi publicado e vendeu cerca de 20 mil exemplares. Publicado em tinta vermelha, tornou-se uma espécie de item de colecionador, indicando o peso que o jornal havia adquirido na vida política alemã (GABRIEL, 2013, p. 226-7). Marx então deixa Colônia e, após breves passagens por Bingen, Frankfurt e Baden, é preso e fica detido alguns dias em Frankfurt. Após ser libertado, Marx vai a Paris, onde chega em meio a uma epidemia de cólera asiática⁸⁶. Em junho de 1849, Marx encontra um ambiente político totalmente distinto daquele que havia experimentado em fevereiro de 1848. Agora a euforia inicial da revolta estava contida e cedia espaço ao avanço da reação. O pensador mantinha, porém, certa confiança na atuação revolucionária dos trabalhadores. Talvez até certa inocência, decorrente da visão do

⁸⁶ Marx irá se referir mais de uma vez à cólera, em seus artigos sobre a Índia e a China, como uma espécie de punição que os europeus mereciam, devido a seus crimes naqueles países.

Manifesto a respeito da inevitabilidade da derrota burguesa e da vitória proletária. Em carta a Engels de 09 de junho, afirma que “jamais uma erupção tão colossal do vulcão revolucionário foi mais iminente do que em Paris hoje” (MECW, 38, p. 199). Coerente com essa visão, era sua disposição para a luta. Na mesma missiva, afirma que “conto com todo o partido revolucionário e, em alguns dias, terei *todos* os jornais revolucionários à minha disposição” (MECW, 38, p. 199).

Seu engajamento, porém, lhe rendeu nova ordem de expulsão, agora da França. No dia 26 de agosto de 1849, Marx cruzou o Canal da Mancha em direção a Inglaterra. Depois de 6 anos incertos, permeados de exílios, expulsões, viagens, etc., Marx pôde, a partir de então, fixar-se em um único local, no que será seu último e mais longo exílio (que durará até o fim de sua vida): Londres.

2. UMA ANÁLISE DOS TEXTOS SOBRE ÍNDIA E CHINA DOS ANOS 1850

2.1. TEXTOS SOBRE A ÍNDIA DE 1853

2.1.1. 1ª PARTE

Conforme mencionado anteriormente, Marx parte para Inglaterra trazendo a perspectiva teórica sobre a história desenvolvida no *Manifesto* e, anteriormente, n' *A Ideologia Alemã*. Tal concepção etapista da história indica o estado dos estudos de Marx na virada dos anos 40 para os 50 do século XIX, constituindo mais elaborações momentâneas do que uma compreensão acabada⁸⁷. Esta perspectiva de evolução social em estágios de desenvolvimento reverbera fortemente nas análises de situações concretas efetuadas naquele período, as quais serão nosso objeto nesta seção (TIBLE, 2014b, p. 202). Na década de 1850, no centro do maior império colonial da época, Marx amplia seu escopo de interesses, voltando-se diretamente para situações além da Europa Ocidental (TIBLE, 2014b, p. 202–4). Com acesso a ampla bibliografia sobre povos não-ocidentais, em grande medida relatos de viajantes, mas também obras da Economia Política inglesa, além dos debates no parlamento inglês⁸⁸, nosso autor irá escrever inúmeros artigos analisando situações coloniais na Ásia, em especial a colonização britânica na Índia e as constantes investidas estrangeiras contra a China (ANDERSON, 2002, 2010; ARICÓ, 2009; COSTA; CLEMENTE, 2012; COSTA NETO, 2008; DÍAZ, 1973).

Podemos distinguir duas tendências nestes escritos: a primeira, que analisaremos nas próximas páginas, aparece com mais força na primeira metade da década. Nela, pode-se perceber, novamente (isto é, como já aparecera no *Manifesto*), uma tensão entre denunciar os horrores do colonialismo e saudá-lo como a necessária marcha civilizatória da história, sendo o exemplo mais paradigmático os artigos sobre a Índia, escritos em sua maioria em 1853. Esta série de escritos, por sua vez, pode ser dividida analiticamente em dois grupos: no primeiro, Marx procura analisar os debates sobre a questão indiana no parlamento inglês, os diversos interesses em disputa neste debate, a história da Companhia das Índias Orientais, etc. Trata-se de um conjunto farto⁸⁹ de escritos, nos quais a questão indiana é abordada em paralelo com

⁸⁷ Chauí (2007, p. 9–11), procurando compreender como a história aparece em Marx, identifica diferenças cruciais entre as várias obras do autor, afirmando que “a concepção de história em Marx está longe de ser cristalina, transparente e unívoca, suscitando controvérsias e críticas”.

⁸⁸ Analisaremos detidamente algumas das fontes de Marx no decorrer desta seção.

⁸⁹ São 16 artigos. Segue a lista em ordem cronológica de publicação e com a respectiva referência nas *Collected Works*: “Affairs in Holland - Denmark - Conversion of the British Debt – India, Turkey and Russia”, de 09 de junho (MECW, v. 12, p. 101-6); “The Russian Humbug. – Gladstone’s Failure. – Sir Charles Wood’s East India Reforms”, de 22 de junho (MECW, v. 12, p. 115-24); “English prosperity. – Strikes. – The Turkish Question. –

outros assuntos em destaque no parlamento. O segundo grupo – bem mais restrito – compreende apenas os dois artigos dedicados por Marx especialmente à Índia⁹⁰, nos quais ele busca analisar o sistema social indiano pré-colonização, os efeitos desta e as perspectivas futuras. Para facilitar a compreensão, analisaremos estes conjuntos separadamente.

Conforme dissemos, no primeiro grupo encontram-se aqueles artigos nos quais a questão indiana é tratada lateralmente, junto com outros assuntos. Importava para Marx descrever o *modus operandi* do parlamento inglês, os interesses mesquinhos da classe política inglesa, a atuação diplomática do país – em especial no Oriente –, dentre outras questões, sempre adotando um tom crítico em relação à atuação internacional britânica. Naquele período, estava em discussão a renovação do mandato da Companhia das Índias Orientais, a qual, para Marx, não passava de uma companhia de “English merchant adventurers, who conquered India to make money out of it” (MECW, 12, p. 179). Sua atuação, dizia, era semelhante àquela da Companhia holandesa e bastava

[...] repetir literalmente o que Sir Stamford Raffles [...] disse sobre a antiga empresa holandesa das Índias Orientais: "A Companhia Holandesa atuava apenas pelo espírito de ganho e tratava os javaneses com menos consideração do que um proprietário das Índias Ocidentais tratava seus escravos. Isto, porque o último pagou em dinheiro para comprar a propriedade humana, ao passo que o primeiro, não. Este empregava toda a maquinaria existente do despotismo para espremer das pessoas até o ultimo suspiro de contribuição, o ultimo esforço de seu trabalho, e assim agravou os males de um governo caprichoso e semi-bárbaro [...]. (MECW, 12, p. 126)

India”, de 01 de julho (MECW, v. 12, p. 134-41); “The East India Company – its history and results”, de 11 de julho (MECW, v. 12, p. 148-56); “The Indian Question – Irish Tenant Right”, de 11 de (MECW, v. 12, p. 157-62); “The Turkish War Question. – The New York Tribune in the House of Commons. – The Government in India”, de 20 de julho (MECW, v. 12, p. 174-84); “The Russo-Turkish Difficulty. – ducking and dodgning of the british cabinet. – Nessel Rode’s last note. – The East India Question”, de 25 de julho (MECW, v. 12, p. 192-200); “War in Burma. – The Russian Question. – Curious Diplomatic Correspondence”, de 30 de julho (MECW, v. 12, p. 201-8); “The War Question. – Doings of Parliament. – India”, de 05 de agosto (MECW, v. 12, p. 209-16); “Financial Failure of the Government – Cabs. – Ireland – The Russian Question”, de 12 de agosto de 1853 (MECW, v. 12, p. 223-232); “[In the House of Commons – The Press on the Eastern Question – The Czar’s Manifesto – Denmark]”, de 16 de Agosto (MECW, v. 12, p. 233-238); “The Turkish Question in the Commons”, de 02 de setembro (MECW, v. 12, p. 265-76); “Affairs Continental and English”, de 05 de setembro (MECW, v. 12, p. 277-283); “Political Movements – Scarcity of Bread in Europe”, de 30 de setembro (MECW, v. 12, p. 301-8); “The Western Powers and Turkey. – Imminent Economic Crisis. – Railway Construction in India”, de 4 de outubro (MECW, v. 12, p. 309-17); “The War Question – Financial Matters - Strikes”, de 21 de outubro (MECW, v. 12, p. 407-415).

⁹⁰ “The British Rule in India”, de 25 de junho (MECW, v. 12, p. 125-33); e “The Future Results of British Rule in India”, de 08 de agosto (MECW, v. 12, p. 217-222);

No ano seguinte, o mandato da Companhia iria expirar e estava sendo debatida a possibilidade de uma renovação por outros 20 anos – a alternativa seria a administração dos territórios britânicos na Índia passar para o parlamento⁹¹. Marx observa que, até então, a Companhia havia agido de maneira calculada – e corrupta⁹² –, a fim de garantir sucessivas renovações:

O poder que a Companhia das Índias Orientais obteve subornando o Governo [...] só foi mantido subornando novamente [...]. Em todas as épocas em que o seu monopólio estava expirando, só poderia efetuar a renovação de sua Carta, oferecendo novos empréstimos e novos presentes ao Governo. Os eventos da Guerra dos Sete Anos transformaram a Companhia das Índias Orientais de um poder comercial em um militar e territorial. Foi então que a base para o atual Império britânico no Oriente foi estabelecida. [...] Mas, então, apareceu um novo inimigo para a Companhia, não mais na forma de sociedades rivais, mas na forma de ministros rivais e de um povo rival. Alegou-se que o território da Companhia fora conquistado com auxílio de frotas e exércitos britânicos e que nenhum sujeito britânico poderia ter soberania territorial independente da Coroa. Os ministros e o povo reivindicaram sua participação nos ‘tesouros maravilhosos’, que, imaginavam, tinham sido conquistados pela Companhia. Esta só garantiu sua existência por um acordo feito em 1767 que estabelecia o pagamento anual de £ 400,000 ao Tesouro Nacional (MECW, 12, p. 149-50).

Da leitura desses escritos, pode-se depreender uma imagem marcadamente negativa dos europeus – mais especificamente, dos ingleses, tanto dos membros do parlamento, quanto dos empresários e industriais. A disputa parlamentar foi descrita por Marx como “[...] esta disputa da aristocracia, da burguesia financeira (*moneyocracy*) e da burguesia industrial (*millocracy*) [...]” (MECW, 12, p. 141), deixando bem claro que o que estava em jogo não era um suposto interesse nacional inglês⁹³ – e, muito menos, indiano. Os interesses britânicos na Índia são,

⁹¹ Para os indianos, porém, afirma Marx: “é [...], bastante indiferente se a Inglaterra reina sobre a Índia sob a figura pessoal da Rainha Vitória, ou pelo empreendimento tradicional de uma sociedade anônima. Toda a questão, por isso, parecia girar em torno de uma técnica de importância bastante questionável.” (MECW, 12, p. 179). Apesar disso, Marx defendia a não renovação do mandato: “A única característica importante da nova Lei da Índia é a não-renovação do mandato da Companhia [...]” (MECW, 12, p. 281).

⁹² Mais à frente, Marx fará menção à “corrupção dos membros do parlamento” (MECW, 12, p. 281).

⁹³ Sobre isto, Marx afirma que: “A Companhia das Índias Orientais excluiu as pessoas comuns do comércio com a Índia, ao mesmo tempo em que a Casa dos Comuns as excluía da representação parlamentar. Nesta, como em outras instâncias, encontramos a primeira vitória decisiva da burguesia sobre a aristocracia feudal coincidindo com uma reação mais pronunciada contra o povo, um fenômeno que levou alguns escritores populares, como Cobbett, a procurar pela liberdade popular no passado e não no futuro” (MECW, 12, p. 149). Curioso como esta visão contrasta com aquela mais otimista para com o progresso, que irá embasar outros escritos aqui estudados, indicando uma ambiguidade de Marx ao tratar da questão.

antes de tudo, interesses de classes específicas – aristocracia, burguesia financeira e burguesia industrial. Em 11 de julho, Marx escreveu um breve relato a respeito da Companhia das Índias Orientais intitulado “The East India Company – its History and Results”. Nele, procurou reconstruir as bases históricas do domínio inglês sobre a Índia, mostrando os interesses das diferentes frações de classe em disputa. Neste contexto, observa Marx, “Índia se tornou o campo de batalha na luta do interesse industrial, de um lado, e o da burguesia financeira e da oligarquia de outro” (MECW, 12, p. 155).

Tendo isso em vista, não é de se estranhar o fato de a questão indiana ter se tornado um dos principais tópicos no debate político inglês⁹⁴: havia muitos interesses em jogo – e nenhum deles dizia respeito ao povo indiano, como Marx bem observou. Tratava-se de uma disputa em torno de qual grupo conseguiria se apoderar melhor e mais livremente dos despojos do domínio colonial:

[...] pela primeira vez nos anais da história, o Senado de um povo que governa outro povo, cuja população chega a 156 milhões de seres humanos e cujo território se estende por uma superfície de 1.368.113 milhas quadradas, se reuniram em congregação solene e pública para responder a questão irregular: quem de nós é o verdadeiro governante sobre os 150 milhões de almas estrangeiras? (MECW, 12, pág. 178)

Seu tom é, assim, consideravelmente crítico da classe política britânica, não poupando nenhum partido ou grupo de opinião. As forças políticas inglesas não são retratadas como possuidoras de um conhecimento científico-filosófico avançado, que pudesse iluminar os atrasados indianos. Pelo contrário, ao comentar o discurso de Charles Wood⁹⁵ – que afirmara que “na Índia, existe uma raça de pessoas que muda muito devagar, que está limitado por preconceitos religiosos e costumes antiquado. Existem [...], de fato, [...] todos os obstáculos para um rápido progresso” –, Marx se pergunta: “talvez exista uma coalizão do partido Whig na Índia” (MECW, 12, p. 121). Além disso, as mudanças propostas pela elite inglesa na estrutura organizativa da Companhia das Índias Orientais possuíam para Marx certo caráter retrógrado – “como se fôssemos transportados de volta para a Idade Média” (MECW, 12, p.

⁹⁴ Marx explica da seguinte maneira o porquê de a questão não ter sido debatida anteriormente da mesma maneira: “Esta é, então, a primeira razão pela qual a questão da Índia deixou de se tornar uma grande questão política, desde e antes de 1784; que antes daquela época a Companhia das Índias Orientais tinha primeiro que conquistar existência e importância; que depois daquele tempo a Oligarquia absorveu todo o seu poder o qual poderia assumir sem incorrer em responsabilidade; e que depois os ingleses em geral estavam, nos momentos de renovação da Mandato, em 1813 e 1833, absorvidos por outras questões de interesse excessivo. [...]” (MECW, 12, p. 151).

⁹⁵ Então presidente do *Conselho de Direção* da Companhia das Índias Orientais.

103) e seu principal objetivo na busca pela renovação do mandato era a garantia do “privilégio de explorar a Índia pelo período de 20 anos” (MECW, 12, p. 104)⁹⁶.

Além de ressaltar os interesses mesquinhos que guiavam a atuação inglesa na Índia, Marx também critica os resultados concretos da colonização:

Os debates sobre a Índia de 1853, assim como aqueles de 1833, 1813 e todos os anteriores, evidenciaram que os cinco pontos principais do Mandato da Companhia das Índias Orientais consistiam em: um débito financeiro permanente, uma quantidade excessiva e regular de guerras, nenhuma oferta de obras públicas, um sistema de tributação abominável e um estado de justiça e direito não menos abominável. A única coisa que nunca foi descoberta foi o partido responsável por tudo isso. (MECW, 12, pág. 178)

Mais à frente, Marx responde à pergunta sobre os responsáveis – a oligarquia, a burguesia financeira e a burocracia:

Os estabelecimentos clericais de Leadenhall-st. e Cannon-row custaram aos indianos a bagatela de £160.000 anuais. A oligarquia envolve a Índia em guerras, a fim de encontrar empregos para seus filhos mais novos; a burguesia financeira lhe entrega para quem der a maior oferta; e uma burocracia subordinada paralisa sua administração e perpetua seus abusos como a condição vital de sua própria perpetuação. (MECW, 12, p. 184)

Em outra passagem sobre os resultados da atuação britânica, Marx afirma que:

O estado atual da Índia pode ser ilustrado por alguns fatos. O *Home Establishment* absorve 3 por cento da receita líquida e os juros anuais para *Home Debt* e Dividendos, 14 por cento. Em conjunto, somam 17 por cento. Se deduzirmos estas remessas anuais da Índia para a Inglaterra, os gastos militares representam cerca de dois terços do orçamento disponível para a Índia, ou 66 por cento, enquanto as cobranças por obras públicas não representam mais de 23/4 por cento da receita geral, [...]. Esses números são oficiais da própria Companhia. (MECW, 12, p.221)

Marx procura demonstrar que o domínio britânico sobre a Índia servia, precipuamente, para financiar as guerras que a Inglaterra promovia no Oriente, não tendo nenhuma perspectiva de desenvolvimento indiano (MECW, 12, p. 202). Ademais, os sistemas de propriedade da terra introduzidos pela Inglaterra⁹⁷, somados à taxa sobre o sal e ao clima indiano – “the

⁹⁶ Afinal, Marx observa, manter o domínio sobre o território indiano era extremamente lucrativo: “durante todo o curso do século XVIII, os tesouros transportados da Índia para a Inglaterra foram conquistados muito menos pelo comércio, do que pela exploração direta daquele país e pelas colossais fortunas que eram extorquidas e transmitidas para a Inglaterra” (MECW, 12, p. 154).

⁹⁷ Sobre os regimes de propriedade de terra introduzidos na Índia pela Inglaterra, cf. MECW, 12, p. 214-5, 661.

Zemindar tenure, the Ryotwar, and the salt tax, combined with the Indian climate” – constituíam terreno propício para o desenvolvimento de cólera – “were the hotbeds of the cholera — India's ravages upon the Western World” (MECW, 12, p. 216) – a qual viria a se disseminar, também, no mundo Ocidental. Este seria, de acordo com Marx, “um exemplo impressionante e severo da solidariedade de maldades e erros humanos” (MECW, 12, p. 216).

No entanto, nem todos dentro do parlamento inglês queriam apenas explorar a Índia. Havia aqueles que adotavam um tom crítico do domínio britânico, mas que “ao mesmo tempo em que criticavam os feitos da aristocracia inglesa na Índia, protestavam contra a destruição da aristocracia indiana de príncipes nativos” (MECW, 12, p. 197). Tratava de grupo intitulado “Indian Reform Association”⁹⁸, cujo mérito, afirma Marx, limitava-se a “atrair atenção pública para a questão indiana” (MECW, 12, p. 197). Estas passagens que trazemos são interessantes na medida em que ajudam a elucidar um pouco melhor a postura de Marx para com a Índia. Ele considerava importante que a discussão tomasse contornos públicos, até como forma de denunciar a atuação parlamentar e empresarial no continente asiático. Além disso, podemos ler nas páginas seguintes como Marx se esforça por se diferenciar deste grupo e criticar, veementemente, a aristocracia indiana. Nos escritos que estamos analisando, este é o principal ponto de ataque de Marx aos indianos. A crítica que Marx dirigia à aristocracia Indiana e aos membros do “Indian Reform Association” era a seguinte:

Agora, não é estranho que os mesmos homens que denunciem ‘os esplendores bárbaros da Coroa e da Aristocracia da Inglaterra’ estão derramando lágrimas pela queda de Nabobs, Rajahs e Jagheerdars indianos, a grande maioria dos quais não possui nem o prestígio da antiguidade, sendo usurpadores de uma data muito recente, criados pela intriga inglesa! (MECW, 12, p. 198)

Para ele, tratava-se de mais uma incoerência liberal. Denunciavam os mal-feitos da aristocracia na Inglaterra, mas não na Índia, onde “os príncipes hereditários são a ferramenta mais servil do despotismo inglês”. Aqui, observamos passagens de tom mais ambíguo. Apesar de criticar ambos os despotismos – e suas respectivas aristocracias –, na Índia se encontrava o mais “ridículo, absurdo e infantil” do mundo, aquele “dos *Schazzenans* e *Schariars* das *Mil e uma Noites*” (MECW, 12, p. 198). Para Marx, a questão não se tratava mais da manutenção ou não dos Estados nativos, pois “eles virtualmente deixaram de existir a partir do momento em que se tornaram subsidiários a ou protegidos pela Companhia”⁹⁹ (MECW, 12, p. 198), mas

⁹⁸ Fundado pelo livre-cambista John Dickinson, em março de 1853 (MECW, 12, p. 651).

⁹⁹ “Sob o atual sistema, os Estados nativos sucumbiram diante do duplo pesadelo de sua administração nativa e dos impostos e os excessivos estabelecimentos militares impostos sobre eles pela Companhia. As condições sob

da manutenção ou não dos “príncipes e cortes nativos” (MECW, 12, p. 198). E Marx se posiciona firmemente contra a aristocracia local.

Segundo ele, “os príncipes nativos são a fortaleza do atual abominável sistema inglês, são o maior obstáculo para o progresso indiano” e servem para “contrabalançar o surgimento de militares aventureiros os quais sempre abundaram na Índia” (MECW, 12, p. 198). Se por um lado há certo tom orientalista na afirmação de que na Índia sempre abundaram aventureiros militares, nestas passagens sua crítica se dirige a uma camada específica da sociedade indiana, a qual serve para sustentar o sistema inglês e se constitui no maior obstáculo para o progresso indiano. Ou seja, apesar de se manter no paradigma do progresso, Marx elabora uma articulação interessante entre colonizador, aristocracia local e o que seria o atraso indiano. Este se deve, claramente, ao sistema social indiano, que sustenta os príncipes hereditários; todavia, os mesmos servem de base, simultaneamente, ao abominável sistema inglês. A colonização inglesa não trouxe o “progresso” à Índia, mas se conformou e se adaptou ao “atraso” dela. No entanto, devemos lembrar que o tom que Marx emprega nestes escritos é bastante ambíguo. Nota-se, por exemplo, que o maior obstáculo para o progresso indiano não é, para Marx, a presença do colonizador estrangeiro, mas os príncipes nativos locais. Nesta perspectiva, ressoa a noção de que, ao desestruturar o sistema local – “ao quebrar o poder dos príncipes nativos pela força ou pela intriga” (MECW, 12, p. 197) – e eliminar este obstáculo, a Inglaterra pode estar colaborando com o progresso indiano.

Marx se equilibra sobre essas ambiguidades, ora desferindo golpes nos ingleses, ora na aristocracia local indiana. Nesta toada, nosso autor criticará os políticos ingleses os quais, mesmo demonstrando “real simpatia pelo povo indiano”, sustentam a necessidade de manutenção dos príncipes hereditários, já que, afirmam, “sem uma aristocracia nativa, não pode haver energia em nenhuma outra classe da comunidade, e que a destruição daquela aristocracia não aumentará, mas sim acabará com todo um povo” (MECW, 12, p. 199). Como vimos, Marx discorda de que os Príncipes locais tenham algum papel a cumprir num futuro desenvolvimento indiano – constituindo precisamente o maior óbice para este desenvolvimento. Para ele, “a aristocracia indiana nativa é a menos preparada para preencher altos cargos”, de modo que “[...] para todas novas necessidades é necessario criar uma nova classe” (MECW, 12, p. 199). Marx reforça esse argumento, afirmando que era do próprio

as quais lhes era permitido manter sua aparente independência são, ao mesmo tempo, as condições de uma permanente ruína, e de uma total incapacidade de melhora” (MECW, 12, p. 198).

interesse inglês preservar a existência de tais príncipes e que a Inglaterra se esforçava, desde o início do século XIX, em propor medidas que garantissem tal existência:

Os príncipes nativos estão desaparecendo rapidamente pela extinção de suas casas; mas, desde o início deste século, o governo britânico adotou a política de permitir que eles façam herdeiros por adoção ou de preencher seus lugares vagos com fantoches de criação inglesa. (MECW, 12, p. 199)

Além disso a manutenção da aristocracia nativa significava um custo direto para o próprio povo indiano, “quanto à pensão dos príncipes, as £2,468,969 destinadas a eles pelo Governo Britânico saía da renda indiana”, um grande fardo para “um povo vivendo à base de arroz e desprovido das necessidades básicas” (MECW, 12, p. 199). Enfim, a aristocracia local representava para Marx a “[...] realza em seu nível mais baixo de degradação e ridículo” (MECW, 12, p. 199).

Como vimos, nestes artigos predomina um tom ambíguo, em que Marx se dedica firmemente a criticar não só os ingleses, mas também a aristocracia local. Isto abre espaço para um retorno à linguagem do *Manifesto* e da *Ideologia*, numa perspectiva em que, ao destruir o sistema social arcaico indiano – um modo de produção já ultrapassado –, a Inglaterra estaria atuando num sentido “progressista”, fazendo avançar a história na região. É isto que Marx irá argumentar nos dois artigos especiais dedicados à questão indiana¹⁰⁰, nos quais analisa mais detidamente o sistema social indiano e as perspectivas do domínio britânico daquele país. São escritos de elaboração mais detida, em que nosso autor está menos preocupado em relatar fatos e mais em fazer análises.

É este precisamente este o caso em “The British rule in India” (MECW, 12, p. 125-33), publicado a 25 de junho e primeiro artigo da série a tratar diretamente da Índia (MECW, 39, p. 346). Neste escrito, Marx busca descrever algumas características da sociedade indiana, antes de avaliar o impacto nela causado pela colonização britânica. De início, Marx traça um interessante paralelo da Índia com a Itália – “uma Itália de dimensões asiáticas” –, baseado em sua configuração geográfica e na descentralização política. Neste sentido – e como a Itália –, é

¹⁰⁰ Os artigos “The British Results...” e “Future results of...” são considerados os dois mais importantes artigos sobre a Índia escritos para o *Tribune* (MADAN, 2010 [1979], p. 270). A partir deles, muita tinta foi gasta criticando a postura eurocêntrica marxiana. Inclusive, Marx foi lido, a partir deles, como o arquétipo da modernidade capitalista ocidental, quase como seu defensor. Tal leitura está baseada na avaliação que Marx faz de: (i) o papel revolucionário da burguesia no *Manifesto* – com certa carga otimista em algumas passagens; (ii) o modelo etapista e evolucionista de história desenvolvido na *Ideologia Alemã*, continuado no *Manifesto*, e posto em prática nas análises da primeira metade da década de 1850 – apesar de tais críticos se limitarem a apenas alguns dos artigos escritos por Marx; (iii) certas passagens dos *Grundrisse* e do *Capital*, nas quais Marx parece retomar concepções filosóficas desenvolvidas em meados da década de 1840. Exemplos desse uso podem ser encontrados em Said (SAID, 2007 [1978]), Mestrovic (2014, p. xi), entre outros.

devido à esta fragmentação política que a Índia permanece presa fácil da dominação estrangeira¹⁰¹. Já de um ponto de vista social o paralelo é com a Irlanda, de modo que a Índia constitui uma “estranha combinação entre a Itália e a Irlanda” (MECW, 12, p. 125). Apesar de não serem países do centro da balança de poder de então – a Itália ainda não havia se unificado e a Irlanda estava sob jugo inglês –, é interessante observar que Marx procura aproximar tais realidades distintas levando em conta formas de organização política e social, além da própria disposição geográfica; deixando de lado generalizações de cunho racial ou essencialista a respeito do povo indiano.

Além disso, ainda no início do artigo Marx irá ressaltar a tragédia que significa o domínio britânico na Índia: “Não podem haver, porém, dúvidas de que o sofrimento infligido pela Inglaterra à Índia é de um tipo essencialmente diferente e infinitamente mais intenso do que aquele que a Índia sofrera antes” (MECW, 12, p. 126). Isto é, apesar da condição geográfica e política indiana ter se constituído num ponto de fraqueza, o que permitiu que a Índia fosse alvo de constantes invasões estrangeiras em sua história¹⁰², a dominação britânica possui um caráter diferente das anteriores. Além disso, este caráter distinto não se limita a seu despotismo¹⁰³, o qual não é uma característica específica do sistema colonial britânico, observa Marx, pois a Holanda, por meio de sua própria Companhia, já havia implementado sistema semelhante na Indonésia¹⁰⁴. A especificidade do domínio britânico encontra-se no fato de a Inglaterra ter atuado no sentido de destruir a própria estrutura da sociedade indiana, “sem quaisquer sintomas de reconstituição aparecendo” (MECW, 12, p. 126). O motivo de espanto para o leitor desavisado surge das linhas seguintes, quando Marx descreve tal estrutura e argumenta no sentido de que, apesar de levada pelas piores das intenções, ao destruir este sistema arcaico a Inglaterra estaria cumprindo uma missão progressista na Índia.

¹⁰¹ “Assim como a Itália foi, de tempos em tempos, submetida pela estapada do conquistador em diferentes massas nacionais, nós encontramos a Índia, quando não sob a pressão dos muçulmanos, ou dos mongóis, ou dos britânicos, dissolvida em vários Estados independentes e conflituosos, assim como em numerosas cidades, ou mesmo aldeias” (MECW, 12, p. 125).

¹⁰² “Eu não compartilho da opinião daqueles que acreditam em uma Era de Ouro da Índia (*Golden age of Hindostan*)” (MECW, 12, p. 126), afirma Marx.

¹⁰³ “Eu não aludo ao despotismo europeu, estabelecido sobre o despotismo asiático, pela Companhia Britânica das Índias Orientais, formando uma combinação mais monstruosa do que qualquer uma daqueles monstros divinos que nos assustam no Templo de Salsette” (MECW, 12, p. 126). Nesta passagem, vemos que as formas despotismo asiático e europeu não parecem remeter a essências transcendentais, mas a questões geográficas: o europeu, com suas especificidades, é o que ocorre na Europa; o asiático, com suas, na Ásia. No caso indiano, a combinação monstruosa se deve ao fato de o despotismo europeu se sobrepor e se combinar ao asiático.

¹⁰⁴ “Não há característica distintiva do domínio colonial britânico, apenas uma imitação do holandês [...]” (MECW, 12, p. 126).

Ao descrever a forma de governo asiática¹⁰⁵ como baseada na centralização governamental, Marx explica que isto se deve às condições climáticas e territoriais, que levaram a agricultura da região a depender fortemente da irrigação artificial de canais e sistemas hidráulicos levados a cabo pelo governo. Esta dependência decorre de uma condição comum no Oriente, onde “a civilização era muito baixa e o território muito vasto para criar uma associação voluntária”, o que não acontecia, por exemplo, em Flanders, ou na Itália (MECW, 12, p. 127). Desta condição peculiar do Oriente, surge a necessidade de que “todos os governos asiáticos” assumam “a função de prover bens públicos” (MECW, 12, p. 127). Marx pretende demonstrar que os britânicos, ao negligenciarem a operação do departamento de bens públicos, em especial em funções como irrigação e drenagem, levam a uma deterioração da agricultura indiana, a qual não pode operar segundo os princípios do liberalismo britânico (MECW, 12, p. 127). Porém, para isso lança mão de generalizações precipitadas a respeito do “Oriente”, ou do “asiático”, como visto nas passagens acima transcritas, que demonstram certa pobreza de conhecimento a respeito dessas formações sociais.

O ineditismo da barbárie britânica, contudo, também não reside especificamente neste ponto, pois “nos impérios asiáticos nós estamos bem acostumados a ver a agricultura deteriorar sob um governo e reviver com outro” (MECW, 12, p. 127). No passado indiano, afirma Marx, houve inúmeras mudanças políticas, mas sua condição social permanecia inalterada há tempos imemoriais – “desde sua mais remota antiguidade” (MECW, 12, p. 128), afirma –, só vindo a ser modificada na primeira década do século XIX. Esta estrutura social era baseada, até a invasão britânica, no tear manual e na roda de fiação, os quais foram destruídos pela Inglaterra. Ao analisar a estrutura social indiana pré-colonial, Marx orienta-se por uma ideia chave de estagnação e de longa duração: ela seria a mesma desde os mais longínquos tempos.

A peculiaridade do sistema social indiano – chamado “sistemas de vila” (*village system*) – estava na comunhão de duas circunstâncias aparentemente contraditórias: a necessidade de um governo central que garantiria grandes obras públicas – em especial para a irrigação – e a dispersão em pequenas cidades isoladas umas das outras:

Os hindus [...] deixam, como todos os povos orientais, ao Governo Central o cuidado das grandes obras públicas, [...]. [...] dispersos, por outro lado, sobre a superfície do país e aglomerados em pequeno centro pela união doméstica de atividades agrícolas e de manufatura. (MECW, 12, p. 128)

¹⁰⁵ Importante ressaltar que Marx se utiliza de termos genéricos e pouco exatos para descrever formas de governo que “geralmente, desde tempos imemoriais”, houve na Ásia em geral – e não apenas no subcontinente indiano (MECW, 12, p. 127).

Essas formas de organização social em pequenas vilas estavam entrando em colapso devido ao “trabalho da máquina à vapor inglesa e de seu livre comércio” (MECW, 12, p. 131). A interferência inglesa serviu para dissolver “aquelas pequenas comunidades, semi-bárbaras e semi-civilizadas, destruindo sua base econômica” (MECW, 12, p. 131-2). Ecoando a perspectiva do *Manifesto*, Marx afirma que se trata da “maior e, para falar a verdade, da única revolução *social* jamais vista na Ásia” (MECW, 12, p. 131-2 – grifo no original), pois – e nisto reside o caráter específico da colonização inglesa – foi a única invasão estrangeira capaz de desestruturar as comunidades familiares agrárias e autossuficientes. Ora, na visão de Marx, se aquelas comunidades constituíam a base da organização indiana desde tempos imemoriais, ao dissolvê-las, a Inglaterra estaria, de fato, modificando a estrutura social indiana. É preciso lembrar como Marx via esta organização – do que já temos pistas quando analisamos sua perspectiva da aristocracia local:

Agora, nocivo como deve ser para o sentimento humano testemunhar essas inúmeras organizações sociais patriarcais e inofensivas industrializadas serem desorganizadas e dissolvidas, lançadas em um mar de aflições e seus membros individuais perdendo ao mesmo tempo sua antiga forma de civilização, e seus meios hereditários de subsistência, não devemos esquecer que essas idílicas aldeias-comunidades, embora possam parecer inofensivas, sempre foram o fundamento sólido do despotismo oriental, reprimindo a mente humana ao menor compasso possível, tornando-a a irresistível ferramenta da superstição, escravizando-o sob regras tradicionais, privando-o de toda grandeza e energias históricas. Não devemos nos esquecer do egoísmo bárbaro que, concentrando-se em algum terreno miserável, testemunhou silenciosamente a ruína de impérios, a perpetração de crueldades indescritíveis, o massacre da população de grandes cidades, sem nenhuma outra consideração sendo concedida a eles que não aquela típica de eventos naturais, são em si, a presa indefesa de qualquer agressor que se dignasse perceber sua posição. Não devemos nos esquecer que esta vida indigna, estagnante e vegetativa evocou, por outro lado, forças distintas, selvagens, sem limites de destruição, que fizeram do assassinato um ritual religioso na Índia. Não devemos esquecer que essas pequenas comunidades foram contaminadas por distinções de castas e por escravidão, que subjugaram o homem às circunstâncias externas em vez de elevá-lo a soberano das circunstâncias, que transformaram um estado social auto-desenvolvido em um destino natural que nunca muda e, com isso, provocou uma adoração brutal da natureza, exibindo sua degradação no fato

de que o homem, o soberano da natureza, caiu de joelhos em adoração de Kanuman, o macaco e Sabbala, a vaca. (MECW, 12, p. 132)

Temos então a chave para compreender a visada de Marx deste período: o sistema social indiano sólido, imutável e portador de traços bárbaros, tais como descritos acima, ao ser destruído pela Inglaterra, muito embora esta “tenha atuado apenas pelos interesses mais vis e tenha sido estúpida em sua forma de garanti-los” (MECW, 12, p. 132), abre espaço para a possibilidade de uma revolução social mais profunda. Marx se pergunta: “pode a humanidade preencher seu destino sem uma revolução fundamental no estado social da Ásia?” (MECW, 12, p. 132). Se a resposta for negativa, diz, apesar da barbárie inglesa – “whatever may have been the crimes of England” –, sua intervenção serviu como “a ferramenta inconsciente da história”, pois revolucionou a estrutura social asiática. O fundamento histórico-filosófico dessa percepção era a ideia de que a Índia deveria reproduzir as etapas da evolução histórica da Europa Ocidental, que passou do feudalismo ao capitalismo, que continha, em potência, o comunismo. Neste sentido, ao “introduzir” o capitalismo na Índia, a Inglaterra estaria contribuindo para “acelerar” o movimento histórico indiano e, portanto, a chegada do comunismo no país (BIANCHI, 2010, p. 181; KATZ, 2016, p. 1–4; TIBLE, 2013, p. 38).

2.1.2. O EUROCENTRISMO DAS FONTES

Antes de avançar, gostaríamos de anotar algumas linhas a respeito das fontes que Marx utiliza na redação destes artigos. Segundo Lindner, “Marx assume o eurocentrismo de suas fontes sem reflexão” (LINDNER, 2010, p. 6). Neste sentido, Lindner irá examinar essas fontes, com especial dedicação ao relato de Bernier, pois, como nos lembra Said, “de relatos de viajantes e não apenas de grandes instituições – como as várias Companhias das Índias – colônias foram criadas e perspectivas etnocêntricas garantidas” (SAID, 1978, p. 117). Trata-se de uma visada original, pois a maior parte dos comentadores se concentrou nas influências que Marx sofreu da economia política inglesa, da filosofia política francesa e do idealismo alemão. Para nós, esta perspectiva é da maior importância.

François Bernier foi um físico francês que passou 12 anos na Índia. Após seu retorno, escreveu um relato de sua viagem que se tornou extremamente popular na época, sendo, inclusive, uma das principais fontes para que pensadores como Hegel e Montesquieu afirmassem a existência do “despotismo oriental” (LINDNER, 2010, p. 7). Para Lindner, o relato de Bernier consiste numa visada orientalista clássica e está baseada numa “impressão subjetiva da superioridade da ordem legal e social europeia e não tem conexão com as condições reais na Índia” (LINDNER, 2010, p. 7). Segundo o estudioso, “a representação que

Marx faz da Índia como um país estagnado, incapaz de progresso e cuja modernidade não decorre de fatores internos, tem uma de suas fontes aqui” (LINDNER, 2010, p. 8).

Antes mesmo de publicar o primeiro artigo sobre a Índia, Marx escreveu a Engels, em 02 de junho de 1853, afirmando que “sobre o tema do crescimento das cidades orientais, dificilmente poderia encontrar algo mais brilhante, abrangente ou impressionante do que '*Voyages contenant la description des états du Grand Mogol, etc.*', pelo velho François Bernier [...]” (MECW, 39, p. 332). Além disso, é a partir do relato de Bernier que Marx chega à conclusão que a inexistência da propriedade privada na Índia é a “*chave real*” para analisar a dinâmica política da região – chave esta que se estenderia a todo Oriente, pois “Bernier vê com razão todas as manifestações do Oriente - ele menciona a Turquia, a Pérsia e a Índia - como tendo uma base comum, qual seja *a ausência de propriedade privada da terra*” (MECW, 39, p. 333-4 - grifos no original).

Observar a maneira entusiasmada pela qual Marx se refere ao relato de Bernier nos fornece pistas importantes a respeito da visão que nosso autor faz da Índia e de outros povos da região neste momento. Marx transcreve passagens inteiras e sublinha trechos que lhe chamam a atenção:

[...] as condições e o governo peculiares ao país, a saber, que o rei é o único proprietário de todas as terras do reino, daí resulta que cada *capital*, como Delhi ou Agra, se concentre quase totalmente na milícia e, portanto, seja obrigada a seguir o rei sempre que ele permanece por algum tempo em campanha militar; essas cidades não são, nem podem ser, em qualquer caso, uma Paris, mas *não são senão um acampamento do exército* melhor e mais convenientemente situado do que se estivesse no campo aberto. (MECW, 39, pág. 333 - grifos no original)

Como resposta a essa carta, Engels afirma, 04 dias depois – ou seja, a 06 de junho de 1853, apenas 04 dias antes de Marx terminar a redação do polêmico escrito “The British Rule in India” –, que “a ausência da propriedade da terra é realmente a chave para todo o Oriente. Aí está a sua história política e religiosa. Mas como explicar o fato de que os orientais nunca chegaram ao estágio do arrendamento, nem mesmo o tipo feudal?” (MECW, 39, p. 339). Deixa claro, assim, que, naquele momento, ambos apreendem as sociedades ditas orientais em termos generalizantes – “the whole of the east”; “orientals” –, tendo por metro a história europeia e a concepção etapista da história – “never reached the stage of landed property, not even the feudal kind”. Além disso, Engels acrescenta que

Isto é, penso, em grande parte devido ao clima, combinado com a natureza da terra, mais especialmente os grandes trechos de deserto que se estendem do Saara diretamente pela Arábia, a Pérsia, a Índia e a Tartaria, até o mais alto dos montes asiáticos. Aqui, a irrigação artificial é o primeiro pré-requisito para a agricultura, e esta é a responsabilidade tanto das comunas, quanto das províncias ou do governo central. No Oriente, o governo sempre consistiu em apenas 3 departamentos: Finanças (pilhagem em casa), Guerra (pilhagem em casa e no exterior) e obras públicas, provisão para reprodução. O governo britânico na Índia aplicou uma interpretação mais restrita aos números 1 e 2, negligenciando completamente o número 3, de modo que a agricultura indiana será arruinada. A livre concorrência se provou um fiasco absoluto na região. O fato de que a terra foi tornada fértil por meios artificiais e imediatamente deixou de ser quando os canais ficaram em condições precárias, explica a circunstância, de outra forma curiosa, de que grandes extensões então magnificamente cultivadas são agora resíduos áridos (Palmyra, Petra, as ruínas do Iêmen, qualquer número de localidades no Egito, Pérsia, Índia); isto explica o fato de que uma única guerra de devastação poderia despovoar e destruir completamente a civilização de um país por séculos vindouros. (MECW, 39, pp. 339-40)

Para compreendermos corretamente o peso que essas ideias – tanto de Bernier, quanto as reflexões de Engels – tiveram para Marx, quando da redação de seu escrito mais polêmico sobre a Índia, transcrevemos abaixo, à esquerda, a carta de Engels e, à direita, o artigo de Marx “The British Rule in India”:

[...] This is, I think, largely due to the climate, combined with the nature of the land, more especially the great stretches of desert extending from the Sahara right across Arabia, Persia, India and Tartary, to the highest of the Asiatic uplands. Here artificial irrigation is the first prerequisite for agriculture, and this is the responsibility either of the communes, the provinces or the central government. In the East, the government has always consisted of 3 departments only: Finance (pillage at home), War (pillage at home and abroad), and travaux publics, provision for reproduction. The British government in India has put a somewhat narrower interpretation on nos. 1 and 2 while completely neglecting no. 3, so that Indian agriculture is going to wrack and ruin. Free competition is proving an absolute fiasco there. The fact that the land was made fertile by artificial means and immediately ceased to be so when the conduits fell into disrepair, explains the otherwise curious circumstance that vast expanses are now arid wastes which once were magnificently cultivated (Palmyra, Petra, the ruins in the Yemen, any number of localities in Egypt, Persia, Hindustan); it explains the fact that one single war of devastation could depopulate and entirely strip a country of its civilisation for centuries to come” (MECW, 39, p. 339-40).

[...] There have been in Asia, generally, from immemorial times, but three departments of Government; that of Finance, or the plunder of the interior; that of War, or the plunder of the exterior; and, finally, the department of Public Works. Climate and territorial conditions, especially the vast tracts of desert, extending from the Sahara, through Arabia, Persia, India, and Tartary, to the most elevated Asiatic highlands, constituted artificial irrigation by canals and water-works the basis of Oriental agriculture. [...] Hence an economical function devolved upon all Asiatic Governments, the function of providing public works. This artificial fertilization of the soil, dependent on a Central Government, and immediately decaying with the neglect of irrigation and drainage, explains the otherwise strange fact that we now find whole territories barren and desert that were once brilliantly cultivated, as Palmyra, Petra, the ruins in Yemen, and large provinces of Egypt, Persia, and Hindustan; it also explains how a single war of devastation has been able to depopulate a country for centuries, and to strip it of all its civilization. (MECW, 12, p. 127).

A semelhança é impressionante, mostrando que Marx não apenas não criticou o eurocentrismo de suas fontes, como se baseou firmemente nelas para elaborar suas análises, tomando “certos ‘fatos’ de fontes orientalistas ou racistas” e os incorporando “em um discurso sobre o progresso que é, em muitos sentidos, eurocêntrico” (LINDNER, 2010, p. 10). O filósofo alemão afirma, ainda, ter usado como material de pesquisa para seu artigo o relatório oficial da Câmara dos Comuns sobre assuntos indianos¹⁰⁶, no qual lemos, após uma detalhada descrição a respeito do funcionamento das vilas da região, que

Sob esta forma simples de governo municipal, os habitantes do país viveram desde tempos imemoriais. Os limites das aldeias [...] foram raramente alterados; e embora as próprias aldeias tenham sido às vezes feridas, e até mesmo destruídas pela guerra, fome ou doença, o mesmo nome, os mesmos limites, os mesmos interesses e até mesmo as mesmas famílias continuaram por eras. (MECW, 12, p. 131; MECW, 39, p. 347)

O objetivo de Marx ao examinar este relatório é apreender a peculiaridade indiana da organização social em vilas, que são descritas, como se vê, como estáticas, com fronteiras estáveis por muitas eras. Não é de se estranhar, observando tais fontes e tendo em mente a visão de história que Marx possuía neste momento, artigos como “The British Rule in India”. Por outro lado, é preciso lembrar que Marx não possuía, naquele momento, fontes melhores, as quais pudessem ajudá-lo a desenvolver uma visão alternativa. Segundo Lindner (2010, p. 10), não havia

à sua disposição, nem uma perspectiva criteriosa, não-eurocêntrica sobre o colonialismo, nem fontes que poderiam ajudá-lo a desenvolver uma compreensão precisa das sociedades pré-coloniais (uma capaz de, de maneira realista, jogar luz sobre as perturbações sociais precipitadas pelo colonialismo).

Uma última observação, a título de curiosidade: em carta a Engels de 14 de junho – ou seja, 4 dias após ter enviado o artigo para o *Tribune* –, Marx admite que algumas passagens tratavam de uma “campanha clandestina” contra a posição do *Tribune*, o qual “sob o pretexto de uma filosofia filantrópica sismondiana anti-industrialista [...] representa a burguesia industrial protecionista dos EUA” (MECW, 39, 346). Neste sentido, Marx acredita que o jornal “achará bem chocante” sua descrição da “destruição inglesa da indústria nativa [...] como revolucionária” (MECW, 39, 346 – grifo no original). No entanto, afirma – como que para não

¹⁰⁶ Provavelmente, trata-se do “Fifth Report from the Select Committee on the Affairs of the East India Company, 1812” (MECW, 39, 347).

deixar dúvidas sobre sua opinião – que “toda a administração da Índia pelos britânicos foi detestável e permanece assim até hoje” (MECW, 39, 346).

Marx insiste no caráter estático – “the stationary nature” – da Índia, apesar de se referir, agora, a “esta parte da Ásia” (*this part of Asia*) e não a uma generalização essencializante do “asiático” ou do “oriental”, afirmando que ela se deve a duas circunstâncias: o sistema de bens públicos do governo central e ao isolamento da multiplicidade de aldeias que constituem o império (MECW, 39, 346-7). Marx dá então uma descrição detalhada do funcionamento das aldeias, destacando seu isolamento uma da outra – “[...] cada uma tem sua própria organização distinta das demais e formando seu próprio mundo. [...] as fronteiras da aldeia são celosamente guardadas contra aldeias vizinhas [...]” – e destacando seu papel como “a sólida base do despotismo e da estagnação asiáticos [...]” (MECW, 39, 347). Para que a Inglaterra conseguisse europeizar – “Europeanisation” – a Índia, seria preciso destruir essas “formas arquetípicas”, além das “indústrias antigas” (MECW, 39, 347), o que reforça a perspectiva ambígua e, por vezes, contraditória, dos escritos deste período. Por fim, Marx reconhece a existência de propriedade privada da terra – ponto que Lindner (2010, p. 3–6), por exemplo, deixa passar –, afirmando que, apesar de esta ser a “um ponto de grande disputa entre escritores ingleses sobre a Índia,” nas “terrenos montanhosos do sul de Kistna” poder-se-ia distinguir formas de propriedade (MECW, 39, 348).

2.1.3. TEXTOS SOBRE A ÍNDIA DE 1853: 2ª PARTE

Prosseguindo nossa análise, as ideias exposta no artigo anterior serão retomadas em “The Future Results of British Rule in India” (MECW, 12, p. 217-22), com o qual pretendia concluir as reflexões sobre a Índia (MECW, 12, p. 217). Aqui, observamos novamente uma ambiguidade entre criticar a postura colonialista inglesa e saudá-la como historicamente necessária. Ao se referir à sociedade indiana, Marx exhibe, novamente, traços orientalistas:

Um país dividido não apenas entre muçulmanos e hindus, mas entre tribos, castas; uma sociedade cuja estrutura se baseava em uma espécie de equilíbrio, resultante de uma repulsão geral e exclusividade constitucional entre todos os seus membros. (MECW, 12, p. 217)

Tal estrutura social fazia da Índia “a presa predestinada à conquista” (MECW, 12, p. 217). Isto é, a conquista da Índia seria inevitável: “a Índia, então, não poderia escapar ao destino de ser conquistada” (MECW, 12, p. 217). Não se trata, portanto, de responder “se a Inglaterra tinha o direito de conquistar a Índia, mas se nós preferimos a Índia conquistada pelos turcos, persas ou russos à Índia conquistada pelos ingleses” (MECW, 12, p. 217). A história indiana,

pondera Marx, não era mais do que a história de suas sucessivas invasões e conquistas. No entanto, não seria nem preciso observar a história indiana para chegar a esta conclusão, uma vez que “não haveria o grande e incontestável fato de que, mesmo neste momento, a Índia é mantida em escravidão pela Inglaterra, por um exército indiano e mantido ao custo da Índia?” (MECW, 12, p. 217). Tratava-se, enfim, de uma “sociedade sem resistência e sem mudança” (MECW, 12, p. 217).

Diante disto, está estabelecido o terreno para Marx afirmar, novamente, o caráter em última instância positivo da expansão capitalista no subcontinente indiano. Marx afirma que a Inglaterra tem um papel duplo a cumprir na Índia: um destrutivo e outro regenerador, isto é, “a aniquilação da velha sociedade asiática e o estabelecimento das bases materiais da sociedade ocidental na Ásia” (MECW, 12, p. 218). Os britânicos, por tratarem-se de uma civilização superior eram “inacessíveis à civilização hindu”, diferentemente dos conquistadores anteriores: “árabes, turcos, tártaros, mongóis, que, sucessivamente, dominaram a Índia, mas logo foram ‘hinduizados’ (*became Hindooized*); os conquistadores bárbaros foram, assim, por uma lei eterna da história, conquistados eles próprios por uma civilização superior” (MECW, 12, p. 218).

Marx reconhece que “o trabalho de regeneração dificilmente aparece através da pilha de ruínas”, porém afirma que já é possível distinguir seu início:

No entanto, este trabalho começou. A unidade política da Índia, mais consolidada, e se estendendo mais longe do que sob o domínio dos Great Moguls, foi a primeira condição de sua regeneração. Essa unidade, imposta pela espada britânica, será agora fortalecida e perpetuada pelo telégrafo elétrico. O exército nativo, organizado e treinado pelo sargento britânico, era a condição sine qua non para a Índia deixar de ser uma presa fácil do primeiro invasor estrangeiro que aparecer e conquistar sua auto-emancipação. A imprensa livre, introduzida pela primeira vez em uma sociedade asiática e gerida principalmente pela descendência comum de hindus e europeus, é um novo e poderoso agente de reconstrução. Os abomináveis “Zemindari” e “Ryotwar” envolvem duas formas distintas de propriedade privada na terra - o grande desiderato da sociedade asiática. Uma nova classe, dotada das qualidades necessárias para o governo e imbuída da ciência europeia, está brotando dos indianos nativos, educados relutante e moderadamente em Calcutá, sob a superintendência inglesa. O motor à vapor levou à Índia uma comunicação regular e rápida com a Europa, conectando seus principais portos com aqueles de todo o oceano do sudeste e revitalizando-a de sua posição

isolada que era a fonte principal da sua estagnação. Não está muito distante o dia quando, por uma combinação de ferrovias e navios à vapor, a distância entre a Inglaterra e a Índia, medida pelo tempo, será encurtada para oito dias, e quando este país – uma vez fabuloso - será assim anexado ao mundo ocidental. (MECW, 12, p. 221)

Este papel regenerativo, Marx observa, não é intencional:

As classes dominantes da Grã-Bretanha tiveram, até agora, um interesse acidental, transitório e excepcional no progresso da Índia. A aristocracia queria conquistá-la, a burguesia financeira, saqueá-la, e a burguesia industrial, vendê-la abaixo do preço. (MECW, 12, p.221)

Aparentemente, porém, Marx considera que, naquele momento, as classes dominantes inglesas tomaram consciência da necessidade de desenvolver o capitalismo na Índia – isto é, forças produtivas capitalistas –, o que inspira algum otimismo em Marx:

Mas agora as mesas viraram. A burguesia industrial descobriu que a transformação da Índia em um país reprodutivo tornou-se de vital importância para ela e, para isso, é necessário, acima de tudo, oferecer-lhe os meios de irrigação e de comunicação interna. Os membros desse grupo pretendem agora desenhar uma rede de ferrovias para toda a Índia. [...] A introdução de ferrovias pode ser facilmente feita para promover propósitos agrícolas pela formação de depósitos, onde o solo é necessário para terraplenagem, e pelo transporte de água ao longo das diferentes linhas. Assim, a irrigação, a condição *sine qua non* da agricultura no Oriente, pode ser amplamente estendida, e a fome local, frequentemente recorrente, decorrentes da falta de água, serão evitadas. A importância geral das estradas de ferro, vista deste ponto de vista, deve tornar-se evidente, quando lembramos que as terras irrigadas, mesmo nos distritos perto de Ghauts, pagam três vezes mais em impostos, proporcionam dez ou doze vezes mais emprego e produzem doze ou quinze vezes mais lucro, que a mesma área sem irrigação. (MECW, 12, p. 218-9)

Apesar de guiada pelos interesses os mais vis, a Inglaterra poderia modernizar a Índia, levando até ela os avanços tecnológicos mais indispensáveis, desenvolvidos na Europa. Marx então ressalta a necessidade de se quebrar com o isolamento das pequenas comunidades indianas, passo fundamental para o desenvolvimento do país:

Sabemos que a organização municipal e a base econômica das comunidades de aldeias foram quebradas, mas sua pior característica, a dissolução da sociedade em estereótipos e átomos desconectados, sobreviveram. O isolamento das aldeias produziu a ausência de estradas na Índia e a ausência de estradas

perpetuou o isolamento das aldeias. Neste plano, existia uma comunidade com uma determinada escala de pequenas comodidades, quase sem intercâmbio com outras aldeias, sem os desejos e os esforços indispensáveis ao avanço social. Os britânicos quebraram essa inércia auto-suficiente das aldeias, as estradas de ferro proporcionam o novo desejo por comunicação e intercâmbio¹⁰⁷. (MECW, 12, p. 219-20)

Quase que prevendo o espanto que tais linhas poderiam gerar em um leitor desavisado, Marx acrescenta:

[...] Eu sei que a burguesia industrial inglesa planejava dotar a Índia de ferrovias com o intuito único de extrair, ao menor custo, o algodão e outras matérias-primas para suas manufaturas. Mas uma vez que você tenha introduzido o maquinário necessário para a locomoção de um país que possui ferro e carvão, você já não consegue controlar sua fabricação. Não se pode manter uma rede de ferrovias em um país imenso sem introduzir todos os processos industriais necessários para satisfazer as necessidades imediatas e atuais da locomoção ferroviária, e daí deve ter início a aplicação das máquinas para ramos industriais que não estão imediatamente ligados às ferrovias. O sistema ferroviário se tornará, na Índia, o verdadeiro precursor da indústria moderna. [...] A indústria moderna, resultante do sistema ferroviário, dissolverá as divisões hereditárias do trabalho, sobre as quais se mantêm as castas, obstáculos decisivos ao progresso e ao poder indianos.¹⁰⁸ (MECW, 12, p. 220)

Aparentemente, o progresso e o poder indiano viriam com a introdução do capitalismo; de uma divisão do trabalho não hereditária. No entanto, Marx acrescenta,

¹⁰⁷ No *Manifesto*, Marx afirmara que “impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo terrestre. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte. Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para desespero dos reacionários, ela roubou da indústria a sua base nacional. [...] No lugar do antigo isolamento de regiões e nações auto-suficientes, desenvolvem-se um intercâmbio universal e uma universal interdependência das nações” (MARX; ENGELS, 2005 [1848], p. 42). A necessidade de expansão da burguesia; a dissolução da indústria nacional; o fim do isolamento de nações autossuficientes, tudo se encontra nos artigos sobre a Índia deste período.

¹⁰⁸ Vale ressaltar que Marx considera esta possibilidade por ter em conta uma avaliação positiva do povo indiano: “é certo que os indianos [...] possuem uma aptidão particular para se acomodarem inteiramente ao novo trabalho e para adquirir o conhecimento necessário da maquinaria. Ampla prova deste fato pode ser encontrada nas capacidades e expertises dos engenheiros nativos na casa da moeda de Calcutta, onde eles têm trabalhado por anos nas máquinas à vapor; nos nativos ligados a inúmeros motores a vapor dos distritos de carvão de Burdwana; e por outros exemplos” (MECW, 12, p. 220). Ou seja, Marx dá sinais novamente daquela postura ambígua que temos tentado destacar ao longo desta seção.

Tudo o que a burguesia inglesa pode ser forçada a fazer não irá nem emancipar, nem melhorar materialmente a condição social da massa do povo, dependendo não só do desenvolvimento das forças produtivas, mas também de sua apropriação pelo povo. Mas o que eles não deixarão de fazer é estabelecer as premissas materiais para ambos. (MECW, 12, p. 220)

Ou seja, o papel da burguesia britânica é introduzir a base material para a emancipação do povo indiano, o desenvolvimento técnico das forças produtivas, o qual, quando apropriado pelo povo, poderá significar sua emancipação e a melhora de suas condições de vida. Isto fica claro quando Marx questiona o papel em geral da burguesia¹⁰⁹:

A burguesia alguma vez fez mais? Alguma vez ela realizou um progresso sem arrastar indivíduos e pessoas através do sangue e da sujeira, através da miséria e da degradação? (MECW, 12, p. 220)

Noutras palavras, a burguesia atua dessa forma e não poderia ser diferente em outra formação social que não a europeia. É o curso da história. A Índia apenas poderá apropriar deste desenvolvimento material quando “[...] na própria Grã-Bretanha as classes dominantes forem derrotadas pelo proletariado industrial [...]” ou então quando os indianos “[...] conseguirem, eles próprios, acumular força o bastante para expulsar o domínio inglês como um todo”. (MECW, 12, p. 220). Marx prossegue com uma previsão positiva dos próximos desenvolvimentos a serem observados na Índia, e uma avaliação extremamente ambígua e com traços orientalistas a respeito do povo indiano:

Em todo o caso, podemos esperar com segurança, em um período mais ou menos distante, a regeneração desse país grande e interessante, cujos gentis nativos são, [...], mesmo nas classes mais inferiores, "plus fins et plus adroits que les Italiens", cuja submissão ainda é contrabalançada por uma certa nobreza calma, que, apesar de seu langor natural, surpreenderam os oficiais britânicos por sua bravura, cujo país tem sido a fonte de nossas línguas, nossas religiões e que representa o tipo do alemão antigo no Jat e o tipo do grego antigo no brâmane. (MECW, 12, p. 220)

Como conclusões finais da questão, Marx relembra a hipocrisia da burguesia inglesa, sua violência e anota que os efeitos devastadores da colonização indiana são “palpáveis e

¹⁰⁹ No Manifesto: “A burguesa, pelo rápido desenvolvimento de todos os instrumentos de produção e pelos meios de comunicação fortemente desenvolvidos, leva a todos, mesmo as nações mais bárbaras, para a civilização. [...] Ela impele todas as nações, ao custo da extinção, a adotar o modo de produção burguês; ela os obriga a introduzir o que ela chama de civilização em seu meio, isto é, a se tornarem burgueses eles próprios. Em uma palavra, ela cria um mundo à sua própria imagem” (MECW, 6, p. 488).

concomitantes”, de alguma maneira assumindo a tensão interna que carregava ao escrever essas linhas:

A hipocrisia profunda e a barbárie inerente à civilização burguesa são reveladas diante de nossos olhos, passando de sua casa, onde assume formas respeitáveis, para as colônias, onde fica nua e aparece como realmente é. Eles são os defensores da propriedade, mas algum partido revolucionário já originou revoluções agrárias como as de Bengala, Madras e Bombay? Na Índia, eles não recorreram, para utilizar a expressão daquele grande ladrão, Lord Clive, a uma extorção atroz, quando a simples corrupção não conseguia acompanhar a rapidez de sua rapacidade? Enquanto tagarelavam, na Europa, a respeito da santidade inviolável da dívida nacional, eles não confiscaram, na Índia, os dividendos dos rajahs, que haviam investido suas poupanças privadas nos próprios fundos da Companhia? Enquanto eles combatiam a revolução francesa sob o pretexto de defender "a nossa santa religião", eles não proibiram, ao mesmo tempo, que o cristianismo fosse propagado na Índia, e não aceitaram o comércio do assassinato e da prostituição perpetrados no templo de Juggernaut, para ganhar dinheiro com os peregrinos que seguiam para os templos de Orissa e Bengala? Estes são os homens de "Propriedade, Ordem, Família e Religião". Os efeitos devastadores da indústria inglesa, quando contemplados em relação à Índia, um país tão vasto quanto a Europa, e contendo 150 milhões de hectares, são palpáveis e desconcertantes. MECW, 12, p. 221-2)

Esta tensão, porém, se resolve, uma vez mais, no sentido de justificar a colonização da Índia, pois os efeitos negativos lá observados são aqueles do desenvolvimento do capitalismo em qualquer lugar do mundo:

Mas não devemos nos esquecer que eles são apenas os resultados orgânicos de todo o sistema de produção tal como está constituído. Essa produção repousa sobre o supremo domínio do capital. A centralização do capital é essencial para a existência do capital como poder independente. A influência destrutiva dessa centralização nos mercados do mundo não faz nada mais que revelar, nas dimensões mais gigantescas, as leis orgânicas inerentes da economia política, agora em ação em todas as cidades civilizadas. (MECW, 12, p. 222)

Tal perspectiva reflete o estágio das reflexões teóricas marxianas daquele momento, cujo fundamento histórico-filosófico é aquele delineado anteriormente, no *Manifesto* e na *Ideologia Alemã*: a ideia de que a Índia deveria reproduzir as etapas da evolução histórica da Europa Ocidental, que passou do feudalismo ao capitalismo, para, então, ser redimida por uma

futura revolução, que resultará numa forma superior de organização social, a comunista. Neste sentido, ao “introduzir” o capitalismo na Índia, a Inglaterra estaria contribuindo para “acelerar” o movimento histórico indiano e, portanto, a chegada do comunismo no país:

O período burguês da história tem que criar a base material do novo mundo - por um lado, intercâmbio universal fundado na dependência mútua da humanidade e os meios para esse intercâmbio; por outro lado, o desenvolvimento das forças produtivas do homem e a transformação da produção material em uma dominação científica das agências naturais. A indústria e o comércio burgueses criam essas condições materiais de um mundo novo da mesma maneira que as revoluções geológicas criaram a superfície da Terra. Quando uma grande revolução social tiver dominado os resultados da época burguesa, o mercado mundial e as modernas forças produtivas, e sujeitá-los ao controle comum dos povos mais avançados, só então o progresso humano deixará de parecer tão hediondo ídolo pagão, que bebe o nectar dos crânios dos mortos. (MECW, 12, p. 222)

2.2. TEXTOS SOBRE A CHINA DE 1853

Semelhante abordagem é observada nos artigos sobre a China da mesma época. Na *International Review* de janeiro/fevereiro de 1850, publicada na *Neue Rheinische Zeitung Politisch-Ökonomische Revue*, vemos ecoar a linguagem do *Manifesto* (ANDERSON, 2010, p. 29), em especial quando Marx afirma que as mercadorias industriais britânicas e estadunidenses fazem a indústria chinesa sucumbir (MECW, 10, p. 266). A barbárie continua, como no *Manifesto*, do lado chinês, enquanto os europeus seriam os “povos civilizados” (*civilised people*) ou “nações civilizadas” (*civilised nations*) (MECW, 10, p. 266). Inclusive, a China é retratada com adjetivos como “imperturbável” (*imperturbable*), ou como sendo o império “mais antigo e menos perturbável” (*the oldest and least perturbable*); trata-se, supostamente, da “fortaleza da arqui-reação e do arqui-conservadorismo” (*stronghold of arch-reaction and arch-conservatism*) (MECW, 10, p. 266), descrições nas quais predomina uma ideia-chave de imobilidade histórica, como se a China estivesse parada no tempo, imobilizada historicamente.

Analisando os resultados da Primeira Guerra do Ópio (1839-1842)¹¹⁰, Marx considera a derrota chinesa na guerra como “um fato gratificante”, apesar das convulsões sociais causadas

¹¹⁰ Com a derrota na guerra e a assinatura do Tratado de Nanquim, a China é forçada a abrir 5 portos - Cantão, Xangai, Xiamen, Ningbo e Fuzhou – a produtos estrangeiros. Além da abertura dos portos, o tratado impôs a

pela rápida introdução de maquinofaturas estrangeiras, que desagregou a produção local, pois ela teria levado a China “à beira de uma sublevação social” (MECW, 10, p. 267). É preciso destacar que a agitação social chinesa é encarada com grande otimismo por Marx, uma vez que ela poderá ter “resultados significativos para a civilização” (MECW, 10, p. 267). De certo modo, à diferença da perspectiva exposta no *Manifesto*, aqui vemos que o progresso social na China não se deve apenas à intervenção externa, mas também a um movimento local de grande força, a revolta de Taiping (1850-64)¹¹¹. Esta é vista por Marx como contestadora da acintosa desigualdade social, recusando a autoridade dos mandarins e chegando, inclusive, a demandar a abolição da propriedade privada (MECW, 10, p. 266)¹¹². Curiosamente, este artigo termina com um “passo atrás”, retornando ao ponto de vista do *Manifesto*: as possibilidades abertas pela sublevação social seriam as já observadas na Europa Ocidental,¹¹³ mostrando que o autor permanece preso à “grande narrativa da modernização, que subsume toda a particularidade e diferença” (ANDERSON, 2002, p. 85). Como Robert Tucker coloca, parece que Marx assume “que era o destino das sociedades não-ocidentais (...) seguir o mesmo caminho burguês de desenvolvimento observado na Europa moderna” (1978, p. 653).

No artigo de 14 de junho de 1853, “Revolution in China and in Europe”, publicado no *Tribune* dias antes do “British Rule in India”, Marx analisa os significativos resultados que

cessão da ilha de Hong-Kong à Inglaterra, além do pagamento de uma pesada indenização (MECW, 15, p. 657). O tratado de Nanquim foi o primeiro de uma série de tratados comerciais desiguais que viriam a ser impostos, nos anos seguintes (em 1844, por exemplo, seriam assinados tratados com EUA e França), por potências ocidentais, levando a China à condição de semicolônia (MECW, 10, p. 673). A primeira guerra do ópio resulta da tentativa do governo chinês de proibir a importação do ópio, em 1839 (RIAZANOV, 1926).

¹¹¹ O movimento de Taiping teve seus primórdios em 1850, com agitações populares, de base camponesa, ocorrendo em diversas províncias do sul da China, onde a destruição decorrente da primeira guerra do Ópio foi mais sentida (RIAZANOV, 1926). Com o passar dos anos, evoluiu para uma guerra camponesa de larga-escala, que chegou a atingir grande parte do território chinês: uma a uma as cidades eram tomadas e, em 1853, os Taipings conquistaram Nanquim, que veio a ser o ponto mais avançado de sua rebelião. Seus líderes possuíam um programa de transformação baseada em noções de igualdade – inclusive de gênero (ANDERSON, 2010) – e em princípios igualitários de produção e consumo, chegando, inclusive, a declarar um estado próprio, com capital em Nanquim (RIAZANOV, 1926). O movimento teve, ainda, um caráter anti-colonial, lutando contra os britânicos, os quais, junto com os franceses, finalmente conseguiram reprimir a rebelião, no ano de 1864 (MECW, 19, p. 367). Ao final, estima-se em mais de 20 milhões o número de mortos, resultado da repressão (tanto imperial, quanto estrangeira), da guerra civil e da fome (ANDERSON, 2010, p. 28; SPENCER, 1996).

¹¹² Marx se baseia no relato do missionário alemão Carl Gützlaff, conhecido como “apóstolo da China”. Gützlaff era um dos europeus mais bem-informados a respeito da situação local e foi, inclusive, o primeiro tradutor da Bíblia para o chinês (ANDERSON, 2010, RIAZANOV, 1926, SPENCER, 1996). Ao retornar à Europa após 20 anos na China, Gützlaff afirmou, horrorizado, a similaridade das reivindicações de Taiping às do socialismo europeu. Curiosamente, as demandas por igualdade da revolta de Taiping tiveram forte influência do cristianismo – o movimento adquiriu com o tempo forte caráter místico-religioso e, em certo sentido, extremamente autoritário (ANDERSON, 2010, p. 29) – e do próprio Gützlaff, cujas pregações influenciaram o futuro líder do movimento (RIAZANOV, 1926).

¹¹³ Isto fica explícito quando Marx afirma que o possível resultado do movimento contestatório seria ilustrado com a inscrição “République Chinoise – Liberté, Egalité, Fraternité”.

poderiam advir para o “mundo civilizado”¹¹⁴ da “Revolução Chinesa” (*Chinese revolution*) (MECW, 12, p. 93). Naquele ano, o movimento popular já se transformara em poderosa guerra camponesa e suas consequências – observa Marx – poderiam ser determinantes para a vitória da próxima sublevação popular europeia (MECW, 12, p. 93). Nosso autor ressalta a importância da atuação britânica no deflagrar da revolta, bem como o caráter extático e bárbaro da China:

A ocasião para a deflagração foi, sem dúvida, oferecida pelo canhão inglês que forçou a entrada, na China, desta droga soporífica chamada ópio. Diante das armas britânicas, a autoridade da dinastia Manchu ficou despedaçada; a fé supersticiosa na eternidade do Império Celestial desmoronou; o isolamento bárbaro e hermético do mundo civilizado foi violado; e uma abertura foi feita para essa relação [...]. (ibid., p. 94)¹¹⁵

Como nos artigos sobre a Índia, o capitalismo ocidental – no caso, o britânico, sob a forma do comércio do ópio¹¹⁶ e da força física – atua como uma ferramenta inconsciente da história: “como se a história tivesse, primeiro, de inebriar toda essa gente antes que pudesse tirá-los de sua estupidez hereditária” (MECW, 12, p. 94). Pondo um fim ao isolamento da China – uma “múmia cuidadosamente preservada em um caixão hermeticamente selado” (MECW, 12, p. 95) –, a Inglaterra seria a responsável pela revolução chinesa¹¹⁷. Em tais textos, podemos observar diversos sinais de uma linguagem eurocêntrica, tal como observada naqueles sobre a Índia do mesmo período. A representação que o autor faz do oriental nesses textos – e, por conseguinte, do Oriente – enquanto ontologicamente distinto do ocidental corrobora esta percepção: Marx afirma que “os chineses [...] irão, como os orientais costumam agir na

¹¹⁴ A China, por sua vez, aparece como “o próprio oposto da Europa”, o que reforça a dicotomia etnocêntrica mencionada anteriormente.

¹¹⁵ Poder-se-ia argumentar que o alvo de Marx nesses artigos são a dinastia Manchu e a autoridade patriarcal, mas esses, por vezes, parecem confundir-se com toda a sociedade chinesa. A seguinte passagem é luminosa a este respeito: “[...] o ódio contra os estrangeiros e a exclusão destes do Império, que eram mero resultado da situação geográfica e etnográfica da China, se tornaram um sistema político apenas após a conquista do país pela raça dos Tártaros da Manchúria” (MECW, 12, p. 98). Os tártaros-mongóis invadiram a China em 1644 e deram início à dinastia Qing, que permanecerá no controle do império até 1912 (MECW, 12, p. 649).

¹¹⁶ Conforme o editor de Marx James Ledbetter veio a notar, “com a possível exceção da escravidão humana, nenhum outro tópico irritava tão profundamente Marx quanto o comércio de ópio com a China” (MARX, 2007, p. 1).

¹¹⁷ Segundo Marx, as grandes instabilidades sociais atravessadas pela China, resultado de fatores internos e externos, levaria a economia do país a uma profunda crise, com o colapso do mercado chinês do ópio e, ainda, severas consequências para a Europa. O grande crescimento na produção britânica não havia sido acompanhado por um aumento correspondente de mercados consumidores e a contração da demanda chinesa viria a agravar a situação. De acordo com Marx, isso levaria à “explosão da crise geral há muito preparada, a qual, espalhando-se por outros países, será seguida de perto por revoluções políticas no Continente. Seria um espetáculo curioso aquele da China espalhando a desordem no mundo ocidental, enquanto as potências ocidentais, pelos navios de guerra ingleses, franceses e americanos, trazem ‘ordem’ para Xangai, Nanquim e às desembocaduras do Grande Canal” (MECW, 12, p. 98. De fato, em 1857 ocorrerá a primeira grande crise econômica mundial, a qual será o ponto pé inicial para a redação dos *Grundrisse*. Cf. *On China*, p. 7; (BRAUNTHAL, 1967, p. 88).

perspectiva de grandes mudanças, se preparar para acumular, não aceitando muito em troca de seu chá e seda, exceto dinheiro vivo” (MECW, 12, p. 97). Tais afirmações deixam claro que, neste período, Marx encontra-se restrito a um horizonte lexicográfico¹¹⁸ orientalista: por um lado, o outro-oriental é apreendido por meio de ideias-chave de estagnação, imobilidade, atraso, enquanto o europeu-ocidental – representado por sua burguesia – possui a agência histórica; por outro, este europeu-ocidental irá ao oriente cumprir determinada missão progressista – agir como ferramenta inconsciente da história –, desagregando as estruturas tradicionais e arcaicas das sociedades asiáticas e possibilitando a introdução do modo de produção capitalista – etapa necessária e anterior da passagem ao socialismo, na visão etapista, teleológica e unilinear da história. Apesar disso, é de se destacar que o tom aqui também é distinto daquele do *Manifesto*: as potências ocidentais coloniais são vistas como “forças da ordem” (ibid., p. 98) e se, ao fim e ao cabo, a instabilidade social chinesa poderia vir a contribuir para a revolução europeia, Marx não deixa de notar os efeitos negativos trazidos por tais potências.

2.3. PASSAGEM DE 1853 PARA 1857: MUDANÇA POLÍTICA

Este é o primeiro grupo de escritos que nos propusemos a analisar nesta seção. Neles, como vimos, Marx tenta encaixar as realidades históricas observadas em estágios preestabelecidos – baseados na história europeia –, estabelecendo uma teleologia linear e “otimista” da história. A potência da expansão capitalista fascina Marx, que apreende a agência e o protagonismo do lado europeu-ocidental, sendo que a Inglaterra atua como uma ferramenta inconsciente da história, tanto na Índia: “quaisquer que tenham sido os crimes da Inglaterra, ela foi a ferramenta inconsciente da história” (MECW, 12, p. 132), quanto na China: “como se a história tivesse, primeiro, de inebriar toda essa gente antes que pudesse tirá-los de sua estupidez hereditária” (MECW, 12, p. 94). Na filosofia da história que Marx lança mão nesse período, a Inglaterra aparece como a forma social mais complexa de todas, situada num patamar de desenvolvimento à frente das demais e se localizando, assim, no centro da história.

Manifesta-se, com isso, um tipo de confiança cega no processo histórico, sustentada pela necessária sucessão de estágios. Apesar de seus crimes, o capitalismo contém em si o germe de sua destruição e de uma nova sociedade, a comunista. As formações sociais ditas orientais teriam de repetir o caminho trilhado na Inglaterra; esta é a condição para que possam, ao final, serem redimidas por uma revolução social. Dito isto, é preciso pontuar que a

¹¹⁸ Os termos são de Said.

compreensão marxiana desse período traz também uma firme denúncia dos massacres provocados pela expansão capitalista pelo mundo – o que evidencia certo tom ambíguo. Há, desde o início de suas apreciações do sistema colonial, já no *Manifesto*, uma sempre presente crítica ao colonialismo, a qual irá se modificar e se reforçar, como veremos, em suas análises posteriores de algumas situações concretas, quando o esquema linear perderá força. Se já nos artigos de 1853 sobre a Índia Marx denunciava a “barbárie inerente à civilização burguesa”, este tom irá se reforçar à medida que o autor vai “ao empírico e se deixa afetar pelas lutas anticoloniais, protagonizadas pelos colonizados” (TIBLE, 2014b, p. 202–4). Essa mudança de tom se dá já na segunda metade da década de 1850, motivada pelo contato de Marx com a Revolta dos Cipayos na Índia (1857-58) e com as injustiças flagrantes da Segunda Guerra do Ópio (1856-60), na China. Na análise dessas situações, distinguimos outro conjunto textual, que apresenta uma tendência mais crítica do colonialismo inglês, como veremos a seguir.

A tensão presente nos 19 artigos de 1853 sobre a Índia – nos quais, como vimos, Marx oscila entre criticar e justificar a colonização inglesa –, reforça-se no sentido da crítica nos 21 publicados em 1857, nos quais analisa a insurreição indiana, procurando apreender as causas para seu insucesso (TIBLE, 2014b, p. 204–5). Naquele primeiro momento, Marx deixou-se guiar mais por abstrações filosóficas, uma vez que dispunha de poucas informações a respeito da situação concreta das regiões analisadas (TIBLE, 2014b, p. 204–5), dependendo predominantemente de fontes eurocêntricas (LINDNER, 2010, p. 2). Nesse contexto, os colonizados eram expectadores passivos da invasão colonial estrangeira¹¹⁹, sem a possibilidade de serem agentes de sua própria história. Nos artigos de 1857 tal perspectiva perde força. Nesse segundo momento, Marx “mudou cada vez mais de um foco exclusivo na burguesia britânica, para teorizar sobre a auto-atividade e a luta dos indianos colonizados” (Jani, 2002, p. 82), denunciando a política britânica, na qual “a tortura formou uma instituição orgânica de sua política financeira” (MECW, 15, p. 353). Os colonizados deixam de figurar como passivos ou imóveis e sua resistência toma corpo (MECW, v. 15, p. 232-5, 305-13, 327-30). Além de tomar decididamente o lado do colonizado, numa clara demonstração de compromisso e solidariedade políticos¹²⁰, sua postura, num primeiro momento justificadora do colonialismo, irá se modificar profundamente. É nesse sentido que deve ser compreendida a afirmação de Aricó (2010 [1980], p. 86, 106) de que seria um erro interpretativo tomar o Marx de 1848 como único Marx

¹¹⁹ Não à toa, Said e a teoria pós-colonial crítica de Marx irão se referir normalmente a estes escritos (SAID, 2007 [1978], p. 161–4).

¹²⁰ Com efeito, Marx foi uma voz solitária na defesa da independência indiana (KATZ, 2016, p. 2), o que desmonta o argumento de que Marx teria sido mais uma voz justificadora do colonialismo, como defende Paula Jr. (2014), entre outros.

possível. Assim, nas próximas páginas esboçaremos uma análise dos escritos de Marx de 1857-1862 sobre a Índia e a China, procurando apreender os principais traços que os distinguem daqueles de 1850-53.

2.4. TEXTOS SOBRE A ÍNDIA DE 1857

Como afirmamos acima, os artigos de 1857 sobre a Índia possuem um caráter distinto da maioria daqueles escritos em 1853, nos quais Marx procurou acompanhar os debates sobre a renovação do mandato da Companhia das Índias Orientais no parlamento inglês – à exceção, como vimos, dos dois escritos mais famosos, dedicados a analisar o sistema social indiano e os efeitos da colonização britânica. De um outro ponto de vista, os de 1857 pretendem acompanhar os desdobramentos das revoltas militares que, progressivamente, se espalharam por amplas regiões do noroeste da Índia.

Marx destaca que as bases para a revolta nacional haviam sido estabelecidas pelo próprio domínio britânico, o qual esteve baseado no princípio romano “*Divide et impera*” – ou seja, dividir para conquistar. O filósofo retoma a afirmação de que a alta fragmentação da sociedade indiana, formada por “várias raças, tribos, castas, crenças e soberanias”, foi o “princípio vital da soberania inglesa” (MECW, 15, p. 297). Após a conquista de Scinde, do Punjab e de Oude¹²¹, a Inglaterra – via Companhia das Índias Orientais – conseguiu pôr fim à existência de Estados indianos independentes, efetivando, com isso, seu domínio por todo o território indiano – “o império anglo-indiano havia [...] alcançado seus limites naturais [...]” (MECW, 15, p. 297). Tal situação levou a uma mudança importante na estrutura militar da colonização: o exército indiano, antes usado pela própria Inglaterra para lutar suas guerras no Oriente¹²², tornou-se uma força de manutenção da ordem. Os números relatados por Marx são os seguintes: 200 milhões de indianos sendo controlados por um exército de 200 mil de seus compatriotas. Estes, por sua vez, eram supervisionados por um contingente inglês de apenas 40 mil homens. A unificação política, a centralização administrativa e a formação de um exército, porém, não figuram nestas passagens como elementos regenerativos da estrutura social arcaica da Índia, mas como bases para a revolta militar que irá despontar dali em diante.

Já em 1856 pôde-se observar alguns motins no exército indiano, mas, na primavera de 1857, estes se generalizaram em um movimento de revolta que veio a abarcar grandes parcelas

¹²¹ A província de *Scinde*, na fronteira com o Afeganistão, foi colonizada pela Inglaterra em 1843 (MECW, 15, p. 673); Oude foi incorporada aos territórios britânicos em 1856 (MECW, 15, p. 673-4)

¹²² Como foi o caso dos *Cipaios* que foram utilizados pelos oficiais britânicos nas guerras de conquista no Afeganistão, Mianmar, entre outras (MECW, 15, p. 665).

da sociedade indiana. O movimento teve início entre as unidades dos Cipayos do exército de Bengala, localizada no norte da Índia, mas se espalhou por amplas regiões da Índia central e setentrional – por Déli, Lucknow, Kanpur, Rohilkhand e Bundelkhand (MECW, 15, p. 674). Para Marx, a revolta de 1857 se distinguia das demais, por três razões: (i) hindus e muçulmanos se uniam contra seu inimigo em comum – os oficiais europeus; (ii) os motins não permaneceram limitados geograficamente (como havia sido o caso no ano anterior); e (iii) pelo fato desta revolta ter coincidido com “uma insatisfação geral exibida contra a supremacia inglesa”, que se generalizava na região por meio de guerras contra os ingleses na Pérsia e na China¹²³ (MECW, 15, p. 298).

Marx explica que, num primeiro momento, os motins no exército indiano começaram como uma resistência, por parte dos Cipayos, à determinação britânica de se utilizar animais sagrados (como o porco e a vaca) para a confecção de utensílios militares. No entanto, de uma revolta militar com motivações religiosas o movimento rapidamente se expandiu para uma luta de grandes proporções, visando à libertação nacional. Nas análises deste período, Marx demonstra uma maior simpatia, motivada pela resistência do colonizado às agressões do colonizador. Os povos locais são descritos de forma menos pejorativa, o que se revela na denominação utilizada para se referir às nações asiáticas – outrora bastiões do atraso, agora “grandes nações asiáticas” (MECW, 15, p. 298).

No início, Marx hesitou em reconhecer grandes possibilidades para a revolta, afirmando em 15 de julho de 1857 que “os rebeldes em Deli muito provavelmente irão sucumbir sem uma resistência prolongada” (MECW, 15, p. 300). Na primeira semana de agosto, ainda sem informações detalhadas sobre o desenrolar dos acontecimentos, Marx afirma que “qualquer perspectiva, no entanto, dos amotinados serem capazes de defender a antiga capital da Índia contra as forças britânicas seria disparatada” (MECW, 15, p. 305). No que se baseia tal diagnóstico inicial? Tanto na situação precária dos amotinados – os quais se concentravam, naquele primeiro momento, apenas em Déli, cuja geografia permitia que um simples cerco bem efetuado pelos ingleses levasse a revolta à rendição –, quanto numa avaliação negativa das capacidades de organização da revolta – e não em alguma essência indiana transcendental:

[...] um grupo heterogêneo de soldados amotinados que assassinaram seus próprios oficiais, despedaçaram os laços da disciplina e não conseguiram

¹²³ Ambas se iniciaram em 1856. A guerra na China – a 2ª Guerra do Ópio – será analisada mais à frente neste trabalho. A guerra Anglo-Persa de 1856-57 tinha como fundamento a tentativa inglesa de estender seus domínios pela região, por um lado, e a resistência persa, por outro. Aliás, Marx observa, a 05 de setembro de 1857, que o recomeço da Guerra Anglo-Persa seria o primeiro efeito internacional da revolta indiana (MECW, 15, p. 332).

descobrir alguém a quem atribuir o comando supremo, certamente o corpo é menos provável para organizar uma resistência séria e prolongada. (MECW, 15, pág. 305)

Entretanto, esta avaliação vai se modificando à medida em que as notícias vindas da Índia, em vez de confirmarem os prognósticos de derrota rápida, afirmavam certa capacidade de resistência por parte dos revoltosos. Estes conseguiram espalhar sua indignação por várias regiões e questionar a autoridade britânica por todo território indiano, o que faz Marx modificar sua apreciação:

a posse inconteste, por parte dos rebeldes, pelo período de um mês, do tradicional centro do império indiano, funcionou como o fermento mais poderoso para quebrar completamente o exército de Bengala, espalhando motim e deserção de Calcutá para o Punjab no norte e Rajpootana ao oeste e balançando a autoridade britânica de um extremo da Índia ao outro; não há erro maior do que supor que a queda de Deli, embora possa causar consternação entre as fileiras dos Cipayos, seja suficiente para resfriar a rebelião, para parar o seu progresso, ou para restaurar o domínio britânico. (MECW, 15, p. 306)

As outras notícias transmitidas pelos despachos telegráficos são importantes, pois nos mostram a revolta chegando aos confins extremos do Punjab, em Peshawur e, por outro lado, atravessando na direção sul de Delhi até a Presidência de Bombaim, através das estações de Jhansi, Saugor, Indore, Mhow, até chegarmos finalmente em Aurungabad, a apenas 180 milhas a nordeste de Bombaim. (MECW, 15, p. 329)

Ao se deixar afetar pela luta do povo indiano – a qual já não se tratava, para Marx, de um “mutim mulitar”, mas sim de uma “revolta nacional” (MECW, 15, p. 316) – Marx irá reavaliar inúmeras afirmações preconceituosas feitas anteriormente, apesar de ainda emitir juízos orientalistas a respeito da índole do povo local e de dar alguns sinais isolados de que continua compreendendo a colonização indiana dentro dos termos da teoria da história elaborada na década anterior. Isto aparece, por exemplo, na seguinte passagem:

Quanto à conversa sobre a apatia dos hinfus, ou mesmo a sua simpatia com o governo britânico, é tudo bobagem. Os príncipes, como verdadeiros asiáticos, estão observando sua oportunidade. As pessoas em toda a Presidência de Bengala, onde não são controladas por um punhado de europeus, estão desfrutando de uma anarquia abençoada; mas não há ninguém lá contra quem eles possam se levantar. É um curioso *quid pro quo* esperar que uma revolta indiana assumia as características de uma revolução européia. (MECW, 15, página 329)

As ambiguidades exibidas anteriormente permanecem, porém se acentuando num sentido crítico do colonizador europeu e mais simpático aos colonizados. Os sinais são cruzados: enquanto se utiliza de generalidades como “verdadeiros asiáticos”, questiona o juízo a respeito da apatia hindu e de sua simpatia para com o colonizador. E, se a revolta indiana

pode ser mais do que um simples motim militar e, com isso, adquirir características revolucionárias, isto se dá ainda dentro da teoria da história elaborada na década anterior, pois tais características são as de uma revolução europeia. O que nos permite inferir que o contato com a revolta indiana tem, num primeiro momento, um impacto na avaliação política que Marx faz da situação, ainda que certas concepções de cunho mais abstrato/teórico se modifiquem mais lentamente, comportando avanços e recuos.

Diante do inimigo europeu comum, as diversas frações religiosas da sociedade indiana são capazes de se unir, demonstrando a capacidade organizativa da revolta, que Marx não observou num primeiro momento: “[...] os siques, como os muçulmanos, se uniram com os brâmanes, possibilitando, assim, que uma união geral contra o domínio britânico, envolvendo todas as diferentes tribos, avançasse rapidamente” (MECW, 15, p. 315). Se em determinadas situações a revolta Indiana comete excessos que poderiam ser caracterizados por Marx como bárbaros, a utilização da tortura pelos britânicos, por outro lado, consistia numa “instituição financeira da Índia britânica” (MECW, 15, p. 338). Tratava-se de uma “existência universal” no domínio britânico e fazia parte da

história real do domínio britânico na Índia. Em vista de tais fatos, os homens desapaixonados e ponderados talvez possam ser levados a se questionar se um povo não age justamente quando tenta expulsar os conquistadores estrangeiros que abusaram tanto dos seus membros. E se os ingleses puderam fazer essas coisas com sangue frio, não é surpreendente que os indianos insurgentes sejam considerados culpados, levando em conta a fúria da revolta e do conflito, dos crimes e das crueldades alegadas contra eles? (MECW, 15, p. 341)

Ao comentar os relatos que a imprensa londrina fazia da revolta indiana, Marx aponta sua hipocrisia, pois esta condenava a violência dos Cipayos, mas reverenciava esta mesma violência quando ela servia a propósitos contra-revolucionários¹²⁴ (MECW, 15, p. 353) – em outras palavras, tais órgãos da imprensa escondiam a “história real” que Marx procurava veicular. A conduta abominável dos Cipayos, diz Marx, nada mais é que o reflexo da atuação da própria Inglaterra, “não só durante a época de fundação de seu Império Oriental, mas mesmo nos últimos dez anos de um domínio bem estabelecido” (MECW, 15, p. 353)¹²⁵.

¹²⁴ Segundo Marx: “as atrocidades cometidas pelos Cipayos revoltosos na Índia são, de fato, chocantes, horríveis e indescritíveis – do tipo que só se encontra em guerras de insurreição, de nacionalidades, de raças e, sobretudo, de religião; em uma palavra, o tipo de barbárie que os ingleses costumavam aplaudir quando perpetradas pelos vendeanos sobre os “azuis”, pelas guerrilhas espanholas sobre os franceses infiéis, pelos sérvios sobre seus vizinhos alemães e húngaros, pelos croatas sobre os rebeldes vienenses, pela *Garde Mobile* de Cavaignac ou pelos *Decembristas* de Bonaparte sobre os filhos e filhas do proletariado francês” (MECW, 15, p. 353).

¹²⁵ Inclusive, conforme veremos mais à frente, Marx explicita que a barbaridade inglesa poderia muito bem ser observada ao se estudar a *Primeira Guerra do Ópio* (MECW, 15, p. 353).

Tal atuação, baseada na tortura – “tortura formava uma instituição orgânica de sua política financeira” (MECW, 15, p. 353), será analisada por Marx em artigo específico intitulado “Investigation of Tortures in India”, escrito em 28 de agosto de 1857, mas publicado no *Tribune* de 17 de setembro. Neste texto, Marx combate o argumento britânico – depois revelado falso – de que a responsabilidade da tortura seria dos funcionários nativos de baixa patente, que a praticavam sem o conhecimento de seus superiores europeus. Além disso, no conflito com os Cipayos, inúmeras crueldades foram cometidas pelas tropas inglesas, as quais Marx faz questão de destacar, pois, segundo ele, a imprensa londrina não dava a mesma importância para a crueldade, quando esta era praticada pelos ingleses:

Um oficial escrevendo de Peshawur dá uma descrição do desarmamento da décima cavalaria irregular por não cobrar a 55ª infantaria nativa quando ordenada a fazê-lo. Ele exulta com o fato de que eles não foram apenas desarmados, mas despojados de seus casacos e botas, e depois de terem pago 12d. por homem, foram levados pela margem do rio, e embarcaram em barcos, com os quais foram enviados para Indu, onde, espera ansiosamente o escritor, cada filho da mãe poderá se afogar nas corredeiras. Outro escritor nos informa que alguns habitantes de Peshawur, tendo gerado um alarme noturno ao explodir pequenas minas de pólvora em homenagem a um casamento (um costume nacional), foram amarradas na manhã seguinte e ‘receberam uma punição que não iriam esquecer facilmente’. Chegaram notícias de Pindee de que três chefes nativos estavam tramando contra o governo britânico. Sir John Lawrence respondeu com uma mensagem ordenando que um espião participasse da reunião. Após o relatório do espião, Sir John enviou uma segunda mensagem: “enforque-os”. Os chefes foram enforcados. Um oficial no serviço civil, de Allahabad, escreve: “temos o poder de vida e morte em nossas mãos, e nos asseguramos que não pouparemos seu uso”. Outra, do mesmo lugar: “Não passa um dia que não enforcamos de dez a quinze deles (não combatentes)”. (MECW, 15, p. 354)

Um oficial exultante escreve: “Holmes está enforcando-os em grandes quantidades, em uma tacada só”. Outro, em alusão ao enforcamento sumário de um grande número de nativos: “Então nossa diversão começou”. Um terceiro: “Nós realizamos julgamentos à cavalo, e todos os negros que encontramos nós enforcamos ou matamos à tiro”. De Benares, somos informados de que trinta Zemindars foram enforcados pela simples suspeita de simpatizar com seus compatriotas, e aldeias inteiras foram incendiadas sob a mesma acusação. Um oficial de Benares, cuja carta está impressa no *The London Times*, diz: “As tropas européias se tornaram monstros quando se opõem aos nativos” (MECW, 15, p. 355).

E então não deve ser esquecido que, enquanto as crueldades dos ingleses são relatadas como atos de vigor marcial, contadas simplesmente, rapidamente, sem entrar em detalhes desagradáveis, as atrocidades dos nativos, embora sejam chocantes, são exagerados deliberadamente. Por exemplo, o relato circunstancial que apareceu pela primeira vez no *The Times*, e depois em toda imprensa londrina, das atrocidades perpetradas em Deli e Meerut, de quem procedeu? De um padre covarde residente em Bangalore, Mysore, mais de mil milhas distante dos acontecimentos. Na verdade, os relatos de Delhi evidenciam a imaginação de um pastor inglês, capaz de produzir horrores

maiores até do que a fantasia selvagem de um amotinado indiano. O corte de narizes, peitos, etc., em uma palavra, as horríveis mutilações cometidas pelos Cipaiois, são, naturalmente, mais revoltantes para o sentimento europeu do que o lançamento de bombas nas habitações de Cantão por um secretário da Sociedade pela Paz de Manchester, ou que árabes encurralados em uma caverna por um marechal francês sendo queimados vivos ou o esfolamento vivo praticado por soldados britânicos por chicotes sob o ritmo de tambor da corte marcial, ou qualquer outro dos aparelhos filantrópicos usados nas penitenciárias britânicas nas colônias. A crueldade, como qualquer outra coisa, tem sua fase, mudando de acordo com o tempo e o lugar. César, o erudito brilhante, narra com franqueza como ele ordenou que milhares de guerreiros gales tivessem suas mãos direitas decepadas. Napoleão teria ficado envergonhado de fazer isso. Ele preferiu despachar seus próprios regimentos franceses, suspeitos de republicanismo, a São Domingo, para morrer pelas mãos dos revoltosos negros ou de doenças. (MECW, 15, p. 355)

Marx então conclui que, em última instância, o único responsável pelas atrocidades cometidas durante os conflitos – tanto aquelas praticadas pelos revoltosos, quanto pelos ingleses – era a Inglaterra e seu governo (MECW, 15, p. 356). Segundo o filósofo, “há algo na história humana que funciona como uma retribuição; e é uma regra da retribuição histórica que seu instrumento seja forjado não pelo ofendido, mas pelo próprio ofensor” (MECW, 15, p. 353), em um sentido político claramente distinto daquele de 1853.

Em 03 de outubro, Marx relata os últimos acontecimentos da revolta na Índia. Surpreendentemente, os revoltados aparecem em situação favorável diante dos europeus (MECW, 15, p. 361-4). Apesar disso, de uma maneira geral a qualificação que Marx faz dos indianos continua portando traços pejorativos, eles sendo imbuídos de certo misticismo exacerbado, possuidores de preconceitos e superstições (MECW, 15, p. 366). Porém, os europeus não aparecem mais como portadores do progresso e da civilização. Como vimos acima, seu juízo a respeito dos europeus parece ser ainda mais severo do que aquele emitido a respeito dos indianos, ao menos no que se refere à crueldade posta em prática durante o conflito. Além disso, em passagens surpreendentes Marx descreve as técnicas e estratégias militares utilizadas pelo exército inglês como uma comédia de erros, pondo abaixo a perspectiva que aponta uma superioridade intrínseca do europeu. Os ingleses, aparentemente tão desenvolvidos militarmente, aparecem nos relatos como “menos avançados” do que os indianos (MECW, 15, p. 365-8)¹²⁶.

Diante do conflito prolongado na Índia, do sucesso dos revoltosos em se manterem firmes diante do exército britânico e dos altos custos incorridos pela Inglaterra na guerra contra

¹²⁶ As avaliações militares foram feitas por Engels e enviadas a Marx em carta de 24 de setembro de 1857 (MECW, 40, p. 182-5).

os indianos, Marx se pergunta: “qual o valor real, para a Grã-Bretanha e seu povo, do domínio sobre a Índia?” (MECW, 15, p. 349). Após examinar alguns números desde a entrada da Companhia na região – e da consequente atuação conjunta do governo britânico –, Marx chega à conclusão que:

Sendo este o caso, é evidente que a vantagem que a posse do império indiano traz para a Grã-Bretanha deve limitar-se aos lucros e benefícios gerados para indivíduos britânicos específicos. Esses lucros e benefícios, é verdade, são muito consideráveis. (MECW, 15, p. 349)

Ou seja, a manutenção do domínio britânico na Índia era lucrativa para determinados setores da sociedade inglesa: “Primeiro, temos os acionistas da Companhia das Índias Orientais que consistem em cerca de 3000 pessoas [...]” que recebiam, anualmente, 630.000 libras; os diretores da Companhia, com um salário de 500 libras cada, além do Presidente e seu vice que ganham o dobro, além de deterem o privilégio político de indicar todos os oficiais que servirão na Índia; estes são os próximos da lista: “[...] os beneficiários deste apoio, divididos em cinco classes – civil, clerical, médica, militar e naval” (MECW, 15, p. 349-50). Tais funcionários chegam ao número de 10.000, aproximadamente, com salários variando de 2.500 a até 50.000 libras por ano, sem contar o do Governador-Geral, que era de 125.000 Libras por ano (MECW, 15, p. 350-1). A todos estes, Marx ainda acrescenta aqueles que vivem na Inglaterra e recebem pensões, após terem servido na Índia. Estas pensões consumiam até 20 milhões de dólares da receita tirada da Índia (MECW, 15, p. 351). Além dos europeus empregados em funções governamentais, há aqueles – cerca de 6.000 – que trabalham com comércio ou especulação privada (MECW, 15, p. 352). O comércio externo indiano estava praticamente inteiro na mão desses comerciantes, que auferiam lucros invejáveis (MECW, 15, p. 352). A colonização britânica serve como um mecanismo de transferência de renda diretamente da sociedade indiana para alguns setores capitalistas ingleses.

Não há nenhuma linha a respeito de supostos avanços trazidos pela Inglaterra à Índia, numa perspectiva teleológica de se aproximar da revolução. A atuação na Índia consistia agora numa “empreitada de conquista sem fim e agressão perpétua”, que gera lucros individuais exorbitantes, apesar dos altos custos financeiros e humanos para a manutenção deste domínio (MECW, 15, p. 352). Ou seja, nem a Inglaterra aparece como uma sociedade indubitavelmente superior, nem o colonialismo inglês possui mais a perspectiva de iniciar processos progressivos de desenvolvimento. Mais à frente, em artigo escrito a 30 de outubro e publicado no *Tribune* a 14 de novembro como editorial, Marx nos informa sobre a tomada de Delhi pelos ingleses. Segundo seu relato, tal fato deveu-se a “ocorrência simultânea de amargos conflitos entre os

rebeldes”, o que levou à diminuição no número de revoltosos defendendo a cidade, e, conseqüentemente, possibilitou uma “mudança na proporção numérica das partes em conflito”, após a chegada de reforços do lado inglês (MECW, 15, p. 374).

Ainda assim, diante da derrota dos revoltosos, o balanço de Marx é positivo: “[...] os rebeldes, ao menos com suas forças principais, fizeram o melhor de uma posição difícil” (MECW, 15, p. 375). Além disso, a mudança no tom político da análise de Marx sobre a Índia alcança aqui suas formulações mais explícitas: “os capitalistas indianos não consideram as perspectivas da supremacia britânica na Índia com o mesmo espírito otimista que marca a imprensa londrina” (MECW, 15, p. 445). Enquanto a imprensa londrina mantém uma perspectiva positiva a respeito do futuro do domínio britânico na Índia, os capitalistas indianos mudaram sua postura – e Marx, ao que parece, os acompanhou nesta mudança. Curioso que Marx não trata neste artigo sobre qual seria o ponto de vista das classes subalternas indianas, mas de sua burguesia – como se esta fosse, ainda, a portadora de uma possível revolução indiana, que agora não passa mais por um momento de colonização britânica, como Marx admitia anteriormente.

A atuação britânica é agora caracterizada como desrespeitosa de todas as leis internacionais – no que há um paralelo importante entre Índia e China. Em artigo escrito a 14 de maio e publicado a 28 de maio de 1858, Marx compara a atuação britânica nos dois territórios, afirmando que

Cerca de dezoito meses atrás, em Cantão, o governo britânico propôs uma nova doutrina no direito das nações, segundo a qual um Estado pode cometer hostilidades em larga escala contra uma província de outro Estado, sem declarar guerra ou estabelecer um estado de guerra contra esse outro Estado. Agora, este mesmo governo britânico, na pessoa do governador-geral da Índia, Lord Canning, deu outro passo em seu plano de subverter o atual direito internacional. (MECW, 15, p. 533)

Ademais, nosso autor dá prosseguimento à incansável tarefa de denunciar a hipócrita imprensa londrina – e, ao fazê-lo, buscar se diferenciar dela. No caso, ressaltava a reação da imprensa inglesa às anexações promovidas por Rússia, Áustria e França àquela demonstrada quando da anexação de Oude:

Quando, após a queda de Varsóvia, em 1831, o imperador russo confiscou ‘o direito de propriedade sobre o solo’ até então mantido por numerosos nobres poloneses, houve uma reação unânime de indignação na imprensa e no parlamento britânicos. Quando, após a batalha de Novara, o governo austríaco não confiscou, mas sequestrou as propriedades dos nobres lombardos que participaram da guerra da independência, a indignação na Grã-Bretanha foi, novamente, unânime. E quando, depois de 2 de dezembro de 1851, Luis

Napoleão confiscou as propriedades da família de Orleans, que, pela ‘common law’ da França, deveria ter sido considerada de domínio público quando da coroação de Luís Filipe, mas que havia escapado deste destino por uma discussão legal, a indignação britânica não conheceu limites, e *The London Times* declarou que, por este ato, os próprios alicerces da ordem social estavam ameaçados e que a sociedade civil não poderia mais existir assim. Toda essa indignação honesta foi, agora, mostrada na prática. A Inglaterra, de um só golpe de caneta, confiscou não só as propriedades de alguns nobres, nem de uma família real, mas toda a extensão de um reino quase tão grande quanto a Irlanda; ‘a herança de todo um povo’ como o senhor Ellenborough o denomina. (MECW, 15, p. 533-4)

Esta anexação foi não apenas uma quebra do tratado previamente acordado entre ambos, mas também de “todos os princípios do direito internacional” (MECW, 15, p. 536). Além disso, Marx observa que não se trata de um movimento equivocado, ou de uma “resolução repentina” do governo britânico, pois

Assim que Lord Palmerston se tornou, em 1831, Ministro dos Negócios Estrangeiros, enviou uma ordem ao então Governador-Geral para anexar Oude. O subordinado, naquele momento, se recusou a realizar a sugestão. O caso, no entanto, chegou ao conhecimento do rei de Oude, que aproveitou a situação para enviar uma embaixada a Londres. Apesar de todos os obstáculos, a embaixada conseguiu encontrar-se com William IV, que ignorava todo o processo, e lhe informar a respeito da situação. O resultado foi uma cena violenta entre William IV e Palmerston, terminando em uma severa ordem para o último nunca mais repetir tal golpe – a tentativa de anexação de um Estado estrangeiro - sob pena de demissão imediata. É importante lembrar que a eventual anexação de Oude e a confiscação de todas as propriedades do país ocorreram quando Palmerston estava novamente no poder. Os documentos relativos a esta primeira tentativa de anexar Oude, em 1831, foram movidos, há algumas semanas, da Câmara dos Comuns, quando o Sr. Baillie, Secretário do Conselho de Controle, declarou que esses documentos haviam desaparecido. (MECW, 15, p. 536)

Marx conclui este artigo ressaltando negativamente a postura britânica na Índia

A violenta apreensão de territórios independentes, em clara violação de tratados que formaram, por vinte anos, a base reconhecida para o intercâmbio entre as nações; o confisco de cada pedaço de terra do país estrangeiro; o modo brutal e traiçoeiro pelo qual os britânicos se relacionam com os nativos da Índia; [...]

Pudemos observar, nas passagens acima transcritas e analisadas, que, após o contato com a revolta indiana de 1857-1859, o juízo de Marx a respeito da agência dos colonizados, além de sua avaliação sobre os efeitos da colonização se inclinam num sentido muito mais crítico do que anteriormente. Sobre os efeitos da colonização britânica para as finanças indianas, em outro caso no qual a interferência britânica mostra resultados desastrosos, as pesadas taxas impostas pelos ingleses levam “a massa do povo indiano para a pobreza e sua

extração exige o recurso a infâmias tais como a tortura para ser realizada”. (MECW, 15, p. 578). Além disso,

Afirma-se que os impostos na Índia são os mais onerosos e opressivos do mundo; que, como regra na maioria das presidências, e em especial naquelas que estiveram por mais tempo sob domínio britânico, os agricultores, isto é, a maior parte do povo indiano, estão numa condição de absoluto empobrecimento e desânimo; que, conseqüentemente, as receitas indianas foram esticadas ao máximo e as finanças indianas estão, portanto, sem possibilidade de recuperação. (MECW, 15, p. 575)

Além de frisar em vários âmbitos possíveis a tragédia que significava a colonização britânica na Índia, Marx procurou também se diferenciar daqueles que ele considerava “apologistas da administração britânica” (MECW, 15, p. 578), isto é, que possuíam “um pensamento fortemente inclinado a favor da administração anglo-indiana” (MECW, 15, p. 579). O que não podemos deixar de ressaltar, uma vez que, nos textos de 1853, Marx talvez concordasse, em alguns aspectos, com esses apologistas. Uma última observação a ser feita sobre os escritos indianos deste período é o cuidado que Marx anota no que se refere à utilização de categorias estrangeiras – inglesas, no caso –, ao se tratar de uma realidade distinta daquela para qual as categorias foram pensadas. Marx afirma que

Este é, de fato, um dos maiores inconvenientes e dificuldades do governo inglês da Índia: suas visões sobre questões indianas são profundamente marcadas e influenciadas por preconceitos e perspectivas inglesas, os quais são, assim, aplicados a uma sociedade para a qual eles não têm nenhuma pertinência. (MECW, 15, p. 548)

De certa forma, pode-se dizer que este é um dos principais equívocos das análises do sistema social indiano efetuadas por Marx em 1853. Após o contato com a revolta do povo indiano em 1857, ele parece notar a dificuldade de se transpor conceitos formulados e pensados para a Inglaterra de uma maneira mecânica para a Índia. Nosso autor, aparentemente, torna-se mais cioso das mediações necessárias quando se analisa uma formação social distinta da sua própria e, com isso, evita expedir julgamentos definitivos a respeito do povo indiano. Como veremos, a difícil relação entre as ideias e seu lugar será um ponto chave para compreender as oscilações marxianas, quando nosso autor trata de formações sociais não-europeias. Esta será, inclusive, uma questão importante para compreender a postura marxiana para com a comuna rural russa, por exemplo.

2.5. TEXTOS SOBRE A CHINA DE 1857

No que concerne à China, observamos que a carga eurocêntrica observada no primeiro conjunto textual vai se dissipando, à medida em que Marx abandona sua visão unilinear e teleológica da história enquanto progresso – o que abre espaço para um acirramento da crítica do colonialismo e um abrandamento da perspectiva etnocêntrica dicotômica. Embora o discurso a respeito do oriental continue em grande medida limitado epistemologicamente, sua conexão com o imperialismo político se desfaz e dá lugar à crítica mordaz da associação capitalismo-colonialismo. A partir de 1856, quando eclode a Segunda Guerra do Ópio, Marx passa a apoiar fortemente a resistência chinesa contra a Inglaterra (ANDERSON, 2002, p. 86; 2010, p. 31). Nos 14 artigos sobre a China, escritos de janeiro de 1857¹²⁷ a julho de 1862¹²⁸, Marx parece rever a oposição etnocêntrica entre chineses-bárbaros-imóveis e os britânicos-civilizados-portadores-do-progresso, esposada nas análises anteriores a respeito dos efeitos da Primeira Guerra do Ópio (ANDERSON, 2002, p. 86). Em um artigo de 1857 sobre a Revolta dos Cipayos na Índia¹²⁹, o balanço a respeito da atuação britânica na China é bem distinto do anterior:

Os soldados ingleses cometeram abominações apenas para se divertirem; suas paixões não são nem santificadas pelo fanatismo religioso; nem exacerbadas pelo ódio contra uma raça autoritária e conquistadora; nem provocadas pela resistência severa de um inimigo heróico. Mulheres sendo estupradas, crianças sendo cuspidas, aldeias inteiras sendo queimadas, tudo isso foi, naquele momento, um mero esporte gratuito, não registrados pelos chineses, mas pelos próprios oficiais britânicos. (MECW, 15, p. 354-4)

A intervenção estrangeira deixa de ser uma ferramenta do progresso histórico e o caráter civilizado da Inglaterra é relativizado, de modo que os britânicos, em vez dos chineses, passam a ocupar, cada vez mais, o papel de “bárbaros”. Escrevendo a respeito dos incidentes que darão início à Segunda Guerra do Ópio (1856-60)¹³⁰, Marx destaca a ilegalidade da atuação britânica

¹²⁷ O primeiro dessa série é o “The Anglo-Chinese Conflict”, de 07 de janeiro de 1857, publicado no *New York Daily Tribune*. Cf. MECW, 15, p. 158-63. Na edição brasileira “Sobre a China” este artigo aparece erroneamente datado como de 23 de novembro de 1857. Cf. Marx, 2016, p. 95

¹²⁸ O último, “Chinese Affairs”, escrito entre junho e julho de 1862 e publicado no *Die Presse*. Cf. MECW, 19, p. 216-8.

¹²⁹ Conforme já mencionado na análise dos escritos sobre a Índia, de 1857 em diante Marx traça vários paralelos entre ambas as situações, procurando ressaltar os aspectos bárbaros ou criminosos da atuação britânica nos dois países. Isso se dá, por exemplo, nesta passagem, em que Marx comenta a crueldade britânica na China como um exemplo da falta de escrúpulos da Inglaterra ao se relacionar com outros povos, ou então quando Marx menciona como a atuação britânica não se pauta por nenhuma regra internacional, as desrespeitando quando essas ameaçam seus interesses – tanto na anexação de Cantão (China), quanto na de Oude (Índia) Marx observa esta conduta.

¹³⁰ Entre outubro e novembro de 1856, a Inglaterra bombardeou Cantão, sob o pretexto da violação da soberania consular no caso do veleiro *Arrow*. Para mais informações, cf. MECW, 15, p. 158-63. Este incidente foi o início da chamada Segunda Guerra do Ópio, que durou de 1856 a 1860 e envolveu, além de Inglaterra e China, a França (MECW, 15, p. 665). Como resultado, uma nova série de tratados desiguais foi assinada em Tientsin, beneficiando comercialmente Inglaterra e França, seguida pelos tratados de Pequim de 1860, que encerraram a guerra (MECW, 16, p. 643). Merece destaque o acordo de Xangai, de 08 de novembro de 1858, o qual estendeu a cláusula 26 do tratado de Tientsin e legalizou a importação do ópio na China (MECW, 16, p. 670).

– a qual, mesmo levando em conta as disposições do tratado de Nanquim e de seu protocolo suplementar de 1843, flagrantemente violadores da soberania chinesa, reduziu-a numa condição semi-colonial (MECW, 15, p. 657) –, e conclui: “os britânicos estiveram errados em todo o processo” (MECW, 15, p. 158).

Analisando a correspondência trocada entre as autoridades chinesas e britânicas, Marx expõe a belicosidade da intervenção inglesa:

Impaciente em sua argumentação, o almirante britânico força sua entrada na cidade de Cantão, em direção à residência do governador, ao mesmo tempo em que destrói a frota imperial no rio. Assim, há dois atos distintos neste drama militar e diplomático [...]. Primeiro, Cantão é bombardeada por quebrar um tratado e, em seguida, é bombardeada por cumprir um tratado. (MECW, 15, p. 162)

Marx questiona se “as nações civilizadas do mundo irão aprovar este modo de invadir um país pacífico, sem prévia declaração de guerra, por uma suposta infração de um código fantasioso de etiqueta diplomática” (MECW, 15, p. 163). Coloca em cheque, assim, a condição de “civilização” das potências europeias, na medida em que a Inglaterra agora aparece como invasora e a China como “um país pacífico”¹³¹. Ademais, a crítica marxiana estende-se às outras nações europeias que permanecem impassíveis diante de tais violações, assim como o fizeram durante a Primeira Guerra do Ópio, quando, na verdade, estavam interessadas na abertura do mercado chinês para suas mercadorias (MECW, 15, p. 163) e, portanto, favoráveis à guerra.

Os artigos seguintes de 1857 seguem analisando as origens da Segunda Guerra do Ópio e os debates a respeito do conflito no parlamento inglês, escancarando as manobras governamentais a fim de justificá-lo. Neles, a Inglaterra não aparece como portadora do progresso e da civilização, pelo contrário:

A linha política seguida por Palmerston nesta questão chinesa fornece evidência conclusiva do caráter fraudulento dos documentos apresentados por ele ao Parlamento. (MECW, 15, p. 212)¹³²

¹³¹ No jornal *Times*, de 02 de janeiro de 1857, temos um contraponto à visão de Marx. Na perspectiva do jornal londrino, a China deve pagar uma “ampla indenização”, afirmando que “nossa honra e interesse nos obriga a colocar nossas relações com o Império Chinês em outro patamar”. Assim, na defesa da “humanidade e da civilização nós não devemos deixar o assunto como está” e “[devemos] garantir o direitos das nações civilizadas ao livre comércio e à livre comunicação com todas as partes deste vasto território”. Afinal, “não há utilidade alguma em tratar tal potência como se ela pertencesse às comunidades iluminadas da Europa (*enlightened communities of Europe*)”. Cf. *On China*, p. 16. Nestas passagens, fica clara a distância do tratamento de Marx para o da imprensa inglesa em geral, a qual defende a intervenção britânica, se utilizando explicitamente do argumento da missão civilizadora. Marx, por sua vez, irá condenar duramente a atuação britânica na China.

¹³² Artigo: “Parliamentary debates on the Chinese Hostilities”, cf. MECW, 15, p. 207-12.

A administração de Palmerston não foi a de um gabinete normal. Era uma ditadura. [...] A guerra se tornou, portanto, a condição vital da ditadura de Palmerston. [...] Não pode haver, então, dúvida de que o massacre chinês fora planejado pelo próprio Palmerston. (MECW, 15, p. 213-8)¹³³

Desde que o primeiro relatório a respeito das hostilidades inglesas na China chegou até nós, os jornais pró-governo na Inglaterra e uma parte da imprensa estadunidense têm produzido uma grande quantidade de denúncias contra os chineses, [...] as circunstâncias foram manipuladas e encobertas pela retórica parlamentar a fim de enganar aqueles realmente interessados em entender a questão. (MECW, 15, p. 233)¹³⁴

A antipatia chinesa para com os estrangeiros passa a ser justificada (“não inteiramente sem razão”, MECW, 15, p. 223), aos olhos de Marx, dada a brutalidade com a qual as potências ocidentais buscam impor seus interesses comerciais mundo afora, não se tratando mais de uma peculiaridade inerente a certa essência chinesa. A dicotomia civilização e barbárie parece estar completamente embaralhada a determinada altura do artigo “English Atrocities in China”, quando Marx analisa a troca de mensagens entre os chineses e os britânicos e descreve, do lado dos primeiros, a calma, a ponderação, a polidez – características supostamente associadas à “civilização” – e, por parte dos últimos, exaltação, inflexibilidade, belicosidade – normalmente, associadas aos “bárbaros”:

O governador Yeh responde **educada e calmamente** as **exigências arrogantes** do **jovem** cônsul britânico. Ele declara o motivo da prisão e lamenta que deve ter havido algum mal-entendido na questão; ao mesmo tempo, negou inequivocamente a menor intenção de insultar a bandeira inglesa [...]. Mas isso não é satisfatório para o cônsul, Sr. Parkes [...]. Em seguida, chega o almirante Seymour com a frota britânica, e então começa outra correspondência, **dogmática e ameaçadora, do lado do almirante; calma, desapaixonada e educada, do lado do oficial chinês**. [...] Mas tal postura não foi adequada ao belicoso representante do poder britânico no Oriente. (MECW, 15, p. 234 - grifos nossos)

A segunda Guerra do Ópio não traz progresso e civilização – como a primeira aparentava trazer no *Manifesto* e nos textos de 1850/53 –, mas, pelo contrário, trata-se de uma guerra criminosa (*the most unrighteous war*), na qual “os inofensivos cidadãos e os pacíficos comerciantes de Cantão foram dizimados, suas casas destruídas e as reivindicações de humanidade violadas, sob o frágil pretexto de que ‘a vida e a propriedade inglesas estão ameaçadas pelos atos agressivos dos chineses!’” (MECW, 15, p. 234). Ao final do artigo, Marx faz uma reflexão curiosa a respeito do papel da imprensa no conflito, a qual merece ser

¹³³ Artigo: “Defeat of the Palmerston Ministry”, cf. MECW, 15, p. 213-8.

¹³⁴ Artigo: “English atrocities in China”, cf. MECW, v. 15, p. 232-5.

reproduzida na íntegra, pois nos pareceu como uma crítica *avant la lettre* do orientalismo na imprensa:

Quão silenciosa é a imprensa inglesa a respeito das ultrajantes violações do tratado diariamente praticadas por estrangeiros vivendo na China sob a proteção britânica. Nós não ouvimos nada a respeito do comércio ilegal de ópio, o qual anualmente alimenta o Tesouro britânico, ao custo da vida humana e da moralidade. Não ouvimos nada sobre o constante suborno de sub-oficiais, pelo qual o governo chinês é roubado em sua receita sobre mercadorias importadas e exportadas. Não ouvimos nada sobre as injustiças cometidas “até à morte” contra imigrantes enganados e submetidos à situação pior que a escravidão da costa do Peru e de Cuba. Não ouvimos nada sobre o espírito de perseguição, muitas vezes exercido contra a natureza tímida dos chineses, ou sobre o vício introduzido por estrangeiros nos portos abertos ao seu comércio. Não ouvimos nada sobre tudo isso e muito mais, primeiro, porque a maioria das pessoas fora da China se importa pouco com a condição social e moral desse país; e, em segundo lugar, porque é parte da política e da prudência não tratar de tópicos em que não se pode obter nenhuma vantagem pecuniária. Assim, os ingleses em seu país, que não conseguem olhar além do vendedor que lhes vende seu chá, estão preparados para engolir todas as falsas declarações que o Ministério e a imprensa optam por enfiar goela abaixo de seu público. (MECW, 15, p. 234-5)

Nesta passagem, tem-se ainda um exemplo claro do que estamos argumentando nesta seção: por um lado, notamos que persiste certa análise generalizante a respeito do povo chinês, com Marx permanecendo dentro dos limites epistemológicos que um observador europeu do século XIX pode mover-se para se referir a povos não-europeus: por exemplo, quando se refere à “natureza tímida dos chineses”¹³⁵, expressão onde há certo grau de condescendência por parte de Marx. Por outro lado, observamos forte guinada política no que se refere à avaliação da colonização britânica no chamado Oriente, o que fica claro, por exemplo na comparação dos artigos de Marx com os da imprensa inglesa em geral – feita pelo próprio Marx em diversas passagens aqui reproduzidas – ou com os seus próprios artigos de 1853. Ademais, diferentemente de seus textos anteriores, nos quais justificava, ao fim e ao cabo, a intervenção britânica enquanto necessária para fazer avançar a história na China, de 1857 em diante o colonialismo ocidental passa a ser duramente criticado por sua brutalidade, deixando de ter qualquer conotação benéfica.

Com relação aos artigos restantes, temos 4 de 1858, 2 de 1859, 1 de 1860 e 1 de 1862, nos quais vemos o mesmo espírito daqueles de 1857. Nos dois primeiros de 1858, intitulados “History of the Opium Trade”, Marx descreve criticamente os resultados da Segunda Guerra

¹³⁵ Ainda assim, conforme destacamos em diversas passagens, Marx vai ao limite do horizonte epistemológico, por vezes questionando a dicotomia etnocêntrica entre civilização-Europa e barbárie-Oriente. Além disso, vemos rarear referências a uma suposta essência transcendental chinesa – e não encontramos mais nenhuma a respeito do “Oriente”, enquanto entidade única.

do Ópio e dos novos tratados desiguais impostos à China (MECW, 16, p. 13-20). Desses, a seguinte passagem salta aos olhos, pois Marx aparentemente coloca a China novamente na condição de povo sem história, ainda que dessa vez não por uma condição natural, mas por um isolamento forçado¹³⁶. Apesar disso, de um ponto de vista moral, os supostamente bárbaros chineses são retratados como superiores aos civilizados ingleses, o que corrobora o que temos argumentado até aqui:

Enquanto os semi-bárbaros observavam estritamente o princípio da moralidade, os civilizados permaneciam presos ao princípio do dinheiro sujo. Que um império gigante, que contém quase um terço da humanidade, vegetando e sofrendo as marcas do tempo, isolado pela exclusão forçada do intercâmbio geral e, assim, tentando enganar a si próprio com ilusões sobre uma perfeição celestial – que tal império deveria finalmente ser tomado pelo destino na ocasião de um duelo mortal, no qual o representante do mundo antiquado aparece impulsionado por motivos éticos, enquanto o representante da esmagadora sociedade moderna luta pelo privilégio de comprar no mais barato e vender no mais caro dos mercados [...]. (MECW, 16, p. 16)

O seguinte, “The Anglo-Chinese Treaty”, de 05 outubro de 1858, consiste numa análise econômica dos efeitos dos tratados comerciais impostos pela Inglaterra (MECW, 16, p. 28-32), assim como o “The British and Chinese Treaty”, publicado 10 dias depois, a 10 de outubro de 1858. Ambos expõem um ponto de vista crítico das relações comerciais desiguais, semi-coloniais, entre Inglaterra e China, em especial do comércio do ópio, o qual praticamente financiava a colonização da Índia, ao mesmo tempo em que drenava grande parte dos recursos chineses (MECW, 16, p. 46-50)¹³⁷. Uma passagem curiosa merece menção especial. Comentando a respeito do tratado imposto à China como consequência da derrota na guerra, Marx destaca, ironicamente, o artigo 51 como um “grande sucesso da invasão inglesa”, o qual consiste em “o termo bárbaro não deve ser aplicado ao governo britânico, nem a indivíduos britânicos, em qualquer documento oficial emitido por autoridades chinesas” (MECW, 16, p. 49)¹³⁸.

Em 1859, Marx escreveu uma série de artigos, compilados sob a alcunha de “The New Chinese War”, todos publicados no *New York Daily Tribune* (MECW, 16, p. 508-24). Nestes

¹³⁶ Anderson (2010, p. 35) observa que nesta passagem ecoa o tratamento hegeliano do destino de Antígona, denominado por Lukács de “visão contraditória do progresso” (LUKÁCS, 1975 [1948], p. 412), na qual algo importante sempre se perde, a cada estágio da progressão da humanidade (ANDERSON, 2010, p. 35).

¹³⁷ Marx trata criticamente o comércio de ópio num artigo publicado como editorial de 02 de junho de 1857. Curiosamente, não encontramos este texto nas *Collected Works*, embora tenhamos tido acesso a ele pela edição inglesa de artigos sobre a China, cf. *On China*, p. 40-44.

¹³⁸ Os documentos oficiais chineses e a correspondência não endereçada a estrangeiros utilizava, regularmente, o termo “bárbaro” para se referir a britânicos e estadunidenses. Cf. *On China*, p. 68. No artigo mencionado acima na nota 32, Marx transcreve diversos excertos de comunicação oficial chinesa, no qual isto fica bem claro.

escritos, nosso autor volta a analisar os efeitos dos tratados de 1858 e a continuação das hostilidades inglesas contra a China. Destaca-se, novamente, a atuação chinesa em resposta, tanto por parte das forças imperiais, quanto dos camponeses rebelados. Diante da resistência chinesa, os jornais londrinos se pronunciam e Marx reproduz trechos extensos, dando conta da barbaridade agora veiculada na imprensa oficial: “[...] o terror tem que ser imposto, de uma forma ou de outra; e nós já fomos lenientes o bastante. [...] devemos agora ensinar aos chineses o valor dos ingleses, que são seus superiores e devem ser seus *mestres*. [...]” (MECW, 16, p.509 – grifos no original).

Marx assume sem ressalvas o ponto de vista chinês, condenando as reiteradas investidas britânicas, tanto do ponto de vista econômico, quanto social, político e humanitário, em contraposição à imprensa britânica tradicional, a qual clamava por mais firmeza por parte do governo. Nosso autor procura, na medida do possível¹³⁹, não apenas dar voz aos chineses, mas de fato ouvir o que eles tinham a dizer, reproduzindo, em diversas passagens ao longo dos artigos analisados, os pronunciamentos de oficiais chineses. Ademais, Marx tenta, por meio de paralelos com situações europeias, expor o absurdo da situação na China: “O direito do embaixador francês de residir em Londres envolve, também, o direito da França de entrar, por meio de uma expedição armada, pelo rio Tâmsa?” (MECW, 16, p. 510), escancarando a hipocrisia colonialista dos órgãos de comunicação ingleses e de sua classe dirigente. Esta atuava da forma que fosse necessária para manter o comércio com a China funcionando, pois

qualquer interrupção séria do comércio britânico com a China seria ‘uma calamidade de magnitude maior do que os meros números de exportação e importação podem, a princípio, sugerir’, e [...] tal perturbação [...] também deve ‘afetar’ as transações britânicas com a Austrália e os Estados Unidos. (MECW, 16, p. 519-20).

Os interesses econômicos – e não civilizacionais ou progressistas – que os britânicos possuíam na China deviam-se à importância que esta tinha como fornecedora de produtos para Austrália, EUA e a própria Inglaterra:

Os comerciantes, em sua ânsia de assegurar uma área maior para realizar suas vendas, são muito propensos a explicar sua decepção pela circunstância de que arranjos artificiais, inventados por governos bárbaros, se interpuseram em seu caminho e podem, conseqüentemente, ser eliminados pela força bruta. Esta própria ilusão, em nossa época, converteu o comerciante britânico, por exemplo, no apoiador imprudente de cada ministro que, por agressões de pirataria, promete extorquir um tratado de comércio do bárbaro. (MECW, 16, p.v536)

¹³⁹ Isto é, considerando a restrição de fontes daquele momento, a qual o limitava a investigar as manifestações oficiais chinesas.

Nesta passagem, além de novamente problematizar a dicotomia etnocêntrica – pois os civilizados, no caso, são os que não hesitam em se utilizar de força, ou de agressão e pirataria –, Marx esclarece a relação entre a classe comercial, o governo e a atuação colonialista britânica. Por meio de uma análise detalhada da correspondência entre oficiais britânicos, bem como dos debates parlamentares, Marx demonstra a frieza e a racionalidade empregada pelos políticos ingleses em criar situações que lhes possibilitem assegurar o controle do comércio com a China (MECW, 16, p. 521-4).

Em 1860, Marx refere-se à terceira guerra do Ópio, a qual já estava sendo debatida no parlamento inglês e viria a ser desencadeada em julho daquele ano, como resultado de manobras pessoais de Palmerston – da mesma forma que a segunda (1856-60) (MECW, 17, p. 335-6; 571-2). Novamente, o tom é agudo e o artigo quase que exclusivamente dedicado a criticar a política interna inglesa, as manobras de Palmerston, o silêncio do parlamento, a “imprensa anônima”, etc.

[...] na Inglaterra, é um porta-voz subalterno, um caçador de postos já desgastado, uma nulidade anônima de um suposto ministério, que, confiando no burro poder da mente parlamentar e nas deslumbrantes alegações de uma imprensa anônima, sem fazer nenhum barulho, sem incorrer em nenhum perigo, rasteja, silenciosamente, para um poder irresponsável. (MECW, 17, p. 339)

O último artigo que analisamos, intitulado “Chinese Affairs”, foi publicado em 07 de julho de 1862 no jornal *Die Presse*. Nele, apesar de notarmos construções que poderiam ser consideradas orientalistas, como a afirmação de que a China seria um “fóssil vivo” (MECW, 19, p. 216), ou de que os impérios orientais demonstravam uma “constante imobilidade em sua subestrutura social, com mudanças incessantes nas pessoas e nos clãs que obtêm o controle da superestrutura política” (MECW, 19, p. 216)¹⁴⁰, vemos que a crítica ao colonialismo é explícita. Esta é a marca dos textos de 1857 em diante. Ainda que influenciado por autores da época – como Montesquieu e Hegel – e pelos relatos de viajantes, o que leva o filósofo a reproduzir algumas noções generalizantes a respeito dos “asiáticos” ou dos “orientais”, Marx não busca legitimar a relação de poder estabelecida entre o Ocidente e o Oriente – que se manifesta, por

¹⁴⁰ É preciso destacar que, neste artigo, Marx não trata da intervenção colonial estrangeira, mas da Revolta de Taiping. O contraste, no decorrer do texto, é entre uma Europa pós-1848 “mística” e reacionária, onde proliferavam seitas em cujos encontros, acreditava-se, as mesas levitavam - “um pouco antes das mesas começarem a dançar, a China, este fóssil vivo, começou a se revolucionar” (MECW, 19, p. 216) – e, de outro, uma China engajada não no misticismo, mas na revolução social (ANDERSON, 2010, p. 37). Entretanto, após a derrota dos rebeldes Marx expressava opiniões bem menos entusiásticas de seus potenciais de transformação. Segundo ele, os rebeldes “produziram destruição em formas grotescamente detestáveis, destruição sem qualquer núcleo de uma nova construção” (MECW, 19, p. 216).

exemplo, no sistema colonial. O discurso orientalista clássico, tal como conceituado por Said, visa apreender e explicar o outro oriental para possibilitar sua dominação pelo ocidente. Porém, os artigos de Marx a partir de 1857 vão no caminho contrário: cada vez mais nosso autor irá questionar o domínio colonial britânico na China, as recorrentes guerras e intervenções de motivação claramente econômica, além da desfaçatez com que as classes política e comercial, bem como a imprensa, buscam justificar tal conduta.

2.6. BREVE CONCLUSÃO

Tible (2012, p. 33-4) observa já nas análises iniciais de Marx uma tensão entre apontar os horrores do colonialismo e enxergá-lo como resultado do desenvolvimento histórico universal. Nesta chave, Marx teria emitido juízos positivos a respeito do colonialismo, ainda que reconhecendo seus efeitos deletérios, conforme observamos no *Manifesto* e nos artigos de 1853 sobre a China e a Índia. Entretanto, a partir do contato com resistências locais ao colonialismo, sua crítica se torna mais ferrenha. Nesse sentido, a “descontinuidade” de seu pensamento não deve ser enxergada apenas como “ruptura”, como faz Bianchi (2010, p. 184) ou “abandono”, como afirma Costa Neto (2008, p. 52), mas como uma tensão que irá se resolver na medida em que a “hostilidade de Marx ao colonialismo nas décadas seguintes” torna-se mais aguda (TIBLE, 2012, p. 38). Porém, como vimos ao final do capítulo, é uma tensão que permanece, agora mais no âmbito epistemológico que político.

Conforme observado, nos escritos posteriores Marx não apenas se solidarizou com as situações chinesa e indiana, mas criticou duramente a postura britânica. Progressivamente, ele irá adotar uma perspectiva mais crítica do colonialismo britânico, relativizando a abordagem anterior que buscava identificar possíveis resultados positivos daquele domínio. A visão otimista e “progressista” do colonialismo e do capitalismo exposta por Marx em 1848, no *Manifesto*, e nos artigos de 1853 é revista nos textos de 1856 em diante. Conforme observou Anderson (2010, p. 238), “já por volta de 1856-57, o lado anticolonialista do pensamento de Marx se tornou mais pronunciado, à medida em que ele apoiou [...] a resistência chinesa aos britânicos durante a Segunda Guerra do Ópio e a Revolta dos Cipayos na Índia”. Uma análise que ignore a guinada anticolonialista deste período é, a nosso ver, incompleta. O colonialismo inglês na Índia e na China deixa, então, de ser visto como um momento dentro de uma filosofia da história pré-estabelecida, e passa a ser apreendido politicamente, possibilitando uma investigação mais apurada de seus efeitos concretos para a população colonizada.

3. MARX E A IRLANDA

Como vimos no capítulo anterior, entre o final de 1840 e o final de 1850 a perspectiva marxiana a respeito da Índia e da China mudou de uma visão relativamente apologética do progresso capitalista, para uma mais crítica, capaz de considerar os potenciais emancipatórios das próprias sociedades analisadas. Gostaríamos de argumentar, neste capítulo, que a visão de Marx sobre a Irlanda também passa por uma mudança, que é, ela própria, considerada um ponto de inflexão na trajetória marxiana. Para isto, dividiremos o capítulo em três subseções: a primeira, voltada a analisar os textos de 1840 e 1850, constitui um momento marcado por análises mais dispersas e circunstanciais; a segunda, entre 1864 e 1867, abarca a teorização marxiana dos anos do início da Internacional chegando aos textos de 1867; a terceira consiste na produção posterior a 1867, na qual a virada marxiana se mostra mais pronunciada.

3.1. TEXTOS SOBRE A IRLANDA DOS ANOS 1840 E 1850

As referências de Marx à Irlanda nos anos 1840 e 1850 são em geral bastante esparsas. Podemos distinguir duas linhas de força principais nesses escritos: (i) afirmar seu posicionamento a favor da libertação nacional irlandesa; (ii) abordar a questão irlandesa como uma *relação colonial*, ainda que o Estatuto da União de 1801¹⁴¹ tenha, formalmente, extinguido este vínculo.

A primeira referência à Irlanda é de fevereiro de 1848, durante um discurso em comemoração ao levante polonês de 1846. Desde o início de sua¹⁴² fala neste discurso, nota-se uma preocupação em situar corretamente o problema: “[...] as questões políticas que foram debatidas pelos últimos dezessete anos, estas não são basicamente, questões sociais?” (MECW, 6, p. 549). Ou seja, as questões que irá abordar não são apenas políticas, mas, também, sociais.

¹⁴¹ A “União Anglo-Irlandesa” foi imposta para a Irlanda pelo governo inglês em 1801, após a derrota da rebelião irlandesa de 1798. A União desmantelou o parlamento irlandês e criou o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda, dando à Irlanda 100 membros dos 650 da Casa dos Comuns (ANDERSON, 2010, p. 116). Formalmente, seria como se ambos fizessem parte, dali em diante, de uma mesma entidade jurídica. Na prática, porém, a união apenas aprofundou a dependência da Irlanda. A luta pela revogação da união se tornou uma bandeira massiva no país a partir dos anos 1820. Como veremos, porém, os liberais irlandeses da época – Daniel O’Connell incluso – se utilizaram da demanda para arrancar concessões do governo inglês que beneficiassem as classes altas – burguesia e proprietários de terra – irlandesas. Em 1835, O’Connell entra em acordo com o partido Whig inglês e procura dispersar as mobilizações; sob a pressão das massas, é obrigado a estabelecer a “Associação pela Revogação”, a qual ficou, novamente, sob seu comando, sendo utilizada, novamente, para buscar estabelecer compromissos políticos com as classes dominantes inglesas (MECW, 6, 694-5).

¹⁴² O discurso é assinado também por Engels.

O que isto quer dizer? Vejamos o que Marx diz a respeito e como isso se relaciona à questão irlandesa.

Em primeiro lugar, ele irá tratar do assunto central do discurso: o levante polonês de 1846. Saúda-o¹⁴³ por ter “conectado uma questão social com uma questão política” e, em seguida, especifica do que está tratando:

Os homens que lideraram o movimento revolucionário na Cracóvia estavam profundamente convencidos de que apenas uma Polônia democrática poderia ser independente e uma Polônia democrática seria impossível sem a abolição dos direitos feudais, sem o movimento agrário que transformaria os camponeses ligados à terra em proprietários livres, proprietários modernos. (MECW, 6, p. 549)

A questão está então esclarecida: a questão política – a conquista da democracia na Polônia, além de sua independência da Rússia – só teria uma solução se fosse pensada em conexão com a questão social, a abolição dos direitos feudais e a transformação dos servos em livres proprietários. A questão nacional não é tão importante, para ele, se abordada apenas de um ponto de vista político e, nesse sentido, “a revolução na Cracóvia, ao identificar a causa nacional com a causa democrática e com a emancipação das classes oprimidas, deu um exemplo glorioso para toda a Europa” (MECW, 6, p. 549). A autocracia russa ou a aristocracia polonesa seriam, ao fim e ao cabo, manifestações similares de despotismo¹⁴⁴ (MECW, 6, p. 549). Segundo ele, “foi assim que os alemães, em sua guerra contra o domínio estrangeiro, trocaram um Napoleão por trinta e seis Merrenichs”¹⁴⁵ (MECW, 6, p. 549).

Entretanto, onde entra a questão Irlandesa nesse debate? A referência é rápida, mas crucial. Marx afirma que o movimento polonês inspirara similares na Suíça, na Itália e na Irlanda! De certa forma, ao aproximar ambos os movimentos, Marx está indicando sua perspectiva para a luta irlandesa: era preciso vincular a luta por independência à consecução de uma revolução agrária. Assim, Marx não identifica automaticamente a luta por libertação nacional a um ideal emancipador. A nacionalidade pode ter, a depender de cada situação

¹⁴³ Embora tenha frisado não se tratar de um movimento comunista. Segundo ele, o comunismo preconiza a abolição das classes, de qualquer distinção de classe, enquanto que os revolucionários da Cracóvia lutavam para conseguir direitos iguais para as diferentes classes; abolir as diferenças políticas entre elas (MECW, 6, p. 545).

¹⁴⁴ “Se o nobre polonês não tem mais um nobre russo governando sobre ele, o camponês polonês ainda terá um senhor sobre si, mas um senhor livre, em vez de um escravo. Esta mudança política não alterará em nada sua posição social” (MECW, 6, p. 549).

¹⁴⁵ Referência aos resultados da luta germânica de 1813-15 contra o domínio de Napoleão. Como resultado, houve a vitória da aristocracia dos múltiplos estados germânicos o que ajudou a manter a fragmentação da Alemanha (MECW, 6, p. 704).

concreta, um conteúdo libertador ou não. É preciso ir ao concreto e analisar caso a caso¹⁴⁶. É por isso que Marx irá se distanciar do “partido estreitamente nacionalista” de Daniel O’Connell¹⁴⁷, que focava apenas na abolição da União entre Irlanda e Inglaterra e não ligava a questão política à social, e saudar o movimento mais radical chamado “Nova Irlanda”¹⁴⁸, o qual vinculava a luta por libertação nacional a demandas democráticas.

Este grupo possuía fortes ligações com os Cartistas ingleses e tentaria uma insurreição contra o domínio britânico em julho de 1848 – a qual acabaria sendo derrotada. Embora não tenha acompanhado estes eventos diretamente no momento em que ocorreram, Marx fará referência a eles no início de 1849, aproximando-os dos levantes da Europa Continental e explicitando uma avaliação positiva a seu respeito. Conforme os movimentos revolucionários do ano anterior iam dando sinais de esgotamento, Marx escreve sobre como as forças militares, leais aos antigos regimes, “uma vez mais saquearam, violaram e assassinaram na Polônia, na Itália e na Irlanda”, e, com isso, suprimia os movimentos por libertação nacional (MECW, 8, p. 214). Além disso, em “Salário, Trabalho e Capital”, de 05 de abril de 1849, Marx se refere à “submissão da Irlanda por meio da fome” (MECW, 9, p. 197) como uma expressão da luta de classes europeia entre burguesia e classe trabalhadora. Identifica com isso a luta nacional irlandesa – ao menos, aquela liderada pelos grupos mais radicais, como vimos acima – à luta da classe trabalhadora e a concede um caráter revolucionário. Nos escritos dos anos 1840, embora pouco sistemáticos, Marx afirma claramente ser favorável à independência da Irlanda, desde que essa fosse vinculada a um programa democrático e a uma mudança nas relações no campo.

Os artigos da década de 1850 apresentam análises mais substanciais da situação irlandesa (ANDERSON, 2010, p. 110). Nos primeiros anos, ele irá tratar de diversos tópicos, mas um, em especial, chama a atenção: a emigração forçada. Neste momento, Marx estabelece

¹⁴⁶ Em alguma medida, esta lição Marx deixa para o pós-colonialismo. Este procedimento está na base do método materialista marxiano e é assim que deve ser entendida a proposta de Gleary por “estudos pós-coloniais materialistas” (GLEARY, 2010, p. 121). Nos momentos em que não identifica uma luta social com conteúdo emancipador – ou em que não é capaz de identificar luta alguma, por insuficiência sua ou por uma questão conjuntural mais específica – Marx acaba recorrendo a teorizações anteriores, da *Ideologia Alemã* e do *Manifesto Comunista*. É o que observamos nos textos de 1853 sobre a Índia e a China. De certa forma, é a mudança na avaliação do potencial emancipatório das lutas chinesa e indiana que levará à apreciação menos eurocêntrica e teleológica, conforme vimos no capítulo anterior.

¹⁴⁷ Que representava a posição dos senhores de terra católicos (ANDERSON, 2010, p. 118).

¹⁴⁸ Na verdade, a referência de Marx é à “Irish Confederation”, movimento fundado em janeiro de 1847 por radicais e democratas que romperam com a “Repeal Association” (conferir nota 143 acima). A maior parte de seus membros pertencia ao grupo “Nova Irlanda”, formado em 1842 e que contava em suas fileiras com a parte mais intelectualizada e radical da burguesia irlandesa. Este grupo defendia um levante popular contra o domínio inglês e tentava combinar a luta pela independência irlandesa com a campanha por reformas democráticas. A Confederação Irlandesa cessa de existir com a derrota do levante de julho de 1848 (MECW, 6, p. 704-5).

um paralelo entre as situações vividas na Inglaterra, na Escócia e na Irlanda, não obstante reconheça que esta última seja responsável por cerca de quatro quintos de toda a emigração observada entre 1847 e 1852 (MECW, 11, p. 529). Aliás, se por um lado o filósofo aproxima os três casos, por outro deixa claro que eles ocorrem em momentos distintos no tempo; numa linha do tempo imaginária, a Inglaterra teria passado por esse processo primeiro, seguida pela Escócia e, no momento em que escrevia, pela Irlanda:

O processo de limpeza de propriedades na Escócia, que acabamos de descrever, foi realizado na Inglaterra nos séculos XVI, XVII e XVIII. Thomas Morus já se queixa disto no início do século XVI. O mesmo processo foi realizado na Escócia no início do século XIX e está em pleno progresso na Irlanda neste momento.¹⁴⁹ (MECW, 11, p. 493)

Marx descreve o processo em artigos de 08 de fevereiro e de 22 de março. Não nos interessa aqui recuperar sua descrição em detalhes, mas apreender como ele o compreende. Para o autor, a emigração compulsória é “produzida pelo sistema de latifúndio, concentração de fazendas, aplicação de tecnologia no solo e introdução, em grande escala, do moderno sistema de agricultura” (MECW, 11, p. 530). A modernização do campo, a concentração em grandes propriedades para o pasto, a mecanização, etc. expulsam os trabalhadores rurais para a cidade, onde eles irão servir de mão de obra barata para a indústria, o processo clássico ocorrido na Inglaterra: “na Grã-Bretanha o funcionamento deste processo é o mais transparente. A aplicação da ciência moderna à produção limpa a terra de seus habitantes e concentra as pessoas nas cidades manufatureiras”¹⁵⁰ (MECW, 11, p. 531).

Assim, diferentemente de outros casos de emigração observados na história,

Aqui não é apenas a necessidade de força produtiva que cria uma população excedente, mas sim o aumento da força produtiva que demanda uma diminuição da população e afugenta o excesso pela fome ou emigração. Não é a população que pressiona a força produtiva, é a força produtiva que pressiona a população. (MECW, 11, p. 531)

Em outras palavras, o desenvolvimento das forças produtivas, etc. exige uma diminuição da população que é morta pela fome ou “expulsa” pela emigração. A armação teórica que está despontando aqui é a mesma de *A Ideologia Alemã*, do *Manifesto* e dos textos

¹⁴⁹ Inclusive, uma personagem recorrente do capítulo anterior, Lord Palmerston, aparece novamente neste momento, uma vez que “alguns anos atrás, tirou todos os homens de sua propriedade na Irlanda” (MECW, 11, p. 493).

¹⁵⁰ Marx irá voltar a este tema no capítulo sobre a acumulação originária em *O Capital*.

de 1853 sobre a Índia e a China – não por acaso, são artigos do mesmo ano. Marx apressa-se em dizer que não concorda com a avaliação da economia política burguesa:

Agora, eu não compartilho nem das opiniões de Ricardo, que considera a “receita líquida” uma espécie de Moloch para quem populações inteiras precisam ser sacrificadas, sem nem ao menos se queixar, nem da opinião de Sismondi, quem, em sua filantropia hipocondríaca, reteria, à força, os métodos obsoletos de agricultura e proibiria a ciência da indústria, como Platão expeliu poetas de sua República. (MECW, 11, p. 531)

A referência aqui é anterior. Em artigo de 01 de novembro de 1852, o filósofo comenta ironicamente a afirmação do presidente da Câmara de Comércio britânica de que a Grande Fome¹⁵¹ e a consequente emigração, dentre outros fatores, haviam reduzido o pauperismo: “devemos confessar que ‘a fome’ é um remédio tão radical contra o pauperismo quanto o arsênico contra os ratos” (MECW, 11, p. 357). Em seguida, em texto de 22 de março de 1853, no *Tribune*, Marx cita afirmações do *The London Economist*, aproximando-as da economia política ricardiana

“A partida do excesso populacional da Irlanda e das Terras Altas da Escócia é uma preliminar indispensável para qualquer tipo de melhora [...]. A receita da Irlanda não diminuiu em nenhum grau devido à fome de 1846-47, ou pela emigração ocorrida desde então. Pelo contrário, sua receita líquida chegou, em 1851, a £4.281.999, sendo cerca de £184.000 maior do que em 1843”. (Citado em MECW, 11, p. 529)

[...]

Comece pauperizando todos os habitantes do país e quando não houver mais lucro para tirar deles, quando eles se tornarem um fardo na receita, expulse-os e calcule sua receita líquida! Esta é a doutrina estabelecida por Ricardo em seu celebrado trabalho *O Princípio da Economia Política*. Sendo os lucros anuais de um capitalista no valor de £2,000, o que importa, para ele, se ele emprega 100 ou 1000 homens? “A renda de uma nação não é similar?” se pergunta Ricardo. A renda real líquida de uma nação, com aluguéis e lucros constantes, não leva em consideração se é derivada de 10 ou 12 milhões de pessoas.

¹⁵¹ Entre 1845 e 1847, a Irlanda viveu uma verdadeira catástrofe social, levando à morte mais de um milhão de pessoas. Uma peste contaminou as plantações de batata – item essencial para a dieta irlandesa – o que causou uma grande escassez do alimento. Entretanto, esta foi apenas parte do problema. Em seu cerne encontra-se a situação de dependência da Irlanda para com a Inglaterra: os proprietários de terra, em sua maioria ingleses, continuaram exportando a maior parte da comida produzida na Irlanda para seu país de origem, condenando a camada mais pobre da população à inanição. Como resultado, enormes áreas foram despovoadas e a terra abandonada foi transformada em pasto para os senhores de terra. Ao final, a população fora reduzida de 8 para 5 milhões (MECW, 12, p. 646).

Sismondi, em seu *Nouveaux Principes d'Économie Politique*, responde que, de acordo com esta perspectiva, a nação inglesa não se interessaria no desaparecimento de toda sua população, o Rei [...] ficando sozinho no meio da ilha, supondo apenas que a maquinaria automática lhe permitisse obter o montante de receita líquida hoje produzida por uma população de 20 milhões. Na verdade, esta entidade gramatical “a riqueza nacional” não seria diminuída com o desaparecimento da população. (MECW, 11, p. 529)

Embora tome todos esses cuidados, Marx parece retornar à economia política burguesa e à teoria da história teleológica de Hegel. Vejamos como ele apreende, teoricamente, a expulsão dos trabalhadores do campo. Marx afirma que o processo é como uma revolução, “uma revolução silenciosa [...] que não toma mais conhecimento das existências humanas que destrói que o terremoto quando traz as casas abaixo” (MECW, 11, p. 531). Os termos são muito próximos à descrição dos efeitos da colonização britânica na Índia – a única revolução social já vista na região, uma força inconsciente da história, etc. Prossegue: “as classes e as raças, muito fracas para dominar as novas condições de vida, devem ceder” (MECW, 11, p. 531) – como quando lamenta os crimes britânicos na Índia, mas afirma que eles precisavam acontecer. De fato, parece que Marx retorna, novamente, à teorização histórica anterior: embora terrível, a emigração forçada e a fome teriam de acontecer. São fatos históricos necessários para o progresso da humanidade. É neste ponto, exatamente, que Marx discorda da economia burguesa: “aqueles economistas que acreditam com toda a seriedade que este péssimo estado transitório não significa senão adaptar a sociedade às propensões aquisitivas dos capitalistas”, pois, para Marx, o processo não para aí, ele deve continuar. A justificativa em última instância reaparece, uma vez que o capitalismo é visto como etapa anterior necessária do comunismo.

Marx relembra que o campesinato é “o elemento mais conservador e estacionário da sociedade moderna” (MECW, 11, p. 531). De certa forma, ele deve perecer para dar lugar ao novo, o proletariado industrial, o qual “pelo funcionamento da produção moderna, se encontra reunido em poderosos centros, ao redor de grandes forças produtivas, cuja história de criação tem sido, até agora, a martirologia dos trabalhadores” (MECW, 11, p. 531). Aqui se encontra a chave para compreender a visada marxiana deste momento. Todo esse processo aponta para o surgimento de uma nova classe, aquela revolucionária por excelência. Marx então se pergunta, quem deterá o processo revolucionário: “quem irá impedi-los de ir um passo além e se apropriar dessas forças, as quais foram apropriadas deles anteriormente? Onde haverá poder para resistir a eles? Em lugar algum!” (MECW, 11, p. 532). Ao deixar o terreno das lutas

concretas, espaço da indeterminação histórica por excelência, Marx precisa apelar para o determinismo idealista.

As modernas mudanças na arte da produção quebraram, de acordo com os próprios economistas burgueses, o antiquado sistema da sociedade e seus modos de apropriação. Eles expropriaram os clãs escoceses, os inquilinos e camponeses irlandeses, os pequenos proprietários ingleses, os trabalhadores manuais, inteiras gerações de crianças e mulheres nas fábricas, eles irão expropriar, no tempo certo, o senhorio e o senhor do algodão (MECW, 11, p. 532).

Há, porém, uma outra linha de força a percorrer estes textos – uma que irá desaguar, ao fim e ao cabo, na mudança de posição marxiana a respeito da possível resolução da situação na Irlanda. Trata-se de um ponto de vista que observa a luta social em seu desenrolar concreto e procura apreender suas tendências reais. Levando em consideração as tensões no campo irlandês e colocando em contraste os movimentos pela anulação da União, dos anos 1840, com aqueles pelos direitos dos pequenos arrendatários pós-Grande Fome, Marx publica artigo no *Tribune* de 23 de fevereiro de 1853, onde lemos que:

A agitação pela Revogação era um movimento meramente político e, por isso, o clérigo católico pode usá-lo [...]. A campanha pelo Direito dos Arrendatários é um movimento social profundamente enraizado, o qual, em seu curso, irá produzir uma cisão categórica entre a Igreja e o partido revolucionário irlandês e, com isso, emancipar o povo de sua servidão mental que frustrou todos os seus esforços, sacrifícios e lutas de séculos. (MECW, 11, p. 505)

O paralelo entre os dois movimentos e a preferência clara pelo segundo remete à discussão do início da seção: para ele, o movimento pelo direito dos arrendatários é mais enraizado socialmente, visto que traz em seu cerne uma questão social: o direito à terra. Como contraste, o movimento pela revogação da União – “*the Repeal agitation*” – possui uma bandeira apenas política e, nesse sentido, podia ser mais facilmente cooptado por algum setor da classe dominante, em especial a Igreja católica. O filósofo vê com entusiasmo a possibilidade de que o primeiro quebre a influência do segundo e tome a dianteira na luta pela libertação da Irlanda. Até aqui, Marx enxerga a questão de um ponto de vista excessivamente interno; não obstante reconheça a relação de dependência em que se encontra a Irlanda, quando aborda a luta por libertação nacional parece que o que está em jogo é uma luta de classes nacional, apenas. Outro exemplo é em artigo de 15 de março:

Fiz alusão, em artigo anterior, à probabilidade que a campanha pelo direito dos arrendatários se torne, com o tempo, um movimento anti-clerical, a despeito

das opiniões e intenções de seus líderes atuais. Expus o fato de que o alto clero já havia começado a tomar uma atitude hostil contra a Liga. Desde então, outra força entrou em campo para pressionar o movimento na mesma direção. Os senhores de terra do norte da Irlanda se esforçam para persuadir seus inquilinos de que a Liga dos Inquilinos e a Associação Católica de Defesa são idênticas e trabalham para estabelecer uma oposição ao primeiro, sob o pretexto de resistir ao Papado. (MECW, 11, p. 524)

Alguns meses depois, o alemão irá aprofundar sua análise da estrutura de classes da Irlanda rural em um artigo para o *Tribune* de 11 de julho de 1853 intitulado “The Indian Question – Irish Tenant Right”. O contexto do artigo é a discussão no parlamento em torno de uma lei que amenizasse a difícil condição dos arrendatários na Irlanda, a qual motivou o surgimento do movimento acima referido. O projeto de lei incluía “uma provisão que, para as melhoras feitas no solo e separáveis destes, o inquilino deve ter, ao fim de seu contrato de aluguel, uma compensação em dinheiro” (MECW, 12, p. 157). Aqui, Marx observa o grande poder dos senhores de terra – em sua maioria ingleses (ANDERSON, 2010, p. 120) – que possuíam o direito de aumentar os aluguéis a seu bel-prazer, além de poder expulsar os arrendatários que trabalhavam em suas terras com grande facilidade. O que ocorria normalmente – e o projeto de lei visava a combater isto – era mais ou menos o seguinte: o inquilino melhorava a terra do proprietário, “seja pela irrigação, drenagem, adubo, ou indiretamente pela construção de estruturas para propósitos agrícolas” (MECW, 12, p. 157). Após isto, o proprietário aumentava o valor do aluguel, deixando ao inquilino duas opções: ou ele aceitava o aumento e, com isso pagava juros por seu próprio dinheiro (MECW, 12, p. 157); ou resistia, no que resultaria uma provável expulsão e substituição por outro inquilino. Marx resume assim este processo:

Uma classe de proprietários ausentes obteve a permissão para embolsar não apenas o trabalho, mas também o capital de gerações inteiras de camponeses irlandeses, cada uma afundando ainda mais na escala social e afundando na exata proporção dos esforços e sacrifícios feitos para melhorar as condições suas e de suas famílias. Se o inquilino era empreendedor e habilidoso, era taxado em decorrência de seus empreendimentos e habilidades. Se, pelo contrário, ele era inerte e negligente, acaba sendo censurado pelos “defeitos aborígenes da raça Celta”¹⁵². O inquilino, portanto, não tinha alternativa a não ser tornar-se um pobre – pauperizar-se por sua habilidade, ou pauperizar-se

¹⁵² Importante notar uma clara crítica de Marx ao discurso racista muito em voga na época de que a “raça celta” seria preguiçosa ou menos evoluída que a anglo-saxã.

pela negligência. Para se opor a este estado de coisas, o “Direito do Inquilino” – *Tenant Right* – foi proclamado na Irlanda – um direito do inquilino, não ao solo, mas às melhoras do solo realizadas às suas custas e cobranças. (MECW, 12, p. 158)

Essa situação é possível, observa Marx, pois na Irlanda existe uma pequena classe que monopoliza a propriedade da terra e uma grande classe de arrendatários com pequenas quantias e que não têm outra possibilidade de investimento além da terra. Tornam-se, assim, “inquilinos-à-vontade” (*tenants-at-will*) (MECW, 12, p. 158), uma forma de arrendamento herdada da Idade Média, que não garantia um período determinado para o aluguel da terra. Sob este regime, o contrato entre o arrendatário e o proprietário poderia ser quebrado ou modificado pelo proprietário a qualquer momento, “dependendo de seu desejo” (MECW, 12, 657).

Aqui a discussão ganha contornos mais interessantes, pois Marx ressalta a interferência da Inglaterra no processo, adicionando ao conflito de classes irlandês um componente internacional:

A Inglaterra subverteu as condições da sociedade irlandesa. No início, confiscou a terra; depois, suprimiu a indústria pelos “atos parlamentares”¹⁵³, e, finalmente, quebrou a energia ativa pela força armada. E, assim, a Inglaterra criou estas abomináveis “condições da sociedade” que permitem que uma pequena casta predatória de senhores de terra dite ao povo irlandês os termos segundo os quais é permitido deter a terra e viver com ela. Fracos demais para revolucionar estas “condições sociais”, o povo apelou ao parlamento, exigindo ao menos sua mitigação e regulação. (MECW, 12, p. 159)

A proposta de lei, porém, foi recebida por uma forte oposição das classes proprietárias¹⁵⁴ (ANDERSON, 2010, p. 121). Para argumentar contra os proprietários de terra, Marx lançou mão de referências inusitadas: Ricardo e Herbert Spencer – este, inclusive, “pretendendo ser uma refutação completa do Comunismo e reconhecido como a doutrina mais elaborada a respeito do Livre Comércio da Inglaterra moderna” (MECW, 12, p. 161). Após descrevê-los como homens sem inclinações comunistas, Marx expôs como os dois pensadores põem em questão os direitos de grandes proprietários. De acordo com Marx, Ricardo teria atacado “o monopólio da terra de uma forma mais despretensiosa – e, ainda assim, mais

¹⁵³ Após a União de 1801, o parlamento britânico retirou as medidas protecionistas que garantiam a existência de uma incipiente indústria na Irlanda. Como resultado, ocorreu o colapso de empresas locais, incapazes de competir com a indústria britânica, o que levou a transformação da Irlanda em uma espécie de extensão rural da Inglaterra (MECW, 12, p. 656).

¹⁵⁴ Após dois anos de debates, o projeto foi rejeitado.

científica – e, por isso, mais perigosa” (MECW, 12, p. 160); assim, para o economista britânico, sustenta Marx, a propriedade privada na terra

era uma relação bastante supérflua e incoerente com toda a estrutura da produção moderna; a expressão econômica dessa relação, o aluguel da terra, poderia, com grande vantagem, ser apropriada pelo Estado; e, finalmente, que o interesse do senhorio se opunha ao interesse de todas as outras classes da sociedade moderna. (MECW, 12, p. 160-61)

Já Spencer, em seu *Social Statics*, afirmou que

“ninguém [...] pode usar a terra de tal forma que impeça o resto de também usá-la. [...] Igualdade, por isso, não permite a propriedade da terra, ou o resto viveria na terra apenas por sofrimento. Os homens sem terra podem equitativamente ser expulsos de toda a terra [...] não se pode jamais pretender que os títulos existentes para tais propriedades são legítimos. [...] o direito da humanidade inteira à superfície terrestre ainda é válido; não obstante todos os atos, costumes e leis. [...] é impossível descobrir qualquer modo pelo qual a terra possa se tornar propriedade privada. [...] nós negamos diariamente o senhorio em nossa legislação. É necessário fazer um canal, uma ferrovia ou uma estrada de viragem? Nós não hesitamos em nos apropriar dos hectares necessários. [...] não aguardamos consentimento [...]. A mudança necessária seria apenas uma mudança de proprietário [...]. Em vez de ser posse de indivíduos, o país seria possuído pela grande pessoa coletiva – a sociedade. Em vez de arrendar seus hectares de um proprietário isolado, o fazendeiro os arrendaria de toda a nação. Em vez de pagar seu aluguel ao corretor de Sir John, ou Sua Graça, ele pagará ao corretor ou delegado da comunidade. Os administradores seriam oficiais públicos, ao invés de privados, e a locação a única propriedade da terra. [...] levada às últimas consequências, uma reivindicação para posse exclusiva do solo envolve o despotismo do possuidor de terras.” [Pp. 114-16, 122-23, 125.] (citado por Marx; MECW, 12, p. 161-2).

Assim, o alemão conclui que, mesmo do ponto de vista da economia política burguesa, o direito à terra na Irlanda não pertence ao proprietário inglês, mas aos arrendatários e trabalhadores irlandeses (MECW, 12, p. 162). Nos outros artigos de 1853, as referências à Irlanda rareiam, tornando-se ocasionais. Em 12 de agosto, publica artigo no qual questiona a visão otimista da imprensa inglesa sobre a situação dos trabalhadores irlandeses. Utiliza-se de estatística a respeito do número de ingressos em instituições de doença mental para sustentar a degradação da classe trabalhadora irlandesa: “se o povo irlandês está melhorando socialmente na velocidade alardeada, como que, por outro lado, a insanidade tem avançado tanto entre eles

desde 1847 e, especialmente, desde 1851?” (MECW, 12, p. 226). Alguns meses depois, no início de 1854, o pensador irá dedicar algumas páginas de um artigo no *Tribune* para discutir a atuação da *Irish Brigade*, fração irlandesa do parlamento inglês¹⁵⁵. Retomando a atuação da brigada nos anos 1830 e 1840, Marx não poupa críticas às alianças estabelecidas com a classe dominante britânica, concluindo que “com todo este poder para determinar o ministério, a Brigada nunca impediu qualquer infâmio contra seu próprio país, nem qualquer injustiça ao povo inglês” (MECW, 12, p. 611).

Após quase dois anos sem abordar o assunto, Marx retorna em artigo no *Neue Oder-Zeitung* intitulado “Ireland’s Revenge”, de 16 de março de 1855 (MECW, 14, p. 78-80). Nele, Marx aborda as mudanças econômicas e sociais após a Grande Fome. Discute, novamente, a atuação política da brigada irlandesa, ressaltando, como antes, o acordo feito entre seu líder, O’Connell, e o partido Whig: “[...] o ministério Whig garantiu patrocínio governamental na Irlanda para O’Connell e O’Connell, em troca, prometeu ao ministério Whig o voto da Brigada Irlandesa no parlamento” (MECW, 14, p. 78). Tal situação, afirma, não se limitava à figura pessoal de O’Connell, pois se sustentava no “estado geral das coisas”: “os Tories e os Whigs, os grandes partidos tradicionais do parlamento inglês, estavam mais ou menos equilibrados. Assim, não é surpreendente que [...] frações numericamente pequenas [...], [como] a Brigada Irlandesa, desempenhasse um papel decisivo e pudesse virar a balança” (MECW, 14, p. 78-9). No entanto, após a Grande Fome, com a saída de cena de O’Connell e a diminuição da capacidade de mobilização popular em torno da questão da Revogação – aliadas à resolução, ao menos parcial, da questão católica –, levaram a um resultado inusitado: para serem eleitos, os políticos irlandeses precisava fazer o que “O’Connell havia sempre evitado e se recusado a fazer, isto é, mirar a causa real da doença irlandesa e fazer das relações de propriedade da terra e de sua reforma o slogan eleitoral, um slogan que os ajudaria a entrar na Casa dos Comuns” (MECW, 14, p. 79).

Ainda que, após eleitos, tais políticos – normalmente ligados às classes proprietárias irlandesas – apenas usassem as demandas populares como moeda de troca com os Whigs (antes a bandeira da Revogação, agora a dos direitos dos arrendatários), ao menos agora o problema real estava posto em evidência. O filósofo volta, ainda, à questão agrária na Irlanda, já tratada

¹⁵⁵ Até 1847, este grupo fora liderado por Daniel O’Connell e, por vezes, desempenhou papel importante na resolução de disputar parlamentares, uma vez que nem Tories, nem Whigs alcançavam clara maioria parlamentar. No início dos anos 1850, há um racha neste grupo e uma parte irá se juntar à Liga pelos direitos dos arrendatários, a *Irish Tenant-Right League*, grupo mais radical e ligado à base do movimento popular irlandês. Dessa aliança, surgirá a Oposição Independente a qual, porém, será fortemente combatida pelos membros da brigada irlandesa e acabará por se dissolver em 1859.

em artigos de dois anos antes. Marx observa que “na mesma medida em que a influência irlandesa na esfera *política* cresce na Inglaterra, a influência celta na esfera *social* decresce na Irlanda” (MECW, 14, p. 80 – grifos no original). Ou seja, a estrutura social irlandesa está sendo “radicalmente transformada por uma revolução anglo-saxã. No decorrer desta revolução, o *sistema agrícola irlandês está sendo substituído pelo sistema inglês, o sistema de pequena propriedade pelo latifúndio, e o moderno capitalista está substituindo o antigo proprietário*” (MECW, 14, p. 80 – grifos no original).

Por trás dessas mudanças, afirma, estariam: a Grande Fome, que resultou na morte de cerca de um milhão de irlandeses; a emigração para EUA e Austrália, que levou cerca de outro milhão e continua a levar milhares de irlandeses; a experiência de derrota da insurreição de 1848 “que finalmente destruiu a fé irlandesa em si mesma” (MECW, 14, p. 80); e, por fim, o “*Encumbered Estates Act*”, que permitiu a extrema concentração de terra (MECW, 14, p. 718). Neste texto, a descrição da “revolução anglo-saxã” no campo irlandês não parece ser positiva, nem necessária; fica no ar a sensação de que a base social para uma revolução nacional estaria enfraquecendo, em especial quando Marx descreve o efeito que teve a insurreição de 1848 no estado de espírito dos nacionalistas irlandeses.

Alguns meses depois, em setembro, Marx escreve um texto em homenagem a Feargus O’Connor, líder cartista irlandês. Comentando este escrito, o sociólogo estadunidense Kevin Anderson observa que: “Marx se atenta para as conexões mais amplas entre os movimentos democrático, trabalhista e socialista por libertação nacional na Irlanda” (ANDERSON, 2010, p. 122). Além disso, Anderson menciona uma famosa carta de Engels, de 23 de maio de 1856, na qual o companheiro de Marx afirma que “A Irlanda pode ser considerada a primeira colônia britânica e uma que, devido a sua proximidade, ainda é governada da mesma forma que antes; [...] a suposta liberdade do cidadão inglês está baseada na opressão das colônias” (MECW, 40, p. 49). Na mesma toada, ressalta os efeitos da fome e da emigração que despovoaram o país: “os campos estão vazios até mesmo de gado; o interior do país está deserto, e não é desejado por ninguém” (MECW, 40, p. 50). Por fim, conclui que as guerras de conquista inglesa, datando de 1169 até o presente, “arruinaram completamente o país” (MECW, 40, p. 50); como consequência, os irlandeses “não mais se sentem em casa em seu próprio país. *Irlanda para os Saxões!* Isto está se tornando uma realidade. [...] a emigração irá continuar até que a predominantemente, de fato quase exclusiva, natureza celta da população tenha desaparecido” (MECW, 40, p. 50). É importante trazer esta visão, pois aqui ficam claro alguns aspectos que serão importantes na análise marxiana dali em diante: o caráter colonial da situação Irlandesa; a responsabilidade da Inglaterra na situação difícil em que se encontrava o país; o fato de a

liberdade dos cidadãos ingleses deitar raízes na situação irlandesa; a progressiva “anglo-saxização” da Irlanda, etc. Assim, fica claro que a questão irlandesa é cada vez mais “internacionalizada” para nosso autor.

Em 11 de janeiro de 1859, após novo intervalo de quase três anos, Marx publica no *Tribune* “The Excitement in Ireland” (MECW, 16, p. 134-8), no qual descreve uma caça às bruxas britânica contra o que imaginava serem conspiradores nacionalistas. Neste texto, nosso autor irá descrever com acuidade a crescente estrutura repressiva criada pela Inglaterra: por meio de informantes pagos, espiões, grande aparato policial, etc., o novo governo inglês conseguiu transformar a Irlanda em um “estado de sítio” (MECW, 16, p. 135). Embora Marx ainda não soubesse – e, conseqüentemente, o tom do artigo trazia certa ironia condescendente a respeito do espírito repressivo britânico, quase como se o novo governo caçasse fantasmas inventados por ele mesmo (ANDERSON, 2010, p. 123) –, estava se formando então um novo movimento clandestino revolucionário, os Fenianos, que desempenhariam importantíssimo papel nos acontecimentos vindouros¹⁵⁶. Como relata o historiador irlandês Peter Berresford Ellis (1996, p. 130),

Os Fenianos, ou melhor, a Irmandade Republicana Irlandesa, nasceu em 17 de março de 1858 em uma reunião em Dublin. Era um movimento revolucionário secreto, dedicado a derrubar o domínio inglês na Irlanda pela força e estabelecer uma República irlandesa.

Contudo, os escritos das décadas de 1840 e 1850 não conformam mais que anotações dispersas e pouco sistemáticas. Ainda assim, podemos distinguir algumas características em comum nos textos mencionados:

- (i) Há um claro apoio à luta nacional irlandesa. Entretanto, este apoio vinha sempre acompanhado de recomendações para que os revolucionários irlandeses dessem mais atenção à dinâmica interna da luta de classes da sociedade irlandesa – mais especificamente, Marx demandava uma atenção maior aos conflitos no campo apontando inclusive que parte da classe proprietária era irlandesa e não britânica (ANDERSON, 2010, p. 123). Colocava-se, com isto, uma oposição ao nacionalismo católico de O’Connell, muito influente nas classes altas irlandesas;

¹⁵⁶ Ainda sem conhecimento exato da situação, Marx descreve, com desânimo, o que parecia ser um movimento já derrotado: “Atualmente, não existem sociedades secretas na Irlanda, exceto as sociedades agrárias. Acusar a Irlanda de produzir tais sociedades seria tão judicioso quanto acusar a floresta de produzir cogumelos” (MECW, 16, p. 137).

- (ii) Podemos distinguir, também, um certo apelo à união entre os revolucionários irlandeses e os trabalhadores britânicos organizados no Cartismo. Para sustentar tal união, basta lembrar que os Cartistas foram desde o início contrários à União entre Inglaterra e Irlanda, além do fato de dois irlandeses – Feargus O'Connor e Bronterre O'Brien – terem servido como importantes líderes Cartistas (ibid., p. 123). Notamos aqui certo apelo contraditório; embora Marx – em especial nos textos da segunda metade dos anos 1850 – observasse a influência da Inglaterra na difícil situação irlandesa e exaltasse a possibilidade de vínculos entre a luta irlandesa e a dos trabalhadores ingleses, suas análises dedicadas especificamente à Irlanda pareciam ignorar os vínculos internacionais que envolviam a questão;
- (iii) Por fim, Marx ressaltou a presença de trabalhadores irlandeses na Inglaterra, tanto como sinal das péssimas condições de vida na Irlanda, que forçavam a migração, quanto da pressão que isto significava para os salários na própria Inglaterra. Assim, tanto na Irlanda quanto na Inglaterra a péssima situação do camponês irlandês servia para ilustrar, na perspectiva marxiana, os resultados das relações sociais capitalistas. Neste sentido, afirma também que o domínio britânico na Irlanda prova que o Estado inglês poderia ser tão repressivo quanto os regimes continentais de Bonaparte na França ou Frederico Guilherme na Prússia (ibid., p. 124).

Porém, como vimos, a ausência de movimentos irlandeses que animassem seu espírito – à exceção daquele pelos direitos dos arrendatários, o qual, apesar de tudo, não se massificou e não logrou ganhos concretos – leva Marx a uma análise em grande medida pessimista da situação irlandesa. Ao inserir a Irlanda em sua narrativa pré-formulada a respeito dos desenvolvimentos históricos gerais, a ruralização da Irlanda parecia desempenhar um papel no desenvolvimento do capitalismo britânico (ibid., p. 124) que não poderia ser descartado de antemão. O avanço da modernização capitalista no campo irlandês, seguido necessariamente pela expulsão e morte de grandes contingentes populacionais, embora terrível de um ponto de vista humano, parecia necessário para fazer avançar a história. O que Marx parece não enxergar nesse momento é que a situação evoluirá não para uma revolução dos trabalhadores, mas para um beco sem saída. Perceber com exatidão os impasses da situação irlandesa será imprescindível para as perspectivas marxianas dos anos seguintes.

3.2. TEXTOS SOBRE A IRLANDA DURANTE A DÉCADA DE 1860 E A VIRADA EM 1867

Marx se dedicou à Irlanda em *O Capital* em inúmeras passagens; no entanto, dado que nosso objeto neste trabalho não são os textos predominantemente teóricos, nos concentraremos naqueles escritos mais políticos, de intervenção pública. É de se notar, então, que após a publicação do primeiro volume de sua obra magna, em 1867, Marx se tornou cada vez mais envolvido na questão irlandesa, em especial em sua atuação na Internacional. Nos dedicaremos em mais detalhes a este período na próxima seção. Aqui, trataremos das intervenções de Marx sobre a questão irlandesa desde a fundação da Internacional até a publicação de *O Capital*, incluindo seus textos no fatídico ano de 1867. Na mensagem inaugural da Primeira Internacional¹⁵⁷, de 1864, Marx refere-se à Irlanda em duas passagens. No início do texto, ele lembra que a forte expansão da economia britânica a partir dos anos 1840 não melhorou a condição de miséria em que se encontravam as massas trabalhadores (MECW, 20, p. 5). O primeiro exemplo que usa é o do povo da Irlanda, “gradualmente substituído por máquinas no Norte e por pastos para ovelha (*sheep-walks*) no Sul, embora mesmo as ovelhas, naquele infeliz país, estejam diminuindo, ainda que a uma taxa menor que a de pessoas” (MECW, 20, p. 5). Mais à frente, menciona como Palmerston conseguiu “reprimir (*put down*) os defensores da lei dos direitos dos arrendatários (*Irish Tenants Right Bill*). A Casa dos Comuns, exclamou, é a casa dos proprietários de terra (*landed proprietors*)” (MECW, 20, p. 12).

Nestes anos, o movimento feniano havia crescido consideravelmente, tanto na Irlanda, quanto entre imigrantes irlandeses na Inglaterra e nos EUA. Em 1865, o jornal feniano *The Irish People* defendia uma revolta agrária como a base para a revolução nacional:

[...] Nós não fazemos apelos à aristocracia [...] que são as ferramentas conscientes do governo estrangeiro, cuja política é massacrar o povo, ou tratá-lo como vermes nocivos do solo (*like noxious vermin from the soil*). As pessoas devem se salvar. Precisamos de algo mais do que uma insurreição bem-sucedida – e o que seria isto? Uma revolução completa (*entire revolution*) que irá restaurar o país a seus devidos donos – e quem são estes? O povo. [...]. (citado em ANDERSON, 2010, p. 124)

¹⁵⁷ A Internacional foi fundada em um encontro em 28 de setembro de 1864, no St. Martin's Hall em Long Acre, Londres. Foi organizada por líderes sindicais londrinos em associação com um grupo de trabalhadores parisienses proudhonistas, representantes da Alemanha, Itália e outros trabalhadores estrangeiros que vivam em Londres, além de um número considerável de emigrados democráticos europeus.

Além disso, este grupo de revolucionários se colocava diretamente contra a influência do clero católico: “nossa única esperança é a revolução, mas a maior parte dos bispos e do clero são contra a revolução” (citado em ANDERSON, 2010, p. 125). Foi em 1867, porém, que a luta irlandesa pareceu explodir. Anderson relata da seguinte maneira os acontecimentos:

Em março, tropas de assalto britânicas esmagaram um levante de camponeses irlandeses parcamente armados, liderados pelos Fenianos. Em Manchester, a 11 de setembro, os britânicos capturaram e prenderam dois líderes Fenianos, Thomas Kelly e Timothy Deasy. Em 18 de setembro, outros membros do grupo armaram uma emboscada, libertando ambos os detidos. Um sargento da polícia britânico morreu em decorrência de ferimentos sofridos durante o confronto. [...] Kelly e Deasy conseguiram escapar para os Estados Unidos, mas a polícia fez uma batida (*swooped down*) na comunidade irlandesa em Manchester, prendendo dezenas e, por fim, levando a julgamento por homicídio cinco homens. Três deles – os “mártires de Manchester”, William Allen, Michael O’Brien e Michael Larkin – foram enforcados publicamente em 23 de novembro, enquanto uma multidão bêbada (*a drunken mob*) celebrava. [...] Setores da esquerda britânico e do movimento trabalhista condenaram fortemente o julgamento, ressaltando a ausência de evidências. Eles expressaram ainda maior consternação (*greater outrage*) com as execuções. (ANDERSON, 2010, p. 125-6)

Em 27 junho de 1867, Marx escreve uma carta a Engels, na qual menciona estar “bastante enojado” pelas deploráveis condições a que eram submetidos os fenianos detidos em prisões britânicas (MECW, 42, p. 394). Em 02 de novembro, escreve que “eu busquei, por todos os meios à disposição, incitar os trabalhadores ingleses a protestarem a favor do Fenianismo”¹⁵⁸ (MECW, 42, p. 460). Além disso, resalta como suas visões a respeito da luta irlandesa estavam se modificando: “eu já acreditei que a separação entre a Irlanda e a Inglaterra fosse impossível. Agora eu a considero inevitável, embora a federação possa se seguir à separação” (MECW, 42, p. 460)¹⁵⁹. Referindo-se a uma nova série de expulsões de

¹⁵⁸ Durante as investigações e o julgamento, o Conselho Geral da Internacional organizou, sob iniciativa de Marx, uma ampla campanha, junto à classe trabalhadora inglesa, em apoio aos prisioneiros e à libertação nacional da Irlanda (MECW, 42, p. 658).

¹⁵⁹ Segundo Lim, trata-se de uma “conversão copernicana”, por meio da qual “Marx chegou à compreensão de que o colonialismo inglês destruiu a indústria nativa da Irlanda, em vez de considerar, como fazia antes, que ele havia provido a base material para o desenvolvimento capitalista” (LIM, 1992, p. 168).

arrendatários na Irlanda, acrescenta que “em nenhum outro país europeu o domínio estrangeiro tomou esta forma de expropriação direta dos nativos” (MECW, 42, p. 461), destacando a ferocidade do domínio britânico e sua excepcionalidade, mesmo quando comparado à situação na Rússia e na Prússia (MECW, 42, p. 461).

A reunião do Conselho Geral da Internacional de 19 de novembro de 1867, a respeito da “questão Feniana”, mostrou uma ampla maioria pró-Irlanda (ANDERSON, 2010, p. 127). Para a reunião seguinte, de 26 de novembro, Marx preparou um discurso a ser lido em plenário; apesar de não ter se pronunciado naquele dia – ele escreve em carta a Engels de 30 de novembro que, dadas as execuções em Manchester¹⁶⁰, “a questão do Fenianismo estava fortemente influenciada (*was bound up with*) pelas paixões e emoções do momento, as quais teriam *me* levado [...] a desferir um raio revolucionário, ao invés da desejada análise objetiva da situação [...]” (MECW, 42, p. 485) – as notas preparadas sobreviveram. Nelas, podemos ler que “fenianismo entrou numa nova fase. Foi batizado em sangue pelo governo inglês. As execuções políticas em Manchester nos lembram do destino de John Brown no Harpers Ferry. Elas abrem um novo período da luta entre a Irlanda e a Inglaterra” (MECW, 21, p. 189).

Após a introdução, Marx dedica considerável atenção à questão da terra; ressalta a conexão entre a emigração e a concentração das propriedades fundiárias, mostrando dados a respeito da diminuição populacional na Irlanda: “o processo foi causado e permanece em funcionamento em uma escala cada vez maior, pela rápida junção das fazendas (expulsão) e pela simultânea conversão da lavoura em pasto” (MECW, 21, p. 190). O filósofo nota que a situação “da maior parte da população piorou e seu estado está se aproximando de uma crise similar àquela de 1846” (MECW, 21, p. 191). Sustenta ainda que o resultado deste processo não afeta apenas a vida das pessoas, mas também a vida natural: “[...] o resultado: gradual expulsão dos nativos, gradual deterioração e exaustão da vida natural, do solo” (MECW, 21, p. 191). Vale observar que Marx coloca lado a lado, nesta curta passagem, a destruição do povo irlandês à destruição do meio-ambiente. O domínio britânico sobre a Irlanda estava destruindo não só as pessoas, mas também sua natureza. Os historiadores irlandeses Eamonn Slater e Terrence McDonough (2008, p. 170) ressaltam que esta passagem, assim como algumas outras sobre a Irlanda, “projeta Marx não apenas como um analista histórico do colonialismo, mas também, talvez, como um teórico da modernidade ambiental (*theorist of environmental modernity*)”.

¹⁶⁰ Alguns prisioneiros fenianos haviam sido executados pouco antes.

Analizando a situação pós-Grande Fome, Marx explicita como a dinâmica de concentração de terra se intensificou. No entanto, diferentemente do ocorrido na Inglaterra, o processo de liberação da propriedade (*clearing of the Estate*) não resultou no desenvolvimento industrial irlandês, mas em sua transformação em um “distrito agrícola inglês” (MECW, 21, p. 190). Observa que a atual situação do domínio britânico na Irlanda propiciou a criação de um movimento – fenianismo – distinto dos anteriores, pois possuidor de um caráter socialista, ligado às classes mais baixas e desligado da igreja católica (MECW, 21, p. 190). Além disso, ressalta que a questão irlandesa, para além de seu viés humanitário e de direito era, também, uma questão *especificamente* inglesa. Neste ponto, Marx ressalta as conexões entre a aristocracia, a igreja e o exército – traçando um interessante paralelo entre a situação irlandesa e a argelina. Destaca a influência que os largos contingentes de emigrados têm nos salários na Inglaterra, pressionando-os para baixo. Por fim, menciona o erro da “Reform League”, a qual se recusou a dar um apoio real ao movimento de libertação nacional na Irlanda¹⁶¹.

Embora o formato de notas dificulte uma leitura sistemática, pode-se interpretar este documento como um importante atestado da mudança de posição de Marx a respeito da questão irlandesa. Aqui fica claro como a análise da situação da terra na Irlanda aponta sua importância estratégica para o desenvolvimento industrial inglês – como produtora de gêneros alimentícios e de matérias-primas – e, como resultado, leva à inviabilidade crônica de seu desenvolvimento industrial, capitalista, moderno, etc. Neste sentido, Marx passa progressivamente a abandonar qualquer tentativa de enquadrar a situação irlandesa na moldura teórica formulado em fins dos anos 1840 – *Ideologia* e *Manifesto* – procurando agora atentar-se aos desenvolvimentos concretos da questão, em especial ao movimento que despontava com grande radicalismo e capacidade mobilizadora – o fenianismo. Outra mudança central deste momento é o enfoque da questão irlandesa desde um ponto de vista internacional; a luta pela libertação nacional da Irlanda não se trata apenas de uma questão moral, mas de uma luta pelos trabalhadores – não somente os irlandeses, mas também os ingleses¹⁶². É um momento em que o internacionalismo proletário deve ser posto à prova e Marx parece começar a entender isso com clareza.

Na mesma carta acima mencionada, de 30 de novembro de 1867, Marx resumiu sua nova posição a Engels, explicitando os vínculos que enxergava entre as mudanças pelas quais

¹⁶¹ Embora muitos membros de baixa patente tenham demonstrado simpatia com os fenianos, o conselho da Liga, em 01 de novembro de 1867, adotou uma resolução condenando o movimento, apresentado como “radicais burgueses” (MECW, 21, p. 495).

¹⁶² Como argumenta Lim (1992, p. 169 – grifos nossos), “a questão nacional irlandesa, era significativa para o movimento da classe trabalhadora em geral”. Assim, o nacionalismo da nação oprimida encontra-se dialeticamente ligado ao internacionalismo proletário (LIM, 1992, p. 170).

a Irlanda passou desde 1846 e o surgimento do Fenianismo como um novo tipo de movimento de resistência:

O que os ingleses ainda não sabem é que desde 1846 o conteúdo econômico e, portanto, o propósito político do domínio inglês na Irlanda também entrou numa fase totalmente nova e que por esta mesma razão o fenianismo é caracterizado por inclinações socialistas (em um sentido negativo, como direcionados contra a apropriação do solo) e por ser um movimento de ordens inferiores (*a lower orders movement*). O que poderia ser mais absurdo do que juntar indiscriminadamente as barbaridades de Elizabeth ou de Cromwell, que queriam expulsar os irlandeses para dar espaço aos colonos (no sentido romano) ingleses e o sistema atual, que quer expulsá-los colocando no lugar ovelhas, porcos e bois! O sistema de 1801-1846 (despejos naquele período eram excepcionais, [...]), com seus alugueis exorbitantes e intermediários, colapsou em 1846. A revogação da lei anti-milho, em parte uma consequência de, ou, ao menos, acelerada pela fome irlandesa, tirou da Irlanda seu monopólio no suprimento de milho à Inglaterra em tempos normais. Lã e carne tornaram-se as palavras de ordem, daí a conversão da lavoura em pasto. Seguiu-se, então, a consolidação sistemática das fazendas. A lei das propriedades oneradas (*the Encumbered Estates Act*), que transformou um grupo de antigos intermediários enriquecidos em proprietários, acelerou o processo. O esvaziamento das propriedades na Irlanda é agora o único propósito do domínio inglês no país. O *estúpido* governo inglês em longres naturalmente desconhece as imensas mudanças que ocorreram desde 1846. Mas os irlandeses as conhecem [...]. Os irlandeses têm expressado sua consciência da forma mais clara e forçosa possível (*in the clearest and most forcible manner*). A questão agora é, o que devemos aconselhar aos trabalhadores ingleses? Em minha opinião, eles devem fazer da “Revogação da União” [...] um ponto de seu *manifesto*. Esta é a única forma legal e, portanto, possível de emancipação irlandesa que pode ser adotada por um partido *inglês* em seu programa [...]. O que os irlandeses precisam é: (1) Auto-governo e independência perante a Inglaterra; (2) revolução agrária. Com a melhor boa vontade do mundo, os ingleses não podem fazer isso em seu lugar, mas podem dar os meios legais para que os irlandeses façam isso por si sós. (3) *Tarifas protetoras contra a Inglaterra*. De 1783-1801 todos os ramos da indústria irlandesa floresceram. Ao suprimir as tarifas protetoras que o parlamento irlandês havia estabelecido, a União

destruiu toda a vida industrial na Irlanda [...]. (MECW, 42, p. 486-7 – ênfases no original)

A situação irlandesa teve um outro acontecimento marcante neste mesmo ano de 1867. Em 13 de dezembro, um atentado à bomba planejado pelos fenianos para libertar alguns prisioneiros falha – a bomba, se funcionasse, acabaria matando uma dúzia de ingleses moradores de um bairro de trabalhadores (ANDERSON, 2010, p. 130). Em carta escrita a Engels no dia seguinte, Marx expressa seu descontentamento com esta situação, que, com toda certeza, minaria o apoio da classe trabalhadora inglesa com a causa da Irlanda. Além disso, Marx critica a postura feniana de ação conspiratória por pequenos grupos:

A última façanha feniana em Clerkenwell é uma grande tolice. As massas londrinas, que demonstraram muita simpatia pela Irlanda, ficarão furiosas por isso e serão levadas aos braços do partido do governo. Ninguém esperaria que os proletários de Londres se deixassem explodir para o benefício de emissários fenianos. Conspirações secretas e melodramáticas deste tipo são, em geral, mais ou menos fadadas ao fracasso. (MECW, 42, p. 501)

Isto, porém, não muda sua avaliação geral a respeito da causa irlandesa, nem do movimento feniano em si. Em algumas notas preparadas para um discurso dado em 16 de dezembro de 1867 na Sociedade Educacional dos Trabalhadores Alemães, o fenianismo aparece como um movimento que “deitou raízes (e ainda está enraizado) apenas na massa da população, nas camadas inferiores”, enquanto “todos os movimentos irlandeses anteriores”, haviam sido liderados “pela aristocracia ou por homens de classe média, e sempre pelo clero católico” (MECW, 21, p. 194). Assim, é sua conexão com as classes baixas que o caracteriza.

Ele então se pergunta por que este movimento apareceu naquele momento específico, o qual parece, para a maior parte dos ingleses, um regime mais “ameno”, se comparado com “a opressão anterior inglesa” (MECW, 21, p. 194). Para Marx, “a [opressão] desde 1846, embora menos bárbara em sua forma, tem sido efetivamente destruidora, deixando nenhuma alternativa além da emancipação voluntária da Irlanda pela Inglaterra ou de uma luta por vida-ou-morte” (MECW, 21, p. 194). Neste sentido, o domínio britânico de 1846 em diante, de forma capitalista, foi menos abertamente violento, mas mais destrutivo que as formas anteriores (ANDERSON, 2010, p. 131).

Em seguida, Marx recapitula os principais fatos da conquista britânica sobre a Irlanda, desde o século XII até o presente quando escrevia. A descrição de Marx aproxima a colonização da Irlanda àquela empreendida na América do norte: “o plano era exterminar os irlandeses ao menos até o rio Shannon, tomar sua terra e estabelecer colonos ingleses em seu lugar” (MECW,

21, p. 195). Assim, embora o plano fosse, abertamente, “limpar a ilha dos nativos e substituí-los por ingleses leais”, estes conseguiram, apenas “estabelecer uma aristocracia proprietária” (MECW, 21, p. 195). O período Cromwell foi ainda mais sangrento. Neste momento, ocorre a primeira revolta nacional irlandesa, a qual será duramente reprimida: “matança, devastação, despovoamento de condados inteiros, remoção de seus habitantes para outras regiões, venda de muitos irlandeses para a escravidão nas Índias Ocidentais” (MECW, 21, P. 196). O resultado da campanha de Cromwell na Irlanda foi duplo: por um lado, pôs fim à esperança de uma revolução radical na própria Inglaterra, pois “ao se engajar na conquista da Irlanda, Cromwell destruiu a república inglesa (*put paid to the English Republic*)” (MECW, 21, P. 196); de outro, resultou na “desconfiança irlandesa com o partido do povo inglês” (MECW, 21, P. 196) (ANDERSON, 2010, p. 131). Marx detalha, ainda, as medidas tomadas pela Inglaterra para impedir o desenvolvimento industrial irlandês – “toda vez que a Irlanda esteve prestes a se desenvolver industrialmente, ela foi massacrada e reconvertida em um território puramente agrícola” (MECW, 21, p. 200), além da discriminação religiosa contra os católicos e sua ligação com a tomada de terras pelos ingleses – “um determinante para a transferência de propriedade dos católicos para os protestantes, ou para fazer do ‘anglicanismo’ um título de propriedade” (MECW, 21, p. 197) (ANDERSON, 2010, p. 131). Como resultado, “as pessoas tinham agora, diante delas, a escolha entre ocupar a terra *à qualquer taxa de aluguel* ou a *fome*” (MECW, 21, p. 200 – ênfases no original). O tom da descrição dos acontecimentos irlandeses, em especial dos mais recentes, é bastante mais sóbrio do que aquele visto nas décadas de 1840 e 1850.

As transformações no campo irlandês não constituíam sob nenhum ponto de vista um fato histórico necessário, mas eram a forma pela qual “a Irlanda [foi] forçada a contribuir com trabalho e capital baratos para construir ‘as grandes obras da Bretanha’” (MECW, 21, p. 200-1). Ademais, como chama a atenção Lim (1992, p. 171), neste momento Marx reconhecia que o domínio colonial inglês impedia o desenvolvimento da Irlanda. Além de vivenciar a morte e a emigração forçada em massa, o país passou por um rápido processo de concentração fundiária, o qual, embora inicialmente fortuito, se tornou, com o tempo e as condições adequadas, “um sistema consciente e deliberado” (MECW, 21, p. 201). Ou seja, as economias coloniais eram reordenadas de acordo com as necessidades do capitalismo inglês (LIM, 1992, p. 171). Quatro fatores contribuíram para este sistema: (i) “primeiramente, o fator principal: a revogação das Corn Laws [...]. Como resultado, o milho irlandês perdeu seu monopólio sobre o mercado inglês [...]”; (ii) “reorganização da agricultura na Inglaterra. Caricatura da mesma na Irlanda”; (iii) a fuga de massas irlandesas para a Inglaterra, “em um estado de inanição”

(MECW, 21, p. 202); (iv) o “Encumbered Estates Act”, de 1853, que resultou numa concentração ainda maior da terra. Marx então descreve as expulsões sofridas pelos camponeses, as emigrações e a piora nas condições de vida da população.

Comentando estas notas, Kevin Anderson as conecta aos escritos de Marx sobre a Índia. Segundo ele, “Marx fazia um esforço similar a suas caracterizações iniciais sobre o domínio britânico na Índia, como um exemplo do ‘barbarismo inerente da civilização burguesa’ (MECW, 12, p. 221)” (ANDERSON, 2010, p. 132). Por fim, vale a pena mencionar que Johann Georg Eccarius publicou um artigo baseado no discurso dado por Marx nessa ocasião. Nele, o argumento marxiano aparece de forma mais nítida, o que sugere que sua apresentação oral tenha sido ainda mais enfática:

A questão irlandesa não é, portanto, uma simples questão de nacionalidade, mas uma questão de terra e existência. Ruína ou revolução são as palavras de ordem; toda a Irlanda está convencida de que se algo deve acontecer, que aconteça rápido. Os ingleses devem exigir a separação e deixar aos irlandeses decidirem a questão da posse da terra. Tudo o mais seria inútil. Se isto não acontecer, logo a emigração irlandesa levará a uma guerra com os EUA. O domínio atual sobre a Irlanda é o equivalente à coleta de aluguel para a aristocracia inglesa. (MECW, 21, p. 319)

3.3. TEXTOS SOBRE A IRLANDA APÓS AS INSURREIÇÕES DE 1867

Após o agitado ano de 1867, a repressão ao fenianismo disparou. No início de 1868, membros da Internacional são presos em Paris sob a acusação de estarem no centro de uma conspiração feniana internacional (ANDERSON, 2010, p. 132); na Irlanda, os jornais moderados *Irishman* e *Weekly News* são atacados por publicar material pró-fenianos, levando à prisão o editor do primeiro, Richard Pigott, e o dono do segundo, Alexander Sullivan (MECW, 42, p. 673). Marx comenta esta situação em carta a Engels de 16 de março, afirmando que

A forma como os ingleses estão tratando os prisioneiros políticos – ou mesmo os suspeitos ou aqueles apenas sentenciados à prisão ordinária (como Pigott do *Irishman* e Sullivan do *News*) – excede qualquer coisa jamais vista no continente – à exceção da Rússia. Eles são uns cachorros! (MECW, 42, p. 550)

Um pouco depois, em 06 de abril de 1868, Marx escreve carta a Kugelman, na qual comenta a estratégia eleitoral de Gladstone, pelo partido Whig. Ali, vemos a importância que a questão irlandesa assumiu: “A questão irlandesa predomina agora” (MECW, 43, p. 3).

Segundo ele, a questão seria “explorada por Gladstone e consortes para assumir a liderança novamente e, particularmente, para ter um apelo eleitoral nas próximas eleições [...]” (MECW, 43, p. 3). O estado de coisas de então não era animador para os trabalhadores, ele argumenta, pois, neste contexto, os líderes sindicais afeitos ao partido liberal, “os que fazem intrigas entre os trabalhadores”, afirma, teriam encontrado “uma nova *desculpa* para ligar-se à burguesia liberal” (MECW, 43, p. 3 – destaque no original).

Durante a campanha de 1868, o líder liberal Gladstone havia publicamente prometido resolver a questão irlandesa. Dentre seus slogans, estavam “pacificar a Irlanda” e “reconciliar a Inglaterra e a Irlanda”, além de uma reforma na igreja. Para Marx, tratava-se de pura demagogia, mas que poderia exercer perigosa influência no movimento dos trabalhadores, uma vez que seus líderes estavam sempre propensos a estabelecer acordos (MECW, 43, p. 565).

Nestas linhas, Marx faz referência ao “grande crime, de séculos de idade, cometido contra a Irlanda” (MECW, 43, p. 3-4) praticado pela Inglaterra. Aponta ainda para as perspectivas positivas que poderiam advir da desestabilização da igreja anglicana na Irlanda – anunciada por Gladstone (ANDERSON, 2010, p. 133). Segundo Marx, “a Igreja Anglicana na Irlanda [...] é a fortaleza religiosa do senhorio inglês na Irlanda e, ao mesmo tempo, o posto avançado da própria Inglaterra (eu estou falando, aqui, da Igreja Anglicana como *proprietária de terras*)” (MECW, 43, p. 4). Prossegue, então, defendendo que a queda da Igreja Anglicana na Irlanda poderia auxiliar na sua derrubada também na Inglaterra – e, com ambas, o sistema de senhorio, ou de grande propriedade, “primeiro na Irlanda e depois na Inglaterra” (MECW, 43, p. 4). Já nesta passagem Marx indica uma mudança de perspectiva a respeito do sentido que a revolução pode tomar – se da Inglaterra para a Irlanda, ou da Irlanda para a Inglaterra. A perspectiva unilinear “primeiro na Inglaterra, depois no resto do mundo” não encontra mais espaço seguro na teorização marxiana. De qualquer forma, ele conclui, “a revolução social deve começar *seriamente* da base, isto é, da propriedade da terra (*landed property*)¹⁶³” (MECW, 43, p. 4 – ênfase no original), dando indicações explícitas a respeito da importância que a questão fundiária tem para sua teoria da revolução.

A dissolução da Igreja Anglicana na Irlanda apontaria também para outro caminho: ela poderia abrir portas para uma maior solidariedade entre arrendatários protestantes e católicos, uma vez que os grandes proprietários anglicanos sempre puderam “explorar este antagonismo *religioso*” (MECW, 43, p. 4 – grifos no original). Marx continua estudando dados econômicos

¹⁶³ Landed property é o regime de propriedade que gera renda para seu dono sem que ele tenha de trabalhar diretamente na terra

sobre a questão da terra na Irlanda; em carta a Engels de 10 de outubro de 1868, afirma que se trata de “uma luta real de vida ou morte entre fazendeiro e senhor de terra sobre o que o aluguel deve incluir, isto é, se além do pagamento por diferenças na terra, o aluguel também deve incluir os juros sobre o capital investido na terra, não pelo proprietário, mas pelo inquilino” (MECW, 43, p. 128). Estes são os “antagonismos reais”, que formam o “pano de fundo secreto” da economia política burguesa (MECW, 43, p. 128).

Um mês antes desta carta, foi publicado no *Times* um relatório de Marx a respeito das atividades da Internacional no ano anterior. Nele, nosso autor menciona as ações de solidariedade aos prisioneiros fenianos, incluindo “encontros públicos em Londres para a defesa dos direitos da Irlanda” (MECW, 21, p. 13). Além disso, Marx detalha as prisões e perseguições de membros da Internacional em Paris, acusados de fazerem parte do “centro da conspiração Feniana” (MECW, 21, p. 13); segundo ele, tratava-se de esforços de Napoleão para ganhar “as boas graças do governo Britânico” (MECW, 21, p. 13).

No início de 1869, Gladstone é eleito primeiro ministro e começa a implementar algumas ações para aliviar a tensão na Irlanda. Dentre as medidas, relata Anderson (2010, p. 134) que ele “depôs a Igreja Anglicana, assim pondo fim à descarada discriminação religiosa contra a maioria da população irlandesa. O parlamento também votou uma anistia limitada para alguns dos Fenianos presos, mas não para seus líderes”. No outono de 1869, Marx prepara um estudo de fôlego a respeito da Irlanda e começa a pedir a Engels que lhe indique possíveis fontes (ANDERSON, 2010, p. 134).

Em suas anotações para a reunião do Conselho Geral de 26 de outubro, Marx enfatiza a participação de trabalhadores ingleses nas grandes manifestações pela anistia dos prisioneiros fenianos: “a principal característica do protesto foi ignorada, isto é, que ao menos uma parte da classe trabalhadora inglesa perdeu seu preconceito contra os irlandeses” (citado em ANDERSON, 2010, p. 135). Nas semanas seguintes, o tema será recorrentemente discutido nos encontros do Conselho Geral, girando em torno do tom de uma resolução a ser elaborada a respeito. Na reunião de 09 de novembro, Marx propôs discutirem as seguintes questões: “a attitude do governo Britânico para com os prisioneiros irlandeses e a posição da classe trabalhadora inglesa na questão irlandesa” (MECW, 21, p. 528).

Na reunião de 16 de novembro de 1869, ele iniciou o debate e fez uma proposta de resolução na qual se lê que “Mr. Gladstone deliberadamente insulta a Nação Irlandesa” e que, dentre outras coisas, Gladstone “começa a pregar ao povo irlandês a doutrina da obediência passiva” (MECW, 21, p. 83). Ainda, propõe que o Conselho Geral expressasse sua admiração sobre “a maneira firme, espirituosa e honrada pela qual os irlandeses levam adiante seu

movimento pelo Anistia” (MECW, 21, p. 83). Além disso, Gladstone é duramente criticado por não cumprir suas promessas de campanha e não conceder anistia aos prisioneiros fenianos, cuja situação seria aquela em que “o mal-governo é a causa da disputa e a oposição ganha seus pontos” (MECW, 21, p. 407).

Em 23 de novembro, ocorre uma nova reunião, agora mais agitada – segundo Anderson, “um debate quente ocorreu” (2010, p. 136). Alguns membros ingleses do Conselho Geral, líderes sindicais próximos a Gladstone e ao partido liberal, atacaram a proposta de resolução feita por Marx: “eu lamento que alguns ingleses tenham aplaudido as declarações do dr. Marx, como alguns fizeram na última semana. A Irlanda não pode ser independente. Ela está posta entre a Inglaterra e a França; se nós renunciarmos a nossa posse, seria como pedir para que os franceses a invadissem” (citado em ANDERSON, 2010, p. 137). Em resposta às críticas, Marx irá reafirmar que “os prisioneiros políticos não são tratados, em nenhum lugar, tão mal quanto na Inglaterra” (MECW, 21, p. 411). Esclarece, ainda, que a resolução proposta é “uma resolução de simpatia à Irlanda e uma revisão da conduta do governo pode reunir a Inglaterra e a Irlanda” (MECW, 21, p. 411-2).

Alguns dias depois, em 26 de novembro, Marx escreve a Engels relatando que a reunião do dia 23 havia sido “furiosa, vívida, veemente” (MECW, 43, p. 386). Afirma que a presença de Odger e Motterhead – cartistas pró-Gladstone – havia sido motivada pela publicação, no *Reynolds's* (jornal trabalhista), da proposta de resolução feita por ele na reunião anterior, além de um resumo de seu discurso. Para o filósofo, isto “parece ter assustado aqueles que estavam flertando com Gladstone” (MECW, 43, p. 386). No encontro de 30 de novembro, após algum debate, a resolução de Marx foi aprovada unanimemente (ANDERSON, 2010, p. 137).

Nesta reunião, Marx respondeu à fala de Odger situando a questão irlandesa no contexto europeu, referindo-se particularmente à Polônia:

[...] se a sugestão de Odger fossem seguidas, o Conselho colocaria a si próprio no ponto de vista de um partido inglês. Ele não pode fazer isto. O Conselho deve mostrar aos irlandeses que ele entende a questão e ao Continente que eles não se mostraram favoráveis ao governo Britânico. O Conselho deve tratar o irlandês como o Inglês trataria o polonês. (MECW, 21, p. 412)

Em carta a Engels de 04 de dezembro, Marx resumiu o debate, relatando que o único ponto de que abriu mão na resolução foi em concordar com a omissão da palavra “delibere” (MECW, 43, p. 392), onde antes afirmara que “Mr. Gladstone deliberadamente insulta a nação irlandesa” (MECW, 21, p. 83). Além disso, escreve Marx, à exceção de Mottershead e de Odger, “os delegados ingleses se comportaram de forma excelente” (MECW, 43, p. 392).

Comentando esta carta e os resultados gerais obtidos por Marx junto à Internacional, Kevin Anderson afirma que “Marx, compreensivelmente orgulhoso da resolução, a enxergou como uma abertura de possibilidade para uma aliança nunca antes vislumbrada entre linhas étnicas e nacionalistas abarcando os trabalhadores e intelectuais britânicos e os trabalhadores irlandeses residentes na Grã-Bretanha, além do campesinato irlandês e intelectuais irlandeses” (ANDERSON, 2010, p. 138).

Entre outubro e novembro de 1869, Marx aprofundou suas pesquisas a respeito da história recente da Irlanda, em especial no período que vai da revolução Americana até a União de 1801. Suas notas correspondem, em sua maioria, a excertos de fontes históricas, aos quais ele acrescentou seus comentários ocasionais. O trabalho é composto de duas partes: a investigação principal e um sumário complementar, com informações a respeito da cronologia dos eventos (MECW, 21, p. 499). Ao percorrê-lo, obtemos indicações importantes a respeito de como Marx compreendia o curso da história da Irlanda. A forma como ele organizou o material, as passagens selecionadas da bibliografia que estudou, os comentários inseridos na margem do texto, etc., tudo são pistas que podemos utilizar para reconstruir sua perspectiva mais ampla.

O estudo indica logo de início sua razão de ser: “a importância da questão para a classe trabalhadora inglesa e o movimento trabalhador em geral” (MECW, 21, p. 212). Com este objetivo em mente, Marx prossegue seus estudos. Em um primeiro momento, estabelece as razões para “as usurpações inglesas com relação ao parlamento em Dublin”, que seria: o monopólio mercantil e a garantia de que a última instância a respeito de disputa sobre os títulos de propriedade de terras irlandesas fosse em solo inglês. Marx então descreve os mecanismos jurídico-políticos – a “Poynings’ Law”¹⁶⁴, o estatuto de George I¹⁶⁵, etc. – pelos quais a Inglaterra minou a independência do parlamento irlandês até 1782. Nesse sentido, seu objetivo é deixar clara a situação de dominação sob a qual se encontrava a Irlanda.

Em seguida, Marx escreve sobre as características do parlamento irlandês do século XVIII até as sublevações de 1782. Segundo ele, tratava-se de um parlamento protestante, “o Parlamento dos Conquistadores. Um mero instrumento, um mero servo em sua relação com o governo britânico” (MECW, 21, p. 215). Marx ressalta ainda a péssima situação dos católicos:

¹⁶⁴ Reduziu a “Irish House of Commons” a um instrumento do ministério britânico (MECW, 21, p. 215).

¹⁶⁵ Também conhecido como “Declaratory Act”, ou “An Act for the Better Securing the Dependency of the Kingdom of Ireland on the Crown of Great Britain” (MECW, 21, p. 500). Declarava a supremacia legislativa do parlamento britânico sobre o irlandês (MECW, 21, p. 212); estabelecia, ainda um âmbito de apelação jurídica para os proprietários britânicos, garantindo que quaisquer disputas sobre o território irlandês fossem resolvidas por um juiz inglês ou escocês (MECW, 21, p. 215).

“[o parlamento protestante exercia] despotismo contra a massa católica do povo irlandês”¹⁶⁶ (MECW, 21, p. 215). A única situação em que o parlamento fazia algum esforço que ia contra os interesses ingleses era “resistir à *legislação comercial inglesa* que arruinava a indústria e o comércio irlandeses, perseguidos pelos protestes, parte inglesa-escocesa da população” (MECW, 21, p. 215 – ênfase no original).

Este estado de coisas irá mudar com a guerra Americana por independência e a consequente desestabilização inglesa. O primeiro efeito que Marx identifica é o relaxamento do código penal contra os católicos, que ocorrerá em 1778:

Grande fermentação produzida na Irlanda pelos eventos Americanos. Muitos irlandeses, principalmente presbiterianos de Ulster, emigraram para a América, se envolveram sob a bandeira dos Estados Unidos e lutaram contra a Inglaterra do outro lado do Atlântico. Os católicos, que por um longo tempo suplicaram em vão por um relaxamento do Código Penal, protestaram novamente em 1776, agora em tons mais altos. (MECW, 21, p. 216)

Em junho de 1778, tem início a guerra entre a Inglaterra e a França. Em 1779, a Espanha se junta à guerra do lado da França e dos EUA. Neste contexto, a Irlanda se viu desprotegida e o movimento dos Voluntários se organizou “parcialmente pela defesa do estrangeiro, parcialmente para sua própria defesa (*self-vindication*)” (MECW, 21, p. 218). O movimento ganhou ampla adesão e se massificou. De acordo com Marx, “o *movimento geral popular, nacional e constitucional*, representado por eles [pelos Voluntários], removida seu caráter *meramente nacional* e transformado em um *movimento verdadeiramente revolucionário*” (MECW, 21, p. 218 – ênfase no original) – explicitando sua perspectiva de que seria preciso vincular a causa nacional à causa revolucionária. Marx menciona de passagem que, nos anos 1790, o movimento irá se transformar nos “United Irishmen”, sob a liderança de Theobald Wolfe Tone, o qual “decidido a reparar as injustiças cometidas contra os católicos, a restaurar a representação na Câmara dos Comuns e, com eles, fazer deste país uma *república independente*” (MECW, 21, p. 219 – ênfase no original).

¹⁶⁶ Marx menciona ainda o código penal contra os católicos: um conjunto de leis aprovado pelos ingleses para a Irlanda, no final do século XVII e durante a primeira metade do XVIII, que tinham como pretexto “uma luta contra conspirações católicas” (MECW, 21, p. 497). Estas leis limitavam os direitos políticos e civis da maior parte da população irlandesa, que era católica. Tratava-se de um instrumento para a expropriação dos irlandeses que ainda possuíam terra, além de aumentar a dependência dos camponeses irlandeses em relação aos senhores de terra ingleses (MECW, 21, p. 497). A questão religiosa na Irlanda sempre esteve ligada à colonial; entre 1691 e 1800, por exemplo, o princípio da “Protestant ascendancy” foi abertamente empregado. De acordo com ele, os protestantes, em sua maioria colonos ingleses ou seus descendentes, desfrutavam de privilégios políticos, sociais e religiosos, ao passo que a maioria católica permanecia sem direitos, além de ser obrigada a pagar dízimos para a Igreja Anglicana inglesa (MECW, 21, p. 501).

Então, o pensador irá repassar os principais momentos da história da Irlanda, concentrando-se primeiramente nos anos 1780, quando “*a necessidade de unir toda a população do país na causa da independência se tornou distintamente óbvia*” (MECW, 21, p. 221 – grifos no original). Em um primeiro momento, a organização dos Voluntários se voltou para “*libertarem-se mercantil e industrialmente, um interesse então quase completamente nas mãos dos protestantes, embora por sua própria natureza seja um interesse nacional*” (MECW, 21, p. 221 – grifos no original). Com o tempo, o movimento irá se massificar e se radicalizar¹⁶⁷, incorporando demandas de outros setores da população, em especial da massa católica.

Neste contexto, a questão católica irá se tornar uma questão popular, não se tratando mais de “remover as proibições (*disabilities*) impostas às *classes altas e médias católicas*, mas *emancipar o campesinato irlandês*, em sua maior parte, católico” (MECW, 21, p. 218-20 – ênfase no original). Aqui Marx destaca a importância de, em seu conteúdo, a questão *nacional* se tornar, também, *social* – isto é, não ser apenas *política* (MECW, 21, p. 220).

Os Voluntários armados se organizavam por meio de encontros deliberativos públicos e regulares (MECW, 21, p. 225). Além disso, já em 1781 excediam em número a força do exército regular britânico (MECW, 21, p. 224). Em 1782, na Convenção de Dungannon, concordam em elaborar uma “Declaration of Rights and Grievances” (MECW, 21, p. 225), na qual se lê que “*é inconstitucional, ilegal e um agravo que qualquer grupo de homens, que não o Rei, os Lordes e Comuns da Irlanda, faça leis que obrigue este Reinado*” (MECW, 21, p. 225 – ênfase no original). Ou seja, neste momento o que os Voluntários estão afirmando é a independência legislativa da Irlanda, lutando pela revogação dos institutos legais que a deixavam presa ao domínio britânico:

[...] o poder exercido pelo Conselho Privado de ambos os Reinos, sob o pretexto da lei de Poynings, é inconstitucional e um agravo; [...] a independência dos juízes é igualmente essencial para a administração imparcial da justiça na Irlanda, como é na Inglaterra; [...] A recusa ou demora deste direito à Irlanda faz uma distinção onde não deve haver distinção; [...] Regozijamo-nos com o relaxamento das leis penais contra nossos colegas católicos romanos; e que concebemos a medida para ser carregada das consequências mais felizes para a união e prosperidade dos habitantes da Irlanda. (MECW, 21, p. 225)

Marx observa as resoluções tomadas pelos Voluntários e as moções feitas por parlamentares e conclui que “foi a *firmeza* unânime do povo e não a virtude abstrata de seus

¹⁶⁷ “O grito por “Livre Comércio” agora acompanhado com aquele por “Livre Parlamento” (MECW, 21, p. 224).

delegados que alcançou esta revolução” (MECW, 21, p. 227 – destaque no original). O pensador passa então à análise do período que vai da declaração de independência de 1782 a 1795. Começa por anotar que “em 1785, a Irlanda estava num estado de prosperidade totalmente inesperado” (MECW, 21, p. 230), indicativo de que a independência legislativa tinha alcançado efeitos positivos para a população. No entanto, a maior parte das reformas propostas foi rejeitada pelo parlamento Irlandês, marcado pela corrupção (MECW, 21, p. 238-9).

Mais à frente, explica a fundação dos “United Irishmen”, como resultado do fracasso de todas as ações parlamentares contra a corrupção governamental (MECW, 21, p. 239). Além disso, o alemão irá se concentrar nos escritos de um parlamentar radical chamado John Curran, que era atacado por seus oponentes por possuir como amigos “os mendigos nas ruas” (MECW, 21, p. 236). Nosso filósofo anota em detalhes os debates parlamentares de 1787, nos quais Curran denuncia a corrupção parlamentar e salienta os antagonismos de classe da sociedade irlandesa:

Deixem de apresentar queixas inúteis de efeitos inevitáveis, quando vocês mesmos foram as causas ... a paciência do povo foi totalmente esgotada; suas queixas (há muito tempo) foram a canção vazia desta Casa, mas nenhum efeito produtivo jamais se seguiu. *A não residência dos proprietários de terras, a tirania dos latifundiários intermediários. Você negou a existência da queixa e recusou a reparação....* Não há como divagar que o campesinato deva estar pronto para a rebelião e a revolta. Nem um único homem de propriedade ou conseqüência ligado aos rebeldes. Você foi chamado solenemente ... por uma *reforma adequada na representação do povo; você concedeu isto?* Não; e como ela se apresenta? Porque, senhor, os *assentos* nesta casa são *comprados e vendidos*. *Eles são configurados para venda pública; eles se tornaram um artigo absoluto de comércio - um tráfico da constituição....* Distritos podres vendáveis. [...] Pessoas, quando oprimidas, embora [...] oprimidas pela lei, [...]; e estas são as causas reais das perturbações. (MECW, 21, p. 243 – ênfase no original)

O contexto dos debates são as revoltas camponesas que pululavam no sul da Irlanda “causadas pela miséria do povo, díizimos, alugueis, absenteísmo, más condições do solo, mal tratamento, etc.” (MECW, 21, p. 242). Marx então passa a investigar o surgimento dos *United Irishmen*, nos anos 1790. Seus objetivos declarados eram “*União entre católicos e protestantes, emancipação perfeita para os católicos [...] e representação popular para os homens de ambos os credos*. (Tone e outros dos líderes da *República independente*)” (MECW, 21, p. 247 – ênfase

no original). O pensador cita longamente as declarações e proclamações dos revolucionários irlandeses. Podemos ler, por exemplo, um chamado às armas feito pelos “United Irishmen at Dublin. To the Volunteers of Ireland”, no qual consta que suas demandas envolvem

O direito ao voto a todo o corpo do povo... a reforma na representação. Emancipação universal e legislatura representativa [...] a Emancipação Católica sem qualquer modificação, mas ainda consideramos esta necessária emancipação como, quase, o portal para o templo da liberdade nacional. [...] Como *United Irishmen*, nós não aderimos a nenhuma seita, mas à sociedade - a nenhum partido, mas a todo o povo, [...]. (MECW, 21, p. 248)

Ou então, a declaração dos chamados “Jacobinos Irlandeses de Belfast”, onde se afirma que na Irlanda não há um “*governo nacional*”, uma vez que “a grande massa do povo não está representada no Parlamento” (MECW, 21, p. 249). Os jacobinos irlandeses têm como propostas “uma extensão do sufrágio a toda a população. [...] uma união cordial, firme e duradoura de todo o povo irlandês, de todas as denominações” (MECW, 21, p. 249), além da revogação do código penal diferenciado para os católicos. Seu objetivo maior é “obter uma reforma parlamentar radical e complete, um objetivo sem o qual estes reinados devem permanecer para sempre em uma condição péssima etc.” (MECW, 21, p. 249 – ênfase no original). Em outra declaração, afirma-se que “onde o modo de governo não é derivado claramente de todas as pessoas, aquela nação não tem nenhuma constituição; devemos dizer que este é o caso da Irlanda; possui só um governo de fachada *acting government*” (MECW, 21, p. 249). A maioria da “Câmara dos Comuns”, afirmam, “em vez de representar a voz da nação, é influenciada por interesses ingleses e aquela aristocracia cujos esforços perniciosos alguma vez tenderam a solapar os princípios vitais etc. deste país infeliz e miserável [...]” (MECW, 21, p. 249). Trata-se de reivindicações profundamente influenciadas pelo contexto das revoluções francesa e americana.

Comentando a proposta de “Insurrection Bill”, que declarava estado de sítio nos condados e permitia aos magistrados invadir casas e levar todos aqueles que achassem suspeitos, Curran declara – e Marx registra – que “é uma lei *para os ricos e contra os pobres*” (MECW, 21, p. 253 – ênfases postas por Marx); fica claro aqui o interesse de Marx em determinar o conteúdo social associado à luta nacional. Curran continua (agora as ênfases são dadas pelo próprio Curran e não mais por Marx): “o que é uma lei que coloca a liberdade do homem pobre, que não tem meios de subsistência a não ser o trabalho, a critério dos magistrados? [...] na Irlanda” – onde a pobreza é generalizada, complementa Marx – “tal projeto faz *da pobreza um crime*. Que os homens ricos da Irlanda tenham, portanto, quando

decretam uma lei contra a pobreza, pois a pobreza deve promulgar uma contra-lei, dirigida aos ricos” (MECW, 21, p. 253).

Marx anota as várias leis editadas pelos ingleses com vistas a aumentar o controle sobre os movimentos de contestação na Irlanda, além de observar a criação de grupos de vigilância, como os “Yeomanry Corps” (MECW, 21, p. 252-3). As agitações vão se avolumar e irão desaguar na insurreição de 1798, que Marx associa ao sucesso dos exércitos franceses no continente (ANDERSON, 2010, p. 142). O alemão cita ainda trechos do último discurso de Curran no parlamento, em maio de 1797, após o qual a oposição irá deixar de comparecer:

Vimos as minorias decrescentes do partido que bravamente lutaram para manter a constituição parlamentar da Irlanda. Mas eles ficaram diariamente mais impotentes. As pessoas olhavam para o *Executivo Irlandês Unido*, para a *França*, para as *armas*, para a *Revolução*. O governo *persistiu em recusar Reforma e Emancipação*, continuou a suspensão da Constituição, e aumentou incessantemente o despotismo de suas leis, o desperdício de sua administração e a violência de seus soldados - eles confiaram na intimidação. *Sob tais circunstâncias, a oposição decidiu abandonar a luta.* (MECW, 21, p. 255 - ênfase no original)

Comentando a resposta inglesa às rebeliões de 1798, Marx ressalta a excessiva violência utilizada:

Vale aqui a reflexão de que o exercício de quartéis livres e de lei marcial, a suspensão de todos os tribunais municipais de justiça, a aplicação discricionária da tortura a pessoas suspeitas, as execuções a sangue frio e as várias medidas que Mountjoy e Carew e os outros oficiais de Elizabeth praticaram na Irlanda em seu nome, em 1598-99, foram novamente julgados como úteis e foram novamente levados a cabo em 1798-99, 200 anos depois de terem sido praticados pelos ministros de Elizabeth. (MECW, 21, p. 257 - ênfase no original)

Com base em seus estudos, Marx aventa a possibilidade de o governo inglês ter, no início, incentivado a rebelião para, após, poder reprimi-la com violência, jogar protestantes contra católicos e instituir a União de 1801 (ANDERSON, 2010, p. 142). Menciona, por exemplo, que a despeito de saber da existência das “United Irish Societies”, o governo nada fez para suprimi-las, “mas tudo para *exasperar* o povo” (MECW, 21, p. 257). Lembra, também, as declarações de Carhampton, comandante das forças militares da Irlanda, expressando “descontentamento com os procedimentos inexplicáveis de Pitt”; ou então, quando renunciou

ao comando e declarou publicamente que “algum esquema profundo e insidioso do Ministro estava ocorrendo; pois, ao invés de suprimir, o governo irlandês estava obviamente disposta a incitar a insurreição” (MECW, 21, p. 257).

Um dos exemplos de medidas tomadas antes da insurreição e com o propósito de incentivá-la foi o aquartelamento de tropas nas casas de camponeses, que fez dos “oficiais e soldados os mestres despóticos dos camponeses, de suas casas, comida, propriedade e, ocasionalmente, de suas famílias” (MECW, 21, p. 257). Mais à frente, Marx destaca um trecho de um estudo sobre a União de 1801: “foi apenas pela impressão de horror que uma União poderia ser feita, e ele não tinha tempo a perder, para que o país não recuperasse sua razão” (MECW, 21, p. 259 – itálicos de Marx); em outra passagem, novamente:

Esse intervalo foi terrível para os legalistas; os 30 dias de armistício foram 30 dias de novo horror, e o governo alcançou agora o próprio clímax do terror público, com o qual tanto contou para induzir a Irlanda a se atirar nos braços do país protetor. E o primeiro passo do projeto de Pitt foi totalmente consumado. (MECW, 21, p. 260)

Por fim, Marx ressalta que a União foi promovida “durante a vigência da *Lei Marcial*” e que, como o parlamento irlandês de 1800 tinha sido eleito em 1797 por 8 anos, ele não poderia ter votado “sua própria dissolução e extinção para sempre” (MECW, 21, p. 263). Assim, “se o parlamento irlandês tinha autoridade para destruir a Constituição, por que não o inglês? [...] *Nenhum chamado foi feito ao povo*” (MECW, 21, p. 263 – itálicos de Marx). Além disso, citando as fontes em que pesquisa, discorre longamente sobre as quantias e cargos oferecidos a parlamentares irlandeses – em especial da casa dos Lordes – para que votassem a favor da União. Disso, conclui que “um simples suborno desqualifica um membro de estar presente no Parlamento; e este mesmo suborno, uma pequena parte da corrupção, não deveria tirar a legitimidade do Ato de União do código de leis?” (MECW, 21, p. 265).

No fim de suas notas, Marx irá traçar alguns dos resultados da União de 1801. Ele afirma que, longe de ser uma união de fato, o processo representou uma conquista: “o Ato de União é um Ato de Conquista” (MECW, 21, p. 264). Ela significou “a aniquilação da Irlanda enquanto nação e sua transformação em um distrito rural da Inglaterra” (MECW, 21, p. 218). O objetivo inglês com a União, sustenta, era “privar a Irlanda de sua autoridade política e submeter sua propriedade e seu povo à piedade inglesa” (MECW, 21, p. 264).

Igualmente, ela teria sido reacionária também para o povo inglês: “ela arruinou ambos a Inglaterra e a Irlanda. A subjugação da Irlanda fez do povo inglês uma mera mercadoria tributável” (MECW, 21, p. 266). A Irlanda seria “um dos pretextos para manter um grande

exército permanente” (MECW, 21, p. 268). Marx então cita o trabalho de George Ensor, “Anti-Union: Ireland as She Ought to Be (1831)”:

Toda aquisição de uma nação por outra nação é prejudicial à liberdade de ambas. O país acessório é uma herança caduca, enquanto as pessoas que fazem a aquisição são submissas aos seus próprios governantes, para que não tolerem qualquer perturbação na nação adicionada; eles se submetem em casa a uma superioridade estéril, muitas vezes cara, do exterior. [...] Todo o impedimento da liberdade em um país leva a sua perda em outro. (MECW, 21, p. 268 - itálicos de Marx)

Descrevendo a classe dominante inglesa, Marx cita uma declaração do futuro rei William IV, de 1793, de que os esforços abolicionistas, para encerrar com o tráfico, deveriam ser condenados como “parte dos princípios niveladores (*levelling principles*) da Revolução francesa” (MECW, 21, p. 268). Depois disso, temos a segunda parte de suas anotações, que consistem num sumário com os principais acontecimentos do período. Em uma carta a Engels de 10 de dezembro de 1869¹⁶⁸, ele expõe as conclusões a que chegou após sua pesquisa histórica:

Você deve ver os "Discursos" de Curran [...]. Para o período 1779-1800 (União) é de importância decisiva, não apenas por causa dos "Discursos" de Curran [...], mas porque você encontra todas as fontes sobre os *United Irishmen*. Este período é de maior interesse, cientificamente e dramaticamente. Primeiro, as infâmias sujas dos ingleses em 1588-89 foram repetidas (talvez até intensificadas) em 1788-89. Em segundo lugar, o movimento de classe é facilmente mostrado no próprio movimento irlandês. Em terceiro lugar, a infame política de Pitt. Quarto, que irrita muito os cavalheiros ingleses, a prova de que a Irlanda sofreu porque, de fato, do ponto de vista revolucionário, os irlandeses estavam muito adiantados para a máfia inglesa do rei e da igreja, enquanto, por outro lado, a reação inglesa na Inglaterra (como no tempo de Cromwell) teve suas raízes na subjugação da Irlanda. Este período deve ser descrito em pelo menos um capítulo: um pelourinho para John Bull! (MECW, 43, p. 398 - itálicos em Marx)

Neste momento, a mudança de opinião de Marx a respeito da Irlanda está evidente. Após meses de tomada de posição em debates públicos, tanto em jornais quanto nas reuniões da Internacional, além de estudos sobre a história irlandesa, Marx irá localizar a questão como estratégica para o movimento revolucionário internacional em geral e para o britânico em

¹⁶⁸ Nesta mesma carta, Marx solicita a Engels referências sobre “propriedade comum” (MECW, 43, p. 398).

particular. Conclui que o colapso das possibilidades revolucionárias na Inglaterra foi precedido, tanto na época de Cromwell, quanto em 1790, pela supressão britânica do povo irlandês (ANDERSON, 2010, p. 144).

3.4. A MUDANÇA DE POSIÇÃO: A IRLANDA COMO ALAVANCA DA REVOLUÇÃO

Os dois fios em que se baseavam a reflexão de Marx sobre a Irlanda – os debates dentro da Internacional e sua pesquisa histórica – irão se unir conforme sua perspectiva vai se modificando: cada vez mais, ele irá conectar a situação no campo irlandês à revolução social na Inglaterra. Anderson qualifica este momento como uma “mudança radical” (ANDERSON, 2010, p.144). Na mesma carta a Engels de 10 de dezembro acima mencionada, Marx afirma explicitamente sua mudança de posição:

Por muito tempo, acreditei que seria possível derrubar o regime irlandês pela ascendência da classe trabalhadora inglesa. Eu sempre expus este ponto de vista no *New York Tribune*. Agora, estudos mais aprofundados me convenceram do contrário. A classe trabalhadora inglesa *nunca realizará nada* sem antes se livrar da Irlanda. **A alavanca deve ser aplicada na Irlanda. É por isso que a questão irlandesa é tão importante para o movimento social em geral.** (MECW, 43, p. 398 - itálico no original; negrito nosso)

Marx liga sua mudança de posição diretamente aos estudos que fez da situação concreta irlandesa. Assim, recusa a perspectiva algo idealista que aborda a questão com “frases ‘internacionais’ e ‘humanas’ a respeito de *justiça para a Irlanda*”, porque resolver a questão irlandesa corresponde aos “interesses mais diretos e absolutos da classe trabalhadora inglesa” (MECW, 43, p. 398). Não se trata de uma questão abstrata de justiça ou um direito etéreo de autodeterminação nacional, mas da libertação nacional da Irlanda e da revolução agrária neste país, que estão diretamente vinculadas às possibilidades de a revolução internacional dos oprimidos ser bem-sucedida.

Para August Nimtz, politólogo estadunidense, esta mudança é “das mais significativas, pois deixa claro que, para Marx, a ‘alavanca’ revolucionária não se localiza exclusivamente no mundo capitalista avançado e industrializado, como afirmaria a perspectiva marxista habitual” (2000, p. 204). Trata-se de uma mudança também com relação à abordagem anterior da questão Indiana e chinesa. Não obstante na segunda metade da década de 1850 o tom marxiano tenha mudado, em especial no que se refere a suas expectativas a respeito da colonização e na severidade de sua crítica, a periferia ainda não havia atingido o grau de centralidade que toma a partir da teorização sobre a Irlanda. Como o pesquisador coreano Jie-Hyun Lim argumenta, nos anos 1850 “Marx não admitiu o valor intrínseco dos movimentos nacionais nas colônias,

os julgando, pelo contrário, pelo seu impacto para a revolução inglesa” (LIM, 1992, p. 166). Em um primeiro momento, sua reflexão sobre a Irlanda também reflete esta posição, pois Marx argumenta que a libertação nacional irlandesa estaria subordinada à revolução socialista inglesa (LIM, 1992, p. 167). Porém, o historiador coreano ressalta a “importante reviravolta em sua posição”, destacando que, agora, “a revolução social na Inglaterra não é mais a chave para a libertação das colônias; pelo contrário: a libertação das colônias é o aspecto decisivo para a revolução social na Inglaterra” (LIM, 1992, p. 168).

Entre 1869 e 1870, Marx irá aprofundar este novo posicionamento. Duas semanas antes da carta para Engels acima referida, em uma de 29 de novembro a Kugelmann, Marx detalhou sua nova posição sobre a Irlanda, sem sublinhar que se tratava de uma mudança. Ele começa explicando que seu discurso na reunião de 16 de novembro do Conselho Geral da Internacional e a resolução subsequente “tinham outros propósitos, para além de afirmar sua solidariedade aos irlandeses oprimidos, contra seus opressores” (MECW, 43, p. 390). E quais seriam estes “outros propósitos”? Para o filósofo, tratava-se de relacionar a questão irlandesa à possibilidade de uma mudança radical na Inglaterra:

Eu me tornei cada vez mais convencido – e a questão agora é levar esta convicção para a classe trabalhadora inglesa – que eles *nunca realizarão nada de decisivo na Inglaterra antes de adotar uma atitude diante da Irlanda que seja bem distinta daquela das classes dominantes*, e não apenas faça *causa comum com os irlandeses*, mas mesmo tome a *iniciativa para a dissolução da União estabelecida em 1801*, substituindo-a por uma relação federal livre. E isto deve ser feito não por simpatia pela Irlanda, mas como uma demanda *baseada nos interesses do proletariado inglês*. Caso contrário, o povo inglês permanecerá restrito às perspectivas da classe dominante, que os forçará a se colocarem contra a Irlanda. Todo movimento da classe trabalhadora na Inglaterra é prejudicado pela discórdia com os irlandeses, que forma uma seção muito importante da classe trabalhadora na própria Inglaterra. (MECW, 43, p. 390)

De certo modo, pode-se dizer que, para ele, a consciência de classe do proletariado inglês estava prejudicada por um preconceito anti-irlandês. Do lado das classes dominantes, além de ser o lar da mais pujante burguesia industrial da época, a Inglaterra também possuía uma grande aristocracia dona de terras, boa parte destas na Irlanda. Ao mesmo tempo que essa situação a fortalecia na luta contra a classe trabalhadora inglesa, também demonstrava, dialeticamente, onde estava sua vulnerabilidade – na própria Irlanda:

A condição primária da emancipação aqui – a derrubada da oligarquia inglesa proprietária de terras – permanece inalcançável, já que suas posições não podem ser perturbadas aqui enquanto ela mantiver seus postos avançados fortemente entrincheirados na Irlanda. Mas lá, uma vez que os assuntos tenham sido postos nas mãos do próprio povo irlandês, assim que eles se tornarem seus próprios legisladores e governantes, à medida que se tornarem autônomos, será infinitamente mais fácil lá do que aqui abolir a aristocracia fundiária (em grande medida, são também latifundiários ingleses), uma vez que na Irlanda esta não é apenas uma questão econômica, mas também *nacional*, já que os **latifundiários não são, como na Inglaterra, dignitários e representantes tradicionais, mas os opressores da nacionalidade odiados mortalmente.** (MECW, 43, p. 390-1 - itálicos no original; negrito nosso)

Estas passagens são luminosas, em especial no que se refere à relação entre a questão social, política e a (inter)nacional – num exemplo exímio de análise teórica de uma situação concreta. Como observa Anderson, “tudo isto é de grande importância para a revolução europeia” (ANDERSON, 2010, p. 146). A Inglaterra continuava sendo o centro de gravitação do capitalismo internacional – embora já ameaçada nesta posição por tendências, observadas por Marx em inúmeros escritos, de deslocamento deste eixo para o Pacífico, tendo como centros os EUA e algumas nações asiáticas –, mas não só seu “desenvolvimento social interno permanece paralisado pela presente relação com a Irlanda”, como também sua “política externa, em especial sua política com relação à Rússia e aos EUA” (MECW, 43, p. 391). Por outro lado, “a Inglaterra nunca dominou, nem pôde dominar a Irlanda de outro modo, enquanto a relação presente continuar – apenas com o mais abominável reino de terror e a mais repreensível corrupção” (MECW, 43, p. 391). A questão jamais seria resolvida naturalmente, por uma sequência cronológica linear de fatos que apontasse indubitável e necessariamente para uma revolução proletária internacional. Aqui, Marx desce ao concreto para analisar as relações de classe internacionais.

É justamente porque a Inglaterra mantém sua posição enquanto sociedade capitalista mais desenvolvida¹⁶⁹, de modo que “a classe trabalhadora inglesa possui, sem dúvida, o maior peso na balança da emancipação social geral” (MECW, 43, p. 391), que é na Irlanda onde “a

¹⁶⁹ Em termos industriais, ao mesmo tempo que, como mencionamos acima, isto não a impede de continuar sustentando uma ampla camada de proprietários de terra. Uma análise marxista vulgar diria que se trata de resquícios feudais, como se uma parte do passado permanecesse. Trata-se de entender com clareza que os proprietários rurais ingleses e seu domínio sobre a Irlanda – fornecedora de alimentos e matérias-primas indispensáveis para a indústria na Inglaterra – são centrais para o capitalismo inglês e não uma camada desconectada do contexto mais geral. A totalidade, para Marx, não vem de fora, ela é encontrada na própria situação concreta.

alavanca deve ser aplicada” (MECW, 43, p. 391). Isto se explica na forma específica pela qual interagem, em ambos os países, as consciências nacional e de classe. Esta relação já fora anunciada, lembra o autor, no destino da revolução Inglesa dos anos 1640: “é um fato que a república inglesa de Cromwell naufragou na Irlanda. Isto não deve acontecer novamente!” (MECW, 43, p. 391)¹⁷⁰.

3.5. A CONTROVÉRSIA COM BAKUNIN

Durante este período também teve início a longa disputa entre Marx e Bakunin¹⁷¹. Ela se tornou pública em janeiro de 1870, com o que é hoje conhecida como “General Council’s Confidential Communication”. Escrita por Marx em francês, esta comunicação foi enviada para todos os braços da Internacional e visava a responder a Bakunin, que afirmava haver, em Londres, uma liderança centralizada e autoritária que controlava a Internacional. Tal controvérsia, muito conhecida em geral, possui uma faceta pouco estudada, que diz respeito exatamente à Irlanda, como chama a atenção o cientista social estadunidense Kevin Anderson (2010, p. 146-9).

De certo modo, a posição de Bakunin encontra um paralelo na crítica feita anteriormente por Proudhonistas à posição da Internacional em favor da emancipação nacional polonesa¹⁷². Bakunin e seu grupo discordavam de qualquer tipo de apoio específico à emancipação nacional irlandesa, pois nutriam grande desconfiança com qualquer envolvimento da classe trabalhadora em questões de política institucional – tais como fazer petições a governos ou declarações para pressioná-los (ANDERSON, 2010, p. 146). Um exemplo disso pode ser encontrado no Programa de Bakunin de 1868 para a “International Alliance of Socialist Democracy” em cujo ponto quatro afirmava “rejeitar qualquer ação política que não tenha como objetivo direto e imediato o triunfo da causa dos trabalhadores contra o capital” (citado em MECW, 21, p. 208)¹⁷³. Além disso, Bakunin considerava que as resoluções a respeito dos prisioneiros fenianos, por exemplo, excediam as funções da Internacional, afinal tratavam de questões de política local (MECW, 21, p. 116).

Neste sentido, aparece em 11 de dezembro de 1869, no jornal *L’Égalité*, uma publicação bakuninista com forte crítica à resolução do Conselho Geral sobre a Irlanda,

¹⁷⁰ Durante a revolução inglesa, uma revolta eclodiu na Irlanda, a qual resultou na separação da parte católica da ilha. O motim foi reprimido entre 1649 e 1652, de forma extremamente brutal. Como resultado, houve uma “massiva transferência de terra para os novos proprietários ingleses; isto fortaleceu as camadas burguesa e latifundiária e pavimentou o caminho para a restauração da monarquia em 1660” (MECW, 43, p. 636).

¹⁷¹ Sobre a controvérsia, conferir Stekloff, 1928, Braunthal, 1967 [1961], Rubel, 1964, 1965.

¹⁷² Embora, diferentemente de Proudhon, Bakunin tenha apoiado firmemente a emancipação polonesa, como lembra Anderson (2010, p. 269).

¹⁷³ O programa completo, junto com as notas feitas por Marx, encontra-se publicado em MECW, 21, p. 207-11.

caracterizando-a como uma distração da política revolucionária (ANDERSON, 2010, p. 147). O jornal publicou uma tradução francesa da resolução escrita por Marx e, logo abaixo, sua resposta, intitulada “Refléxions”, onde lemos que

Não pode ser repetido com frequência o suficiente que os interesses dos trabalhadores não jazem em tentativas de *melhorar* os governos de hoje, mas sim em eliminá-los de uma maneira radical, e substituindo o Estado político atual - autoritário, religioso e jurídico - por uma organização social nova que garanta a cada pessoa todo o produto de seu trabalho e todos os resultados dele advindos. (“Refléxions” 1869 – Citado por Anderson, 2010, p. 147)

Como resposta às críticas, Marx redigiu a acima mencionada “Confidential Communication” em francês e enviou a todos os grupos da Internacional. Cerca de um quarto deste escrito – composto por 12 páginas – é dedicado à Irlanda e, nelas, o alemão articula algumas de suas novas posições a respeito da Irlanda. Vale a pena percorrer estas linhas e acompanhar a argumentação marxiana. Começamos no ponto 4 “Question of separating the General Council from the Federal Council for England”, no qual Marx aborda a demanda de Bakunin por desconectar o Conselho Geral da Internacional de seu braço inglês. O filósofo alemão inicia por justificar a importância da Inglaterra para os movimentos revolucionários: “embora a iniciativa revolucionária provavelmente venha da França, a Inglaterra pode, sozinha, servir como uma alavanca para uma séria revolução econômica” (MECW, 21, p. 118). Por que Marx considerava que a Inglaterra possuía tal condição? Os motivos são variados e remontam à especificidade que Marx via na situação político-econômica inglesa:

- (i) É o único país onde não há mais camponeses e onde a propriedade de terra está concentrada em algumas poucas mãos. (MECW, 21, p. 118).
- (ii) É o único país onde a *forma capitalista*, isto é, o trabalho em larga escala sob o domínio dos capitalistas, abrange virtualmente a totalidade da produção. (MECW, 21, p. 118).
- (iii) É o único país onde a *vasta maioria da população consiste em trabalhadores assalariados*. (MECW, 21, p. 118).
- (iv) É o único país onde a luta de classes e a organização da classe trabalhadora feita por sindicatos atingiu certo grau de maturidade e universalidade. (MECW, 21, p. 118).

- (v) É o único país onde, por causa de sua dominação no mercado mundial, toda revolução em assuntos econômicos deve afetar imediatamente o mundo inteiro. (MECW, 21, p. 118).

Como vimos, não existe nenhuma razão histórico-filosófica, ao menos não nesta passagem, que aponte para a necessidade de a revolução acontecer primeiro na Inglaterra, mas a análise da situação inglesa resulta que “se o latifúndio e o capitalismo são características clássicas na Inglaterra, por outro lado, as *condições materiais* para sua *destruição* também são maduras aqui” (MECW, 21, p. 118 – grifos no original). Disto resulta que o contato direto do Conselho Geral com organizações sindicais inglesas – ainda não dominadas pelo reformismo teórico – é uma “posição feliz”, pois significa ter em mãos “esta grande alavanca da revolução proletária” e que seria “um crime deixar esta alavanca cair em mãos puramente inglesas” (MECW, 21, p. 118). Assim,

Os ingleses têm todo o *material* necessário para a revolução social. O que falta é o *espírito de generalização e ardor revolucionário*. É somente o Conselho Geral que pode provê-los disso, que pode assim acelerar o movimento verdadeiramente revolucionário neste país, e, conseqüentemente, em todo lugar [...]. A Inglaterra não pode ser tratada simplesmente como um país junto com outros países. Deve ser tratada como a *metrópole do capital*. (MECW, 21, p. 118-9 – grifos no original)

Observamos novamente a ausência de teleologias, de determinismo, de evolucionismo. Não basta ter o material necessário para a revolução social, é preciso também o ardor revolucionário e o espírito de generalização. Não há um juízo de valor positivo na apreciação marxiana. A Inglaterra ocupa este lugar em sua elaboração como resultado das circunstâncias históricas concretas – e mutáveis – nas quais o país se encontra naquele momento. E onde entra a Irlanda nesta questão? Justamente no lugar da luta: “se a Inglaterra é o baluarte do grande latifúndio e do capitalismo europeu, o único ponto onde a Inglaterra oficial pode ser atingida é na *Irlanda*” (MECW, 21, p. 119 – grifo no original). É a partir da luta irlandesa que a revolução social pode ter início. Neste sentido, relaciona-se novamente a emancipação nacional à revolução e à luta dos trabalhadores. Novamente, Marx pensa em conjunto a posição central ocupada pela Inglaterra no cenário do capitalismo internacional à questão irlandesa e a revolução internacional, à sua solução. O sociólogo Torben Krings segue nesta linha e fala em uma “crescente dialetização das questões do nacionalismo e do internacionalismo” (KRINGS, 2004, p. 1508 apud ANDERSON, 2010, p. 148). Por que a luta deve se desenvolver a partir da Irlanda?

Em primeiro lugar, a Irlanda é o *baluarte* do latifúndio inglês. Se este cair na Irlanda, cairia também na Inglaterra. Na Irlanda, isso é cem vezes mais fácil porque a *luta econômica ali se concentra exclusivamente na propriedade fundiária*, porque essa luta é **ao mesmo tempo nacional** e porque as **pessoas ali são mais revolucionárias e zangadas do que na Inglaterra**. O grande latifúndio na Irlanda é mantido apenas *pelo exército inglês*. No momento em que a União forçada entre os dois países termina, uma revolução social irromperá imediatamente na Irlanda, embora em formas antiquadas. (MECW, 21, p. 119-20 - itálicos no original; negritos nossos)

Em outras palavras, se foi a relação de colonização¹⁷⁴ que permitiu à Inglaterra se desenvolver tendo como características principais o regime de propriedade rural denominado *landlordism* (grande latifúndio) – no qual grandes propriedades são concentradas nas mãos de poucos proprietários – e na forma capitalista de organização do trabalho – isto é, trabalho em larga escala sob controle capitalista – é na Irlanda onde a Inglaterra mantém seu poderio. É lá, portanto, onde os trabalhadores devem aplicar seu golpe. Existem ainda três fatores que não são exatamente históricos, mas que são decisivos em seu julgamento: o fato de a luta econômica girar em torno da propriedade da terra (ponto já mencionado anteriormente); a interconexão entre a luta econômico-social e a questão nacional e o estado de ânimo do povo irlandês, “mais revolucionário e zangado” que o inglês (MECW, 21, p. 119).

Seu segundo ponto diz respeito à relação entre minorias e majorias nacionais dentro da própria classe trabalhadora inglesa: “em Segundo lugar, a *burguesia inglesa* não apenas tem explorado a pobreza irlandesa para manter os baixos salários da classe trabalhadora na Inglaterra, fomentando a imigração forçada de irlandeses pobres, mas ela também dividiu o proletariado em dois campos hostis” (MECW, 21 p. 120). A forma como Marx descreve os dois campos é curiosa e importante: do lado Celta – por vezes associado na imprensa inglesa do período (de maneira racista, importante assinalar) como preguiçosos, incompetentes, criminosos, menos desenvolvidos, etc. – é tratado por Marx como portador de um “fogo revolucionário”, ao passo que o trabalhador anglo-saxão aparece como tendo uma “natureza sólida, porém lenta” (MECW, 21, p. 120). Ele prossegue:

¹⁷⁴ E aí cumpriria anotar que, como a Inglaterra é a “metrópole do capital”, não é apenas a Irlanda que possui este local privilegiado. Levar as reflexões marxianas a respeito deste país a sério implicaria generalizá-las para todas as colônias e, em última instância, para a periferia do sistema como um todo. Lim avança com propriedade este argumento, sustentando que, quando a natureza do colonialismo foi esclarecida, os movimentos nacionais coloniais passaram a ser vistos sob uma luz afirmativa” (LIM, 1992, p. 173). A discussão a respeito da Irlanda girava em torno da questão: “que efeito a existência de colônias como a Irlanda tem sobre a revolução inglesa?” (LIM, 1992, p. 173). A conclusão a que chega é “a independência de todas as colônias, incluindo a Irlanda, é a precondição para a revolução social na Inglaterra” (LIM, 1992, p. 174).

Em todos os grandes centros industriais da Inglaterra, existe um profundo antagonismo entre o proletário irlandês e o proletário inglês. O trabalhador médio inglês odeia o trabalhador irlandês como um concorrente que reduz os salários e o padrão de vida. Ele sente antipatias nacionais e religiosas pelo estrangeiro. Ele o considera um pouco como os brancos pobres dos estados do sul da América do Norte consideravam escravos negros. Esse antagonismo entre os proletários da Inglaterra é artificialmente nutrido e mantido pela burguesia. Ela sabe que essa divisão é o verdadeiro segredo para manter seu poder. (MECW, 21, p. 119-20 – grifos no original)

Importante ressaltar a clareza com que Marx observa, em meados do século XIX, um fenômeno tão comum para nós hoje: a xenofobia em especial dentro da classe trabalhadora e como ela é estimulada e mantida por setores da própria burguesia. É central para a classe dominante manter a classe subalterna dividida e ela se utiliza para isto de fatores concretos – a queda nos salários e no padrão de vida – e abstratos – a nacionalidade e a religião.

A Irlanda é o único pretexto para o governo inglês manter um *grande exército permanente*, que, se for necessário, como aconteceu antes, pode ser usado contra os trabalhadores ingleses, depois de ter feito seu treinamento militar na Irlanda. Por último, a Inglaterra hoje está vendo uma repetição do que aconteceu em uma escala monstruosa na Roma antiga. **Qualquer povo que oprime outro povo forja suas próprias correntes.** (MECW, 21, p. 119-20 - itálicos no original; negrito nosso)

Após isto, o filósofo faz algumas considerações a respeito dos irlandeses nos Estados Unidos¹⁷⁵ para depois concluir: “Assim, a posição da Associação Internacional com relação à questão irlandesa é muito clara. Sua primeira preocupação é avançar a revolução social na Inglaterra. Para este fim, o grande golpe tem que ser dado na Irlanda” (MECW, 21, p. 120).

3.6. BREVE CONCLUSÃO: IRLANDA E A REVOLUÇÃO EUROPEIA

¹⁷⁵ Nas quais retoma a política das classes dominantes – “os governos inglês e americano – quer dizer, as classes que eles representam” (MECW, 21, p. 120) – as quais “tiram proveito destes sentimentos” – sentimentos de ódio nacional – “a fim de perpetuar a *luta internacional* que impede qualquer aliança séria e sincera entre as classes trabalhadoras de ambos os lados do atlântico e, conseqüentemente, sua emancipação comum” (MECW, 21, p. 120). A união das pautas e a atuação conjunta entre os trabalhadores de diferentes nacionalidades é a aposta de Marx para uma emancipação comum. O que não quer dizer que Marx ignorava as clivagens reais e imaginárias, criadas pelas condições concretas e alimentadas pelas classes dominantes, que dividiam os subalternos de seu momento. Sua elaboração teórica sobre a questão irlandesa visa, antes de mais nada, a superar teoricamente essas clivagens, mostrando como as classes subalternas de ambos os países estavam implicadas conjuntamente nas tarefas revolucionárias.

Em 09 de abril de 1870, Marx elaborou mais longamente sua nova perspectiva sobre a Irlanda, em carta para Sigfrid Meyer e August Vogt. Novamente – como nos três textos analisados anteriormente¹⁷⁶ –, descreve a Irlanda como a fortaleza da aristocracia inglesa – “o *grande meio* (*grand moyen*) pelo qual a aristocracia inglesa mantém sua dominação na própria Inglaterra” (MECW, 43, p. 473 – itálicos no original), mas também como uma sociedade que estava madura para a revolução social (ANDERSON, 2010, p. 149). Inicia dizendo que “depois de estudar a questão irlandesa por anos, cheguei à conclusão de que o golpe decisivo contra as classes dominantes na Inglaterra (e isso é decisivo para o movimento operário *em todo o mundo*) não pode ser dado na Inglaterra, mas apenas na Irlanda” (MECW, 43, p. 473 – grifos no original). Assim, “a derrubada da aristocracia inglesa na Irlanda permitiria e levaria, imediatamente, a sua derrubada na Inglaterra” (MECW, 43, p. 474). Marx explica que a questão social na Irlanda assumiu a forma exclusiva da questão da terra, sendo, ao mesmo tempo “inseparável de uma questão *nacional*” (MECW, 43, p. 474).

De um ponto de vista objetivo, argumenta que a burguesia industrial britânica tem “um interesse comum com a aristocracia inglesa em transformar a Irlanda num simples campo de pasto para prover carne e lã ao preço mais baixo possível para o mercado inglês” (MECW, 43, p. 474). Além disso, a consolidação da Irlanda como uma nação agrícola serve ao capital inglês de uma forma ainda mais crucial, qual seja, no fornecimento de trabalho barato para as fábricas inglesas:

O capital inglês tem o mesmo interesse em *esvaziar as propriedades da Irlanda* a os *distritos agrícolas da Inglaterra e da Escócia*. [...] Mas a burguesia inglesa também tem interesses muito mais importantes na atual economia irlandesa. Como resultado da crescente concentração de arrendamentos, a Irlanda está constantemente fornecendo seu excedente para o mercado de trabalho inglês e, assim, forçando os salários e a posição material e moral da classe trabalhadora inglesa para baixo. (MECW, 43, p. 474 – grifos no original)

Daí em diante, passa a discutir o fator subjetivo, isto é, como estes elementos impactam o nível de consciência de classe dos trabalhadores ingleses e seu potencial para uma ação revolucionária. Neste ponto – assim como na “Confidential Communication” de resposta a Bakunin, mas agora em mais profundidade e com mais detalhes –, Marx traça um paralelo com a situação racial nos Estados Unidos:

¹⁷⁶ A carta a Kugelmann de novembro de 1869, a carta a Engels de dezembro de 1869 e a Comunicação Confidencial de janeiro de 1870.

E o mais importante de tudo! Todos os centros industriais e comerciais na Inglaterra agora têm uma classe trabalhadora *dividida* em dois campos *hostis*: proletários ingleses e proletários irlandeses. O trabalhador inglês comum odeia o trabalhador irlandês como um concorrente que força o padrão de vida para baixo. Em sua relação com o trabalhador irlandês, ele se sente um membro da *nação dominante* e, portanto, faz de si (*makes himself*) uma ferramenta de seus aristocratas e capitalistas *contra a Irlanda*, fortalecendo assim a dominação deles (*their domination*) *sobre ele próprio* (*over himself*). Ele nutre preconceitos religiosos, sociais e nacionais contra o irlandês. Sua atitude para com o irlandês é mais ou menos a dos brancos pobres para com os negros nos antigos estados escravistas da União Americana. O irlandês lhe paga na mesma moeda e com juros. Ele vê no trabalhador inglês o cúmplice e a ferramenta estúpida do *domínio inglês na Irlanda*.

Esse antagonismo é mantido artificialmente vivo e intensificado pela imprensa, o púlpito, os jornais cômicos, enfim, por todos os meios à disposição da classe dominante. Esse antagonismo é o segredo da impotência da classe trabalhadora inglesa, apesar de sua organização. É o segredo da manutenção do poder pela classe capitalista. E este último está plenamente ciente disso. (MECW 43, 474-75)

O antagonismo mútuo entre ingleses e imigrantes irlandeses limitava o desenvolvimento da consciência de classe, num conjunto de trabalhadores etnicamente dividido. Entretanto, Marx não via tal situação como imutável; para ele, era preciso que um grupo organizado – como a Internacional – atuasse para dirimir tais conflitos:

A Inglaterra, como a metrópole do capital, como o poder que dominou, até agora o mercado mundial, é, atualmente, o país mais importante para a revolução operária e, além disso, o *único* país onde as condições materiais para esta revolução se desenvolveram a um certo estado de maturidade (*have developed to a certain state of maturity*). Assim, acelerar a revolução social na Inglaterra é o objetivo mais importante da Associação Internacional dos Trabalhadores. O único meio de fazê-lo é tornar a Irlanda independente. É, portanto, **tarefa da “Internacional” colocar em primeiro plano (*to the forefront*) o conflito entre a Inglaterra e a Irlanda e cerrar fileiras publicamente com a Irlanda**. A tarefa especial do Conselho Central em Londres é despertar a consciência da classe trabalhadora Inglês para a noção de que, *para eles, a emancipação nacional da Irlanda não é uma questão de justiça abstrata ou de um sentimento humanitário, mas a primeira condição*

da sua própria emancipação social. (MECW 43, 475 – itálicos no original; negrito nosso)

Neste sentido, Marx conecta a questão irlandesa novamente e de maneira ainda mais explícita à perspectiva de uma revolução mais ampla, europeia. Não obstante a Inglaterra tivesse um papel central a desempenhar nessa revolução, era a Irlanda a “alavanca” fundamental para desenvolver a consciência revolucionária entre trabalhadores ingleses (ANDERSON, 2010, p. 150-1). Enquanto a “Confidential Communication” e esta carta trata mais detalhadamente do papel dos trabalhadores britânicos na questão irlandesa e da relação de ambos com uma revolução mais ampla contra o capital, na carta para Engels de 10 de dezembro e naquela para Kugelmann, de 29 de novembro – ambas de 1869 –, Marx explicita um outro aspecto, também crucial: nestes textos, ele deixa claro que a alavanca da revolução, isto é, a questão que poderia levar a política mundial a uma situação revolucionária, estaria na Irlanda e não na Inglaterra (MECW, 43, p. 399). Apenas depois a Inglaterra entraria na revolução ampla – mesmo esta sendo o centro do capitalismo mundial.

Os vários textos de Marx sobre a Irlanda escritos entre 1869 e 1870 mostram uma articulação dialética entre classe e libertação nacional na luta para derrotar o capitalismo em um momento histórico específico. Para o sociólogo estadunidense Kevin Anderson, estes escritos “ilustram seu pensamento geral sobre a relação entre as sociedades periféricas e o capitalismo daquelas que constituem seu centro”; assim, “eles representam uma mudança mais ampla em seu pensamento, em direção à noção de que as lutas na periferia do capitalismo poderiam se tornar faíscas que acelerariam a revolução dos trabalhadores nas sociedades industrialmente desenvolvidas” (ANDERSON, 2010, p. 151). Na verdade, seria mais exato dizer que mais que “faíscas” (*sparks*), as lutas na periferia consubstanciam momento central da luta revolucionária internacional, ou, para ficar no vocabulário marxiano, as lutas na periferia seriam a alavanca da revolução social. Apenas combinadas, as lutas no centro e na periferia poderiam levar à superação do capitalismo como relação social mundial. Para Anderson (*ibid.*, p. 151), “os escritos de Marx sobre a Irlanda são o primeiro lugar onde ele concretiza completamente estas noções”.

No entanto, e este ponto merece destaque importante, em nenhum momento Marx coloca a autodeterminação nacional como um princípio abstrato, acima de qualquer outro, ou separado de algum conteúdo emancipatório mais amplo. Este ponto central Marx já havia esboçado ao tratar da luta nacional polonesa, mas é apenas com a questão irlandesa que sua reflexão neste aspecto ganhará profundidade teórica. Como ressalta Erica Benner, “seria errado inferior que seu apoio pela independência da Irlanda o levou a endossar um princípio supra-

histórico de auto-determinação nacional” (BENNER, 1995, p. 192) – e neste ponto nos afastamos do argumento de Lim (1992, p. 171). Não se trata, portanto, de defender uma política com base em princípios identitários, mas de encontrar a articulação, no caso específico, entre nacionalismo e revolução, ou, dito de outro modo, compreender qual papel determinado nacionalismo irá desempenhar na promoção da revolução internacional.

Na segunda metade de 1870, porém, a atenção de Marx passou da Irlanda para a guerra Franco-prussiana e para a Comuna de Paris, que irrompeu na primavera de 1871. Logo após estes escritos, Marx se dedicou à revisão d’ *O Capital*, que foi publicado em francês, entre 1872-75. Em seus anos finais, irá se debruçar longamente sobre sociedades pré-capitalistas, nas quais a organização do trabalho e a propriedade eram comunais. Em nossas considerações finais a seguir, veremos com mais detalhes as reflexões marxianas a respeito do caso da comuna russa.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 1855, apenas dois anos após os polêmicos artigos sobre a Índia, Victor Hugo afirmou que “o progresso são as pegadas de Deus” (MCCLINTOCK, 1992, p. 85). O relato é feito pela filósofa do Zimbábue Anne McClintock e expõe a visão da época a respeito do progresso. Esta noção está presente em parte da obra de Marx e também em vários de seus intérpretes. Vale lembrar ainda que esta perspectiva linear da história que liga progresso e desenvolvimento – especialmente o tecnológico e industrial – atravessou todo o século XX e marca presença forte ainda hoje em visões que buscam recuperar o desenvolvimentismo, muito embora “a ideia de ‘progresso’ industrial impelido pelo ‘desenvolvimento’ tecnocrático está atingindo os limites dos recursos naturais do mundo” (MCCLINTOCK, 1992, p. 96).

Como considerações finais, portanto, gostaríamos de retomar a perspectiva posta na introdução, segundo a qual existe a possibilidade de estabelecer um diálogo produtivo entre o pós-colonialismo e a obra de Marx, em especial na chave da crítica ao colonialismo – e, portanto, ao capitalismo como progresso. Primeiro, ressaltaremos os riscos que os estudos pós-coloniais correm ao se afastar de uma perspectiva crítica. Após, iremos defender a possibilidade da obra de Marx servir como base teórica a dialogar com o pós-colonialismo de modo a recuperar seu potencial de crítica do presente. Para isso repassaremos as principais conclusões a que chegamos no decorrer dos três capítulos, tentando mostrar como a visão de Marx a respeito do progresso e do colonialismo foi em muitos momentos ambivalentes, mas com uma tendência forte a adotar um tom mais crítico; por fim, percorreremos alguns textos do fim da vida de Marx, tentando ressaltar sua guinada em direção a uma visão crítica do potencial emancipatório do progresso capitalista e em direção a uma perspectiva multi-linear da história.

Em seu ensaio “Pitfalls of the Term ‘Post-Colonialism’”, McClintock aponta uma série de riscos teóricos que o pós-colonialismo pode incorrer. Muitos deles, curiosamente, são problemas que identificamos ao longo de nossa dissertação nos textos de Marx. Ainda que tenha concordância com parte da “substância teórica da teoria ‘pós-colonial’” (MCCLINTOCK, 1992, p. 88), a filósofa ressalta que os estudos pós-coloniais são perseguidos “pela mesma figura do ‘desenvolvimento’ linear que ela se dispôs a dismantelar” (MCCLINTOCK, 1992, p. 85). O próprio termo pode ser interpretado dessa forma, marcando a história como “uma série de estágios em uma estrada épica que vai do ‘pré-colonial’ ao ‘colonial’ e, depois, ao ‘pós-colonial’” (MCCLINTOCK, 1992, p. 85). Quando despidido de conteúdo crítico, o pós-colonialismo pode recair nas próprias perspectivas que visa a criticar. Isto pode ocorrer de inúmeras formas. Por exemplo, quando se modifica o eixo binário do

âmbito do poder – isto é, da relação entre colonizador e colonizado – para o do tempo, segundo a autora “um eixo ainda menos produtivo de nuance política, já que não distingue entre os beneficiários do colonialismo (os ex-colonizadores) e as perdas do colonialismo (o ex-colonizado)” (MCCLINTOCK, 1992, p. 85-6).

Além disso, a autora ressalta que poucas vezes “o termo é usado para denotar *multiplicidade*” (MCCLINTOCK, 1992, p. 86), perdendo especificidade e adotando uma “tendência panóptica de ver o globo a partir de abstrações genéricas despidas de nuance política” (MCCLINTOCK, 1992, p. 86). Ao se utilizar de categorias abstratas, sem conteúdo histórico concreto o pós-colonialismo corre “[...] o risco de levar (*telescoping*) distinções geopolíticas cruciais à invisibilidade” (MCCLINTOCK, 1992, p. 86), fazendo com que “desequilíbrios internacionais de poder permaneçam efetivamente invisíveis (*blurred*)” (MCCLINTOCK, 1992, p. 86).

Outro ponto a ser evitado, segundo McClintock, é considerar o “pós” de “pós-colonialismo” como uma ruptura histórica, a qual esconderia “ambas as continuidades e descontinuidades de poder que moldaram os legados de antigos impérios coloniais europeus e britânico [...]” (MCCLINTOCK, 1992, p. 87). Ao fazê-lo, estaria recentrando a história global sob a “rúbrica única do tempo europeu” (MCCLINTOCK, 1992, p. 86), colocando um ponto de divisão na história que “corre o risco de uma negação fetichista de distinções internacionais cruciais que são mal-entendidas e inadequadamente teorizadas” (MCCLINTOCK, 1992, p. 87). Por fim, conclui, “[...] orientar a teoria em torno do eixo temporal colonial/pós-colonial torna mais fácil *não* enxergar e, portanto, mais difícil de teorizar, as continuidades nas desigualdades internacionais de poder *imperial*” (MCCLINTOCK, 1992, p. 89 – grifos no original).

Mcclintock é uma teórica feminista que se identifica com as preocupações do pós-colonialismo, mas ao mesmo tempo se incomoda com os riscos que o campo de estudos corre ao se utilizar de categorias sem conteúdo histórico, ou ao fechar os olhos para as desigualdades de poder no cenário atual, ou ainda ao não enxergar as continuidades e descontinuidades do colonialismo que operam ainda hoje. A nosso ver, o instrumental teórico marxiano pode auxiliar o pós-colonialismo a evitar estes problemas. No entanto, é preciso fazer uma leitura de Marx que não seja orientada pela ideologia do progresso. Procuramos ressaltar na dissertação alguns textos e momentos em que, não obstante seja ambivalente, Marx aponta para uma visão crítica do colonialismo. Além disso, são textos em que o autor vai ao concreto e observa as lutas que se desenrolam nestes cenários de dominação colonial. Assim, evita teorizar as questões com categorias desprovidas de conteúdo histórico, recusando homogeneizações que poderiam fazê-lo retornar à visão unilinear da história.

Isto ficou bem claro em nossa análise a respeito dos textos de Marx sobre a Índia e a China, ao compararmos dois momentos distintos: no primeiro, que gira em torno do ano de 1853, vemos como Marx encontra-se imbuído do espírito exposto por Victor Hugo em 1855. Assim, localiza a colonização britânica na Índia e os confrontos com os chineses como fenômenos progressistas, que farão avançar a roda da história: “[...] quaisquer que tenham sido os crimes da Inglaterra, ela foi a ferramenta inconsciente da história ao possibilitar aquela revolução” (MECW, 12, p. 132). Embora não deixe de ressaltar os atos odiosos perpetrados pela Inglaterra nestes países, considera que os ingleses têm uma dupla missão: “uma destrutiva, outra regenerativa – a aniquilação da velha sociedade asiática e o estabelecimento das bases materiais para uma sociedade ocidental na Ásia” (MECW, 12, p. 218). Neste momento, o colonialismo aparece como uma necessidade histórico-mundial. Trata-se de um processo inevitável, pois uma sociedade asiática estática – como Marx via tanto a Índia como a China – necessitava que o capitalismo fosse introduzido de fora. Isto, porque este era o curso inevitável da história, na perspectiva teleológica e unilinear de Marx naquele momento: a história da Europa como regra mundial¹⁷⁷.

No entanto, esta seria uma conclusão incompleta a respeito dos textos de Marx sobre a Índia e a China, visto que ignoraria não só o contexto de produção destes escritos – contexto no qual as fontes disponíveis para Marx eram extremamente limitadas, conforme também analisamos na dissertação –, mas também sua clara mudança de posição nos textos de 1856 e 1857, quando eclodem a Revolta dos Cipayos e a Segunda Guerra do Ópio. Existe certo dissenso na bibliografia disponível a respeito do grau de inflexão deste momento. Como afirma Lindner (2010, p. 10), “há uma discordância sobre se o estudo de Marx a respeito do colonialismo na Índia, ou em vez dele, aquele conduzido a respeito da Irlanda, que o levou a tomar uma posição mais equilibrada” sobre o colonialismo. Da forma como enxergamos, contudo, esta questão não é tão relevante. Mais do que saber se são os textos sobre a Índia e a China ou aqueles sobre a Irlanda que marcam a virada de posição de Marx a respeito do colonialismo e do caráter progressista do capitalismo – e, em última instância, de sua teoria da história teleológica e unilinear –, consideramos mais profícuo pensar que a partir das revoltas dos colonizados na Índia e na China, as ambivalências de Marx para com o colonialismo se

¹⁷⁷ Ao analisar tais textos, nossa preocupação não foi tanto de afirmar sua capacidade de aferir *o que realmente aconteceu*, mas de ressaltar que, para Marx, o que aconteceu *tinha de acontecer*. Como coloca Jani, Marx faz um “retrato de uma ocorrência histórica (o que aconteceu) como uma necessidade histórica (o que tinha de acontecer)” (JANI, 2002, p. 84). Porém, é importante mencionar que, mesmo em termos de análise histórica Marx, equivocou-se: como lembra Ahmad, a imagem que Marx tem da Índia pré-colonial era equivocada e sua apreciação objetiva da introdução do capitalismo pelo colonialismo britânico, exagerada (AHMAD, 1996, p. 18-21).

acentuam num tom mais crítico¹⁷⁸. A despeito de permanecer oscilando, em especial no que concerne à emissão de juízos em certa medida eurocêntricos com relação aos povos do Oriente¹⁷⁹, Marx já não carrega a expectativa de que o colonialismo britânico tenha algum papel regenerativo a desempenhar nos países colonizados.

Mais: sob o impacto da revolta, a atenção de Marx se volta cada vez mais para a luta dos colonizados e menos para a atuação da burguesia inglesa (JANI, 2002, p. 82). Jani sustenta ainda que o tom anticolonial de Marx não se limita a um posicionamento político, sendo um reflexo de seu materialismo histórico, o qual permitiu que o filósofo fosse além de suas “fracas formulações teóricas e preconceitos de textos anteriores sobre a Índia e se movesse para um entendimento mais complexo das relações entre colonizador e colonizado” (JANI, 2002, p. 83). Assim, esta compreensão mais aprofundada é resultado da “relação dialética entre teoria e luta de classes” (JANI, 2002, p. 83); ou, em outras palavras, do pensamento-luta de Marx¹⁸⁰. Tal perspectiva metodológica marxiana poderia auxiliar o pós-colonialismo a identificar “este sentido de um projeto comum em torno do qual se mobilizar, o qual está ausente na discussão pós(anti)colonial” (SHOHAT, 1992, p. 111). Afinal, é na resistência ao colonialismo – e a seus efeitos contemporâneos, sob a figura do neocolonialismo – que este projeto comum pode emergir. Procedendo desta maneira, o pós-colonialismo pode se reconectar a uma “análise geopolítica de nível macro” (SHOHAT, 1992, p. 110), uma análise que leve em conta “hegemonias neo-coloniais hegemonies” (SHOHAT, 1992, p. 110), “relações de poder neo-coloniais” (SHOHAT, 1992, p. 109), etc. e que, com isso, coloque em destaque a dominação e a oposição, a opressão e a resistência presentes no sistema internacional contemporâneo (SHOHAT, 1992, p. 107).

Mas voltemos então a Marx. A mudança de perspectiva que ressalta Jani e que observamos no segundo capítulo da dissertação – o ponto de vista que vai da perspectiva britânica para a indiana e a chinesa – acontece também nos textos sobre a Irlanda, porém de um modo ainda mais refinado, pois o pensador alemão irá analisar detidamente a composição de classes na Irlanda e na Inglaterra, suas relações e as perspectivas em aberto para os trabalhadores de ambos os países – tanto os do campo irlandês, quanto os das cidades inglesas. Enquanto na análise das situações indiana e chinesa Marx vê os colonizados como “agentes de

¹⁷⁸ Jani (2002, p. 82) considera que “a luta entre o paradigma do ‘modo de produção asiático’ (MPA) e a crescente simpatia de Marx pelos indianos colonizados ao fim se resolve numa direção anticolonial”.

¹⁷⁹ Ahmad afirma que os argumentos de Marx sobre o colonialismo na Índia constituem uma “balaio contraditório (*mixed bag*): grandes insights, misturados com lapsos ideológicos e ficções extravagantes” (AHMAD, 1996, p. 19).

¹⁸⁰ Katz defende que “[...] a visão de Marx [...] se guiava mais pelo processo de luta do que por considerações à priori” (2016, p. 11).

sua própria história, os quais [...] precisam lutar *contra* os colonizadores para conseguir sua libertação” (JANI, 2002, p. 83), no caso da Irlanda, Marx distingue, dentro do espectro do “colonizado”, aqueles que conseguem em alguma medida tirar proveito da colonização – os grandes proprietários, em especial ligados à Igreja Católica – daqueles que são jogados numa situação de vida ou morte – os trabalhadores rurais, inquilinos que necessitam trabalhar na terra alheia. Ao mesmo tempo, distingue também, do lado do colonizador inglês, aqueles que em última instância necessitam do laço colonial para se manter – a aristocracia dona de terras e a burguesia industrial – daqueles que acabam prejudicados pela condição colonial – os trabalhadores industriais.

É por isto que os textos sobre a Irlanda são considerados tão importantes para os comentadores que se debruçam sobre eles. Levrero afirma que tais textos “significam uma mudança *decisiva*” (1979, p. 15 – grifos no original), pois “seguindo a evolução do pensamento de Marx a respeito da questão irlandesa, podemos rastrear, de maneira bastante precisa, o nascimento de um momento que será fundamental para o desenvolvimento da posterior política revolucionária do proletariado” (LEVRERO, 1979, p. 15). Segundo Aricó, “estamos, pois, diante de uma verdadeira ‘viragem’ no pensamento de Marx, que abre toda uma nova perspectiva de análise no exame do controverso problema das relações entre luta de classes e luta nacional” (ARICÓ, 2009 [1980], p. 105-6)¹⁸¹. Para Bianchi (2010, p. 181), foi a partir da luta pela independência da Irlanda que “uma atitude crítica do processo de expansão econômica e política do capitalismo” pôde ocupar “gradativamente lugar em sua obra”. Para Jani, “se o *Capital* contém a consolidação dos pensamentos de Marx sobre as raízes econômicas do colonialismo, seus escritos sobre a Irlanda representam suas melhores conclusões políticas nesta questão” (JANI, 2002, p. 95). O próprio Lênin ressalta a importância de tais textos: “a política de Marx e Engels na questão irlandesa serve como um exemplo explêndido sobre qual atitude o proletariado da nação opressora deve adotar com relação a movimentos nacionais, um exemplo que não perde nada de sua imensa importância prática [...]” (LENIN, *Collected Works*, vol. 20, p. 442)¹⁸².

¹⁸¹ Dussel segue na mesma linha e afirma que “o descobrimento da nova posição política da Irlanda – cuja emancipação nacional é condição da revolução inglesa [...] é o que implica uma verdadeira ‘viragem’ na posição de Marx” (DUSSEL, 1990, p. 272). Kevin Anderson irá dizer que a teorização sobre a Irlanda “marcou a culminação de seus escritos sobre etnicidade, raça e nacionalismo” (ANDERSON, 2010, p. 240).

¹⁸² Para o economista argentino Claudio Katz, “[...]a maior mudança ocorreu com as lutas da Irlanda (*levantamentos de Irlanda*). Alí confirmou que o saqueio colonial destrói sociedades, sem facilitar seu desenvolvimento posterior. [...] Observou que a reorganização rural imposta na ilha era uma caricatura do realizado na Inglaterra. Longe de aumentar a produtividade agrária, reforçou a aristocracia territorial, a expulsão dos camponeses e a concentração da propriedade. [...] Ao observar o saque da Irlanda, Marx abandonou sua

Portanto, nos textos sobre a Irlanda da década de 1860, pode-se dizer que Marx está ainda mais próximo de uma visão multilinear da história e mais distante da perspectiva otimista a respeito do colonialismo vista na década de 1850. Segundo o politólogo francês Kolja Lindner, são nesses textos que há a quebra definitiva com uma perspectiva eurocêntrica:

É difícil, sob este ponto de vista, considerar os textos de Marx sobre a revolta indiana como passos no caminho para sua ruptura com o eurocentrismo. No entanto, [...], no mais tardar na década de 1860, Marx (e Engels) desenvolveram uma consciência do subdesenvolvimento devido ao colonialismo ou ao contexto colonial geral. Eles fizeram isso em conexão com a Irlanda. (LINDNER, 2010, p. 11)

Para Lindner, não seria exagero falar em uma “‘revisão’ das posições de Marx sobre o colonialismo ou sobre a libertação nacional, no mais tardar na segunda metade dos anos 1860. É precisamente esta mudança na posição de Marx que o leva a sua primeira ruptura com o Eurocentrismo” (LINDNER, 2010, p. 12). Curiosamente, o autor coloca estes textos em contraste com aqueles sobre a Índia, afirmando que é na questão irlandesa que Marx irá se afastar mais resolutamente de uma postura eurocêntrica¹⁸³. Outro comentador também aproxima ambos os escritos, afirmando que “Irlanda e Índia eram dois espaços-chave (*key sites*) para as especulações dispersas de Marx sobre a modernização capitalista colonial, e foi a Irlanda que levou aos comentários mais fortes do autor sobre as consequências regressivas (ao invés de progressivas) do domínio colonial” (GLEARY, 2002, p. 120).

Em um primeiro momento o paralelo parece incompreensível, dada a distância geográfica entre os dois países e a própria localização da Irlanda no continente europeu – e Lindner reconhece este ponto: “pode parecer estranho, à primeira vista, associar a ruptura de Marx com o eurocentrismo à Irlanda, um país que, em qualquer medida geográfica, é parte da Europa Ocidental” (LINDNER, 2010, p. 12). No entanto, alguns estudos econômicos apontam para a similaridade entre o padrão de desenvolvimento econômico irlandês e aquele de outras

expectativa anterior sobre a expansão capitalista. [...]. A partir desse momento, transformou sua simpatia pela resistência na Índia e na China em um elogio explícito da luta nacional, enalteceu a rebelião dos irlandeses que, retomando velhas tradições comunais, obrigaram os britânicos a militarizar a ilha. O teórico alemão participou intensamente nas campanhas para conseguir a adesão dos trabalhadores ingleses a essa luta. Compreendeu a necessidade de combater a divisão promovida pelos capitalistas entre os assalariados de ambas as nações. Assinalou que a luta irlandesa contribuiu para reduzir essas tensões e adaptou a famosa frase de propagando a favor dos resistentes fenianos (‘um povo que oprime outro não pode ser livre’)” (KATZ, 2016, p. 2).

¹⁸³ Importante ressaltar que Lindner estabelece esse contraste sobre – na melhor das hipóteses – um erro crasso, pois afirma que “em contraste com a Índia, dita capaz de vencer o domínio colonial apenas se ‘na Grã-Bretanha mesma as classes dominantes forem derrotadas pelo proletariado industrial’” (LINDNER, 2010, p. 12). No entanto, Lindner corta o texto de Marx ao meio. No original, Marx prossegue, afirmando que “[...] ou então, até os indianos mesmos conseguirem acumular força o bastante para vencer o domínio inglês como um todo” (MECW, 12, p. 220).

regiões que passaram por processos similares de colonização, tais como a Índia¹⁸⁴ (CROTTY, 1986; JACOBSON, 1994). O resultado do avanço britânico sobre a Irlanda foi muito similar àquele observado na Índia: destruição da indústria local e da manufatura incipiente, levando à consequente transformação do país em fornecedor de matérias primas para a indústria inglesa e sem desenvolver novas formas de organização da economia. Como resultado da colonização, ambos os países estavam em “situações estruturalmente comparáveis: eram ambas sociedades não-capitalistas sob o domínio colonial de uma (prematura) sociedade capitalista” (LINDNER, 2010, p. 12)¹⁸⁵.

Assim, Lindner conclui que

A economia irlandesa estava fortemente orientada para o Mercado inglês, ou funcionalmente integrada à expansão colonial inglesa, [...], por isto, era bastante comum estabelecer paralelos entre a Irlanda e a Índia. (LINDNER, 2010, p. 12)

Estes escritos percorrem percurso semelhante àquele observado nos textos sobre a Índia e a China. Em um primeiro momento, a colonização britânica e seus efeitos sobre a organização da agricultura irlandesa são descritos como revolucionários e em certa medida necessários para fazer avançar a história. Ademais, a possibilidade de emancipação encontrava-se restrita à Inglaterra e ao proletariado inglês:

De todos os países, a Inglaterra é aquele em que a contradição entre o proletariado e a burguesia está mais desenvolvida. A vitória dos proletários ingleses sobre a burguesia inglesa é, portanto, decisiva para a vitória de todos os oprimidos sobre seus opressores. [...] Então vocês, os cartistas, não devem simplesmente expressar desejos piedosos pela libertação das nações. Derrotem seus próprios inimigos internos e então poderão se orgulhar de ter derrotado toda a velha sociedade. (MECW, 6, p. 389)

Jani (2002, p. 88 – ênfase no original) observa a similaridade entre tais “visões iniciais sobre a Irlanda” e os textos sobre a Índia de 1853, já que em ambas “Marx não pensava que

¹⁸⁴ Tal visão que busca aproximar a experiência histórica irlandesa àquela de países colonizados é confrontada por uma perspectiva que busca aproximar a Irlanda das sociedades da Europa Ocidental. Tenta-se afirmar, com isso, que a Irlanda teria mais em comum com seus vizinhos colonizadores – embora não se constitua como um centro imperial tradicional –, do que com os povos colonizados pelas metrópoles europeias. O primeiro argumento deste grupo de intelectuais diz respeito à localização geográfica, cultural, econômica, racial, religiosa, etc. da Irlanda, muito mais próxima do mundo ocidental do que do chamado “Terceiro Mundo”. Uma forma de encarar este ponto é pensar que tratar a Irlanda como colônia britânica não diz respeito a sua localização geográfica, cultural, etc. O caso irlandês é excepcional – e isto não está em discussão aqui – justamente por se tratar de uma espécie de colonialismo “interno”, do Ocidente consigo mesmo. Os desenvolvimentos observados na Europa, suas transformações sociais, intelectuais, culturais, etc. afetaram decisivamente a formação da sociedade irlandesa. Porém, tal interferência foi sempre mediada pelo caráter objetivamente colonial da relação entre a Irlanda e a Inglaterra (GLEARY, 2002).

¹⁸⁵ O próprio Marx autoriza o paralelo, ao aproximar ambos os países. No polêmico texto *The British Rule In India*, afirma que “de um ponto de vista social, a Índia não é a Itália, mas a Irlanda do Oriente” (MECW, 12, p. 125). Ou em texto publicado no mesmo dia intitulado *Parliamentary Debate on India*, Marx aproxima a conquista da Índia à violência cometida na Irlanda (MARX, 1968 [1853], p. 77-78; 81-82). Cf. também Lim 1992, p. 170-1.

revoltas em regiões com sociedades pré-capitalistas seriam de importância *primária* para a derrubada do próprio capitalismo”. Assim como no caso indiano “foi preciso a revolta mesma para forçar Marx a desenvolver um entendimento melhor sobre a agência do sujeito colonizado” (JANI, 2002, p. 88), no chinês foi necessária a resistência ao comércio do ópio e, na Irlanda, o movimento feniano:

Entre 1858 e 1869, com a ascensão do republicanismo feniano e da repressão britânica e seus próprios esforços para mobilizar trabalhadores ingleses para defender os fenianos, Marx ficou plenamente convencido da idéia de que os movimentos de libertação irlandeses deveriam ser apoiados tanto por em princípio quanto por elevar o nível político da classe britânica, combatendo o chauvinismo nacional. (JANI, 2002, p. 95)

Esta perspectiva fica clara quando, em dezembro de 1869, Marx escreve uma carta a Engels, na qual discorre sobre como irá tratar da questão irlandesa durante a próxima reunião do Conselho Geral da Primeira Internacional:

Por muito tempo acreditei que seria possível derrubar o regime irlandês pela ascendência da classe trabalhadora inglesa. Eu sempre expressei esse ponto de vista no New York Tribune. Um estudo mais profundo agora me convenceu do contrário. A classe trabalhadora inglesa nunca realizará nada antes de se livrar da Irlanda. A alavanca deve ser aplicada na Irlanda. É por isso que a questão irlandesa é tão importante para o movimento social em geral. (MECW, 43, p. 391)

Enquanto no fim da década de 1840 a libertação da Irlanda estava condicionada à vitória da classe trabalhadora inglesa, no fim da década de 1860 a relação se inverteu: a libertação da Irlanda passa a ser a pré-condição para a vitória da classe trabalhadora inglesa¹⁸⁶. Tal mudança ocorreu devido a dois fatores essenciais: (i) o caminho do desenvolvimento econômico da Irlanda sob o domínio colonial da Inglaterra, resultando na difícil situação dos trabalhadores do campo e em seu impacto no movimento de libertação nacional na Irlanda; (ii) a situação da luta de classes na Inglaterra após a derrota do movimento Cartista e sua relação com as lutas que se desenrolavam na Irlanda. De certa forma, foi uma mudança concreta que impeliu a revisão teórica marxiana:

No decorrer de seus escritos sobre a Irlanda, Marx conscientemente mudou de uma posição estapista, na qual uma revolução socialista na Inglaterra causaria a liberação irlandesa, para uma na qual lutar pela liberdade irlandesa era um pré-requisito para conseguir ‘qualquer coisa’ na Inglaterra. Esses escritos fornecem uma base teórica para a posição de que o internacionalismo requer uma livre associação de nações. (JANI, 2002, p. 95)

¹⁸⁶ Segundo Aricó, “Dali em diante, para Marx e Engels será a *emancipação nacional* da Irlanda a condição primordial para a *emancipação social* do proletariado inglês” (ARICÓ, 2009 [1980], p. 105-6 – ênfases no original).

Segundo Jani, é com base nestas críticas políticas e econômicas do colonialismo e na consequente contradição em que elas entram com o posicionamento anterior de Marx que podemos depreender uma compreensão das lutas de libertação nacional como partes integrantes da revolução global – e não apenas como “seu parceiro júnior, não-europeu” (JANI, 2002, p. 83). Para Marx, o movimento de libertação nacional irlandês assumiu caráter revolucionário, enquanto a classe trabalhadora inglesa não só perdeu seu ímpeto revolucionário, como caiu sob o campo de influência da burguesia liberal, após a derrota do Cartismo.

Como coloca Lindner, “[...] a ênfase no uso britânico da violência, porém, influenciou sua mudança de perspectiva menos decididamente do que sua nova avaliação sobre os prospectos para o desenvolvimento abertos pelo colonialismo” (LINDNER, 2010, p. 12). Enquanto na apreciação da situação indiana Marx considera que a Inglaterra tem um duplo papel a cumprir – um primeiro de destruição, mas, após, um segundo regenerativo –, no que tange à Irlanda,

o colonialismo acaba por levar as colônias a uma integração assimétrica ao mercado mundial, ao mesmo tempo em que ergue barreiras contra o estabelecimento de um modo de produção capitalista, em vez de promovê-lo. [...] Essencial para o processo de acumulação na “pátria mãe” é o status colonial da Irlanda, não seu desenvolvimento socioeconômico. (LINDNER, 2010, p. 12)

É neste sentido que devemos compreender a afirmação anterior de que tais textos mostram um distanciamento ainda maior do eurocentrismo marxiano do *Manifesto* e da primeira metade da década de 1850. Marx aprofunda um movimento já esboçado na segunda metade dos anos 1850 e, assim, consideramos equivocada tratar estes escritos como “uma ruptura (*quiebre*) profunda” ou como “uma descontinuidade radical”, como propõe Horácio Crespo (2009, p. 29). Podemos seguir com Aricó, para quem, dali em diante,

A ênfase é colocada no efeito disruptivo que a luta das classes populares da nação dependente pode ter na luta da classe trabalhadora da nação dominante. O Marx eurocêntrico e que privilegia os efeitos objetivamente progressistas do capitalismo, que emerge da leitura do Manifesto para se tornar o único Marx da teoria e prática social-democratas, deve dar lugar a uma nova figura, profundamente nuançada e aberta aos novos fenômenos operados no mundo pela universalização capitalista. (ARICÓ, 2009 [1980], p.105-6).

Portanto, Marx encontra-se cada vez menos convencido “do sentido de progresso de que seria portador o mundo burguês”; as articulações entre o capitalismo e o colonialismo moderno, o impacto das lutas nacionais e suas relações complexas com as lutas de classes, a agência histórica do colonizado, tais fatores levam a uma mudança que será acentuada¹⁸⁷

¹⁸⁷ Para Katz, “nesta etapa, não se verifica nenhum traço da visão teleológica da história que os críticos atribuem a sua familiaridade com Hegel” (2016, p. 13).

na década de 1870 – a partir do estudo dos problemas relativos à comuna rural russa e suas potencialidades para ser a base de um desenvolvimento não-capitalista, que altera todo o quadro da evolução ‘necessária’ das sociedades atribuído a Marx, com toda a sua carga de premissas positivistas. (CRESPO, 2009, p.29)

Vejamos brevemente como Marx considera esta questão nas décadas seguintes. Segundo Aricó,

a partir do final da década de sessenta em diante, Marx já não abandona mais sua tese de que o desenvolvimento desigual da acumulação capitalista deslocava o centro da revolução dos países da Europa Ocidental para os países dependentes e coloniais. É por isso que ele estuda cada vez mais apaixonadamente os processos de proletarização que se operam na Índia, na Turquia, na Europa Oriental e finalmente na Rússia. (ARICÓ, 2009 [1980], p.108).

Ou ainda, analisando os efeitos da teorização marxiana sobre a Irlanda, o argentino considera que esta tem

Um papel de indubitável importância teórica e política, na medida em que significou uma extensão ao conjunto das camadas proletarizadas do mundo do conceito restritivo de "proletariado industrial" como o único suporte para as transformações sociais em um sentido socialista. A visão do desenvolvimento desigual e não-uniforme do capitalismo analisada no plano econômico, embora motivada em grande parte pela crescente desconfiança das capacidades revolucionárias do proletariado inglês e, por extensão, europeu, leva Marx a prestar cada vez mais atenção aos países periféricos, nos quais previu fortes confrontos de classe na crise que ele viu amadurecer nos anos setenta. (ARICÓ, 2009 [1980], p.104)

Notamos que Aricó identifica algumas linhas de força no pensamento de Marx neste momento: uma visão do desenvolvimento capitalista como desigual e múltiplo – e não como uma história teleológica e unilinear; a importância crescente que os países dependentes, coloniais ou periféricos terão em seus escritos deste período; a identificação de outros atores sociais capazes de operar transformações histórico-mundiais – e não apenas o “proletariado industrial”. Esta mudança está associada, segundo o argentino, a certa desilusão com a capacidade revolucionária do proletariado inglês – no caso específico da Irlanda – e europeu em geral, quando pensarmos nos textos dedicados à periferia a seguir.

Como observamos no fim do terceiro capítulo, a partir da segunda metade de 1870, Marx deixa de se dedicar com tanto afinco à situação na Irlanda e passa a analisar os desdobramentos da guerra Franco-prussiana e, posteriormente, da Comuna de Paris, que irrompeu na primavera de 1871. Pode-se dizer que a desilusão com o proletariado europeu esteve associada em grande medida ao destino da Comuna de Paris. Esta quebra de expectativas irá impulsioná-lo, também, ao estudo de comunidades agrária e ditas primitivas: “isto explica em grande parte suas leituras cada vez mais frequentes sobre o mundo campestre e a comuna

rural e sobre as possibilidades de que o movimento social encontre formas de passagem ao socialismo que evitem o caminho capitalista ‘ocidental’” (ARICÓ, 2009 [1980], p. 114-5).

Nesta nova perspectiva, Marx se afastou cada vez mais de filosofias da história apriorísticas e de uma visão unilateral da história universal, indo buscar, em cada caso empírico, uma análise específica, o que tomou contornos mais nítidos na apreciação que passou a fazer a respeito do desenvolvimento do capitalismo na Rússia. A última década de sua vida é importantíssima neste sentido e, durante ela, viveu “momentos [...] que determinaram a evolução de seu pensamento” (DUSSEL, 1990, p. 243). A partir da década de 1870, o filósofo se dedica à aprendizagem do russo e passa a estabelecer diálogos com os intelectuais daquele país¹⁸⁸. Estava em jogo o papel que poderia cumprir a comuna rural russa em uma eventual via russa não capitalista, questão esta que “se transformará, pouco a pouco, em um objeto de estudo quase obsessivo” (DUSSEL, 1990, p. 246). O Marx da *Ideologia Alemã* teria considerado a propriedade comunal um resquício do passado, de sociedades tribais. Algo que deveria ser eliminado, para abrir caminho para o futuro. Entretanto, a partir do observado na Índia, na China, na Irlanda, etc., Marx incorporou novas hipóteses ao seu pensamento e reformulou algumas perspectivas teóricas. Segundo Anderson (2010, p. 224), neste momento Marx se move “o mais distante possível do modelo unilinear de desenvolvimento implicitamente esposado no *Manifesto Comunista*”. Seu novo olhar para a periferia o fez reconsiderar o papel das formas comunais e considerar que elas poderiam, talvez, cumprir um papel de regeneração social, em uma formação social futura.

Como coloca Aricó,

[...] a mudança de perspectiva marxiana operada nos anos setenta foi motivada pela necessidade de resolver problemas teóricos surgidos no processo de elaboração final dos volumes subsequentes d’*O Capital*, mas também por razões mais estritamente políticas: as condições sociais da Rússia e os problemas que dela derivavam para o triunfo de uma revolução que ele considerava iminente. Por sua vez, a leitura de Maurer, Kovalevski, Morgan, Tylor Lubbock, Phear, Maine e os economistas e sociólogos russos permitiu que Marx se abrisse, com a amplitude de critérios e a capacidade analítica que o caracterizava, à ciência da época para encontrar nesta os elementos que permitiram a potencialização crítica de sua teoria. (ARICÓ, 2009 [1980], pp. 269-70)

Isto fica claro, por exemplo, na carta de 1877 aos editores da *Otiechesviennie Zpiski*, a qual constitui um “momento fundamental na vida de Marx e que possui grande significado [...]” (DUSSEL, 1990, p. 254). Nela, Marx rejeita explicitamente qualquer tentativa de

¹⁸⁸ Na verdade, seus estudos sobre a Rússia estão ligados à questão da renda da terra e ao livro III de *O Capital* e se iniciam já em 1865 (DUSSEL, 1990, p. 246). O filósofo se dedica à língua russa com especial afinco a partir de 1869-1870 (DUSSEL, 1990, p. 248).

[...] metamorfosear meu esboço histórico da gênese do capitalismo na Europa ocidental em uma teoria histórico-filosófica do desenvolvimento geral, imposta pelo destino a todos os povos, quaisquer que fossem as circunstâncias históricas nas quais eles estivessem inseridos, [...]. (MECW, 24, p. 200)

Afirma que “eventos surpreendentemente análogos, mas ocorrendo em contextos históricos diferentes” podem levar a resultados muito distintos, sendo necessário, portanto, estudar “cada uma destas evoluções em sua própria especificidade e então compará-las [...]” (MECW, 24, p. 201). Assim, ressalta que seu capítulo sobre a acumulação primitiva “[...] não pretende fazer mais do que traçar a estrada pela qual, na *Europa ocidental*, a ordem econômica capitalista emergiu das entranhas da ordem econômica feudal” (MECW, 24, p. 199 - grifos meus).

Ao enfatizar que sua análise se restringia à Europa Ocidental, fica clara a relutância de Marx com a aplicação mecânica de suas ideias a formações sociais distintas daquelas que foram seu objeto principal, ou seja, com o expediente de empregar “a fórmula universal de uma teoria geral histórico-filosófica” (MECW, 24, p. 201). No caso específico da situação russa, afirma concordar com “um grande crítico e estudioso russo” – o populista Nicolai Chernyshevsky –, o qual, ao lidar com a questão “se a Rússia deveria começar [...] por destruir a comuna rural para poder passar ao sistema capitalista, ou se então, pelo contrário, ela poderia adquirir os frutos deste sistema, sem sofrer de seus tormentos, desenvolvendo *suas próprias condições históricas*” (MECW, 24, p. 199 – grifos meus), fica com a segunda opção. Marx concorda com o populista russo e fundamenta da seguinte maneira sua perspectiva “[...] devo falar diretamente. [...] se a Rússia continuar a percorrer o caminho que tem seguido desde 1861, *ela irá perder a mais bela chance que a história jamais ofereceu a uma nação, apenas para sofrer as vicissitudes fatais do sistema capitalista*” (MECW, 24, p. 199 – grifos meus). Marx aqui considera evitar o capitalismo a “chance mais bela” (*finest chance*). Vemos, com isso, uma perspectiva bem distinta daquela exposta nos textos de 1853 sobre a Índia e a China e que reforça os deslocamentos críticos dos anos seguintes.

Ademais, Marx cita na carta a edição francesa do *Capital*, concluída em 1875 – e a última revista em vida pelo autor – e lembra assim uma importante alteração, que não foi mantida por Engels nas edições seguintes alemãs¹⁸⁹. No capítulo sobre a acumulação primitiva, no qual estava baseada a polêmica entre os “marxistas” russos e os populistas – aos quais, ironicamente, Marx dá razão em sua intervenção –, nosso autor decidiu alterar o texto da edição

¹⁸⁹ Inclusive, a quarta edição alemã, de 1890, que serve de base para a maior parte das traduções posteriores – inclusive a brasileira –, deixa de observar algumas mudanças importantes introduzidas por Marx na edição francesa de 1875. Enrique Dussel (1990, p. 255–6) chamou a atenção para essa mudança e para sua importância. Cf. também Anderson, 2010, p. 171-180.

original alemã justamente para enfatizar o caráter restrito à Europa Ocidental, quando de sua análise histórica:

“A expropriação da base fundiária do produtor rural, do camponês, forma a base de todo o processo. Sua história assume coloridos diferentes nos diferentes países e percorre as várias fases em sequência diversa e em diferentes épocas históricas. Apenas na Inglaterra, que, por isso, tomamos como exemplo, mostra-se em sua forma clássica” (MARX, 1984 [1890], p. 263).

“Mas a base de toda essa evolução é a expropriação de agricultores. Isso só foi realizado de maneira radical na Inglaterra: então este país necessariamente desempenhará o papel principal em nosso esquema. Mas todos os outros países da *Europa Ocidental* percorrem o mesmo movimento, embora, dependendo do contexto (*milieu*), mude a cor local, ou se restrinja a um grupo mais restrito (*ou se resserre dans um cercle plus étroit*), ou tenha um caráter menos pronunciado, ou siga uma ordem diferente de sucessão”. (MARX, 1985b [1872-75], p. 169)

A edição francesa foi a última que Marx pessoalmente preparou para publicação. Nela, pode-se observar algumas diferenças importantes que não foram incorporadas por Engels na quarta e “definitiva” edição de 1890 – como a mencionada acima. Kevin Anderson relata que, na MEGA²II/10¹⁹⁰, encontra-se um apêndice de 50 páginas intitulado “List of Places in the Text of the French Edition That Were Not Included in the Third and Fourth German Editions” (ANDERSON, 2010, p. 174). Ademais, o próprio Marx ressalta, no pós-fácio desta edição – em seu último pronunciamento publicado a respeito do *Capital* –, que “[...] quaisquer que sejam os defeitos literários desta edição francesa, ela possui um valor científico independente da original e deve ser consultada mesmo pelos leitores familiares com o alemão” (MECW, 35, p. 24). Em carta a um dos tradutores da edição russa, Nikolai Danielson, de 28 de maio de 1878, Marx ressalta que, ainda que tenha algumas reservas quanto à qualidade da edição francesa, gostaria de fazê-la a base de futuras traduções:

Embora a edição francesa [...] tenha sido preparada por um grande especialista nas duas línguas, ele, por vezes, fez uma tradução muito literal. Por isso, me vi obrigado a reescrever passagens inteiras em francês, para torná-las palatáveis para o público francês. Será mais fácil, mais tarde, traduzir o livro do francês para o inglês e para as línguas românicas. (MECW, 44, p. 385)

Nos anos seguintes, Marx indicou inúmeras vezes que, à exceção dos seis primeiros capítulos, a edição francesa teria de ser tomada como base e última palavra para quaisquer novos trabalhos de edição. Em nova carta a Danielson, agora de 15 de novembro de 1878, Marx pede que o tradutor utilize a divisão em partes e capítulos utilizada na edição francesa (MECW, 45, p. 343) – o que fazia da seção sobre a acumulação primitiva uma parte oitava separada da sétima sobre a acumulação (ANDERSON, 2010, p. 175). Além disso, ressalta que o tradutor deve comparar “[...] sempre cuidadosamente a segunda edição alemão com a francesa, uma vez que a última contém muitas mudanças importantes e adições [...]” (MECW, 45, p. 343).

O pesquisador japonês Haruki Wada salienta algumas dessas modificações. No prefácio à primeira edição alemã (1867), Marx afirma que “o país que é mais desenvolvido industrialmente apenas mostra ao menos desenvolvido a imagem de seu próprio futuro!” (MECW, 35, p. 9). Wada nota algumas pequenas, mas importantes alterações já na segunda edição alemã (1873). Marx tira um ponto de exclamação do trecho acima, diminuindo a

¹⁹⁰ Isto é, na segunda edição do projeto *Marx-Engels Gesamtausgabe* – a primeira havia sido coordenada por Riazanov entre os anos 1920 e 1930 –, na segunda seção de escritos, no décimo volume.

intensidade da afirmação (WADA, 1983, p. 46-7)¹⁹¹. Na edição francesa de 1875, Marx faz outra modificação, agora mais importante: “o mais mais desenvolvimento industrialmente apenas mostra, *àqueles que o seguem no caminho industrial*, a imagem de seu próprio futuro” (MARX, 1985a [1872-1875], p. 36 – ênfase nossa). Assim, o filósofo deixa em aberto a possibilidade de caminhos distintos para aquelas nações que não estavam no caminho industrial – a bem da verdade, todo o mundo, à exceção dos Estados Unidos e da Europa Ocidental. Kevin Anderson anota que tal mudança é “um exemplo da evolução de seu pensamento, se afastando do unilinearismo implícito do *Manifesto*, um processo que já estava em progresso desde os anos 1850” (ANDERSON, 2010, p. 178). Portanto, tal alteração segue o mesmo caminho daquela feita no capítulo sobre a acumulação originária, destacada acima: “[...] estas duas alterações importantes para a edição francesa de 1872-1875, [...] representam [...] mudanças no pensamento de Marx [...]” (ANDERSON 2010, p. 180).

Ao proceder desta maneira, Marx ressalta que a perspectiva histórica delineada em sua obra não diz respeito a formações sociais distintas daquelas observadas na Europa Ocidental e ressalta que para emitir um juízo a respeito do “desenvolvimento econômico da Rússia contemporânea”, foi preciso “aprender russo e então passar longos anos estudando publicações oficiais e outras relacionadas ao assunto” (MECW, 24, p. 199). A carta de 1877, porém, acaba não sendo enviada e, alguns anos depois, Marx é obrigado a voltar a questão quando a populista russa Vera Zasulich lhe indaga sobre se a comuna rural, liberta dos pesados impostos e de outros pagamentos à administração czarista, poderia desenvolver-se num sentido comunista, organizando a produção em bases coletivistas. Em sua carta, Vera afirma que o livro de Marx, *O Capital*, está desfrutando de enorme popularidade na Rússia e desempenhando um papel importante “em nossas discussões sobre a questão agrária [...] e nossa comuna rural” (MECW, 24, p. 640).

O movimento populista (*narodnik*) – ao qual pertenciam Zasulich¹⁹², Chernyshevski, dentre outros – defendia que, sim, havia a possibilidade de um desenvolvimento histórico

¹⁹¹ Além disso, no “Posfácio” desta segunda edição, o autor elogia o teórico narodnik Nikolai Chernyshevskii como um grande pesquisador e tira uma observação desdenhosa sobre o populista Aleksandr Herzen (Wada, 1983, p. 46).

¹⁹² Posteriormente, Zasulich, junto de Georgi Plekhanov e Pavel Axelrod, dentre outros, irão formar o grupo Tchorny Péredel (Partilha Negra), uma dissidência da organização Narodnaia Volia (A Vontade de Povo) (LÖWY, 2013, p. 13). Segundo Rubem César Fernandes, “a primeira organização de dimensões nacionais dos *narodniki*” chamou-se “Terra e Liberdade” (1982, p. 33). A repressão policial e os julgamentos coletivos levaram a uma cisão interna na organização: “a fração predominante inverteu o sentido da tática *narodnik*, voltando-se para um ataque frontal ao Estado, numa sequência de atos terroristas cujo objetivo seria a destruição da pessoa que encarnava a unidade da nação, o próprio tzar. [...] A tendência perdedora insistiu em preservar o sentido primeiro do movimento que era o da aproximação entre a *intelligentsia* contestatária e o povo. A primeira veio a

específico russo, que levasse a uma outra sociedade, sem passar pelas agrúrias do capitalismo. Neste caso, o militante socialista deveria lutar pela libertação da comuna e por seu desenvolvimento em outras bases. De outro lado, havia os autointitulados marxistas¹⁹³, para os quais a comuna seria uma forma arcaica, primitiva, que deveria perecer. De acordo com esta visão, seria preciso desenvolver o capitalismo na Rússia, o qual deveria repetir os estágios históricos observados na Europa Ocidental. Vera então questiona Marx a respeito de sua opinião sobre o futuro da comuna rural e sobre “a teoria da *inevitabilidade histórica, para todos os países do mundo, de passar por todas as fases da produção capitalista*” (MECW, 24, p. 640 – grifos nossos).

Marx leva três semanas para responder e redige quatro rascunhos, antes de enviar sua versão definitiva. Comparando os rascunhos e a versão enviada, observa-se que o filósofo alemão vai de uma exposição mais detalhada para uma mais sucinta¹⁹⁴: no primeiro rascunho, temos sete folhas preenchidas em ambos os lados e marcadas por inúmeras repetições; no segundo, em uma tentativa de expor o problema de forma mais concisa, temos três folhas apenas; o terceiro, por 3 folhas únicas e uma dupla; já o quarto rascunho contém apenas dois parágrafos, ambos incluídos na versão final, enviada para Vera a 08 de março de 1881 (MECW, 21, p. 640). Qual é, afinal, sua resposta?

Marx começa por afirmar a condição primordial do sistema capitalista: “a completa separação do produtor dos meios de produção”, em cuja base encontra-se “a *expropriação do produtor agrícola*” (MECW, 24, p. 370 – grifos no original). Citando novamente a edição francesa d’*O Capital*, ressalta que este processo não adquiriu uma forma radical em nenhum

organizar-se em ‘A Vontade do Povo’, dirigida por um Comitê Executivo, e a segunda tomou o nome de ‘A Repartição Negra’ [...]” (FERNANDES, 1982, p. 33).

¹⁹³ Vera se refere da seguinte forma àqueles que defendem o fim da comuna rural: “as pessoas que defendem isto reivindicam-se seus discípulos por excelência: ‘Marxistas’. Seu argumento mais forte é frequentemente: ‘assim diz Marx’. ‘Mas como você deduz isto do *Capital* dele? Nele, Marx não lida com a questão agrária e não fala sobre a Rússia”, a objeção é posta a eles. ‘Ele teria dito isto, se ele tivesse falado sobre nosso país’, seus discípulos respondem [...]” (MECW, 24, p. 642).

¹⁹⁴ Wada (1983) e Shizuma (1975) argumentam que a ordem correta seria: rascunho dois, um, três e quatro. Assim, no rascunho dois, Marx teria esboçado todos os pontos relevantes, mas sem uma forma adequada, a qual teria sido elaborada a partir dos rascunhos seguintes. O escrito em seguida, numerado como um por Riazanov (WADA, 1983, p. 64), é aquele onde as ideias estão mais desenvolvidas. Alguns pontos serão cortados para a carta final. No rascunho três, Marx organiza e dá ordem ao escrito anterior. O quarto rascunho iluminaria um ponto importante. Segundo Wada (1983, p. 68), Marx teria pensado que ele, “um apoiador da Vontade do Povo, não deveria dar a uma organização diferente, a Repartição Negra, uma declaração tão importante e deixá-los publicá-la em seu nome”. Isto explicaria o fato de Marx ter iniciado sua carta a Vera pedindo desculpas: “Eu sinto muito que não pude enviá-la uma exposição concisa, pensada para publicação [...]. Meses atrás eu prometi para o Comitê de São Petesburgo que iria prepará-los uma análise sobre o mesmo assunto” (MECW, 24, p. 370) – ou seja, um pedido do “Comitê Executivo da Vontade do Povo” (MECW, 24, p. 642), a organização russa com a qual Marx mais simpatizava.

lugar, à exceção da Inglaterra, mas que “*todos os outros países da Europa ocidental* estão passando pelo mesmo processo” (MECW, 24, p. 370 – grifos no original). O filósofo alemão põe em destaque em sua missiva a sentença que especifica que o esboço histórico elaborado no capítulo sobre a acumulação originária diz respeito apenas à Europa Ocidental, demonstrando o peso da mudança feita na tradução para o francês. Nesse sentido, ressalta, “a ‘inevitabilidade histórica’¹⁹⁵ deste processo é *expressamente* limitada aos *países da Europa ocidental*” (MECW, 24, p. 370 – grifos no original). E por que isto? Marx responde: trata-se de países nos quais a “*propriedade privada*, baseada no trabalho pessoal (*personal labour*) [...] será suplantada pela *propriedade privada capitalista*, baseada na exploração do trabalho de outros, no trabalho assalariado” (MECW, 24, p. 370 – grifos no original). Em outras palavras, neste “movimento ocidental” o que está ocorrendo “é a *transformação de uma forma de propriedade privada em outra forma de propriedade privada*” (MECW, 24, p. 370-1 – grifos no original). Na Rússia, a dissolução da comuna rural significaria justamente o contrário: “[...] *sua propriedade communal* teria, pelo contrário, de ser *transformada em propriedade privada*” (MECW, 24, p. 371). Deste modo, o pensador conclui que a análise delineada em *O Capital* não lhe permite dizer-se nem contra nem a favor da comuna rural, mas, “o estudo especial que eu fiz da questão, e o material que eu retirei de fontes originais” – ou seja, a ida ao empírico, o estudo da situação concreta na Rússia – “me convenceram que esta comuna é o fulcro (*fulcrum*) da regeneração social na Rússia”, desde que liberta das “influências deletérias que a atacam de todos os lados, e então garantir para ela as condições normais de um desenvolvimento espontâneo” (MECW, 24, p. 371).

Os debates em torno da comuna russa expõem uma mudança na apreciação que Marx faz da propriedade comunal primitiva, vista agora de um ponto de vista positivo, como uma possibilidade de desenvolvimento futuro. Tible considera os textos sobre a comuna em paralelo com as leituras que Marx faz da obra de Lewis Morgan, considerando-os

dois momentos-chave: o debate com os russos acerca do destino da comuna rural explicita seu questionamento dos estágios de desenvolvimento e seu diálogo com Morgan o leva a pensar a riqueza da organização política iroquesa, ambos remetendo a uma incorporação de outros atores e movimentos. (TIBLE, 2013, p. 44–5)

Examinemos por um instante os rascunhos, onde Marx elaborou mais detidamente seu pensamento e, inclusive, citou textualmente Morgan. No início do primeiro rascunho, Marx

¹⁹⁵ A expressão é de Vera, conforme ressaltamos logo acima.

retoma a análise presente na carta. Citando fartamente a edição francesa de seu livro, mostra como a condição da Rússia é distinta daquela observada na Europa Ocidental e defende que na Rússia, devido a uma combinação única de circunstâncias, “a comuna rural, ainda estabelecida em escala nacional, pode, gradualmente, se descolar de suas características primitivas e se desenvolver diretamente como um elemento da produção coletiva em uma escala nacional” (MECW, 24, p. 349). Graças a sua contemporaneidade com a produção capitalista¹⁹⁶, “ela pode se apropriar das *aquisições positivas* desta última, sem experimentar todos os seus terríveis infortúnios” (MECW, 24, p. 349 – grifos no original). Se o enorme gasto que os camponeses têm para financiar o Estado czarista fosse utilizado “para desenvolver ainda mais a comuna rural”, esta poderia ser reconhecida como “elemento de regeneração da sociedade russa e um elemento de superioridade sobre os países ainda escravizados pelo regime capitalista” (MECW, 24, p. 349). Marx então menciona outro fator que favorece a preservação da comuna russa: a produção capitalista encontra-se em crise profunda, uma crise

Que irá terminar apenas com sua eliminação, no retorno das sociedades modernas ao tipo “arcaico” de propriedade comunal, uma forma na qual, nas palavras de um escritor americano¹⁹⁷, livre de qualquer suspeita de tendências revolucionárias e cujo trabalho foi financiado pelo governo de Washington, ‘o novo sistema’ para o qual a sociedade moderna tende ‘será um *renascimento em uma forma superior* de um tipo social arcaico’. Portanto, não devemos nos alarmar com a palavra ‘arcaico’¹⁹⁸. (MECW, 24, p. 350)

Trata-se de uma perspectiva inovadora, na qual o estudo das formas comunais – ditas primitivas – não importa tanto como uma questão de conhecimento sobre as origens da humanidade, mas como uma questão concreta dos possíveis desenvolvimentos futuros e revolucionários. Essa nova perspectiva, que Marx irá formulando aos poucos, primeiro a partir de seu contato com as revoltas anticoloniais na Índia e China, depois em suas reflexões sobre o movimento pela libertação nacional na Irlanda e, enfim, sobre o desenvolvimento do capitalismo na Rússia é bastante distinta daquela exposta anteriormente, calcada numa filosofia da história apriorística. Os dois motes desse momento posterior são: ir à situação concreta¹⁹⁹ e deixar-se afetar pelas lutas ali observadas. Ocorre então uma mudança de paradigma, uma

¹⁹⁶ E ao fato de a Rússia não ter sido invadida por um conquistador externo, como a Índia.

¹⁹⁷ Morgan.

¹⁹⁸ No regundo rascunho, o autor é ainda mais explícito e afirma que “as nações onde ela atingiu seu pico na Europa e na América aspiram apenas a quebrar suas correntes, substituindo a produção capitalista com a produção cooperativa, e a propriedade capitalista por uma *forma superior* do tipo arcaico de propriedade, isto é, **a propriedade comunista**” (MECW, 24, p. 362 – itálicos no original; negrito nosso).

¹⁹⁹ “Nós precisamos descer da pura teoria para a realidade russa” (MECW, 24, p. 354).

“viraje” para falar com Dussel²⁰⁰ e Aricó, na qual uma filosofia da história unilinear, evolucionista, tendo como eixo o desenvolvimento do capitalismo na Inglaterra, passa a uma perspectiva aberta, de múltiplas histórias a serem conectadas; não se trata mais de buscar um caminho que totalize a experiência humana possível com base em uma noção única de progresso, mas de opor à apropriação privada e à separação dos trabalhadores dos seus meios de produção uma multiplicidade de formas comunais e de formações sociais sem classes. O universal não figura mais como dado, mas como algo a ser construído. Não se trata mais de um comunismo a surgir, a partir do devir histórico, mas de possíveis “comunismos” presentes em tempos históricos diversos que surgem em potência a partir de lutas distintas. O vínculo entre o comunismo primitivo e o comunismo porvir está estabelecido agora em outro patamar. Esta nova perspectiva se aplica também em seu olhar para as colônias, como vimos no caso irlandês. Como coloca Tible (2013, p. 66; 2014, p. 223-4),

A narração linear, do centro em direção à periferia, é substituída por uma inter-relação permanente. Por via de uma mútua influência, as colônias constituem laboratórios da modernidade tanto quanto as metrópoles. Trata-se de um sistema mundial híbrido e, assim, não faz sentido opor “tradição” e “modernidade”, pois as “civilizações pré-coloniais são em muitos casos muito avançadas, ricas, complexas e sofisticadas; e as contribuições dos colonizados à assim chamada civilização moderna são substanciais e em grande medida não reconhecidas” (Hardt e Negri, 2009, p. 68). Além disso, com a expansão – quase ao limite do planeta – do modo de produção capitalista, todos estamos inseridos numa mesma contemporaneidade.

Tal contemporaneidade a apreende Marx com clareza quando trata da Rússia e dos possíveis elos entre o comunismo primitivo e o comunismo revolucionário.

A compreensão de Marx aproxima-se de uma perspectiva de multiplicidade de tempos e de relações sociais que são, também, contemporâneas. Há uma certa sucessão no tempo, mas, também, curto-circuitos. Isto torna possível pensar numa articulação outra que uma linha linear e progressiva do tempo histórico. Permite, assim, compreender a questão da diferença entre sociedades de e sem classes por uma via diferente. (TIBLE, 2013, p. 65-6).

²⁰⁰ O filósofo argentino faz uma consideração importante neste ponto: a questão russa está localizada no nível concreto – ou histórico – e não no abstrato/filosófico. Neste sentido, afirma, a mudança que ocorre em Marx não se dá no “nível *essencial*, onde se encontra, abstratamente, o discurso d’*O Capital*” (DUSSEL, 1990, p. 260 – grifos no original), pois, conforme afirmou Marx, nele não há argumentos nem contra nem a favor da comuna. Não à toa, as passagens do *Capital* usadas por Marx são da seção 7, sobre a acumulação e, mais especificamente, do capítulo XXIV, sobre a acumulação originária. Este e o XXV, afirma, estão localizados no final, como apêndices, justamente por tratarem do “aspecto ‘histórico’ da origem dessa acumulação” (DUSSEL, 1990, p. 261).

Marx então prossegue, em seu rascunho, discorrendo a respeito das formas comunais. Destaca sua “viabilidade natural”, a qual é demonstrada por dois fatos: primeiro, por alguns tipos de organização comunal terem “sobrevivido a todas as vicissitudes da Idade Média e terem sido preservadas até nossos dias atuais” (MECW, 24, p. 350) – sendo, portanto, contemporâneas, isto é, compondo o tempo presente; em segundo lugar, por aquelas comunas que imprimiram suas características de forma tão marcante nas formas comunais que as precederam que tornaram possível que “Maurer, quando analisando esta comuna de formação secundária, pôde reconstruir o protótipo arcaico” (MECW, 24, p. 350). Marx então passa a pensar sobre as distinções entre as Comunas agrárias e aquelas de tipo mais “arcaico”, isto é, que mantiveram suas características quase inalteradas com o passar do tempo. O alemão considera que na Europa Ocidental em geral a comuna agrícola aparece como “*o tipo mais recente* da forma arcaica das sociedades” se constituindo neste caso como “um período de transição da propriedade comunal para a propriedade privada, como um período de transição da forma primária para a secundária” (MECW, 24, p. 352). Marx se pergunta, então: “isto significa que, em todas as circunstâncias, o desenvolvimento da ‘comuna agrícola’ deve seguir este caminho?” (MECW, 24, p. 352). Novamente, sua resposta é negativa: é possível, ao menos enquanto possibilidade *a priori* que os elementos coletivos da comuna se desenvolvam e ganham prevalência sobre os elementos de propriedade privada. Para determinar qual elemento irá prevalecer, é preciso estudar os “diferentes contextos históricos” de cada caso concreto (MECW, 24, p. 352)²⁰¹.

Após isto, ele retoma a questão russa em específico para defender a viabilidade da comuna russa se desenvolver num sentido comunista, desde que supere seu isolamento²⁰², resultado da larga extensão territorial – “um obstáculo que poderia ser facilmente eliminado”, sendo necessário apenas substituir o corpo do governo por uma “assembleia de camponeses eleita pelas próprias comunas”, servindo “como os órgãos econômicos e administrativos para seus próprios interesses” (MECW, 24, p. 353), ou seja, pelo autogoverno camponês. Ademais, a fim de superar o “trabalho parcelado – a fonte da apropriação privada”, Marx defende o “trabalho cooperativo, organizado em grande escala” (MECW, 24, p. 356). As condições para isso, a comuna russa já tem, pois se encontra “em um contexto histórico no qual sua contemporaneidade com a produção capitalista a dota das condições necessárias para o trabalho

²⁰¹ Em outro rascunho, Marx usou “o ambiente histórico onde a comuna está localizada” (MECW, 24, p. 367)

²⁰² Marx fala também dos pesados impostos cobrados sobre os camponeses pelo Estado: “exaustos por suas exigências fiscais, a comuna se tornou algo inerte, facilmente explorada pelo comércio, pela propriedade da terra e pela usura” (MECW, 24, p. 354).

coletivo” (MECW, 24, p. 356). No entanto, Marx ressalta, a única forma de libertar a comuna de tal exploração é por uma revolução: “para salvar a comuna russa, uma revolução russa é necessária” (MECW, 24, p. 357). Se uma revolução vier no momento oportuno, afirma, se ela concentrar todas as suas energias para permitir “a liberdade completa da comuna rural (*the rural commune full scope*), esta logo se desenvolverá em um elemento de regeneração na Rússia” (MECW, 24, p. 360).

Pudemos observar neste primeiro rascunho como a visão de Marx a respeito das comunidades primitivas mudou. Comentando a respeito da história destas, o filósofo explica que não se pode colocar todas num mesmo nível, pois existiriam formas históricas distintas, “várias séries de tipos primários, secundários, terciários, etc.” (MECW, 24, p. 358). Diz ainda que a história dessas formas está ainda por ser escrita, mas que as pesquisas disponíveis até então estabeleciam que “a vitalidade das comunidades primitivas era incomparavelmente maior do que daquelas sociedades semíticas, gregas, romanas, etc. e, *a fortiori*, do que das modernas sociedades capitalistas” (MECW, 24, p. 358-9). Alerta, porém, para o fato de que as histórias das comunidades primitivas escritas por escritores burgueses precisam ser lidas “com cuidado”, pois “elas nem tentam evitar as falsidades (*do not even shrink from falsehoods*)” (MECW, 24, p. 359) – demonstrando uma espécie de desconfiança das fontes, desconfiança esta inexistente nos textos de 1853, por exemplo.

Inclusive, Marx ilustra seu ponto com o caso de Henry Maine, “ativo colaborador do governo britânico na destruição violenta das comunas da Índia”, e que “hipocritamente nos assegura que todos os nobres esforços do governo para apoiar as comunas foram frustrados pelas forças espontâneas das leis econômicas” (MECW, 24, p. 359). Aliás, a reflexão marxiana sobre o desenvolvimento do capitalismo na Rússia parece ter aguçado ainda mais seu juízo sobre o domínio colonial na Índia. Voltando à questão da ocupação e colonização britânicas na Índia, Marx escreveu, no terceiro rascunho da carta para Vera que:

Quanto às Índias Orientais, por exemplo, todos, exceto Sir Henry Maine e outros de sua laia, percebem que a supressão da propriedade comunal não passava de um ato de vandalismo inglês, *empurrando os nativos não para frente, mas para trás*. [...] tudo o que conseguiram fazer foi *arruinar a agricultura nativa e duplicar o número e a gravidade das fomes*. (MECW, 24, p. 365; 368 – grifos meus)²⁰³

²⁰³ Em carta a Danielson de 1879, Marx destaca ainda o papel deletério que a construção de ferrovias tem em países periféricos (MECW, 35, p. 353-8). Segundo Wada (1983, p. 63), neste momento Marx “generaliza isto como um fenômeno característico do desenvolvimento capitalista em países atrasados. [...] tisto mostra que Marx estava começando a perceber a estrutura única do capitalismo atrasado”.

Um juízo completamente oposto daquele emitido 30 anos antes.

A questão russa está presente também no ano seguinte, 1882, quando Marx e Engels redigem o prefácio à segunda edição russa do *Manifesto*. Segundo Dussel, trata-se de um texto de compromisso. Os autores firmam que a Rússia era, naquele momento, “a vanguarda da ação revolucionária na Europa” (MECW, 24, p. 426)²⁰⁴ e se colocam novamente a possibilidade de a comuna russa passar diretamente a ser uma forma superior – comunista – de propriedade, ou se precisaria obrigatoriamente passar pelas etapas europeias ocidentais. Sua resposta? “Se a revolução russa se tornar o sinal para uma revolução proletária no Ocidente²⁰⁵, de modo que as duas se complementem, a atual propriedade comum da terra na Rússia pode servir como ponto de partida para um desenvolvimento comunista²⁰⁶” (MECW, 24, p. 426). Novamente, assim

²⁰⁴ Posição de Marx.

²⁰⁵ Posição de Engels, para quem “a revolução socialista apenas pode ser liderada pelo Ocidente, porque ali há, propriamente, proletariado e burguesia. Para ele, ainda que haja uma revolução russa – concessão de Engels a Marx – esta não pode cumprir com seus fins, a menos que haja, ao menos simultaneamente – e qualitativamente na vanguarda –, uma revolução no Ocidente – condição que Marx nunca incluía em seu diálogo com os populistas” (DUSSEL, 1990, p. 262). O diferente posicionamento entre os dois fica claro em diversos momentos. Em resposta à crítica do populista Pedro Nikitch Tkachov (1844-1885), em 1875, Engels afirma que “a revolução a que aspira o socialismo moderno consiste [...] na vitória do proletariado sobre a burguesia [...]. Para isso é necessário que exista, além do proletariado, [...], a burguesia, [...]. Entre os selvagens e os semi-selvagens, tampouco há diferenças de classe e por esse estágio passaram todos os povos. [...] a burguesia é, [...], uma condição prévia, e tão necessária como o próprio proletariado, para a revolução socialista” (FERNANDES, 1982, p. 144-7); outro exemplo é a carta de Engels a Vera Zasúlich de 23 de abril de 1885, na qual o alemão confessa estar “orgulhoso por saber que há um partido na juventude russa que aceita francamente e sem equívocos as grandes teorias econômicas e históricas de Marx e que rompeu decididamente com todas as tradições anarquistas e mais ou menos filo-eslavas dos seus predecessores. Marx também ficaria orgulhoso se tivesse vivido um pouco mais” (FERNANDES, 1982 p. 202). Ao mencionar “as grandes teorias econômicas e históricas de Marx”, Engels vai inclusive contra a postura marxiana da carta de 1877, na qual o pensador insiste em recusar que tenha produzido uma teoria histórico filosófica. Alguns anos depois, em janeiro de 1881, Marx vai no mesmo sentido, ao recusar, nas “Marginal notes on Adolph Wagner’s *Lehrbuch der Politischen Ökonomie*”, ter estabelecido um “sistema socialista” (MECW, 24, p. 533). Há que se pontuar que a crítica dusseliana na qual nos baseamos – que segue, na verdade, a posição de Wada (1983, p. 70) – se dirige à postura Engelsiana mais ampla. Poder-se-ia argumentar que, no texto específico do Prefácio à edição russa do *Manifesto*, temos apenas uma lembrança do caráter internacional da revolução; quer dizer, não bastaria haver uma revolução na Rússia, por mais que ela levasse a um desenvolvimento comunista, se tal revolução não se espalhasse pelo mundo. É o que lembra Löwy (2013, p. 15), ao frisar que tal “previsão condicional” seria uma “variante da hipótese já sugerida na correspondência de 1881” e que “sem a extensão da Revolução [...] à Europa ocidental, [...] o poder dos trabalhadores na Rússia estava condenado”. Marx já havia indicado isso em seus rascunhos da carta a Vera, onde coloca, como aspecto essencial do desenvolvimento da comuna, a crise mundial por que passa o capitalismo (quando afirma, por exemplo, que tal sistema social encontra-se “em uma crise que terminará com sua eliminação” (MECW, 24, p. 350). Kevin Anderson também procura ressaltar este ponto, defendendo que “Marx não estava, de maneira alguma, proponho uma autarquia ou um socialismo em um só país para a Rússia” (ANDERSON, 2010, p. 243). O pensamento de Marx se constitui em um método aberto, em contato profundo com a realidade e, portanto, capaz de se modificar conforme a ela. É o que observamos quando o autor se volta a sociedades não-ocidentais. A postura engelsiana por outro lado, de um “determinismo trágico, unilinear” como nas cartas a Danielson de 15 de março de 1892 (FERNANDES, 1982, p. 219) e 24 de fevereiro de 1893 (FERNANDES, 1982, p. 247-8), irá resultar numa filosofia da história como teoria do desenvolvimento da humanidade. Esta perspectiva passou a ser a essência de parte dos marxismos e é a ela que os teóricos pós-coloniais expostos na introdução se dirigem em sua crítica. Trata-se, a bem da verdade, de um “marxismo contra Marx” (DUSSEL, 1990, p. 263).

²⁰⁶ Posição de Marx.

como pensado para a Irlanda, a revolução em um país supostamente atrasado poderia levar à revolução no país avançado. E, novamente, a mudança deve ser atribuída “ao contato com as lutas e com os movimentos revolucionários” (TIBLE, 2013, p. 51) da Rússia²⁰⁷.

Esta dissertação iniciou-se com as críticas de alguns autores do pós-colonialismo a Marx. Tendo estudado o percurso dos escritos de Marx que tratam do colonialismo esperamos ter demonstrado a possibilidade de uma leitura outra de Marx. Uma perspectiva que enfatize a capacidade que o autor tinha de se deixar contaminar pelas lutas históricas – no caso, dos colonizados – e sua busca por apreender as especificidades das situações concretas, ao fazer análises históricas, elaborando com isso uma teoria do desenvolvimento social multilinear e não reducionista. O deslocamento observado na obra do alemão permite deixar em aberto um diálogo mais produtivo com o pós-colonialismo, em especial se considerarmos a hostilidade crescente do autor para com o capitalismo, o colonialismo e o racismo e as articulações entre nacionalismo, classe e etnicidade teorizadas por ele²⁰⁸. Além disso, notamos na conclusão como estas tendências irão se acentuar no fim de sua vida, quando Marx pensa as sociedades sem classes “não para descobrir novas origens da humanidade, mas sim para investigar novas possíveis forças revolucionárias” (TIBLE, 2013, p. 69). Isto o leva a pensar a história em termos de multiplicidade e não a encaixar as distintas realidades sociais em esquemas apriorísticos de estágios pré-estabelecidos e universais.

Por fim, gostaríamos de sintetizar brevemente alguns aspectos centrais que surgiram dessa leitura outra de Marx²⁰⁹:

- (i) Recusa em transformar sua descrição histórica do surgimento do capitalismo na Europa ocidental em uma teoria da história aplicável a todas as sociedades; com isso, abandona também a perspectiva etapista e deixa de elaborar qualquer sistema classificatório geral. As etapas de modos de produção descritas na *Ideologia Alemã* e no *Manifesto* como sequências histórico-universais passam a valer apenas para a Europa Ocidental;

²⁰⁷ Dussel afirma que “de todo modo, a discussão dos revolucionários russos ajudou Marx a clarificar um assunto fundamental: os sistemas econômicos históricos não seguem uma sucessão linear em todas as partes do mundo. A Europa Ocidental, e de maneira clássica a Inglaterra, não são a ‘antecipação’ do processo pelo qual tem de passar, obrigatoriamente, todos os países ‘atrasados’. Se superava o que hoje chamaríamos de ‘desenvolvimentismo’ [...]” (DUSSEL, 1990, p. 261).

²⁰⁸ Analisando a atuação de Marx na Internacional, Kevin Anderson argumenta que “[...] O envolvimento mais duradouro de Marx com o trabalhismo durante sua vida aconteceu sob o pano de fundo das lutas contra a escravidão, o racismo e a opressão nacional” (ANDERSON, 2010, p. 240). Assim, “[...] os argumentos de Marx concernentes à relação entre a emancipação nacional e a luta de classes foram elaborados não como teoria pura, mas como argumentos dentro da maior organização do trabalho da era” (ANDERSON 2010, p. 240).

²⁰⁹ Nos inspiramos na síntese proposta por Franco (2009 [1980], p. 63-4).

- (ii) Reconhecimento do caráter contraditório (relação dialética entre centro e periferia, desenvolvido e subdesenvolvido, atrasado e avançado, etc.) e múltiplo da história (exame da possibilidade histórica de constituição de um comunismo a partir de condições sociais não capitalistas);
- (iii) Consideração da possibilidade de deslocamento do centro do processo revolucionário para regiões consideradas periféricas; apreciação da importância da questão nacional nos países dependentes, desde que ligada a uma perspectiva revolucionária e emancipatória;
- (iv) Identificação da potencialidade revolucionária de sujeitos históricos que não o proletariado industrial europeu-ocidental – necessidade de uma revolução agrária na Irlanda, possibilidade de desenvolvimento de instituições comunitárias camponesas na Rússia, etc.;
- (v) Afirmação da natureza distinta das tarefas requeridas para a transformação social em sociedades periféricas: independência política, revolução agrária, proteção alfandegária, desenvolvimento de instituições comunitárias, etc.

5. REFERÊNCIAS

- ABDEL-MALEK, A. *Dialética social: fundamentos para uma teoria social mundializante*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975 [1972].
- ACHARYA, A.; BUZAN, B. (Eds.). *Non-Western International Relations Theory: Perspectives from and beyond Asia*. New York: Routledge, 2010.
- ACHCAR, G. *Marxism, Orientalism, Cosmopolitanism*. London: Saqi Books, 2013.
- ADORNO, T. W. “O ensaio como forma”. In: ADORNO, T. W., *Notas de Literatura I*. Tradução de Jorge de Almeida. São Paulo: Editora 34, p. 15-45, 2003.
- _____. *History and Freedom: Lectures 1964-1965*. Cambridge: Polity Press, 2006
- _____. *Negative Dialectics*. New York: Continuum, 1973
- AGGER, B. *Cultural Studies as Critical Theory*. Londres/Nova Iorque: The Falmer Press, 1992
- AHMAD, A. *Theory: Classes, Nations, Literatures*. London/New York: Verso, 1992
- _____. “Imperialism and Progress”. In: *Lineages of the Present: Political Essays*, New Delhi: Tulika, p. 1–43, 1996
- AL-AZM, S. J. “Orientalism and Orientalism in Reverse”. In: *Khamsin*, nº 8, p. 5-26, 1981. Disponível em: http://www.europe-solidaire.org/spip.php?article20360#outil_sommaire_4 (Visitado em outubro de 2016)
- ALLEN, A. “Adorno, Foucault, and the End of Progress: Critical Theory in Postcolonial Times”. In: DEUSTCHER, P.; LAFONT, C. (Eds.). *Critical Theory in Critical Times*. New York: Columbia University Press, 2017
- _____. *The End of Progress: Decolonizing the Normative Foundations of Critical Theory*. New York: Columbia University Press, 2016
- _____. “Emancipação sem utopia”. In: *Hypatia*, v. 30, n. 3, p. 513-529, trad. Inara Luisa Marin, Felipe Gonçalves Silva e Ingrid Cyfer, 2015
- _____. “Reason, power and history: Re-reading the Dialectic of Enlightenment”. In: *Thesis Eleven*, v. 120, p. 10-25, 2014
- _____. “Having one’s cake and eating it, too: Habermas’s genealogy of post-secular reason”. In: CALHOUN, C. et al. (Eds.). *Habermas and Religion*. Cambridge: Polity Press, 2013.
- _____. “Review of McCarthy’s Race, Empire and the Idea of Human Development”. In: *Constellations*, v. 18, n. 3, p. 487-92 2011
- AMIN, S. *Eurocentrism*, New York: Monthly Review, 1989
- _____. *Eurocentrismo: crítica de uma ideologia*. Lisboa: Dinossauro, 1994 [1989]
- _____. *O desenvolvimento desigual: ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1975
- ANDERSON, K. B. Marx’s Late Writings on Non-Western and Pre-capitalist Societies and Gender. *Rethinking Marxism*, v. 14, n. 4, p. 84–96, 2002.
- _____. *Marx at the Margins*. On Nationalism, Ethnicity, and non-Western Societies. Chicago: University of Chicago Press, 2010
- APPIAH, K. A. *In My Father’s House: Africa in the Philosophy of Culture*. London: Methuen, 1992

_____. *Na casa do meu pai: a África na filosofia da cultura*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997 [1992]

ARICÓ, J. *Marx y América Latina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009 [1980].

_____. *Marx e a América Latina*. Trad. MARCONDES, M. C. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982 [1980]

_____. “Marx y América Latina”. *Nueva Sociedad*, n. 66, p. 47-58, 1983a

_____. “América latina: el destino se llama democracia”. Entrevista feita por CRESPO, H. e MARIMÓN, A. In: *Revista de la Universidad de México*, vol. 39, nº 24, abril de 1983b

AVINERI, S. (org.) *Karl Marx on Colonialism and Modernization: his despatches and other writings on China, India, Mexico, the Middle East and North Africa*. New York: Anchor Books, 1969

BLUMENBERG, W. *Karl Marx: an illustrated history*. London; New York: Verso, 2000.

BARTOLOVICH, C. “Introduction”. In: _____. LAZARUS, N. *Marxism, Modernity, and Postcolonial Studies*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002

BAUER, O. *La question des nationalités et la social-démocratie*. Paris: Arcantère Éditions, 1987 (1907)

BAYLIS, J. et al. (Orgs.). *The globalization of world politics*. Oxford: Oxford University Press, 2008

BENHABIB, S. *The rights of others: Aliens, Residents, and Citizens*. New York: Cambridge University Press, 2004

_____. *Situating the Self: Gender, Community and Postmodernism in Contemporary Ethics*. New York: Routledge, 1992.

BERSTEIN, E. “La socialdemocracia alemana y los disturbios turcos”. In: _____. et al. *La segunda internacional y el problema nacional y colonial (primera parte)*. México: Siglo XXI, 1978 (1896-1897)

BLAUT, J. M. *The Colonizer's Model of the World. Geographical Diffusionism and Eurocentric History*. Nova Iorque: The Guilford Press, 1993

BHABHA, H. *The Location of Culture*. London: Routledge, 1994

_____. *O Local da Cultura*. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998 [1994]

BIANCHI, A. “O marxismo fora do lugar”. *Política & Sociedade*, v. 9, n. 16, 5 maio 2010.

BORTOLUCI, J. H. “Para além das Múltiplas Modernidades: Eurocentrismo, Modernidade e as Sociedades Periféricas”. In: *Plural*, v. 16, n. 1, São Paulo, pp. 53-80, 2009

_____. “Modernidade Periférica e Descolonização Epistêmica: a contribuição do marxismo paulista”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 28, n. 83, pp. 167-241, outubro/2013

BRAUDEL, F. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*. São Paulo: Martins Fontes, 1984a

_____. *The perspective of the World. Vol. 3 of Civilization and Capitalism, 15th-18th Century*. London: Collins, 1984b

BUKHARIN, N. *A economia mundial e o imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1988 (1915)

BULL, H. “The theory of international politics, 1919-1969”. In: PORTER, B. (Ed.). *The Aberystwyth Papers: International Politics 1919-69*, pp. 30-55. Oxford: Oxford University Press, 1972

- _____. *The anarchical Society*. New York: Columbia University Press, 1977
- BURCHILL, S.; LINKLATER, A. (Eds.). *Theories of International Relations*. 3ª ed. Nova York: St. Martin's Press, 2005.
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970
- CARR, E. H. *Vinte Anos de Crise: 1919-1939*. Uma Introdução ao Estudo das Relações Internacionais. Brasília - DF: UNB, 2001 [1939]
- CASTRO-GÓMEZ, S. *Crítica de la razón latinoamericana*. Barcelona: Puvill Libros, 1996
- _____.; MENDIETA, E. (Eds.). *Teorías sin disciplina*. Latinoamericanismo, Poscolonialidad y Globalización en debate. Mexico: Porrúa/USF, 1998
- _____. "Fin de la modernidad nacional y transformaciones de la cultura en tiempos de globalización". In: MARTÍN-BARBERO, J.; LÓPEZ DE LA ROCHE, F.; JARAMILLO, J. E. (Eds.). *Cultura y Globalización*. Bogotá: CES/Universidad Nacional de Colombia, 1999
- _____.; GUARDIOLA-RIVERA, O.; MILÁN DE BENAVIDES, C. (Eds.). *Pensar (en) los intersticios*. Teoría y práctica de la crítica poscolonial. Bogotá: CEJA, 1999
- _____. "Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da 'invenção do outro'". In: LANDER, E. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Colección Sur Sur. Buenos Aires: CLACSO, 2005
- CÉSAIRE, A. *Discurso sobre o Colonialismo*. Lisboa: Sá de Costa Editora, 1978 [1955]
- CHAKRABARTY, D. *Provincializing Europe*. Postcolonial Thought and Historical Difference. Princeton: Princeton University Press, 2000
- _____. "La historia subalterna como pensamiento político". In: MEZZADRA, S. (Org.). *Estudios Postcoloniales*. Ensayos fundamentales. Madrid: Traficante de sueños, 2008
- _____. "The Climate of History: Four Theses". In: *Critical Inquiry*, v. 35, n. 2, p. 197-222, 2009
- CHANDRA, B. "Karl Marx, His Theories of Asian Societies and Colonial Rule", in UNESCO (ed.). *Sociological Theories: Race and Colonialism*, p. 383-451, Paris: Unesco, 1980.
- CHAUÍ, M. "A história no pensamento de Marx". In: *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. São Paulo: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2007.
- CHAVOLLA, A. *La imagen de América en el marxismo*. Guadalajara, México : Buenos Aires: Universidad de Guadalajara ; Prometeo, 2005.
- *CORONIL, F. *The Magical State: Nature, Money and Modernity in Venezuela*. Chicago: University of Chicago Press, 1997
- _____. "Más allá del occidentalismo: hacia categorías históricas no imperiales". In: *Casa de las Américas*. Havana, nº 206, janeiro-março, 1999
- *COSTA, D. V. DE A.; CLEMENTE, M. DA S. "Marx e as Revoluções dos Povos Colonizados: breves notas teóricas e metodológicas". In: *VII COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E ENGELS*. Campinas, SP, 2012.
- *COSTA NETO, P. L. "A Ideia de História e de Oriente no Último Marx". In: DEL ROIO, M. (Org.). *Marxismo e Oriente: quando as periferias tornam-se os centros*. São Paulo/Marília: Ícone/UNESP, 2008.

COX, R. "Social forces, states, and world orders: beyond International Relations theory". In: KEOHANE, R. O. (ed.). *Neo-realists and its critics*. Nova Iorque: Columbia University Press, p. 204-254, 1986

CRESPO, H. "Marx y America Latina: las raíces de un desencuentro". In: *Revista de la Universidad de México*, vol. 39, nº 24, pp. 40-42, abril de 1983

_____. "El Marxismo Latinoamericano de Aricó". In: ARICÓ, J. *Marx y América Latina*, p. 9-48, 2009

CROTTY, R. *Ireland in Crisis: a Study in Capitalist Colonial Underdevelopment*. Dingle: Brandon, 1986

CRUZ, S. C. V. "Um outro olhar: sobre a análise gramsciana das organizações internacionais". In: *Globalização, democracia e ordem internacional: ensaios de teoria e história*. Campinas: Editora UNICAMP, p. 13-39, 2004.

DEL ROIO, M. "Marx e a Questão do Oriente". In: _____. (org.) *Marxismo e Oriente: quando as periferias tornam-se os centros*. São Paulo/Marília: Ícone/Unesp, 2008

DERRIDA, J. *Espectros de Marx*. Tradução de Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994 [1993].

DÍAZ, A. "Introducción". In: Sobre el colonialismo (MARX, K.; ENGELS, F.). Córdoba: Cuadernos de Pasado y Presente., 1973.

DIOP, C. A. *The african origin of civilization: myth or reality*. New York: Lawrence Hill & Company, 1973

_____. "A Origem dos Egípcios". In: MOKHTAR, G. *História geral da África: a África antiga*. São Paulo: Ática/UNESCO, 1980

DU BOIS, W. E. B. *Black Reconstruction in America, 1860-1880*. New York: Harcourt, Brace and Company, 1935

_____. *The Modern World and Africa*. Versão ampliada com escritos de Du Bois sobre a África de 1955-61. Nova Iorque: International Publishers, 1992 [1946]

*DUSSEL, E. *Autopercepción Intelectual de un Proceso Histórico*, s/d

_____. "Metafísica del sujeto y liberación", no II Congresso Nacional de Filosofia. Córdoba. *Temas de filosofía contemporánea*. Buenos Aires: Sudamericana, p. 27-32, 1971

_____. *Para una ética de la liberación latinoamericana*. Tomos I e II. Buenos Aires : Siglo XXI, 1973

_____. *Liberación latinoamericana y Emmanuel Levinas*. Buenos Aires: Bonum, 1975

_____. *Filosofía de la Liberación*. Mexico: Edicol, 1977a

_____. *Para una ética de la liberación latinoamericana*. Tomo III. México: Edicol, 1977b

_____. *Para una ética de la liberación latinoamericana*. Tomos IV e V. Bogotá: USTA, 1979-1980

_____. *La producción teórica de Marx*. Una introducción a los Grundrisse. México: Siglo XXI, 421 p., 1985

_____. *Hacia un Marx desconocido*. Un comentario de los Manuscritos del 61-63. México: Siglo XXI/UAM-I, 380 p. 1988

_____. *El último Marx (1863-1882) y la liberación latinoamericana*. Un comentario a la tercera y cuarta redacción de “El Capital”. Mexico: Siglo XXI, 462 p., 1990

_____. *Las metáforas teológicas de Marx*. Estella: El Verbo Divino, 290 p., 1992a

_____. *1492: El encubrimiento del otro*. El origen el mito de la modernidad. Bogotá: Ediciones Antropos, 1992b

_____. *La razón del Otro. La Interpelación como acto de habla*. México : Siglo XXI, 1994

_____. *Filosofía de la liberación*. Bogotá: Editorial Nueva América, 1996a [1977]

_____. *The Underside of Modernity: Apel, Ricoeur, Rorty, Taylor and the philosophy of Liberation*. New Jersey: Humanities Press, 1996b

_____. “The Architectonic of the Ethics of Liberation”. In: *Philosophy and Social Criticism*, vol. 23, n. 3, p. 1-35, 1997

_____. “Beyond Eurocentrism: The World-System and the Limits of Modernity”. In: JAMESON, F.; MIYOSHI, M. (Eds.). *The Cultures of Globalization*. Durham: Duke University Press, p. 3-31, 1998a

_____. “En búsqueda del sentido (Origen y desarrollo de una Filosofía de la Liberación)”. *Anthropos*, 180, p. 14-19, 1998b

_____. *Ética de la liberación en la edad de la globalización y de la exclusión*. Madrid: Editorial Trotta, 1998c

_____. “Europa, modernidad y eurocentrismo”. In: LANDER, E. (Org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*. Caracas: UNESCO/UCV, 2000

_____. “The ‘Philosophy of Liberation’, the Postmodern debate and Latin American Studies”. In: _____; MORAÑA, M.; JÁUREGUI, C. A. (Eds.). *Coloniality at Large*. Latin America and the Postcolonial Debate. Durham: Duke University Press, p. 335-349, 2008

ENGELS, F. “Esboço de crítica da economia política”. *Temas de Ciências Humanas*. São Paulo, 5: 1-29, 1979

_____. *O papel da violência na História*. Porto: Publicações escorpião, 1974

_____. *Revolução e contra-revolução na Alemanha*. Lisboa: Editorial Estampa, 1976

_____. *Temas militares*. Lisboa: Editorial Estampa, 1976

EZE, E. C. “El color de la razón: las ideas de ‘raza’ en la antropología de Kant”. In: MIGNOLO, W. (Org.). *Capitalismo y geopolítica del conocimiento: el eurocentrismo y la filosofía de la liberación en el debate intelectual contemporáneo*. Buenos Aires: Signo, p. 201-52, 2001

FANON, F. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968 [1961]

FAUSTO, R. *Marx: Lógica e Política III*. São Paulo: Editora 34, 2002.

FEIERMAN, S. “African Histories and the Dissolution of World History”. In: BATES, R. H.; MUDIMBE, V. Y.; O’BARR, J. (Eds.). *Africa and the Disciplines: the contribution of research in Africa to the social sciences and humanities*, pp. 167-212, 1993.

FERNANDES, R. C. (Org.). *Dilemas do socialismo. A controvérsia entre Marx, Engels e os Populistas Russos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982

FERREIRA, M. G. *Mercados, diplomacia e conflitos: uma abordagem histórica das relações internacionais, a partir dos artigos publicados por Karl Marx e Friedrich Engels no New York Daily*

Tribune no período 1851/1862. 1999. 347 f. Tese (Doutorado em História Econômica) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1999

FILGUEIRAS, F. de B. “Guerreiro Ramos, a redução sociológica e o imaginário pós-colonial”. In: *Cadernos CRH*, Salvador, v. 25, n. 65, p. 347-63, Maio/Ago. 2012.

FONSECA JR, G. Jr. *A legitimidade e outras questões internacionais contemporâneas: poder e ética entre as nações*. São Paulo: Paz e Terra, 1998

FRANCO, M. S. C. “All the world was America.” - John Locke, liberalismo e propriedade como conceito antropológico. *Revista USP*, n. 17, 30 maio 1993.

GABRIEL, M. *Amor e Capital: a saga familiar de Karl Marx e a história de uma revolução*. Tradução Alexandre Barbosa De Souza. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

GALEANO, E. “El niño perdido en la intemperie”. In: *El País*, de 28 de março de 1990. Link: https://elpais.com/diario/1990/03/28/opinion/638575207_850215.html Consultado em: 30 de agosto de 2017.

GALISSOT, R. *Marx, Marxisme et Algérie. Textes de Marx-Engels*. Paris: UGE, 1976

GIANNOTTI, J. A. *Trabalho e reflexão: ensaios para uma dialética da sociedade*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

GILL, S. (Ed.). *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007

GILROY, P. *The Black Atlantic: Modernity and Double Consciousness*. Cambridge: Harvard University Press, 1993

_____. *Postcolonial Melancholia*. New York: Columbia University Press, 2005

GODELIER, M. Preface to *Sur les sociétés précapitalistes* : Textes choisis de Marx, Engels, Lénine, 13-142. Paris : Éditions sociales, 1970

GOSWAMI, N. *The (M)other of all Posts: Postcolonial Melancholia in the Age of Global Warming*. Penn State University Press, 2013

GUGELBERGER, G.; KEARNEY, M. “Voices for the voiceless: Testimonial Literature in Latin America”. In: *Latin American Perspectives*, vol. 18, n. 3, p. 3-14, 1991

GUHA, R. *An Indian Historiography of India: A Nineteenth-century Agenda and Its Implications*. Calcutta: K. P. Bagchi, Centre for Studies in Social Sciences, 1988a

_____. “On Some Aspects of the Historiography of Colonial India”. In: _____.; SPIVAK, G. C. (Eds.). *Selected Subaltern Studies*. Delhi: Oxford University Press, p. 37-44, 1988b

HABERMAS, J. *The Divided West*. Cambridge: Polity Press, 2006

_____. *Agir comunicativo e razão descentralizada*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

_____. *La Constelación Posnacional: ensayos políticos*. Barcelona: Paidós, 2000.

_____. *The Philosophical Discourse of Modernity: Twelve Lectures*, trans. Frederick G. Lawrence. Cambridge: MIT Press, 1987.

_____. *The Theory of Communicative Action: Lifeworld and System: A Critique of Functionalist Reason*. Vol 2. Trans. Thomas McCarthy. Boston: Beacon Press, 1987

_____. *The Theory of Communicative Action: Reason and the Rationalization of Society*. Vol. 1. Trans. Thomas McCarthy. Boston: Beacon Press, 1984

- _____. “Historical materialism and the development of normative structures”. In: *Communication and the Evolution of Society*. Boston: Beacon, 1979.
- _____. “Técnica e ciência como ‘ideologia’”. In: _____. *Técnica e Ciência como ‘Ideologia’*. Trad. Felipe Gonçalves Silva. São Paulo: UNESP, 2014 [1968]
- HALL, S. “Introduction: Who needs ‘Identity’?”. In: _____.; DU GAY, P. (Ed.). *Questions of Cultural Identity*. London: Sage, 1996a
- _____. “The West and the Rest: Discourse and Power”. In: _____. Et al (Org.). *Modernity. Introduction to the Modern Societies*. Oxford: Blackwell, 1996b
- _____. “The local and the global. Globalisation and Ethnicity”. In: MCCLINTOCK, A.; MUFTI, A.; SHOHAT, E. (Eds.). *Dangerous Liaisons*. Gender, nation and postcolonial perspectives. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997
- _____. *Da Diáspora*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003
- HALLIDAY, F. *Repensando as Relações Internacionais*. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2007 [1994]
- HARDT, M.; NEGRI, A. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- _____.; _____. *Multidão: guerra e democracia na era do Império*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- _____.; _____. *Commonwealth*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2009
- HILFERDING, R. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985 (1910)
- HIRST, M. “Relações Internacionais no Brasil como área de pesquisa”. In: *Temas e problemas de Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: IDESP, 1992.
- HOBBSBAWM, E. J. *A Era das Revoluções. 1789-1848*. Trad. Maria Tereza Teixeira e Marcos Penchel. São Paulo: Paz e Terra, 2012 [1977]
- _____. *Age of Capital. 1848-1875*. New York: Random House, 1996 [1975]
- HOBSON, J. A. *Estudio del imperialismo*. Madri: Alianza, 1981 (1902)
- HOFFMAN, S. “An American Social Science: International Relations”. *Daedalus*, v. 106, n. 3, p. 41–60, 1977.
- HOUTONDJI, P. *Sur la philosophie africaine: Critique de l’ethnophilosophie*. Paris: F. Maspéro, 1977
- JACOBSON, J. K. *Chasing Progress in the Irish Republic: Ideology, Democracy and Dependent Development*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994
- JAMES, C. L. R. *Jacobinos Negros*. São Paulo: Boitempo, 2010 [1938]
- _____. *Nkrumah and the Ghana Revolution*, Westport: Lawrence Hill, 1977
- JANI, P. “Karl Marx, Eurocentrism, and the 1857 Revolt in British India”. In: *Marxism, Modernity and Postcolonial Studies*. BARTLOVICH, C.; LAZARUS N. (orgs.). Cambridge: Cambridge University Press, p. 81-97, 2002.
- JÚNIOR, A. M. E.; DE ALMEIDA, C. S. Di M. “Epistemologias do Sul: Pós-colonialismos e Estudos das Relações Internacionais”. *Cadernos do Tempo Presente*, n. 14, p. 05-11, out/dez 2013
- _____.; _____.; LIMA, M. C. “Edward Said e o pós-colonialismo”. In: *SECULUM – Revista de História*, n. 29, João Pessoa, jul/dez, p. 451-62, 2013

KATZ, C. “Marx y la periferia”. In: *La página de Claudio Katz*, 28 mar. 2016. Disponível em: <<http://katz.lahaine.org/?p=269>>. Acesso em: 12 dez. 2016

KAUTSKY, K. “La nacionalidade moderna”. In: BERSTEIN, E. et al. *La segunda internacional y el problema nacional y colonial (primera parte)*. Mexico: Siglo XXI, 1978 (1887)

KAVIRAJ, S. “On the status of Marx’s writings on India”. *Social Scientist*, v. 11, n. 124, p. 26–46, 1983.

KEOHANE, R. *After hegemony: cooperation and discord in the world political economy*. Princeton: Princeton University Press, 1984

_____. (ed.). *Neo-realists and its critics*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1986

_____. *International Institutions and State Power: Essays in International Relations Theory*. Boulder: Westview, 1989

LEFORT, C. *Les formes de l’histoire: essais d’anthropologie politique*. Paris: Gallimard, 1978.

LÊNIN, V. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1987 (1917)

LIM, J. H. “Marx’s Theory of Imperialism and the Irish National Question”. In: *Science&Society*, v. 56, nº 2, p. 163-78, 1992

LINDNER, K. “Marx’s Eurocentrism. Postcolonial studies and Marx scholarship”. *Radical Philosophy*, p. 27–41, 2010.

LINKLATER, A. “Introduction”. In: _____. (ed.). *International relations: critical concepts in Political Science*, v.3, Londres e Nova York: Routledge, 2001a

_____. (ed.). *International relations: critical concepts in Political Science*, v.3, Londres e Nova York: Routledge, 2001b

LÖWY, M. “La dialectique du progres et l’enjeu actuel des mouvements sociaux”. In: *Congrès Marx International. Cent ans de marxisme. Bilan critique et perspectives*. Paris: Presses Universitaires de France, p. 197–209, 1996

_____. *A teoria da revolução no jovem Marx*. Petrópolis: Vozes, 2002

_____. “Introdução”. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Luta de Classes na Rússia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013

_____. *Revolta e melancolia: o romantismo na contracorrente da modernidade*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015 [1995].

LUXEMBURG, R. *A Questão Nacional e a Autonomia*. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1988 (1909).

_____. *A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1985 (1925)

MACLEAN, J. “Marxism and International Relations: A Strange Case of Mutual Neglect”. *Millennium - Journal of International Studies*, v. 17, n. 2, p. 295–319, 1 jun. 1988.

MAMIGONIAN, A. “A China e o marxismo: Li Dazhao, Mao e Deng”. In: DEL ROIO, M. (org.) *Marxismo e Oriente: quando as periferias tornam-se os centros*. São Paulo/Marília: Ícone/Unesp, 2008

MARX, K. *Marx vs Russia*. New York: Frederick Ungar Publishing Co., 1962

_____. *Karl Marx on Colonialism and Modernization*. New York: Doubleday, 1968.

- _____. *História diplomática secreta del siglo XVIII*. Barcelona: Editorial Bruguera, S.A., 1975
- _____. *Surveys from Exile*. London: Penguin Books, 1977
- _____. *The Revolutions of 1848*. Middlesex, Penguin Books, 1978
- _____. *A Liberdade de imprensa*. Porto Alegre: L&PM, 1980
- _____. *Herr Vogt. A spy in the workers movement*. London: New Park Publications, 1982
- _____. *O capital: crítica da economia política, Volume I - Tomo II*. São Paulo: Abril Cultural, 1984 [1890]
- _____. *Le Capital. Livre I. Sections I à IV*. Traduction de J. Roy. Préface de Louis Althusser. Paris : Éditions Flammarion, 1985a [1872-75]
- _____. *Le Capital. Livre I. Sections V à VIII*. Traduction de J. Roy. Préface de Louis Althusser. Paris : Éditions Flammarion, 1985b [1872-75]
- _____. *História de la vida de Lord Palmerston. Lord Palmerston y Rusia*. Buenos Aires: Editorial Rescate, 1985c
- _____; ENGELS, F. *Letters to Americans (1848-1895)*. New York: International Publishers, 1963
- _____; _____. *A revolução espanhola*. Rio de Janeiro: Editora Leitura S.A., 1966
- _____; _____. *Lettres à Kugelmann*. Paris: Éditions Sociales, 1971
- _____; _____. *Materiales para la historia de América Latina*. Mexico: Ediciones Pasado y Presente, 1972.
- _____; _____. *La Chine*. Paris: Union General D'Editions, 1973a
- _____; _____. *Le parti de Classe*. Paris: François Maspero, 1973b
- _____; _____. *Sobre a China*. Porto: Escorpião, 1974a
- _____; _____. *La Russie*. Paris: Union Générale D'Editions, 1974b
- _____; _____. *Correspondance. Tome IV – Juillet 1853/Juin 1857*. Paris: Éditions Sociales, 1974c
- _____; _____. *Collected Works*. New York: International Publishers. 1975ss. (Citado como MECW).
- _____; _____. *The German Ideology*. Moscow: Progress Publishers, 1976
- _____; _____. *Sobre o colonialismo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1978
- _____; _____. *Acerca del Colonialismo*. Moscú: Editorial Progreso, 1981
- _____; _____. *Contribuição para uma história da América Latina*. São Paulo: Edições Populares, 1982
- _____; _____. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2005 [1848].
- _____; _____. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007 [1845-1846].
- _____; _____. *Textos*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, s/d
- MARINI, R. M. *Dialética da Dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000 [1973]
- MBEMBE, A. J. *On the Postcolony*. Berkeley: University of California Press, 2001

- _____. "Necropolitics". In: *Public Culture*, v. 15, n. 1, p. 11-40, 2003
- McCARTHY, T. *Race, Empire and the Idea of Human Development*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- MCLELLAN, D. *Karl Marx: Interviews & Recollections*. London: Macmillan, 1981.
- _____. *Karl Marx: a biography*. New York: Palgrave Macmillan, 2006.
- MEARSHEIMER, J. J. *The tragedy of great power politics*. New York/London: W. W. Norton and Company, 2001
- MEEK, R. *Los orígenes de la ciencia social*. El desarrollo de la teoría de los cuatro estadios. Madri: Siglo XXI, 1981
- MEMMI, A. *Retrato do Colonizado Precedido de Retrato do Colonizador*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007 [1957]
- MESSARI, N.; NOGUEIRA, J. P. *Teoria de Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005
- MEZZADRA, S. "Introducción". In: _____. (Org.). *Estudios Postcoloniales*. Ensayos fundamentales. Madrid: Traficante de sueños, 2008
- MIGNOLO, W. *Local Histories/Global Designs*. Coloniality, Subaltern Knowledges and Border Thinking. Princeton: Princeton University Press, 2000
- _____. "La Razón Pós-Colonial". *Gragoatá*, Niterói, n. 1, p. 7-29, 1996
- MILLER, C. *Theories of Africans: Francophone Literature and Anthropology in Africa*. Chicago: University of Chicago Press, 1990
- MOLNÁR, M. *Marx, Engels et la politique internationale*. Paris: Gallimard, 1975.
- MONTAIGNE, M. "Des Cannibales". In: *Oeuvres Complètes*. Paris : Gallimard-Pléiade, 1967 [1580]
- MORGENTHAU, H. J. *A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003 [1948]
- NEUFELD, M. *The restructuring of International Relations Theory*, Cambridge: Cambridge University Press, 1995
- NICOLAIEVSKY, B.; MAENCHEN-HELFEN, O. *Karl Marx: Man and Fighter*. Tradução Gwenda David; Eric Mosbacher. Filadélfia/Londres: J. B. Lippincott, 1936.
- NIMTZ, A. H. *Marx and Engels: Their Contribution to the Democratic Breakthrough*. Albany: State University of New York Press, 2000
- _____. "The Eurocentric Marx and Engels and others related myths". In: *Marxism, Modernity, and Postcolonial Studies*. BARTOLOVICH, C.; LAZARUS, N. (Orgs.). Cambridge: Cambridge University Press, 2002, p. 65-80
- NYE, J. S. *Soft power*. New York: Public Affairs, 2004
- ORTIZ, R. *Um outro território: ensaios sobre a mundialização*. São Paulo: Olho d'Água, 2000
- OSLANDER, A. "Rereading early twentieth-century IR theory: idealism revisited". In: *International Studies Quarterly*, vol. 42, n. 3, p. 409-432, 1998
- PATKE, R. "Adorno and the Postcolonial". In: *New Formations*, 47, p. 133-43, 2002.

PAULA JR., J. De. “O colonialismo no coração da teoria crítica: a justificativa colonial em Karl Marx”. *Estudos de Sociologia*. Rev. do Progr. de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, v. 16, n. 2, p. 97–113, 2014.

PRAKASH, G. “Postcolonial Criticism and Indian Historiography”. In: *Social Text*, n. 31/32, p. 8-19, 1992

QUAYSON, A. *Postcolonialism: Theory, Practice or Process?* Cambridge: Polity, 2000

QUIJANO, A. “Colonialidad y modernidad/racionalidad”. In: *Peru Indígena*, vol. 13, n. 29, 1992

_____. “Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina”. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GUARDIOLA-RIVERA, O.; MILÁN DE BENAVIDES, C. (Eds.). *Pensar (en) los intersticios*. Teoría y práctica de la crítica poscolonial. Bogotá: CEJA, 1999

RAMOS, L. C. S. *Hegemonia, revolução passiva e globalização: O sistema G7/8*. Belo Horizonte: Editora PUCMG, 2013

RIAZANOV, D. “Karl Marx on China”. In: *Labour Monthly*, nº 8, p. 86-92, 1926

ROWE, W.; SCHELLING, V. *Memoria y Modernidad*. Cultura Popular em América Latina. Mexico: Grijalbo, 1993

RUBEL, M. “Marx et la Première Internationale. Une Chronologie”. *Études de Marxologie*. Nº 8, p. 9-82, agosto, 1964

_____. “Marx et la Première Internationale. Une Chronologie. Deuxième Partie.”. *Études de Marxologie*. Nº 9, p. 5-70, janeiro, 1965

RUSSETT, B. et al. *World Politics: The Menu for Choice*, New York, Freeman, 2003

SAID, E. W. *Orientalism: Western Conceptions of the Orient*. New York: Vintage Books, 1978.

_____. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 [1993]

_____. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007 [1978]

SARFATI, G. *Teorias de Relações Internacionais*. São Paulo: Saraiva, 2005.

SCARON, P. “A modo de introducción”. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Materiales para la Historia de América Latina*. México: Cuadernos de Pasado y Presente, 1972

SCHMIDT, B. “Lessons from the past: reassessing the interwar disciplinary history of International Relations”. In: *International Studies Quarterly*, vol. 42, n.3, p. 433-459, 1998.

_____. “On the History and Historiography of International Relations”. In: CARLSNAES, W.; RISSE-KAPPEN, T.; SIMMONS, B. A. (Eds.). *Handbook of international relations*. Los Angeles: SAGE, p. 3–28, 2013

_____. “**The End of Great Debates?**” 2014. Disponível em: <<http://www.e-ir.info/2014/02/02/the-end-of-great-debates/>>. Acesso em: 12 set. 2015.

_____. (ed.) *International Relations and the First Great Debate*. London: Routledge, 2012

SHOHAT, E. “Notes on the ‘Post-Colonial’”. In: *Social Text*, 31/33, pp. 99-113, 1992.

_____. “Notas sobre lo postcolonial”. In: MEZZADRA, S. (Org.). *Estudios Postcoloniales*. Ensayos fundamentales. Madrid: Traficante de sueños, 2008 [1992]

SLATER, E.; MCDONOUGH, T. "Marx on Nineteenth-Century Colonia Ireland: Analysing Colonialism as a Dynamic Social Process". In: *Irish Historical Studies*, 23, nº 142, pp. 153-71, 2008

SMITH, S. "The self-image of a discipline: a genealogy of international relations theory". In: BOOTH, K.; ERSKINE, T. (Eds.). *International relations theory today*. Second edition Cambridge: Polity Press, p. 1-37, 1995

_____. et al. *International theory: positivism and beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996

_____. "The Discipline of International Relations: Still an American Social Science?". In: *The British Journal of Politics and International Relations*, v. 2, n. 3, p. 374-402, oct, 2000

SOVIK, L. "Para ler Stuart Hall". In: *Da Diáspora*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003

SPENCER, R. "Thoughts from Abroad: Theodor Adorno as Postcolonial Theorist". In: *Culture, Theory and Critique*, vol. 51, n. 3, pp. 207-227, 2010

SPIVAK, G. C. "Subaltern Studies: Deconstructing Historiography and Value". In: _____. *In Other Worlds: Essays in Cultural Politics*. New York: Methuen, p. 197-221, 1987

_____. "Can the Subaltern Speak?". In: GROSSBERG, L.; NELSON, C. (Eds.). *Marxism and the Interpretation of Culture*. Champagne: University of Illinois Press, p. p. 271-313, 1988a [1985]

_____. *The Post-colonial Critic: Interviews, Strategies, Dialogues*. New York: Routledge, 1990.

_____. *Outside in the Teaching Machine*. New York: Routledge, 1993

STEKLOFF, G. M. *History of the First International*. London: Martin Lawrence, 1928

TIBLE, J. F. G. *Marx e América Indígena: diálogo a partir dos conceitos de abolição e recusa do Estado*. 2012. Tese (Doutorado em Sociologia) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2012

_____. *Marx Selvagem*. São Paulo: Annablume, 2013

_____. "Marx e os Outros". In: *Lua Nova*, nº 91, São Paulo, pp. 199-228, 2014^a

_____. "Marx contra o Estado". In: *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 13, p. 53-87, jan-abril. 2014b

_____. "Marx na floresta". In: *Margem esquerda: revista da Boitempo*. São Paulo, n. 29, p. 34-43, set. 2017

TUCKER, R. C. *The Marx-Engels reader*. New York: Norton, 1978.

TURNER, B. *Marx and the End of Orientalism*. London: George Allen & Unwin, 1978

VARADHARAJAN, A. *Exotic Parodies: Subjectivity in Adorno, Said, and Spivak*. University of Minnesota Press, 1995

VÁZQUEZ-ARROYO, A. Y. "Universal History Disavowed: on critical theory and postcolonialism". In: *Postcolonial Studies*, vol. 11, n. 4, pp. 451-73, 2008

VIGEVANI, T. et al. A contribuição marxista para o estudo das relações internacionais. In: *Lua Nova*. São Paulo, n. 83, p. 111-43, 2011

VIOTTI, P.; KAUPPI, M. *International Relations and World Politics*. London: Pearson, 2012

YOUNG, R. *White mythologies: writing history and the West*. London/New York: Routledge, 1990

WAEVER, O. "The rise and fall of the inter-paradigm debate". In: SMITH, S. et al. *International theory: positivism and beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996

WALLERSTEIN, I. *The modern world-system I*. Capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the 16th century. New York: Academic Press, 1976, v.1

_____. *The modern world-system II*. Mercantilism and the Consolidation of the European World-Economy, 1600-1750. Bradford: Emerald Group Publishing Limited, 1980

_____. *The modern world-system III*. The Second Era of Great Expansion of the Capitalist World Econom, 1730-1840. Salt Lake City: Academic Press, 1989

_____. *Unthinking Social Science*. The Limits of Nineteenth-Century Paradigms. Londres: Polity Press, 1991

_____. et al. *Open the Social Sciences*. Report of the Gulbenkian Commission on the Restructuring of the Social Sciences. Stanford: Stanford University Press, 1996

_____. et al. *Para abrir as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. "Introduction". In: *The essential Wallerstein*. New Press, 2000

_____. *World-Systems analysis: An introduction*. Durham: Duke University Press, 2004

_____. *The modern world-system IV*. Centrist Liberalism Triumphant, 1789-1914. Oakland: California University Press, 2011

WALTZ, K. *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Gradiva, 2002 (1970)

_____. "Structural realism after the cold war". *International Security*, vol. 25, n.1, pp. 5-41, 2000

_____. *O homem, o Estado e a Guerra: uma análise teórica*. Trad. Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Martins Fontes, 2004

WEBER, C. *Theory of international relations: a critical introduction*. 2^o ed. New York: Routledge, 2005

WILLIAMS, E. *Capitalismo e escravidão*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2012 [1944]

ZÚÑIGA, J. et al. "La filosofía de la liberación". In: DUSSEL, E.; MENDIETA, E. BOHÓRQUEZ, C. (Eds.). *El Pensamiento Filosófico Latinoamericano del Caribe y "Latino" (1300-2000)*. México: Stony Brook, 2008